

GRACE DOS ANJOS FREIRE BANDEIRA

O APAGAMENTO DE *SE* NAS FUNÇÕES SUJEITO E OBJETO: UM ESTUDO
VARIACIONISTA COM DADOS DO VARSUL DO PARANÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras, área de concentração em Estudos Lingüísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Odete Pereira da Silva Menon

CURITIBA

2007

À minha mãe, pelos lençóis e chás que, nas noites frias de Curitiba, me cobriam também a alma.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Tenho muitos a quem dizer: obrigada!

À prof.^a Odete Menon, por me conduzir, com seriedade e competência, na primeira viagem rumo à Sociolinguística e por me animar, com toda a sua força intelectual e humana, a seguir em frente.

À prof.^a Iara Bemquerer Costa, por partilhar comigo as primeiras idéias sobre o tema desta tese, por ocasião da análise do projeto de pesquisa.

À prof.^a Izete Lehmkuhl Coelho, por me levar até aos processos anafóricos e me enviar, de Florianópolis, palavras de incentivo e encorajamento.

Ao prof. José Luiz Mercer, por me ajudar a traçar os rumos desta tese, com críticas e reflexões as mais extraordinárias.

Aos professores da banca de defesa pública, Izete Coelho, José Mercer, Maria José Foltran e Lorenzo Vitral, por aceitarem mais esta tarefa e me permitirem saber de suas sugestões acerca deste trabalho.

Aos meus professores da Pós, por afastarem a ferrugem devida aos anos de distanciamento das disciplinas de Linguística.

À Adelaide Silva, por me acolher em todos os momentos e me conceder o privilégio de ser sua amiga.

Ao colega Edson Fagundes, por se mostrar tantas vezes disposto a me auxiliar no trato do Programa VARBRUL.

Ao VARSUL, por ceder os dados para esta pesquisa.

À CAPES, por me conceder bolsa PICDT, referente à quota adicional atribuída à UFAM, com vigência a partir de agosto de 2005.

A Odair Rodrigues, por me atender tão carinhosamente na Secretaria da Pós-Graduação em Letras.

Aos professores do DLLP/UFAM e às minhas amigas Adamir Amaral e Artemis Veiga, por me mandarem, de Manaus, as melhores vibrações e me auxiliarem no trato de questões administrativas.

A Carlos, por aceitar minhas decisões e administrar toda a minha ausência com nenhum tipo de cobrança.

Aos meus amores, Vítor e Raquel, por tentarem compreender o valor que dou à minha missão de professora e começarem a aceitar que eu sou feliz assim.

À Minha mãe, doce Otília, por me fazer companhia até altas horas.

Aos meus anjos dos Céus, inexplicavelmente tão próximos, por me terem trazido a Curitiba.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS E MAPA	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: OBJETO DE ESTUDO	10
1.1. O pronome reflexivo <i>se</i> em gramáticas de latim clássico	13
1.2. O tratamento da Gramática Tradicional	14
1.2.1. Pronome da voz reflexa	15
1.2.2. Pronome reflexivo recíproco	18
1.2.3. Pronome integrante de verbos essencialmente pronominais	19
1.2.4. Pronome de valor expletivo	22
1.2.5. Pronome apassivador	25
1.2.6. Índice de sujeito indeterminado	31
1.3. Contradições na classificação do <i>se</i>	34
CAPÍTULO 2: REVISÃO DA LITERATURA	40
2.1. VEADO (1982) e a região de Januária/MG	40
2.2. LEMLE (1985) e os dialetos mineiro e carioca	42
2.3. ZRIBI-HERTZ (1986) e o <i>se</i> médio em francês moderno	44
2.4. D'ALBUQUERQUE (1988) e o dialeto rural de Manhauçu	45
2.5. MENON (1994) e a indeterminação do sujeito no português do Brasil	47
2.6. NUNES (1995) e uma descrição da perda de clíticos anafóricos	50
2.7. ILARI <i>et alii</i> (1996) e os pronomes pessoais do português falado	52
2.8. MADUREIRA (2002) e as construções ergativas pronominais	54
2.9. CASTRO (2002) e os clíticos pronominais de Porto Alegre	56
2.10. TORRES <i>et alii</i> (2002) e o clítico <i>se</i> do espanhol	57
2.11. NEGRÃO <i>et alii</i> (2002) e a competência lingüística	59
2.12. PERINI (2005) e as ergativas e médias em português	62
2.13. COELHO <i>et alii</i> (2006) e as construções monoargumentais	63
2.14. LIMA (2006) e as construções com o pronome <i>se</i>	65

CAPÍTULO 3: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	68
3.1. Descrição das classes de <i>SE</i>	72
3.1.1. Descrição de <i>se reflexivo</i>	72
3.1.2. Descrição de <i>se recíproco</i>	74
3.1.3. Descrição de <i>se inerente</i>	77
3.1.4. Descrição de <i>se apassivador</i>	82
3.1.5. Descrição de <i>se indeterminador</i>	87
3.1.6. Descrição de <i>se ergativo</i>	91
3.1.7. Descrição de <i>se enfático</i>	98
3.2. Nossas hipóteses para o apagamento de <i>SE</i>	116
3.2.1. Hipóteses de natureza lingüística	116
3.2.2. Hipóteses de natureza sociolingüística	125
CAPÍTULO 4: METODOLOGIA	132
4.1. Constituição da amostra	132
4.2. Codificação das ocorrências	133
4.2.1. Descrição da variável dependente	134
4.2.2. Descrição das variáveis independentes	134
4.2.2.1. Variáveis Lingüísticas	134
4.2.2.2. Variáveis Sociais	140
4.3. Procedimentos de Contagem	143
4.4. Dificuldades de classificar o <i>se</i>	145
4.5. Dados Excluídos	149
CAPÍTULO 5: ANÁLISE DOS RESULTADOS	160
5.1. Os resultados do estado do Paraná	160
5.2. Os resultados de Curitiba	174
5.3. Os resultados de Londrina	182
5.4. Os resultados de Irati	190
5.5. Os resultados de Pato Branco	200
5.6. Os casos de <i>hesitação</i>	209
5.7. Os casos de “ <i>se universal</i> ”	212
CONCLUSÃO	215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	228
ANEXOS	241
I. Codificação dos grupos de fatores	241
II. Prospectos e fotos relacionados ao tema	243
III. Amostragem de ocorrências de <i>presença/ausência</i> das Classes em estudo	245
IV. Amostragem de ocorrências de <i>hesitação</i>	257
V. Amostragem de ocorrências de infinitivo flexionado	258
VI. Amostragem de ocorrências de “como se”	259
VII. Amostragem de ocorrências com o “ <i>se universal</i> ”	260
VIII. Amostragem de ocorrências de <i>hipercorreção</i> (e duplo nominativo)	262

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – A VARIÁVEL SEXO no Paraná	171
TABELA 2 – A VARIÁVEL FAIXA ETÁRIA no Paraná	172
TABELA 3 – A VARIÁVEL GRAU DE ESCOLARIDADE no Paraná	172
TABELA 4 – A VARIÁVEL CLASSES DE CLÍTICOS em Curitiba	175
TABELA 5 – A VARIÁVEL SEXO em Curitiba	180
TABELA 6 – A VARIÁVEL FAIXA ETÁRIA em Curitiba	181
TABELA 7 – A VARIÁVEL GRAU DE ESCOLARIDADE em Curitiba	182
TABELA 8 – A VARIÁVEL CLASSES DE CLÍTICOS em Londrina	183
TABELA 9 – A VARIÁVEL PESSOA DO VERBO em Londrina	186
TABELA 10 – A VARIÁVEL SEXO em Londrina	188
TABELA 11 – A VARIÁVEL FAIXA ETÁRIA em Londrina	189
TABELA 12 – A VARIÁVEL GRAU DE ESCOLARIDADE em Londrina	190
TABELA 13 – A VARIÁVEL CLASSES DE CLÍTICOS em Irati	191
TABELA 14 – A VARIÁVEL FAIXA ETÁRIA em Irati	197
TABELA 15 – A VARIÁVEL SEXO em Irati	198
TABELA 16 – A VARIÁVEL GRAU DE ESCOLARIDADE em Irati	199
TABELA 17 – A VARIÁVEL CLASSES DE CLÍTICOS em Pato Branco	200
TABELA 18 – A VARIÁVEL SEXO em Pato Branco	207
TABELA 19 – A VARIÁVEL FAIXA ETÁRIA em Pato Branco	208
TABELA 20 – NÚMEROS ABSOLUTOS DOS FALANTES QUE USAM FORMAS CONCORRENTES	210
TABELA 21 – DISTRIBUIÇÃO POR LOCALIDADE DOS VERBOS DAS OCORRÊNCIAS DE <i>HESITAÇÃO</i>	211
TABELA 22 – NÚMEROS ABSOLUTOS DOS DADOS SOCIAIS DO FALANTE QUE USA O <i>SE</i> UNIVERSAL	213

LISTA DE GRÁFICOS E DE MAPAS

GRÁFICO 1 – A VARIÁVEL LOCALIDADE no Paraná	162
GRÁFICO 2 – A VARIÁVEL CLASSES DE CLÍTICOS no Paraná	165
GRÁFICO 3 – A VARIÁVEL PREDICAÇÃO DO VERBO no Paraná	168
GRÁFICO 4 – A VARIÁVEL ANIMACIDADE DO SUJEITO no Paraná	169
GRÁFICO 5 – A VARIÁVEL SENTIDO GENÉRICO DO VERBO no estado do Paraná	170
GRÁFICO 6 – A VARIÁVEL CLASSES DE CLÍTICOS em Curitiba e Londrina	184
GRÁFICO 7 – A VARIÁVEL PREDICAÇÃO DO VERBO em Londrina	187
MAPA 1 – PESOS RELATIVOS DE APAGAMENTO DE CLÍTICOS ANAFÓRICOS no estado do Paraná	164

RESUMO

Como resultado das nossas pesquisas em torno do reflexivo *se*, percebemos diferenças e contradições no trato desse pronome, que creditamos serem devidas também ao fato de tratar-se não de um *SE*, mas de “vários”. Com vistas a um estudo variacionista do comportamento de *SE*, constituímos a nossa amostra com dados do Projeto VARSUL do estado do Paraná e estabelecemos, como o principal objetivo desta tese, a descrição do apagamento do *se* na função sujeito e de *me*, *te*, *se* e *nos* na função objeto. Estava definida a nossa variável dependente: PRESENÇA/AUSÊNCIA de *SE*. A ela somamos 12 variáveis independentes (8 lingüísticas e 4 sociais), para dar aos nossos dados o tratamento previsto pela Sociolingüística Quantitativa de LABOV (1972). De posse da avaliação da relevância, em termos estatísticos, de cada um dos grupos de fatores (lingüísticos e sociais), constatamos que as classes com maiores pesos relativos de ausência são a do *enfático* (.94 em Irati e .95 em Pato Branco) e a do *indeterminador* (.79 em Pato Branco e .70 em Curitiba). E as mais resistentes ao apagamento, comuns a três das quatro cidades em estudo, são a do *reflexivo* e a do *recíproco*. Quando *se* reflexivo e *se* recíproco não expressam 100% de presença, têm peso relativo de ausência menor do que .36 (este, relacionado aos cinco casos de apagamento do *se* recíproco em Irati). Em relação à variável *localidade*, são os seguintes os pesos relativos de ausência: .71 em Londrina, .67 em Curitiba, .45 em Pato Branco, .25 em Irati. Quanto à variável *sexo*, só selecionada para Pato Branco, temos .59 de ausência para o sexo feminino. Sobre a variável *faixa etária*, selecionada estatisticamente para Irati e Pato Branco, constatamos que o apagamento é favorecido pelos informantes da primeira faixa etária (entre 25 e 49 anos), isto é, pelos mais jovens, tanto de um quanto de outro lugar (.73 de ausência em Irati, .56 em Pato Branco). Registramos que a variável *escolaridade* não foi selecionada para nenhuma das quatro cidades em estudo. Estivemos tentados a relacionar o nível primário ao maior apagamento, mas, na verdade, o que tínhamos eram faixas de escolaridade com índices percentuais muito próximos; por isso mesmo não relevantes estatisticamente. Constatamos, por fim, que os resultados apontam o *vazio anafórico* como uma variante “boa de briga” (45% de ausência do total de 3829 dados), mas não nos permitem explicar o *apagamento* por uma das variáveis sociais do projeto (sexo, faixa etária, escolaridade e localidade).

PALAVRAS-CHAVE: apagamento de *SE*; pronomes reflexivos; sujeito nulo; objeto nulo; português da região Sul; Projeto VARSUL.

ABSTRACT

As a result of the present research about the reflexive pronoun *se*, differences and contradictions were reported as to the tract of this pronoun believed to be due to the fact that it may not be one *SE*, but “several ones”. Aiming at a variationist study of the behavior of *SE*, a sample was prepared from data of the VARSUL Project of the State of Paraná and the description of the deletion process of *se* in the subject function and of *me*, *te*, *se* and *nos* in the object function was established as the principal objective of this dissertation. Therefore the PRESENCE/ABSENCE of *SE* was defined as the depending variable. Twelve independent variables (8 linguistic, 4 social ones) were added to give the present data the treatment provided by the Quantitative Sociolinguistics of LABOV (1972). After a statistical relevance assessment of every group of factors (both linguistic and social), it became evident that the classes with the highest relative absence weights are the *emphatic se* (.94 in Irati and .95 in Pato Branco) and the *indeterminate se* (.79 in Pato Branco and .70 in Curitiba). Whereas the most resistant to deletion, common to three out of the four cities under study, are the *reflexive se* and the *reciprocal se*. Whenever the reflexive *se* and the reciprocal *se* do not express 100% of presence, they have a relative absence weight lower than .36 (this related to the five deletion cases of the reciprocal *se* in Irati). Regarding the variable *location*, the relative absence weights are the following: .71 in Londrina, .67 in Curitiba, .45 in Pato Branco, .25 in Irati. Regarding the variable *sex*, only selected for Pato Branco, numbers are .59 of absence for the female sex. About the variable *age range*, statistically selected for Irati and Pato Branco, the deletion is favored by informants of the first age range (between 25 and 49 years), that is, by the youngest ones, both from one location and from the other (.73 of absence in Irati, .56 in Pato Branco). It should be said that the variable *education* was not selected for any of the four cities under study. Relating the primary level to a higher deletion level was tempting but, actually, there were education ranges with very close percentages; therefore, not statistically relevant. Finally, the results point to an *anaphoric void* as a “tough” variant (45% of absence out of total 3,829 data), yet not allowing to explain *deletion* through one of the social variables of the project (sex, age range, education and location).

Key words: deletion of *SE*; reflexive pronouns; null subject; null object; southern Brazilian Portuguese; VARSUL Project.

INTRODUÇÃO

Um estranhamento inicial diante das seguintes realizações de fala, como em (1), (2) e (3), me proporcionou as primeiras reflexões sobre o tema desta tese: o pronome reflexivo *se*.

- (1) *João forma no próximo período.*
- (2) *Minha mãe aposentou nova.*
- (3) *Ele machucou e não sabe como.*

Com o ingresso no doutorado, o contato com a Sociolinguística e a participação em congressos¹, passo a escrever os primeiros textos sobre as formas que os verbos podem assumir para anunciar serviços do tipo: *aluga-se*, *forra-se*, ou *faço*, *vendo*, ou *pintamos*, *costuramos*, ou *vende*, *aluga*. As formas verbais seguidas de *se* e as conjugadas na primeira pessoa do singular ou do plural traduzem informações sob a orientação de uma gramática tradicional pautada no modelo latino clássico² e as construções semelhantes a *vende* e *aluga* não são descritas pela grande maioria dos autores³ que seguem este modelo de gramática. Na verdade, quando há referências ao pronome *se*, neste modelo de gramática, são referências à voz passiva pronominal, conforme (4), citado por CEGALLA (1977: 141), ou à indeterminação do sujeito, conforme (5), citado por KURY (1997: 38).

¹ Considerar BANDEIRA (2003, 2004, 2006).

² À luz de Mattos e Silva (1989), estamos entendendo como “Gramática Tradicional” a que se pauta, principalmente, nos estudos de Platão (V-IV a.C.), de Dionísio da Trácia (II a.C.), de Varrão (I a.C.), de Quintiliano (I d.C.), de Donato (IV d.C.) e de Prisciano (V d.C.), porque estes eram os “escritores-usuários” que serviriam de modelo para a construção de regras que constituiriam a variedade de maior prestígio social. Esta orientação, segundo Mattos e Silva (1989:33) impõe que os modelos de reflexão sobre a língua portuguesa sejam os latinos, porque dados pelo que essa autora chama de Tradição Gramatical.

³ Como exceções à regra, GUÉRIOS (1964:136-7) propõe que a frase *Procura um pedreiro* seja tratada como um recurso de indeterminação, e BECHARA (2004:224) cita os verbos *chamar*, *machucar*, *formar*, dentre outros, para dizer que “elimina-se o pronome de muitos verbos que o exigem na língua padrão”.

- (4) *Regam-se as plantas. Organizou-se o campeonato. Abrir-se-ão novas escolas.*
 (5) *Vive-se bem aqui. Precisa-se de uma secretária.*

Além dos exemplos (4) e (5), consideramos outros, no capítulo 1, a seguir, para tratar do modo como a Gramática Tradicional nomeia o *se* e para apresentar algumas das contradições na classificação desse pronome. Como nos interessava, ainda, compreender as formas verbais como *vende* e *aluga*⁴, consideramos os trabalhos de MENON (1994) e de ILARI *et alii* (1996) que não só nos encaminham às construções e usos da terceira pessoa do singular sem sujeito exposto, mas também indicam algumas das pesquisas a que fazemos referência no capítulo 2. Nesse capítulo, analisamos as construções com *se* e sem concordância, como o exemplo em (6), citado por PEREIRA (1954:331),

- (6) *Conserta-se relógios.*

à luz do que MENON (1994: 228-231) propõe sobre a perda do valor passivo das chamadas *passivas sintéticas* ou *pronominais*, onde o *se*, sujeito sintático da frase, tem referência indeterminada; e, por fim, apreciamos as pesquisas de VEADO (1982), de LEMLE (1985), de MADUREIRA (2002) e outras que, de algum modo, estudam relações entre a pronominalização⁵ de formas verbais e o apagamento de pronomes em função anafórica.

⁴ Remeto o leitor aos anexos, para considerar alguns prospectos e fotos que “coletei”, ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

⁵ Estou usando *pronominalização* não no sentido de que, com a gramaticalização (cf. HOPPER & TRAUGOTT, 1993), algumas formas “passam” a pronomes, mas no sentido de que um verbo se torna pronominal com a adjunção do *se*. O que resulta dessa pronominalização é a construção, por exemplo, de sentidos que vão além do contexto de reflexividade: *se achar* pode significar *encontrar a si mesmo* e também *se sentir superior* (ou, *se metidar*). Eis um dos aspectos que pretendemos apreciar com este trabalho.

No capítulo 3, ocupamo-nos da descrição das classes de palavras que chamamos aqui de *clíticos anafóricos*, assumindo, como ILARI *et alii* (1996:134), que o *se* é anafórico⁶ e que, no exercício deste papel, de acordo com MIRA MATEUS *et alii* (1989), NUNES (1995), VILELA & KOCH (2001), TORRES *et alii* (2002), dentre outros autores, pode ser: *reflexivo (recíproco ou não), ergativo, inerente, índice de espontaneidade, apassivador, indeterminador e médio*. É bem verdade que, para fins deste trabalho, chamamos o pronome *se*, quando *índice de espontaneidade*, de *enfático* e não adotamos a classe de *se médio*, por motivos que procuramos expor nesse mesmo capítulo. Ainda no capítulo 3, tratamos das hipóteses de nossa pesquisa e do referencial teórico que as subsidia: MONTEIRO (1994), MARCUSCHI (2005), GALVES (2001) e LABOV (1972). No capítulo 4, descrevemos os procedimentos metodológicos que adotamos: constituição da amostra, codificação das ocorrências, procedimentos de contagem, dificuldades de classificação e dados excluídos. Por fim, no capítulo 5, apresentamos a análise dos resultados que obtivemos nas quatro cidades do Projeto VARSUL que estamos estudando: Curitiba, Londrina, Irati e Pato Branco.

Antes, no entanto, de considerar o objeto de estudo desta pesquisa, gostaria de retomar a frase em (6), *Conserta-se relógios*, que é citada por PEREIRA (1954:331) e também no livro didático escrito por FARACO & TEZZA (2002:59), onde serve de exemplo do que estes autores chamam de “concordância variável em construções com a palavra *se*”. Nesse livro didático, onde lemos uma crítica à Gramática Tradicional no que diz respeito aos usos do *se*, fica demonstrado que o padrão estipulado pelos compêndios

⁶ Considerar 3.1, onde procuro refletir sobre as palavras textuais de NUNES (1995: 204) em torno de sete classes de clíticos anafóricos: “*se reflexivo (recíproco ou não), se ergativo, se inerente, se índice de espontaneidade, se apassivador, se indeterminador e se médio*”.

gramaticais pode corresponder a ‘um aparato normativo excessivamente artificial’, porque não compreende a língua como um sistema heterogêneo e variável. Assim, uma forma como a dada em (6) ou não é citada (pelos tais compêndios), ou o é para servir de exemplo do que não se deve dizer; quando, na verdade, poderia ser ponto de partida para o estudo da “heterogeneidade dialetal”.

No dizer de MATTOS E SILVA (2002:11), “a heterogeneidade dialetal pode ser mais ou menos intensa e extensa, mas existe em qualquer língua, já que podemos dar por demonstrado que não há língua historicamente homogênea”. É nesse sentido que MANDRYK & FARACO (1980:114) introduzem a noção de que uma língua é um conjunto de variantes e que, como tal, “só pode ser descrita por meio de um conjunto de gramáticas”, implicando que há não uma, mas várias gramáticas para uma língua e que o julgamento dos fatos lingüísticos não poderá ser feito em sentido absoluto, mas “sempre em sentido relativo”.

O fato, no entanto, de a língua ser tomada como heterogênea não significa que ela não atente à regularidade; muito pelo contrário, tanto há regularidades no uso de formas lingüísticas que podemos falar de padrões de comportamento lingüístico de uma comunidade, o que para LABOV (1972:3) corresponde à *gramática da comunidade de fala* e, no dizer de MARCUSCHI (1998:328), à *imagem de norma explícita na fala*.

Ora, a língua portuguesa não é, nesse sentido, diferente das demais: não escapa aos fenômenos de variação e de mudança lingüística. Esses fenômenos são objeto de estudo da

Sociolinguística, ciência que leva em conta o fato de que não se pode estudar uma língua, ignorando-se o contexto social, histórico, geográfico de sua realização.

Prova deste fato é a dificuldade que eu tenho de compreender, por exemplo, qual valor teria a noção de voz passiva ou a de verbos absolutos em textos do português do século XVI, como o que está a seguir:

Os verbos impessoais da voz passiva, acerca dos Latinos, sempre denotam aução com generalidade de obrar e propriamente vêm de tôdolos verbos neutros ausolutos. Nós não temos estes verbos, mas, quando falámos per este modo, tomamos o verbo em a terceira pessoa do número singular e este pronome da terceira pessoa *se*, e, reciprocando, dizemos: *No paço se pragueja fortemente*.

Com estas palavras, João de Barros introduz, em *Gramática da Língua Portuguesa* (1540:27)⁷, o tema *Dos verbos impessoais*. Afirma que *impessoal* é o verbo que se conjuga na terceira pessoa do singular e é acompanhado do pronome *se*. Não explica qual relação estabelece entre o que chama de *voz passiva* e o que entende por *verbos impessoais*.

Chama a atenção, portanto, a afirmação de João de Barros sobre o tratamento que se poderia dar a um verbo para expressar, no século XVI, a indeterminação do sujeito. E mais, o modo como é construído esse contexto: com um verbo não-pronominal (já que não há registros sobre uma forma dicionarizada como *praguejar-se*⁸), a que se soma um pronome originalmente reflexivo. A afirmação de João de Barros poderia nos remeter, então, a algumas questões: (i) com a perda pelo português das marcas de voz passiva do latim, como

⁷ Dentre os quatro gramáticos portugueses quinhentistas, Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540), Pêro de Magalhães Gândavo (1574) e Duarte Nunes de Leão (1576), é João de Barros, em *Gramática da Língua Portuguesa*, que define gramática e desenvolve, à luz do modelo latino que imita, uma parte que chama de “conveniência”, o que permite a MATTOS E SILVA (1989:34) afirmar que “a Gramática de João de Barros é a mais completa entre as quatro primeiras reflexões sobre a língua portuguesa.”

⁸ No dicionário Aurélio (2006: 647), lemos: “*praguejar*: v. int 1. Dizer pragas ou imprecações. Ti. 2. Lançar pragas”.

passamos a estabelecer a noção de passividade?; (ii) além do contexto de indeterminação, onde mais pode ser encontrado o pronome reflexivo *se*?

Eis o tema desta tese: o pronome *se* que, na origem, era unicamente *reflexivo*⁹. Sobre a natureza desse pronome em português, diz BECHARA¹⁰ (1966:313) que “a função inicial e própria do pronome *se* é, como em latim, a de reflexivo, isto é, faz refletir sobre o sujeito a ação que ele mesmo praticou. Ex.: *O homem cortou-se*. Indica, pois, ao mesmo tempo, atividade e passividade”. Sendo assim, sempre que o pronome *se* recuperar o sujeito gramatical, *agente* do processo verbal e, em recuperando-o, indicar que o sujeito é também *paciente*, temos que o *se* é *reflexivo* e o contexto, de *reflexividade*.

Tratando do mesmo assunto, ILARI (1992:106) afirma que “as principais novidades na sintaxe dos pronomes afetam o reflexivo *se*, que assume algumas funções totalmente desconhecidas na sintaxe clássica”, e, assim, propõe que, além da função reflexiva, o *se* exerce também outras funções. Partindo dessa afirmação de Ilari, nós nos propusemos as seguintes questões:

1. De *reflexivo*, a que outras funções?
2. Da noção de *reflexivização*, a que outras noções?
3. E no exercício de diferentes funções, “quem” é o *se*?

⁹ Para indicar que a ação recaía sobre o sujeito da oração, o latim clássico empregava o pronome *se*, como no exemplo citado por ALMENDRA & FIGUEIREDO (1999: 64): *Titus Titum interrogat (Titus se interrogat. Tito interroga-se)*.

¹⁰ É de se notar que Bechara (1966: 313), embora sem esclarecer o que entende por *função*, parece relacionar a *função reflexiva* às noções semânticas de *agente* e *paciente* do processo verbal.

À luz dessas primeiras questões sobre o pronome *se*, estabelecemos os objetivos deste trabalho:

- (i) mostrar a expansão de uso desse pronome¹¹, da noção inicial de *reflexivo* a outras que assume, entre as quais a de *recíproco*, a de *indeterminador*, assim como a que vai descrever BECHARA (2004:177), com o exemplo em (7), que apresenta como um caso de voz ‘média’ ou ‘passiva com *se*’;

(7) *O banco só se abre às dez horas.*

- (ii) depois de confirmada a expansão do uso do *se*, a ponto de se tornar *universal*, como em *nós se conhecemos*, e de outros pronomes em função anafórica (*me*, *te*, *nos*), caracterizar as classes de clíticos anafóricos a serem estudadas nas cidades do Paraná, do banco de dados Varsul: Curitiba, Londrina, Irati e Pato Branco.

- (iii) descrever, com dados do banco Varsul, os contextos sintáticos de apagamento dos pronomes em questão, a exemplo dos analisados por PERINI (1989:46), ao citar, como *caso de agrupamento de forma sintática*, o exemplo em (8);

(8) *A porta abriu.*

ou dos registrados por BECHARA (2004:224), ao afirmar que “elimina-se o pronome de muitos verbos que o exigem na língua padrão: *eu formei em medicina; ele classificou em 3º lugar*”.

Classificar todos esses SEs e descrever os contextos sintáticos de seu apagamento são, então, os objetivos que traçamos para testar as nossas hipóteses iniciais¹²:

1. o apagamento dos pronomes em estudo pode ser determinado pelo uso *intransitivo* dos verbos;

¹¹ A esse respeito, citamos, à página 32 desta tese, AGUIAR (1942) que trata de cinco etapas do pronome *se*.

¹² Retomaremos estas hipóteses, no capítulo 3 e, em 3.2.1., empregaremos *transitivo com objeto nulo*, em lugar de *intransitivo*.

2. o apagamento de clíticos anafóricos pode ser determinado pelo uso de dois *modelos formais de ausência* de um termo em português brasileiro: o *sujeito* e o *objeto nulos*.

Chamaremos o *vazio* da alternância *nulo vs. lexicalizado* de categoria vazia¹³. No entanto, como já existe um dialeto brasileiro, o mineiro, em que o “apagamento” é de regra, como o *me* de *eu me machuquei*, por exemplo, que não mais se realiza (cf. VEADO, 1982; LEMLE, 1985 e d’ALBUQUERQUE, 1988), pode-se questionar se esse “apagamento” se encaixa realmente na definição de *categoria vazia*. Em MG, não havendo mais *machucar-se* mas *machucar* (um novo verbo, de um só argumento, o externo), não teríamos como pensar em co-ocorrência, isto é, em *me* em relação complementar com *ec* (*empty category*). Esta é uma questão. A outra é a não-realização de *me*, só para citar um exemplo, em *eu arrependi*. Nesse contexto, o *me* parece não ser argumento do verbo *arrepender*, como o é no contexto de *machucar*. De qualquer forma, impossível não perceber que os dois verbos anteriormente citados têm comportamentos sintáticos distintos: *machucar* admite um clítico acusativo diferente da pessoa empregada no nominativo (*eu me machuquei; eu te machuquei*); e *arrepender(-se)* não: (*eu me arrependi; *eu te arrependi*). É olhando, então, para o *me* de *eu me arrependi* que pergunto: o *me* ali seria argumento interno de *arrepender(-se)*? Entenda-se que, se a resposta for negativa, o *me* não poderia receber papel temático desse verbo e não poderia corresponder, por conseqüência, quando não-realizado,

¹³ Tomando de MIOTO *et alii* (2004:121) a imagem em que os participantes de um evento denotado pelo verbo são os argumentos do verbo, passamos a aceitar que cada verbo tem um papel temático que precisa ser atribuído a um argumento; a não-realização desse argumento implicaria, então, a não-atribuição do papel temático, o que violaria o Critério θ : “cada verbo encaixado tem um papel θ que não teria como ser descarregado se não existisse um argumento para recebê-lo. Tal argumento é exatamente a *ec* postulada” (cf. MIOTO *et alii* (2004:236)). A *ec* seria, assim, a categoria vazia que representaria o argumento não realizado, ou ainda, sem matriz fonética, que é postulada para que sejam atendidos o critério θ e o Princípio de Projeção Estendido. Sobre as categorias vazias e sua tipologia, consultar CHOMSKY (1995: 41-46), que diz: “The theory of Case requires that every argument have abstract Case (possibly realized overtly in on or another way) depending on specific morphological properties of the language”.

à noção de *categoria vazia*, que impõe que o espaço de *ec* seja ocupado por *quem* dê ao verbo a oportunidade de “descarregar” um papel temático. Procuraremos apreciar essas questões ao longo deste trabalho, considerando, fundamentalmente, o que afirma CYRINO (1996: 602): “não podemos falar de uma única categoria para o fenômeno denominado ‘objeto nulo’: o que ocorre são diversos tipos de estruturas, todas resultando numa posição de objeto que é (fonologicamente) nula”.

CAPÍTULO 1: Objeto de estudo

As primeiras gramáticas do português, como já dissemos, procuravam imitar um modelo de gramática: a do latim clássico; tanto que, com relação à descrição dos pronomes sob orientação de um modelo latino, houve quem tivesse proposto descrevê-los como expressão das declinações do latim clássico (cf. SILVA JUNIOR & ANDRADE, 1907: 246). Idéia que nos parece incorreta, não só pelo que afirmam ILARI *et alii* (1996: 155): “quase nada restou que lembre as antigas funções dos casos”, mas também pelo que propõe João de Barros (1540: 43), quando trata do “regimento” dos verbos e formula uma tentativa, que entendo equivocada, de acomodar a sintaxe do português à sintaxe latina clássica¹⁴. Se aceitamos que os casos implicavam funções sintáticas que eram indicadas por desinências (as *desinências de caso*, segundo LAUSBERG, 1974: 268) e que muitas dessas desinências se perderam já no latim vulgar (cf. WILLIAMS, 1986: 21-25), a prática de aproximar as formas do português às “antigas marcas” do latim clássico, na tentativa de entre elas estabelecer alguma correspondência sintática ou morfológica, se explica pelo fato de que a adoção do modelo latino clássico e as constantes referências ao grego antigo¹⁵ “passam a representar” a seleção de uma variedade privilegiada de língua que, por sua vez, passa a orientar o ensino de uma gramática que “reforça padrões de uso que são próprios a uma classe dominante” (cf. MATTOS E SILVA, 1989: 13).

¹⁴ Exemplos desse equívoco podem ser os que são dados como verbos que regem genitivo (João de Barros, 1540:44): *maravilho-me da grandeza de Deus, lembro-me dos seus benefícios, esquece-se dos meus pecados, porque eu uso das virtudes e careço dos vícios*. Ora, não basta que o verbo, em português, reja a preposição *de* para ser relacionado ao caso genitivo. A preposição *de*, em português, pode referir-se não só a *origem*, como também a *assunto*; entre outros significados.

¹⁵ Para tratar, por exemplo, da “Definição das Lêteras e número delas”, João de Barros (1540:2), afirma que “Lêteras, segundo os Gramáticos, é a mais pequena parte de qualquer dicção que se pode escrever, a que os Latinos chamaram *nota* e os Gregos *cara[c]ter*, per cuja valia e poder formamos as palavras”.

Por esse motivo, passamos a utilizar os casos para indicar as funções sintáticas que as palavras exercem na relação umas com as outras, isto é, para “informar as suas quedas” (*queda* no sentido de *inclinação*: substantivos e adjetivos, em latim, por exemplo, “inclinam-se” para receber *desinências*); do latim *cadere*, *cair* (cf. ARNAULD & LANCELOT, 2001: 42). E *caso* passa a ser, assim, o termo empregado pela Gramática Tradicional para expressar as funções sintáticas que os pronomes podem exercer: quando do caso *reto*, sujeitos da oração; quando do caso *oblíquo*, objetos ou complementos (CEGALLA, 1977: 113).

Tratando desses *casos*, OLIVEIRA E SOUSA (1953: 214) qualifica o pronome *se* dizendo que esse *reflexivo*

denota que a acção repercute no mesmo sujeito que a pratica. Por isso, ou por ser índice de acção recambiada, e não de agente, em nenhuma língua ele não tem nominativo ou caso recto, e é por isso que nos primórdios indo-europeus ele servia, qual hoje no eslavo, a qualquer sujeito, mesmo que este fosse da 1ª ou da 2ª pessoa: então, dizia-se, como os incultos de agora: eu se esqueci – nós se arrependemos. Mas, desde então, ao reportar-se à 1ª ou à 2ª pessoa, o reflexivo *se* podia ceder o passo aos seus concorrentes *me*, *te*, *nos*, *vos*, o que fez com que no itálico o uso das formas *sui*, *sibi*, *se* se restringisse à 3ª pessoa.

À luz de OLIVEIRA E SOUSA (1953), temos que o pronome *se* é, num primeiro momento, como em latim clássico, *anafórico* de um nominativo agente e paciente do processo verbal, conforme (9); depois, como (10), *anafórico*, mas não de um nominativo agentivo; e, finalmente, como (11), dado que extraímos do banco VARSUL, o *se* tende a *universalizar-se* como *anafórico* de todas as ‘pessoas pronominais’;

(9) *Ele se penteou*¹⁶.

(10) *Ele se casou. Ele se assustou.*

(11) *nós se damos bem, sabe? se gostamos bem* (CTB03L1373)¹⁷

¹⁶ São nossos os exemplos em (9) e (10).

o que não significa, necessariamente, a tomar pelos 8 anos de escolaridade do informante de (11), que essa realização possa estar relacionada a um maior ou menor período de formação escolar regular, como parece querer Oliveira e Sousa. Tanto que vamos verificar se há alguma relação entre a *escolaridade* e o apagamento do *se*.

Sobre a falta de pronome nominativo de terceira pessoa no latim clássico e o emprego de pronomes demonstrativos, aspecto a que também faz referência OLIVEIRA E SOUSA (1953), sugerimos uma breve consulta ao dicionarista FERREIRA (1988: 1048), a fim de que se constate que, ao contrário de *me* e *te*, acusativo e ablativo de *ego* e *tu*, respectivamente, o pronome *se* não tem nominativo e é dado como acusativo e ablativo do genitivo *sui*. Na verdade, como os demonstrativos podiam ‘recuperar’ as formas que estariam fora da interlocução, passaram a ocupar o nominativo da terceira pessoa (cf. ALMENDRA & FIGUEIREDO, 1999: 64). Mas por que *demonstrativos* se o seu uso, em latim clássico, implicava não só a função da demonstração, em seus empregos dêitico e anafórico (cf. *dêixis*, ou *designação dêitica*, e *anáfora*, em MATTOSO CÂMARA, 1964:101, 36), mas também as funções atribuídas aos pessoais, tal como registra LAUSBERG (1974: 325)?:

como pronome pessoal [grifo nosso] da terceira pessoa temos em latim clássico normalmente *is*, para realce *ille*, para realce ainda mais intenso (indicativo de exclusão) *ipse*. Os três pronomes estão uns para os outros numa relação de positivo, comparativo e superlativo.

Lausberg (1974) atribui, portanto, *status* de “nomes especiais” a pronomes que tinham formas específicas para cada gênero. O fato é que, por estarem fora do “eixo

¹⁷ Sobre o dado em (11), leia-se: de Curitiba (CTB), número da entrevista (03) e n° da linha (L) onde está o dado citado.

falante-ouvinte” (cf. Mattoso Câmara, 1964), passam a “preencher os espaços” de terceira pessoa e o *se*, então, passa a marcar a reflexividade de uma “terceira pessoa que recobre” diversas formas. Se isso explica o uso de *se* em (11), eu não sei dizer, mas pode ser um indício do porquê de tal comportamento.

Diante de um *se* tão versátil, que recobre diversas formas e constrói muitos contextos, além daquele de sua origem, nós não podíamos “ficar impunes”: o *se* é um “bom” objeto de estudo.

1.1. O pronome reflexivo *se* e o contexto de reflexividade em gramáticas de latim clássico

São unânimes as gramáticas latinas na apresentação do pronome *se*: é um pronome de valor reflexivo. ALMENDRA & FIGUEIREDO (1999: 70) dizem que “o pronome reflexo refere-se ao sujeito da oração de que faz parte”. Com essa afirmativa, propõem que o *se* é marca de *identidade* entre sujeito e objeto gramaticais. Mas não só. Quando citam o exemplo *Titus se interrogat* e mostram (cf. nota 9) que o *se* está em relação complementar a *Titum*, indicam que esse pronome é reflexivo de um sujeito de traço [+agente]. Com um exemplo que traz um sujeito agente do processo verbal, CART *et alii* (1986: 32) afirmam, sobre a terceira pessoa, que:

1. Quando o pronome pessoal não representa a mesma pessoa que o sujeito, recorre-se ao demonstrativo *is, ea, id* (pronome anafórico). *Eum video*: vejo-o. *Ei caveo*: olho por ele; 2. Quando representa a mesma pessoa que o sujeito, emprega-se o pronome reflexivo da 3ª pessoa, que tem as mesmas formas para todos os gêneros no singular e no plural. *Se videt*: ele se vê.

Para CART *et alii*, o que distingue os anafóricos dos contextos de 1 e 2 é o fato de o primeiro ser *não-reflexivo* e o segundo, *reflexivo*. De acordo com ALMENDRA & FIGUEIREDO (1999) e CART *et alii* (1986), então, o pronome *se*, em latim clássico, exercia a função de *recuperar* o *agente* da ação expressa pelo verbo. Neste sentido, o *se* se dizia *reflexivo* e o contexto, de *reflexividade*.

1.2. O tratamento da Gramática Tradicional

De acordo com PEREIRA (1954: 162), “no português, como no latim, para indicarmos o sentido *reflexo* (*reflectere*=dobrar) em que a ação verbal como que se dobra sobre o próprio sujeito que a pratica, valemo-nos de um pronome oblíquo da mesma pessoa que o sujeito”. Esse sentido, o reflexivo, é também citado (i) por ROCHA LIMA (1976: 99), quando afirma que “as formas *se* e *si* dizem-se reflexivas, porque só se podem usar em relação ao próprio sujeito do verbo. Exemplos: O capitalista matou-se. Os empregados se despediram”¹⁸ e (ii) por RIBEIRO (1920: 27) que propõe que “há ainda a fôrma da terceira pessoa pronominal denominada *pessoa reflexiva*, que é a que ocorre no discurso indicando relação de identidade com o sujeito. Esta pessoa é determinada pelos acusativos das duas primeiras, *me*, *te*, e por uma fôrma *se*”.

Observemos, porém, que, enquanto para Pereira (1954) e para Rocha Lima (1976), o pronome reflexivo *se*, além de recuperar o sujeito, como a indicar uma relação de identidade com ele, deve também “dobrar-se” sobre quem pratica a ação expressa pelo verbo; para Ribeiro (1920), diferentemente, basta que o *se* possa recuperar (*função*

¹⁸ Atentar para o fato de que Rocha Lima não distingue *se* reflexivo de *se* recíproco.

anafórica) o sujeito sintático da frase para ser chamado de reflexivo. Notemos que, aqui, já não estamos tratando do ‘mesmo’ *se* do latim clássico, mas de um *se* que tem seu uso original (o *reflexivo*) generalizando-se em direção a novos contextos (cf. LIMA, 2006). O *se* de *casar-se*, por exemplo, seria reflexivo para Ribeiro; mas não o seria para Pereira, nem para Rocha Lima, muito menos para nós, que assumimos que a noção de *identidade* está somente contida na de *reflexividade*, mas não basta para a construção desse contexto. Nos moldes como a assumimos aqui, a reflexividade é mais que a identidade entre sujeito e objeto.

CARNEIRO RIBEIRO (1890: 700), quando trata da reflexivização, admite um uso do *se* que estaria ligado a sua origem, no latim clássico. Propõe que a este uso original, o *reflexivo*, se acrescentam outros, ao afirmar que “para nós *se* é essencialmente um pronome, de que usa nossa língua, dando-lhe varios empregos e modificando-lhe diversamente a ideia reflexa que em seus primordios denotava”.

Nosso objetivo, a partir da reflexão desse último autor, é mostrar como a Gramática Tradicional nomeia o *se* e de que forma dele trata.

1.2.1. Pronome da voz reflexiva

Para CEGALLA (1977: 141), os exemplos em (12) mostram que o pronome *se* indica que o sujeito é ao mesmo tempo agente e paciente¹⁹ de uma ação, isto é, que “faz uma ação cujos efeitos ele mesmo sofre”. Para SPINA (1977: 10), não diferentemente de

¹⁹ Para o professor José V. Mercer (comunicação pessoal), há que se fazer uma crítica à afirmativa de que o “sujeito é ao mesmo tempo agente e paciente de uma ação, pois o sujeito é SÓ o pólo ativo; é o objeto que é o passivo. Por isso mesmo, correferentes”.

Cegalla, quando usamos o pronome *se*, como em (13), com um verbo de significação transitiva direta, queremos “denunciar o *sujeito* como *agente-paciente* (voz reflexa) da idéia verbal”.

(12) *O caçador feriu-se. A menina penteou-se. O preso suicidou-se.*

(13) *João feriu-se.*

De acordo com PEREIRA (1954: 161-162), o contexto que se denomina pronominal é o que vem “sempre acompanhado de um pronome oblíquo da mesma pessoa que o sujeito” e de “um pronome que tem por função indicar a reflexividade”. Para Pereira, esse contexto, que parece ser o de reflexividade, implica, sempre, a pronominalização da forma verbal, como os exemplos em (14).

(14) *Eu me firo, tu te feres, êle se fere – ferir-se.*

O que chama a nossa atenção, relativamente às palavras de Pereira, é o fato de esse autor considerar, inicialmente, que o pronome *se* tem por função indicar a reflexividade e, depois, tratando de voz passiva, fazer referência a uma forma de “passiva com o pronome reflexivo *se*” (cf. Pereira, 1954: 339). Neste sentido, parece possível perguntarmos: qual o significado da reflexividade em Pereira (1954) e como o pronome *se* pode chamar-se reflexivo em contexto de voz passiva?

Já MATTOSO CÂMARA (1964: 223) chama a atenção para o traço [+ agente] do sujeito gramatical, classifica de *voz medial* a construção “em que à forma do verbo na voz ativa se adjunge um pronome adverbial átono, referente à pessoa do sujeito” e cita, como exemplos dessa voz, os que estão em (15).

(15) *eu me feri, tu te feriste, ele se feriu.*

Nenhum dos autores anteriormente citados diz, literalmente, que, no contexto dos exemplos sugeridos, o *se* possa chamar-se *reflexivo*. Ou fazem referência à voz do verbo (reflexiva, média) ou ao contexto de reflexividade. Não dizem claramente o que podemos entender por reflexividade nem analisam formas verbais pronominalizadas que podem se acompanhar de pronome oblíquo átono sem que “signifiquem” reflexivização, nos termos dados pelo latim clássico. Enfim, aqui parece haver confusão entre a ação de *pronominalizar* verbos e a *reflexivização* do processo verbal.

CEGALLA (1977: 141) é, dentre os autores consultados, o que, em nota, registra que “a maioria dos autores atribui sentido reflexo a verbos que designam sentimentos, como *queixar-se*, *alegrar-se*, *arrepender-se*, *zangar-se*, *indignar-se*, etc, que, a rigor, não passam de verbos meramente pronominais. [...] A prova de que não são reflexivos é que não se pode dizer, por exemplo, *zango-me a mim mesmo*”. Cegalla distingue, portanto, a noção de *reflexividade* (ainda que não a explique claramente) da noção de *pronominalização* de formas verbais.

Registremos, finalmente, a classificação que TORRINHA (1934:139-140) propõe para as vozes verbais. Diz esse autor que “a voz pode, pois, ser activa ou passiva”. Torrinha não faz referência à voz reflexiva, mas cita que “os verbos podem ser transitivos, reflexos e intransitivos”. Segundo Torrinha, os verbos “reflexos são aqueles cuja ação recai sobre quem a pratica”, conforme o exemplo em (16).

(16) *Pedro feriu-se.*

Sobre as afirmações de Torrinha, poderíamos perguntar: como denominar e a qual função relacionar o *se* do contexto em (16) e que voz pode abrigar os verbos que, segundo Torrinha, são verbos reflexos?

1.2.2. Pronome reflexivo recíproco:

Para tratar dos ‘modos’ como o pronome *se* pode aparecer na frase, CEGALLA (1977: 360) cita (17) para afirmar que, ali, *se* é “pronome reflexivo, com a função de objeto direto dos verbos reflexivos recíprocos”. Cegalla não dá outras informações sobre a reciprocidade e não distingue reflexividade de reciprocidade.

(17) *Amam-se como irmãos.*

PEREIRA (1954: 329) chama de *recíproco* o pronome *se* que está em (18) e afirma, o que me parece ser uma diferença entre a reflexivização e a reciprocidade, que nesta “a ação refletida para o sujeito composto não recai, entretanto, no indivíduo que a pratica”.

(18) *Êle e ela amavam-se recíprocamente.*

Percebe-se, assim, que Pereira não discute como distinguir *se reflexivo* do *se recíproco*, mas propõe que o *se recíproco* não corresponde, em termos semânticos, ao *se reflexivo*.

LUFT (1978:133) não qualifica a reciprocidade nem a reflexividade, mas propõe que ao reflexivo corresponda a expressão *a si mesmo* e ao recíproco, *uns aos outros*. Essas expressões, que ROCHA LIMA (1976:287) chama de *apostos esclarecedores*, podem ser empregadas, segundo esse mesmo autor, “para prevenir possível falta de clareza quanto à

compreensão da reflexividade, ou da reciprocidade: a) reflexividade: *a si mesmo- a si próprio*; b) reciprocidade: *um ao outro – reciprocamente – mutuamente*”.

Sem tratar claramente de valores contextuais, ROCHA LIMA (1976:214) registra que uma frase como (19) pode significar “à primeira vista, quando não esclarecida pelas precedentes ou seguintes, que *os pais se amam um ao outro* e não que *os filhos os amam* ou *eles são amados pelos filhos*”.

(19) *Amam-se os pais com fervor.*

Rocha Lima trata aqui de uma possível confusão entre a *passividade* e a *reciprocidade* dada pelo uso do *se* quando com verbos transitivos diretos flexionados em número, ou melhor, conjugados na 3ª pessoa do plural para concordar em número com o sujeito composto. Embora não tenhamos tido acesso a mais informações sobre a reciprocidade, o registro que propõe Rocha Lima sobre (19) nos remete ao fato que o pronome *se* pode assumir diferentes acepções em face das unidades lingüísticas que com ele se combinarem.

1.2.3. Pronome integrante de verbos essencialmente pronominais:

PEREIRA (1954:162) considera que há um grupo de verbos, como *arrepender-se*, *condoer-se*, *abster-se*, *queixar-se*, *dignar-se*, *indignar-se*, que “nunca aparece na frase desacompanhado de pronome oblíquo”. Há autores, no entanto, que apontam o emprego de verbos desta natureza, sem pronome. OLIVEIRA E SOUSA (1953:265), por exemplo, registra *êle queixou de mim* e afirma que “não há verbo essencialmente reflexivo, isto é, que não possa usar-se sem o pronome *me*, *te*, *se*, etc”.

Parece-nos que Pereira (1954) e Oliveira e Sousa (1953) tratam diferentemente a pronominalização de formas verbais: para o primeiro, existem verbos que só podem ser empregados se acompanhados de pronome oblíquo; para o segundo, não existem verbos de uso essencialmente pronominal. Esse tratamento diferenciado dado a verbos que preferimos chamar, como LEMLE (1985: 122), de *intrinsecamente reflexivos* nos permite que seja formulada a seguinte questão: como são definidos os verbos cuja entrada lexical não admite construções outras que não a construção com o anafórico²⁰?

Para SILVIO ELIA (1976:61-62), a questão é de purismo gramatical, pois afirma que “os puristas não gostam de ‘deparar com’²¹; mas é da língua corrente, e há bons escritores que usam essa regência” e cita Casimiro de Abreu (1839-1860): “*De repente entre os meus papéis deparei com um número já antigo do Brás Tisana*”.

Para ROCHA LIMA (1976:309), é uma questão de ‘analogia’ com verbos que são acompanhados de um *se* que pode exercer função sintática, pois afirma que

verbos como *arrepender-se*, *abster-se*, *ater-se*, *atrever-se*, *dignar-se*, *esforçar-se*, *queixar-se*, *ufanar-se*, etc trazem preso a si um pronome reflexivo *fossilizado*. Tais verbos, ainda que pronominais, não têm objeto direto, nem indireto. Aliás, *ninguém pode arrepender outrem, nem a si* -, devendo, então, ter surgido o pronome por analogia com outros verbos, tais como: *aborrecer-se*, *magoar-se*, *ferir-se*, nos quais o pronome é realmente o objeto direto.

²⁰ Em MATTOSO CÂMARA (1964: 36), lemos que *anáfora* é “qualquer referência a um termo já constante do contexto”. Com as leituras que, aos poucos, fomos fazendo, percebemos que esse termo, do grego *aná* (para trás) e *forên* (trazer, levar), pressupõe um movimento retroativo, que pode ir além do contexto lingüístico e da relação anaforizado-anaforizante. Além das reflexões em torno desse tema, que registramos em 3.2., sugerimos a leitura de APOTHÉLOZ (1995) e de MILNER (1982), *apud* CAVALCANTE *et alii* (2003: 53-130), a respeito dos tipos de anáfora (infidel, por nomeação, por silepse, associativa etc) e, particularmente, sobre a referência virtual do anaforizado.

²¹ Ora, segundo Silvio Elia (1976), para os puristas só existe uma forma “aceitável”, que é *deparar-se com*.

Segundo CEGALLA (1977:361), a pronominalização de formas verbais pode implicar a construção de sentidos, pois o pronome *se*, em verbos que ele chama de pronominais, tais como: *queixar-se*, *arrepender-se*, *alegrar-se*, *converter-se*, *afastar-se*, é dado como “parte integrante de verbos que exprimem sentimentos, mudança de estado, movimento, etc”.

De acordo com SAID ALI (1957:91), o pronome *se*, em contextos de verbos essencialmente pronominais, não exerceria função sintática, mas implicaria o envolvimento do sujeito no processo verbal. Para esse autor, “em *afligir-se*, *aborrecer-se*, *exercitar-se* e tantos outros, não concebemos a pessoa como agindo ou praticando tal ou tal ato sobre si; o que aí se anuncia é um *estado d’ alma*, *um afeto*, *um sentimento*, do mesmo modo que nos verbos *ufanar-se*, *arrepender-se*, *admirar-se*, etc”.

CUNHA & CINTRA (1985:395) citam *apiedar-se*, *condoer-se*, *queixar-se*, *suicidar-se* como verbos que só são usados na forma pronominal e sobre eles dizem que “muitos verbos são conjugados com pronomes átonos, à semelhança dos reflexivos, sem que tenham exatamente o seu sentido”. Para esses autores, o uso pronominal de uma forma verbal pode não implicar a construção do contexto de reflexividade, mesmo que o pronome objeto seja da mesma pessoa do sujeito gramatical.

Sobre o que foi proposto anteriormente neste item, dois são os aspectos que sobressaem e, de certa forma, de maneira confusa: a classificação do *se*, ora como pronome ora como morfema, e a “crença” de que alguns verbos só se possam empregar pronominalizados, dando origem aos chamados verbos *essencialmente* pronominais. Não

estão claras as razões dessa classificação nem quanto às “características” dos verbos de que se exigiria a pronominalização, nem quanto às funções do *se* nesse contexto.

1.2.4. Pronome de valor expletivo (ou de realce):

O pronome *se*, com valor expletivo, de acordo com CEGALLA, (1977: 361), “transmite à ação verbal mais vigor, ênfase, ou certa espontaneidade”. Para Cegalla, o *se*, nos exemplos em (20), não tem valor gramatical, mas estilístico e não exerce função sintática.

(20) *As moças sorriram-se agradecidas. Vai-se a primeira pomba despertada. O infeliz africano morria-se de medo.*

Considerando-se os exemplos em (20), observamos que, mesmo sem o emprego do *se*, o processo verbal parece não sofrer alteração no seu sentido básico. O que, para OLIVEIRA E SOUSA (1953: 266), acerca dos exemplos em (21), [nossa numeração], significa que “junto a verbo intransitivo o pronome reflexivo *se* converte em partícula exprimidora de acção concentrada no sujeito”.

(21) *Vou embora ou vou-me embora. Eu me saí e me fui embarcar. Aconteceu-se que a velha ama era natural desta terra. Tornei-me lá vinte anos depois.*

Os exemplos em (20) e (21) nos mostram que *me* e *se* não “promovem”, naqueles contextos, a construção de um sentido que torne distintos *ir* e *ir-se*, *sair* e *sair-se*, *tornar* e *tornar-se*, por exemplo. Podemos, entretanto, facilmente inserir as formas verbais *ir-se*, *sair-se* e *tornar-se* em outros contextos onde poderiam “significar” *desaparecer/morrer*, *obter êxito/desaparecer*, *vir a ser/transformar-se*, respectivamente; o que nos remete ao

fato de esses pronomes “poderem” deixar de ser usados no contexto de *realce* já que estão licenciando a construção de “novos sentidos”, ou melhor, o seu uso já estaria implicando a especialização do sentido de um verbo. *Vou-me*, por exemplo, não estaria mais em relação complementar com *vou*, porque passaria a “significar” diferentemente.

ROCHA LIMA (1976:310) afirma que verbos, tais como *vestir* ou *vestir-se*, *enfileirar* ou *enfileirar-se*, *casar* ou *casar-se*, *passar* ou *passar-se*, *inclin*ar ou *inclin*ar-se, *recolher* ou *recolher-se*, *levantar* ou *levantar-se*, podem ser empregados “ora com a forma absoluta, ora com pronome reflexo”, sem que o emprego do pronome implique alteração de sentido. Diferentemente de Rocha Lima, penso que os verbos *casar* e *levantar*, particularmente, têm alteração de sentido quando pronominalizados²².

Cito, ainda, PEREIRA (1954:163) que afirma termos, em (22), verbos neutros (porque nem ativos, nem passivos) que são aqueles que enunciam “apenas um estado ou qualidade do sujeito que, neste caso, não é *agente* nem *paciente*, tais como os verbos: *ser*, *estar*, *ficar*, *viver*, *morrer*, *dormir*, *cair*”.

(22) *Êle se morre por laranjas. De poesia se vive entre estes aldeãos. Êle se foi embora.*

Eu não incluiria o verbo *viver*, do exemplo *De poesia se vive entre os aldeãos*, entre os de valor expletivo. ROCHA LIMA (1976:206) dá, como exemplo de indeterminação do agente, a frase em (23), que para mim é em nada diferente da que Pereira (1954) coloca entre as que indicam “uma certa espontaneidade do sujeito”.

(23) *Vive-se bem aqui.*

²² Considerar item 3.1.3.: Descrição de *se inerente*.

Para ILARI (1992: 107), o pronome *se*, quando aplicado a verbos intransitivos para realçar a espontaneidade da ação expressa pelo verbo, dá origem a formas modernas como “o rom. *a se veni (vir-se)*, it. *andarsene*, fr. *s'en aller*, port. esp. *irse*”. O pronome *se*, para esse autor, nos contextos de *vir-se* e *ir-se*, não implica mudança de sentido do processo verbal, mas serve para pôr em destaque a ação expressa pelo verbo.

Sobre o *se* expletivo ou de realce, somente uma questão não me parece clara: a que ou a quem serve a função de “dar realce” atribuída ao *se*, neste contexto: ao sujeito, ao processo verbal? De qualquer forma, esse ponto não me parece relevante, já que o ‘nome’ com que se classificou o *se*, aqui, aponta claramente para o fato de que ele é expletivo, ou seja, é “desnecessário ao sentido da frase”, só lhe conferindo “maior força ou graça” (cf. FERREIRA, 2006: 389)²³. A questão, para mim, mais importante neste momento, diz respeito à *dessemantização*, mecanismo que aponta para a *perda do conteúdo semântico* de um item gramatical (cf. HOPPER & TRAUGOTT, 1993: 87)²⁴ e que pode encontrar o seu ‘ápice’ aqui: o *se*, neste contexto, particularmente, parece estar “completamente desprovido” da noção de reflexivização, isto é, fez-se *opaco* (cf. MADUREIRA, 2002: 123).

²³ Embora se diga que o *se*, no contexto de realce, só expresse maior “força e graça” e que isso não implicaria a construção do sentido de um verbo, eu gostaria de destacar que algum “valor” pode haver no uso do *se* *enfático* (pode não servir para distinguir, em alguns contextos, *vir* e *vir-se*, por exemplo; mas não teria algum valor, em termos semânticos?).

²⁴ Heine & Reh (1984), *apud* Hopper & Traugott (1993:87), caracterizam a *gramaticalização* como uma evolução onde unidades lingüísticas perdem complexidade semântica, significância pragmática, liberdade sintática e substância fonética.

1.2.5. Pronome apassivador:

De acordo com SILVA NETO (1988: 239), a passiva em *-r*, de uso clássico, cedeu lugar às formas analíticas, de uso popular: “uma combinação do particípio pretérito com *esse*: em vez de *littera scribitur*<*littera scripta est* - e a adoção da partícula apassivadora *se* – *Myrina quae Sebastopolim se vocat*”. Para Silva Neto, as desinências *-r*, *-ris*, *-tur*, *-mur*, *-mini*, *-ntur*, que no latim clássico podiam significar voz passiva ou voz depoente, foram substituídas por uma forma analítica ou pelo *se*.

De fato, a desinência *-r*, em latim clássico, imprimia sentido passivo a um verbo não-depoente (*amor = sou amado*), mas não imprimia esse mesmo sentido quando empregada com uma forma verbal depoente (*mentior = minto*). Ou seja, em termos formais, o latim clássico dispunha de uma forma em *-r* que, “dependendo” do verbo, podia expressar sentido passivo ou sentido ativo. O latim vulgar, diferentemente, “perde” esse conceito de deponência; o que, segundo LAUSBERG (1963: 379), nós podemos constatar com as deponências do latim clássico que passam para a conjugação ativa. Como em latim clássico já havia a forma analítica *amatus sum*, para expressar pretérito perfeito, o latim vulgar passa a traduzir esta forma como sou amado e a empregar *amatus fui* para dizer fui amado e “assim manter a distinção de tempo” (cf. SILVEIRA BUENO: 1967: 20). É deste modo que *amor*, que no latim clássico significava sou amado, deixa de existir no latim vulgar.

A outra forma verbal citada por Silva Neto, *vocat*, está antecedida pelo *se*, mas, como está a indicar um *uso popular*, segundo esse mesmo autor, não ‘significa’, como em latim clássico, que o sujeito é agente e paciente do processo verbal; neste caso, não se pode

traduzir por *chama a si mesmo*, mas por *é chamada*, com sentido passivo e em relação complementar a *uocatur*, forma clássica correspondente. Mais um exemplo para indicar, de acordo com SILVA NETO (1988: 239), que “no que toca às vozes, desde cedo a língua corrente se desembaraçou dos depoentes [...]” e “quanto à passiva em -r, [...] é evidente que cedo saiu do uso, para ceder lugar às formas analíticas”. Silva Neto (1988), então, sugere que a voz passiva pode ser expressa de dois modos: com formas analíticas e com o *se*. No entanto, não dá exemplos de como o português lida com ambos os modos, nem trata, em termos semânticos, de sentenças com o verbo *chamar-se*.

Já PEREIRA (1954: 161) diz que a passividade, em português, corresponde a três usos: 1) ao de *ser* e *estar* seguidos de particípio passado de verbos ativos: “*ferir=ser ferido* ou *ferida*, *estar ferido* ou *ferida*”; 2) ao do infinitivo, como complemento de adjetivo: “*osso duro de roer* (=de ser roído), *lição fácil de aprender* (=de ser aprendida)”; 3) ao do pronome *se*, “que se diz então partícula apassivadora, tôdas as vêzes que o sujeito não for o agente da ação verbal, ou por ser inanimado ou porque o sentido mostra que êle é apenas o *paciente*”, como os exemplos em (24).

(24) *Cortam-se árvores. Aluga-se esta sala. Compram-se livros usados.* (exemplos de Pereira)

Pereira (1954) propõe que a noção semântica de passividade pode ser construída, em termos sintáticos, com o pronome *se*. Me parece confuso, entretanto, o modo como nomeia o *se* (é pronome reflexivo e partícula apassivadora) e incompreensível o tratamento que dá ao *se* quando uma ação verbal não é descrita com a indicação do seu agente. Pereira não diz, nesse caso, qual função (semântica?) seria aí exercida pelo *se*.

CEGALLA (1977: 361) cita os exemplos em (25) e afirma que o *se* é pronome apassivador quando “forma a voz passiva pronominal”. Esse autor não diz qual a função do *se* neste contexto de voz passiva, mas, preocupando-se em que *carros* e *honras* concordassem em número com *viam* e *dêem*, respectivamente, parece indicar que *carros carregados de madeira* e *todas as honras* sejam o sujeito gramatical de cada uma das frases dadas em (25):

(25) *Ainda se viam ali carros carregados de madeira. Justo é que se dêem todas as honras a um personagem tão desprezado.*

ROCHA LIMA (1976: 286) afirma que o pronome *se* representa o sujeito paciente da ação verbal, ao propor que, quando “o ato não emana do sujeito, que é apenas o paciente, temos, no pronome que o representa, a *partícula apassivadora*”, conforme (26):

(26) *Despediram-se os empregados faltosos e admitiram-se alguns dos candidatos.*

Em relação ao sentido de *despediram-se* em (26), é importante notar que a passividade daquele contexto é construída, possivelmente, com o *se*, mas não somente por ele. Em (26), me é clara a importância de *admitiram-se*, por exemplo, na construção do sentido passivo. Isso não seria uma indicação de que também, nesse contexto, o *se* tende à opacidade (cf. *bleaching*, em HOPPER & TRAUGOTT, 1993: 87-92)?

RIBEIRO (1920:219) cita os exemplos em (27), afirma que “a língua portuguesa possui uma voz média passiva com o pronome *se*” mas não faz referência ao papel desse pronome na voz que chama de “média passiva”. Ribeiro não explica o que entende por voz

média, nem faz referência, por exemplo, ao “cuidado de concordar”, em número, *casas* e *fizeram-se*, *a terra* e *preparou-se*, *cartas* e *escreviam-se*.

(27) *Fizeram-se casas. Preparou-se a terra. Escreviam-se cartas.*

MATTOSO CÂMARA²⁵ (1964: 47) distingue *se* *apassivador* do *agente* da ação verbal; confere ao *se* a função de “ligar” um sujeito paciente à ação expressa pelo verbo e afirma que *apassivador* é a qualificação dada ao pronome *se*

quando deixa de caracterizar a voz medial e se reporta a um sujeito de 3ª pessoa que na representação lingüística não figura como sujeito ativo; *aluga-se esta casa*, *quebrou-se o vaso*. Cria-se, pois, uma voz pronominal passiva, ou médio-passiva, em que predomina a ação verbal reportada ao paciente pelo pronome *apassivador* e com a apresentação do agente completamente eliminada.

SILVA DIAS (1970: 106) cita (28), afirma, diferentemente de Mattoso Câmara (1964), que é possível a indicação do agente da ação expressa pelo verbo quando o pronome *se* é empregado, e propõe que “a conjug. reflexa, na 3ª pessoa, também serve de voz passiva; no port. moderno, porém, em geral, só quando se designa o agente”.

(28) *Aqui se escreverão novas histórias por gentes estrangeiras que virão.*

Silva Dias (1970) considera (28) para afirmar que o *se* pode coexistir com o *agente da passiva*, porque seria morfema da *conjugação reflexa*, o que o “impediria” de ser o *agente da passiva*. Para Silva Dias (1970), portanto, o pronome *se* corresponde ao morfema latino de 3ª pessoa [-*tur*], que forma com o verbo um complexo verbal de sentido passivo, já que a agentividade da ação expressa pelo verbo é exercida pelo agente da passiva.

²⁵ Para Mattoso Câmara (1964), a reflexividade com *se* chama-se voz medial e a voz passiva com *se* chama-se médio-passiva.

Quando Mattoso Câmara (1964), porém, propõe, embora sem afirmar claramente, que a apresentação do agente da ação verbal é eliminada com a apresentação do *se apassivador*, entendemos que este pronome, mais do que uma “ponte” que liga um sujeito paciente à ação expressa pelo verbo, passa a ser o agente dessa ação. Ou seja, com a não apresentação sintática do agente da passiva, o *se* passa a exercer o papel de *agente*. Como *agente*, desobriga a concordância entre o verbo e o complemento (*sujeito*, para a Gramática Tradicional). É o que MONTEIRO (1994: 126) registra, ao propor que se comprova “historicamente que o *se* evoluiu de reflexivo a passivo e daí a pronome indeterminador do sujeito”.

SANTOS (1996: 21), analisando sintaticamente (29), afirma que *luz* é sujeito determinado simples e sujeito paciente porque não pode desenvolver o processo expresso pelo verbo e que *se* é pronome apassivador, já que “a luz não pode ver, só pode ser vista”. Para Santos, essa sintaxe só se dá com verbo transitivo direto e sujeito determinado.

(29) *Via-se uma luz na neblina.*

Eis a questão: no espaço das gramáticas normativas de língua portuguesa, a frase em (29), dada por Santos (1996), é classificada como passiva sintética ou pronominal, mas, ao contrário, no “mundo” dos falantes nativos do português brasileiro, não tem sentido passivo em todas as variedades dessa mesma língua.

NASCENTES (1938: 261)²⁶ afirma, por exemplo, relativamente a *vendem-se casas*, que “a idéia é de que alguém, que não se sabe quem seja, vende casas e não que casas sejam vendidas por alguém. A prova é que na linguagem vulgar o verbo vai para o singular”. A questão apontada por Nascentes (1938) não é da ordem da “linguagem vulgar”, pois MENON (1994, 2006:133) mostra, com dados da norma urbana culta do português do Brasil, que “houve 103 ocorrências de [se + verbo no singular + “sujeito” plural], isto é, três vezes mais dados que da forma considerada correta pela GT”. Esses 103 casos foram incluídos por Menon (1994) na variante *se*, empregada como pronome sujeito de referência indeterminada.

SCHERRE (2005: 82), referindo-se ao exemplo em (30), diz que a argumentação das gramáticas normativas sobre a transitividade dos verbos e o *se* não é consistente.

(30) *Doa-se/vende-se lindos filhotes de poodle.*

Dizer que, com verbo transitivo direto, o *se* é pronome apassivador e que, com verbo intransitivo ou transitivo indireto, é índice de indeterminação do sujeito não basta, segundo Scherre, para que se proceda à concordância obrigada pelo número do sujeito, em caso de *se* apassivador. Para SCHERRE (2005: 87), “a ausência de verbo plural em *doa-se filhotes* ocorre pelo fato de o falante/escritor nativo não interpretar *filhotes* como sujeito e sim como objeto direto”; o que nos possibilita a afirmação de que o exemplo em (30) pode ser compreendido como uma estrutura ativa com indeterminação do sujeito, tal como (31), de que falaremos a seguir.

(31) *Precisa-se de carpinteiros.*

²⁶ Em Nascentes (1933: 257), lemos que os brasileiros empregam “*aluga-se cômodos*, em vez de *alugam-se cômodos*”. Observar que a edição de 1938, que está no corpo do texto, “reflete” sobre o que só é citado na edição de 1933 (desta nota); ampliando, assim, a discussão em torno do sentido ativo dessas construções.

1.2.6. Índice de sujeito indeterminado:

Com os exemplos em (32), PEREIRA (1954:331) apresenta o pronome *se* que tem por função indicar²⁷ a indeterminação do agente da ação verbal. Segundo esse autor, “para exprimir sentido idêntico empregava o latim a forma passiva de verbos *neutros* e *relativos*: *vivitur=vive-se, itur=vai-se, pugnatum est=pelejou-se, _Sic itur ad astra* (Virgílio)”²⁸.

(32) *Vive-se e Entra-se na sala.*

Entendo, relativamente às frases em (32)²⁹, que o sentido em questão é ativo com indeterminação do agente. Na verdade, na passagem do latim ao português, uma forma passiva, cujas marcas se perderam já no latim vulgar, é traduzida como de sentido ativo (a princípio, com verbos intransitivos seguidos de *se*; depois, também com verbos de predicação transitiva, preservando-se o contexto de indeterminação do agente). Sobre a evolução das funções exercidas pelo pronome *se*, MENON (1994:76-77) cita AGUIAR (1942), para quem esse pronome teria passado por cinco etapas (pronome reflexivo,

²⁷ Para Pereira (1954), o pronome *se* “funciona” como índice de indeterminação ao indicar que a indeterminação é do agente da ação verbal.

²⁸ Verbos *neutros*, tais como *ser, estar, ficar, viver, morrer, dormir, cair*, enunciam, de acordo com Pereira (1954:163), um estado ou uma qualidade do sujeito que, neste caso, não é agente nem paciente, e os relativos são os verbos que pedem o chamado complemento terminativo ou objeto indireto, tais como: *gostar, obedecer, vir, ir*. Nas palavras de Pereira (1954:165), “a estes verbos chamam alguns gramáticos *transitivos indiretos*, e ao complemento *terminativo* dão o nome de *objeto indireto*”.

Tratando de voz passiva e passividade, Haury (1992:31) explica que “a impossibilidade de conversão e a ausência do agente, pois não se trata de verbos de ação, assinalam a particularidade dessa construção. A esses verbos chamamos de *neutros*, isto é, sem flexão de voz”.

²⁹ A forma *itur* (assim como outras formas verbais não transitivas) foi traduzida para o português com a inserção do pronome *se - vai-se* – e não *é ido* (que é tradução literal de *itur*). Conforme Dias (1970:250), o português já fazia uso de uma forma perifrástica com o verbo *ser* no presente e o particípio passado do verbo principal para expressar ato consumado: dizer *somos chegados* implicava dizer *chegámos*. Penso que seja um bom objeto de pesquisa o estudo da interpretação do sentido ativo de formas passivas sintéticas e, em alguns casos, a substituição dessas formas pelo *se* ou por perífrases verbais (sem esquecer, naturalmente, os muitos usos do particípio).

pronome apassivador, indeterminador do agente, indeterminador do sujeito de verbos intransitivos e indeterminador do sujeito de qualquer tipo de verbo), que dizem respeito ao uso do *se* com verbos de predicação intransitiva e transitiva. A esse respeito, SILVA DIAS (1970:106-107) já afirmava que “os verbos intransitivos (e os empregados intransitivamente) podem empregar-se na conjugação reflexa”, como as formas verbais *combate-se, estuda-se*.

De acordo com SILVEIRA BUENO (1967:197), a indeterminação com *se* resulta do uso de *homem*, largamente empregado no período arcaico que, por sua vez, resulta de *homo* (de valor indefinido) usado no latim tardio, sobretudo no vulgar. Para Silveira Bueno, uma sentença como *não só de pão vive o homem* corresponderia à “forma moderna” *não se vive só de pão*. Numa edição anterior, em SILVEIRA BUENO (1958:209), lemos que o uso de *a gente*, tal como em (33), pode expressar indeterminação do sujeito sempre que tivermos um sujeito exposto, claro, “sem que possamos dizer exatamente quem seja essa pessoa”³⁰.

(33) *A gente vive como pode.*

Sobre a forma *homem*, lemos, em MENON (1994:98)³¹, que muitos autores tradicionais dizem que o português antigo apresentava a forma *homem* como recurso de indeterminação do sujeito. E NARO, 1976: 798, *apud* MENON (1994), afirma que a forma *homem* vai desaparecendo à medida em que a construção com *se* impessoal (cuja origem está ligada à segunda metade do século XVI) vai se afirmando.

³⁰ Sobre o emprego de *homem* e o de *se*, consultar Silva Junior & Andrade (1907) e Oliveira e Sousa (1953:372).

³¹ Em MENON (em preparo), discute-se a época do desaparecimento de “homem” e uma possível distinção entre “homem” e “o homem”.

Ao tratar de orações de sujeito indeterminado, KURY (1997:36) reconhece como reflexivo o uso original de *se* e diz que, com a evolução da língua, este pronome passou a ser usado “com todos os tipos de verbos principais (intransitivos, transitivos indiretos, de ligação), mas em frases sem sujeito determinado”, conforme os exemplos em (34).

(34) *Também se morre de amor. Obedeça-se às prescrições. Nunca se é excessivamente bom. De uma hora pra outra, se está no oco do mundo (J. Almeida).*

Esta construção, de acordo com Kury (1997), era inadequadamente chamada, segundo a tradição da gramática latina, de *passiva impessoal*: *passiva* porque construída à luz da forma da passiva pronominal (mas sem sujeito determinado) e *impessoal* porque desprovida de sujeito, conforme MATTOSO CÂMARA (1964:267) que propõe: “como então falta um paciente para ser sujeito, o verbo fica sem sujeito ou impessoal”.

Entendo que o fato de a oração não ter sujeito claro, explícito não significa que o sujeito não exista. Tanto é assim que existem discussões (cf. CARNEIRO RIBEIRO, 1890; CARRETER, 1963; MENON, 1994) em torno das diferenças entre impessoal e indeterminado, entre indefinição e indeterminação.

A mim parece que é, em relação a esse contexto, o da *indeterminação*, que a Gramática Tradicional revela maior dificuldade de explicar a função que seria exercida pelo *se* (daí, a confusão que se estabeleceu entre índice e pronome) e o termo a que se refere a

não-determinação (se a indeterminação é do sujeito gramatical, se do agente, se de ambos)³².

1.3. Contradições na classificação do *se*:

Não há consenso, entre os gramáticos de língua portuguesa, quanto às funções sintáticas que o pronome *se* pode exercer. A título de exemplificação, tomamos, como ponto de partida para a análise, os registros de PEREIRA (1954) e de CEGALLA (1977), para traçar algumas das contradições relativas à classificação do pronome *se*. É importante notar que estas contradições se dão principalmente pelo fato de se considerar que haja um único *se* exercendo muitas funções; a exemplo das 16 funções do “que”, descritas por NICOLA & INFANTE (1989: 392-8).

PEREIRA (1954:327-335) aponta seis funções (que ele chama *vernáculos*) do pronome *se* e apresenta uma, a sétima função, que seria decorrente da discussão sobre o uso de *on*, no francês. CEGALLA (1977:360-361), por sua vez, descreve nove usos do pronome *se*.

No que diz respeito ao *se* *apassivador*, Pereira considera que uma sentença como *alugam-se quartos* é equivalente a *quartos são alugados*. SAID ALI (1957:101), diferentemente, afirma que “*Aluga-se esta casa e esta casa é alugada* exprimem dois pensamentos, diferentes na forma e no sentido”. É o que PERINI (1989:69) examina sobre

³² Quando a noção de indeterminação é clara, como em MENON (1994), por exemplo, a “confusão” não se dá. Assim, ao explicitar que a indeterminação do sujeito refere-se à indeterminação do *referente*, MENON (1994) justifica a inclusão de VPSA (Voz Passiva sem Agente) como um dos recursos de indeterminação.

(35) e (36), quando diz que muitas vezes se argumenta que o sujeito de (35) é *este pardieiro*, porque (35) ‘corresponderia’ a (36), onde *este pardieiro* é sujeito. Ao propor que se discuta qual é o sujeito de (35) e a questionável sinonímia entre (35) e (36), Perini reflete sobre as construções com o *se* e os verbos transitivos diretos.

(35) *Vende-se este pardieiro.*

(36) *Este pardieiro é vendido.*

Sobre a função de sujeito, PEREIRA (1954:333) a reconhece quando cita a forma francesa com *on* e afirma que “aí a análise francesa se impõe, e o *se* é pronome *indefinido* e *sujeito* do verbo, idêntico ao *on* francês”, tal como em (37), e CEGALLA (1977) a associa ao uso do infinitivo.

(37) *Não se é grande no mundo se não quando se é fanático por uma idéia.*

Também HAUY (1992:22) procura mostrar, com o exemplo em (38), que o *se* pode ser sujeito, e propõe que “o pronome *se* exerce a função de sujeito de um verbo no infinitivo quando construir com ele, numa oração reduzida infinitiva objetiva direta, o complemento de verbos como *ver, ouvir, sentir* (verbos sensitivos) e *fazer, mandar, deixar* (verbos causativos)”.

(38) *Os diretores fizeram-se representar na solenidade.*

Com o exemplo em (39), OLIVEIRA E SOUSA (1953:265) assume que “o verbo *ser* pode acompanhar-se de *se*, que nesse e em alguns casos não é partícula apassivante, mas pronome indefinido e, como tal, sujeito”. Também MENON (2006:134) assume que o

se pode ser sujeito sintático de referência indeterminada quando o conteúdo semântico da indeterminação permanece, isto é, quando não é possível a identificação de um referente.

(39) *Assim se era amado, porque se amava; e se amava porque se era amado.*

RIBEIRO (1920:220) afirma que:

Por influencia da língua franceza, pela analogia ideologica que existe entre *on dit* e *diz-se*, o modismo francez introduziu-se na língua, e há escriptores que empregam a syntaxe: *diz-se cousas* (dizem-se cousas). Os defensores d'esse gallicismo syntactico procuram explicar a dificuldade considerando como sujeito o pronome *se*.

Parece-me que Ribeiro (1920) não aceita que, em relação a *diz-se cousas*, possamos pensar no *se* como sujeito gramatical e agente do ato de dizer. Para ele, *cousas* não são o complemento, mas o sujeito que, flexionado em número, deve obrigar a flexão do verbo (*dizem-se*). Ao interpretar *dizem-se cousas* como *cousas são ditas*, Ribeiro assume que o *se* é partícula apassivante; jamais, concluímos nós, o *agente* do processo verbal.

BARRETO (1927:131) traduz *On a débité beaucoup de fables sur la morte* como *A gente* (sujeito) *espalhou* (verbo) *muitas fábulas* (objecto) *acerca da morte* e registra que podemos, em lugar de *on*, empregar a 3ª pessoa do plural de um verbo, sem sujeito determinado. Para Barreto, *on*, assim como *a gente* e verbos usados na 3ª pessoa do plural podem ser expressão do contexto de indeterminação do sujeito.

Para mostrar que o *se* é um recurso que serve à indeterminação, BECHARA (2004:177), sobre (40), diz: “temos aqui um *se* na construção em que não aparece substantivo, claro ou subentendido, que funcione como sujeito do conteúdo predicativo”.

(40) *Abre-se às dez.*

Não só para Bechara (2004) o *se* é um recurso para indeterminar. Ora, já em MENON (1994: 189-262), pude ler que a variável *recursos de indeterminação do sujeito* tem, além do *se*, outras variantes: *a gente, eles, eu, FN* (formas nominais), *nós você, vocês, VPSA* (voz passiva analítica sem agente), *PASSINT* (voz passiva sintética), \emptyset V3PS e \emptyset V3PP (verbo na 3ª pessoa do singular, e do plural, respectivamente, sem sujeito expresso).

Sobre o *se* do verbo *queixar-se*, CEGALLA (1977) diz que o pronome é parte integrante do verbo, assim como ROCHA LIMA (1976:286), ao propor que “há verbos a que se ligam pronomes átonos, inseparáveis, que se tornam partes integrantes deles, como *suicidar-se, condoer-se, apiedar-se, ufanar-se, queixar-se, vangloriar-se*”; diferentemente de OLIVEIRA E SOUSA (1953:265) que diz que “não há verbo essencialmente reflexivo”.

Sobre os quatro verbos exemplificados em (41), CEGALLA (1977:143) afirma: “os verbos *chamar-se, batizar-se, operar-se* (no sentido cirúrgico) e *vacinar-se* são considerados passivos por alguns autores, por isso que o sujeito é paciente”.

(41) *Chamo-me Luís. Batizei-me na igreja do Carmo. Operou-se de hérnia. Vacinaram-se contra o tifo.*

Para MATTOSO CÂMARA (1964: 48-49), no entanto, os exemplos em (42), ainda que interpretados como equivalentes a *sou chamado Pedro, fui batizado em criança*, não correspondem a frases de sentido passivo, mas ao que o autor chama de voz *medial dinâmica*, “onde o sujeito é lingüisticamente visto como o ponto de partida da ação que o tem como centro”. De acordo com Mattoso Câmara (1964: 223-224), a voz *medial* é aquela em que a pessoa do sujeito reaparece no predicado sob “o aspecto de pronome adverbial

átono incorporado no verbo”. Com a frase *eu me levantei*, esse autor exemplifica a voz *medial dinâmica*, que explica como aquela em que o pronome objeto é “o centro de uma ação verbal transitiva, que parte dêle mas não sai do seu âmbito”. Por isso, não se refere às frases em (42) como exemplos de voz ativa, nem mesmo de voz passiva.

(42) *Chamo-me Pedro. Batizei-me em criança.*

Com o exemplo em (43), BECHARA (2004: 177) afirma que a interpretação do sentido passivo ou da “passiva com *se* ou média”, é dada também por “ações que a nossa experiência sabe que não são praticadas pelo termo que serve de sujeito a certos verbos”. Para Bechara, *ele* não é agente da ação de *chamar-se* e a sentença em (43) tem sentido passivo.

(43) *Ele se chama João.*

Para OLIVEIRA E SOUSA (1953: 257), o dado em (44) é exemplo ‘singular’ da voz média em português. De acordo com esse autor, “no grego e em algumas línguas existe o verbo médio, sinalador (*sic*) de que o sujeito participa intensamente em acção de que êle mesmo é o teatro”.

(44) *Eu me batizei na Catedral.*

Não sei dizer o que significa “participação intensa do sujeito”; se, em termos semânticos, essa participação implicaria que o sujeito é agente do processo verbal. Como Oliveira e Sousa (1953) relaciona o termo *voz média* ao grego antigo, é possível que o esteja usando nos casos em que entende que o sujeito não é o *agente* nem o *paciente* do processo verbal.

Considero, portanto, que os verbos *chamar-se* e *batizar-se* explicitam bem as contradições na classificação de formas verbais com *se*. Esses dois verbos, por exemplo, podem receber distintas interpretações quanto a sua voz: para Cegalla (1977), podem corresponder à voz passiva; para Mattoso Câmara (1964), à voz reflexiva ou medial dinâmica; para Bechara (2004), à passiva com *se* ou média; para Oliveira e Sousa (1953), à voz média.

Tomando-se como exemplo essas contradições, percebemos por que os conceitos de voz, de transitividade e de pronominalização de formas verbais, de sujeito gramatical e de agente do processo verbal, só para citar alguns dos temas que estão intimamente relacionados ao nosso objeto de estudo, não são claros. Porque, regidos por abordagens ora morfológicas, ora sintáticas, ora semânticas, confundem noções de toda ordem. Por esse motivo, com vistas a conhecer mais sobre o tema que estamos estudando, apresentaremos, no capítulo 2, a seguir, trabalhos que procuram dar ao *se* e aos demais pronomes anafóricos (*me, te, nos*) outros tratamentos (semântico, sintático-semântico, gerativista).

Reconheço que o que fiz até o momento é revisão da Literatura e que, bem por isso, o próximo capítulo poderia (se) chamar Revisão II. E, na verdade, o capítulo 2 é mesmo mais um caminho que percorro com o objetivo de tentar responder à velha pergunta: “quem” é o *se*? No capítulo 2, portanto, a seguir, continuo a fazer “revisão da Literatura”, mas, agora, de dissertações, teses, trabalhos (alguns dos quais de difícil acesso) que, de alguma forma, “tocam” no *se*.

CAPÍTULO 2: Revisão da Literatura

Temos observado que alguns verbos do português do Brasil parecem admitir tanto a forma pronominalizada quanto a não-pronominalizada; enquanto que outros, apenas uma delas. Como um dos nossos objetivos é descrever, com dados do banco Varsul, os contextos sintáticos de apagamento do pronome *se* e de outros em função anafórica, procuramos, neste capítulo, apreciar algumas pesquisas que tratam de diferentes considerações sobre o *se* e tratam também das relações entre a pronominalização de formas verbais e o apagamento dos pronomes em estudo. Consideremos, a seguir, estes trabalhos, ordenados cronologicamente.

2.1. VEADO (1982) e a região de Januária/MG

VEADO (1982: 45), tratando de construções com *se* reflexivo no dialeto de Sanfranciscana de Januária, microrregião do Estado de Minas Gerais, mostra que a noção de reflexivização se faz presente na fala cotidiana dos residentes rurais não-escolarizados, de duas maneiras: ou, como em (45), através do emprego de ‘ele(a) mesmo(a)’ ou, como em (46), através do uso intransitivo de verbos transitivos;

(45) Entrevistador: *Quando alguém dá um tiro no ouvido e morre, como é que você diz? O homem se matou?* Inf. 46: *Não. É ele matô mesmo ele; ele matô ele memo.*

(46) Inf. MD – *ele envenenou e morreu.*

e não através do pronome reflexivo *se*, como em (47). O dado em (47) é o único caso, registrado pela pesquisa de Veado, com emprego do pronome *se*.

(47) Inf. 40/62/63: - *a gente tem que se virá*

VEADO (1982:49) também aplica testes de percepção com estruturas do tipo padrão com *se* indeterminador, nessa mesma área rural do São Francisco e, como resultado, afirma que a reação do falante é de incerteza e insegurança, quanto à interpretação semântica das sentenças, conforme (48). Diz que o informante pede esclarecimento, como em (49), sobre o que lhe foi perguntado, geralmente utilizando-se da conjunção subordinativa *se*, e que, mesmo quando compreende a mensagem contida na pergunta, não emprega o *se* na resposta, como em (50); pelo contrário, faz “uso de uma construção equivalente, no sentido de que também denota a indeterminação do agente, e.g. verbo na 3ª pessoa do singular, sujeito/agente ausente”.

- (48) Entrevistador: *Come-se bem na roça?* Inf. 47: *-como assim? Cumé que ocê falô?...-
O que as pessoas come aqui na roça?*
- (49) Entrevistador: *Trabalha-se bastante aqui na roça?* Inf. 46:- *Se nós trabaia bastante? Trabaia...*
- (50) Entrevistador: *Paga-se bem na roça?* Inf. 47: *- Paga nada...*

VEADO (1982:50) finalmente testa a compreensão do *se indeterminado*, com verbos transitivos diretos, como em (51):

- (51) Entrevistador: *Compra-se mantimento na venda, dona M? – É. Compra é banha, óio, farinha, essas coisa assim...*

e afirma que:

Os dados, então, revelam-nos que o ‘se’ indeterminado, quer seja com verbos transitivos, quer com os intransitivos, não faz parte do sistema lingüístico em uso efetivo e natural do dialeto rural. O falante impessoaliza o verbo, ou então, indetermina o agente através de uma construção equivalente na qual o ‘se’ foi eliminado (ou inexistente) e o verbo permanece na 3ª pessoa do singular sem sujeito/agente.

Contexto semelhante observamos em dados do banco Varsul, do tipo em (52), onde o entrevistador usa do recurso de indeterminação com verbo na terceira pessoa do singular sem o *se* e provoca, no falante, uma pergunta sobre quem baila.

(52) **E:** *Bailava bastante?* **F:** *Nós, né? Não muito, né?*(CTB16L1050)

Sobre os resultados de Veado (1982), resultados que não podemos estender a todo o território mineiro, temos que o *se reflexivo* ou não se realiza oralmente ou dá lugar à expressão *ele memo*. A mim parece, relativamente aos dois comportamentos, que, cada vez mais, se dá ao contexto situacional a função de esclarecer como podemos interpretar o espaço do objeto gramatical: ora vazio, ora preenchido pelo pronome sujeito *ele* que, seguido ou não da noção de reflexivização, contida (ou recuperada) em *mesmo*, *mesma*, passa a ocupar também o espaço do objeto gramatical (mais comum em sentenças do tipo *eu vi ele*). E quanto ao *se indeterminador*, temos que o falante emprega, como recurso de indeterminação do agente da ação verbal, a forma ØV3PS (cf. MENON, 1994).

2.2. LEMLE (1985) e os dialetos mineiro e carioca

LEMLE (1985), discutindo, numa perspectiva gerativa, os critérios de avaliação de aceitabilidade do uso de *ele* em lugar das formas reflexivas *se*, *si*, *consigo*, como em (53), e do uso do clítico *se* com verbos dados nas gramáticas normativas como *intrinsecamente reflexivos*, como em (54),

(53) *Ele vê ele (mesmo) no espelho.*

(54) *Pedro não sabe exprimir, comportar, queixar, condoer, conformar, descuidar, esquecer.*

mostra, relativamente aos dialetos mineiro³³ e carioca, que *ele* recebe interpretação *presa* no âmbito da oração (quando o dialeto é o mineiro) e *não-presa* (quando o dialeto é o carioca) e que, quanto à obrigatoriedade da marca de reflexibilidade, haveria perda total da marca de elemento anafórico obrigatório no dialeto mineiro e, ao contrário, no dialeto carioca, haveria “preservação” da exigência de elementos anafóricos obrigatórios. Para LEMLE (1985:123), há algo em comum entre as duas divergências interdialetais observadas:

Na primeira, podemos dizer, indo do dialeto carioca para o dialeto mineiro, que a palavra *ele* passou de *pronome* a *anáfora*. Na segunda, indo na mesma direção Rio-Minas, podemos dizer que a anáfora se esvaiu. É tentador olhar para essas duas mudanças procurando relacioná-las. O pronome, enfraquecido, com a perda do seu poder de possuir um índice referencial próprio, se transforma numa anáfora. Na anáfora, o enfraquecimento é o total esvaimento morfológico.

Sobre (53), Lemle (1985) afirma que o pronome *se* não mais referencia, isto é, não mais recupera um antecedente; tanto que é “substituído” por *ele (mesmo)*. É como se o pronome *se* não mais “pudesse” envolver o sujeito na ação descrita pelo verbo e, assim, sem poder cumprir com essa função, a de anafórico, não “precisasse” ser realizado. Aos verbos, então, como em (54), caberia a função de “marcar a reflexivização”, com ou sem o pronome *se*; daí o fato de Lemle chamar esses verbos de *intrinsecamente reflexivos*. Se levamos em conta a teoria da *gramaticalização*, haveria verbos que “se bastariam” no exercício da função semântica de reflexivização porque o pronome *se* teria se tornado

³³ Levar em conta que, à época da produção deste texto, não foram consideradas as diferenças dialetais entre o norte, o sul e o Triângulo mineiros. Embora Lemle não tenha considerado essas diferenças dialetais, aponta que MG é diferente do RJ.

opaco no exercício da função anafórica (cf. HOPPER & TRAUGOTT, 1993). É o que constatamos sobre a sentença *Pedro não sabe queixar*, em (54), onde temos um verbo “intransitivo” sem marca de elemento anafórico. Mais complexo, me parece, é o caso das formas não-pronominalizadas que correspondem a unidades lexicais distintas: a interpretação do sentido reflexivo não fica mais dificultada, como no caso de *exprimir-se* (*exprimir*) e de *comportar-se* (*comportar*), com a perda do conteúdo reflexivo do *se*?

2.3. ZRIBI-HERTZ (1986) e o *se médio* em francês moderno

ZRIBI-HERTZ (1986:230) associa a construção *se- moyen* a formas do tipo *This book sells well*, que traduz do inglês para o francês como *ce livre se vend bien*. Propõe, em relação a *Ces livres se vendent*, que aí há anteposição do objeto e que o pronome *se*, conforme a topicalização a seguir: *Ces livres, je vends*, corresponde ao sujeito do processo verbal, já que o francês não é língua *pro-drop*³⁴. Sobre a sentença *La porte est fermée*, afirma que são possíveis duas interpretações: (i) a de processo: *On ferme la porte*; (ii) a de propriedade: *La porte est en position fermée*.

A mim parece que Zribi-Hertz (1986) associa o *se médio*, relativamente ao francês, ao que poderíamos traduzir para o português brasileiro como *Este livro (se) vende bem*. Como em francês não é possível propor uma construção desse tipo, no passado, tal como *O livro vendeu bem*, não há como tratar esta diferença de tempo verbal que, para mim,

³⁴ As línguas com sujeito nulo (línguas *pro-drop*) evitam o uso de pronome sujeito porque podem recuperar a referência desse pronome através da riqueza flexional do verbo. Sobre o princípio “evite pronome” (Avoid Pronoun Principle) e a propriedade *pro-drop*, consultar CHOMSKY (1982). Para o português do Brasil, consultar DUARTE (1996: 87-105), entre outros.

relativamente ao português, implica uma diferença de perspectiva. Quando propõe que *ces livres* sejam o objeto e *se* o sujeito, ambos, de *vendent*, parece afirmar que *se*, assim como *je*, sejam *agentes* do processo verbal. E finalmente quando cita *La porte est fermée*, que traduzo livremente por *A porta está fechada*, sugere que se pense em que *a gente fecha a porta* ou que *a porta está em posição fechada*. Penso que, aplicando-se ao português uma sentença como *a porta está fechada*, não teríamos dificuldades em “classificá-la” como predicativa. A questão, segundo vejo, não é esta, mas como tratarmos de uma sentença do tipo *a porta (se) fechou*.

2.4. D’ALBUQUERQUE (1988) e o dialeto rural de Manhuaçu

D’ALBUQUERQUE (1988: 97), falante do dialeto rural de Manhuaçu, fronteira de Minas com Espírito Santo, se mudou para o Rio de Janeiro em 1976, onde “era sempre motivo de comentários” em razão do “esquecimento” do pronome reflexivo junto a verbos como os citados em (55).

(55) *Eu saí e diverti muito. Eu machuquei.*

Em 1984, como resultado da pesquisa de mestrado, mostrou que o percentual de presença do *se*, em Minas³⁵ e no Rio, guardava diferenças: para as estruturas reflexivas, o percentual de presença em Minas era de 35% e no Rio de 81%; para as recíprocas, 53% e 88% respectivamente; para o *se* indeterminador, 1,5% de presença em Minas e 27% no Rio. A esses resultados d’Albuquerque acrescentou os de duas pesquisas: a da “elicitação de verbos pronominais a partir de gravuras” e a realizada no livro “Quarto de Despejo”, de

³⁵ D’Albuquerque (1984) informa que toda referência a Minas deve ser entendida como sendo a Manhuaçu, cidade que está no leste de Minas Gerais, perto da divisa com o estado do Espírito Santo.

Carolina Maria de Jesus. Como conclusão dos três trabalhos, disse: “nas três pesquisas, um mesmo item lexical é usado pronominalizado ou despronominalizado, num mesmo momento histórico, não só por informantes diversos, como também pelo mesmo informante”.

Nesse trabalho, a autora distingue três “formas” de *se*: uma *recíproca*, uma *indeterminadora* e uma *reflexiva* (que possivelmente recobre o que está fora das noções de reciprocidade e de indeterminação). Como exemplo de forma *recíproca*, d’Albuquerque (1988:117) cita *Os dois estão beijando*, e propõe que “o objeto recíproco pode ter sido omitido, seguindo o modelo geral de omissão de objeto”, isto é, nos contextos em que um objeto morfologicamente nulo recebe preenchimento semântico a partir do contexto discursivo, há “um modelo formal para o preenchimento interpretativo de objeto direto nulo”. Como exemplo de forma *indeterminadora*, cita a resposta do informante à pergunta *Como se faz café?*, que é a seguinte: *Coloca os ingredientes e mistura*, onde, de acordo com d’Albuquerque, o sujeito é omitido seguindo “o modelo de omissão já existente na língua: [...] o sujeito oculto e a oração sem sujeito”.

Segundo os resultados desse trabalho (d’Albuquerque,1988: 114), é o pronome *indeterminador* que tem perda mais adiantada, ou porque o *se* é “um recurso pouco utilizado” ou porque em seu lugar são usados os seguintes recursos: “*o cara, o indivíduo, você, eles, a (s) pessoa (s), a gente, nós, o camarada, o sujeito, o nego, alguém, o pessoal, muitos*”.

Considera como *reflexivos* os verbos “essencial e acidentalmente pronominais” (p.115), ou seja, dá um mesmo tratamento para as frases *Ele aborreceu quando perdeu os óculos* e *Ela está maquiando*, dizendo que “se o objeto direto reflexivo em verbos acidentalmente pronominais pode ser omitido, passa a ser omitido também nos essencialmente pronominais”. Não fica claro para mim qual o sentido de reflexivização nessa pesquisa, nem por que o verbo *casar*, por exemplo, pode figurar tanto entre os verbos reflexivos quanto entre os recíprocos (p.103).

Considerados os resultados de Manhuaçu (MG) e os do Rio de Janeiro, d’Albuquerque (1988: 114) conclui: “o fenômeno do desaparecimento dos clíticos existe e mostrou-se num nível mais adiantado em Minas Gerais, na cidade de Manhuaçu, do que no Rio de Janeiro”. O trabalho de d’Albuquerque (1988) é, por esse resultado, mais um que - assim como o de Veado (1982) e o de Lemle (1985) - aponta para a regularidade na mudança já operada em MG, no que diz respeito à supressão de clíticos anafóricos.

2.5. MENON (1994) e a indeterminação do sujeito no português do Brasil (NURC-SP)

Para tratar da indeterminação do sujeito, entendida como a indeterminação do “referente”, MENON (1994) demonstra que existem mais formas de indeterminar o sujeito no Português do Brasil (PB) que as apontadas pela Gramática Tradicional (GT). Com um *corpus* constituído por 68 entrevistas do Projeto NURC/SP, MENON (1994: 135-138) registra 12 variantes da indeterminação, que são: *a gente*, *eles*, *eu*, *FNs* (formas nominais), *nós*, *se*, *você*, *vocês*, *VPSA* (voz passiva sem agente), *VPASSINT* (voz passiva sintética),

\emptyset V3PS (verbo na terceira pessoa do singular) e \emptyset V3PP (verbo na 3.^a pessoa do plural). Dentre os recursos para indeterminar estudados pela autora, destacamos a forma \emptyset V3PS, que se pode ler por *verbo na 3.^a pessoa do singular sem sujeito expresso*. Essa é, portanto, a primeira referência a que tivemos acesso sobre as formas do tipo *vende* e *aluga*, que citamos no capítulo introdutório desta tese. A autora cita GUÉRIOS (1964:136-7) que, com o exemplo em (56),

(56) *Procura um pedreiro. Procuram um pedreiro*

admite como recurso indeterminador essa construção. Sobre esse recurso, exemplificado em (57) com a forma \emptyset *tira*, Menon diz que o vazio que antecede um verbo na 3.^a pessoa do singular pode representar a indeterminação do sujeito sempre que não for possível a recuperação do referente.

(57) *agora se cortam as folhas quer dizer \emptyset tira os talos se lava bem essas folhas e ...*
(exemplo DID/11/14/505/M2, da autora)

Para verificar o grau de produtividade da forma VPASSINT (voz passiva sintética), do que é exemplo o dado *se cortam* em (57), nos informantes de nível universitário (que são objeto do NURC), a autora obteve o seguinte resultado: apenas 35 ocorrências sobre 8.150 dados. Com base nesse resultado, MENON (1994: 248) assume que o *se* da estrutura [*se*+verbo no singular+ “sujeito” plural³⁶] é pronome sujeito de referência indeterminada e, por isso, também variante da variável *recursos de indeterminação do sujeito*. Menon explica que, enquanto para a GT, *casas*, em *Vende-se casas*, é sujeito de um verbo, no plural; para ela, diferentemente, é objeto. Sobre essas estruturas com *se* e sem

³⁶ Considere-se “sujeito plural” como aquilo que a Gramática Tradicional classifica como “sujeito”.

concordância, a autora diz que houve 103 ocorrências, isto é, três vezes mais dados do que os da forma considerada correta pela Gramática Tradicional. De acordo com Menon, portanto, as estruturas com *se* e sem concordância (com o “pretense sujeito” da GT), como a forma *se lava* do exemplo em (57), são uma decorrência da perda do valor passivo das chamadas passivas sintéticas.

Chamamos atenção também para a metodologia adotada por MENON (1994: 141-189) no estabelecimento das 12 variantes (acima citadas) da variável lingüística (a indeterminação do sujeito). Na seleção das variantes, a autora considerou como relevantes os seguintes fatores: *l’interchangeabilité des formes* (a intercambialidade das formas), *les paires minimales* (os pares mínimos)³⁷, *les temps verbaux* (os tempos verbais), *les adverbes et les prépositions* (os advérbios e as preposições), *les complétives* (as completivas) e *le détachement du locuteur* (o distanciamento do locutor).

Quanto aos resultados desse trabalho sobre *indeterminação*, destacamos: (i) a indeterminação do sujeito varia conforme o *sexo* do locutor³⁸; (ii) as formas mais utilizadas pelas mulheres são *vocês* (.71), *a gente* (.64), *eles* (.58), $\emptyset V3PP$ (.55) e *você* (.53); e (iii) as mais empregadas pelos homens são *eu* (.77), *se* (.66) *VPASSINT* (.62) e *FNs* (.55). À luz desses resultados, MENON (1994: 294) propõe: os homens utilizam mais as variantes mais formais da indeterminação e as mulheres, as novas formas (*les formes nouvelles*), o que demonstra que essas formas não são estigmatizadas; as formas *eu*, *eles* e *você* são utilizadas mais freqüentemente pelos mais jovens; e as formas $\emptyset V3PP$, *nós* e *VPASSINT*, pelos

³⁷ Par mínimo – quando duas variantes se apresentam em contexto idêntico, como, em (57), \emptyset tira e *se lava*.

³⁸ São palavras de MENON (1994: 292): “Nous avons établi que l’indétermination du sujet varie selon le **sex** du locuteur”.

informantes da terceira faixa etária (de 56 anos e mais). Em razão desse comportamento, MENON (p.297) chama as formas *eu, eles* e *você* de *inovadoras* e as formas *ØV3PP, nós* e *VPASSINT* de *arcaizantes* (p. 295).

Dentre as suas considerações finais, MENON (1994: 310) afirma que, embora muito do trabalho ainda esteja por ser feito, os seus resultados poderiam balizar as futuras reformulações da gramática, com vistas a que não sejam ignorados os usos predominantes pela sociedade, principalmente porque são resultados de falantes com o mais alto grau de escolaridade (para a época em que ainda não havia sido implantado o sistema de pós-graduação *stricto sensu* no país).

2.6. NUNES (1995) e uma descrição da perda de clíticos anafóricos no português brasileiro

NUNES (1995) se propõe a fazer uma descrição sincrônica e diacrônica da perda de clíticos anafóricos no português brasileiro, tendo por base 4 *corpora*, num total de 2675 dados. Os *corpora*, cujas fontes são as mesmas utilizadas em Nunes (1990, 1991), foram organizados da seguinte forma: o *corpus* diacrônico, compreendendo o período entre 1555 e 1989, foi composto por 2050 dados provenientes de cartas, diários e documentos, em sua maioria obtidos junto ao acervo de Lingüística Histórica da UNICAMP; o segundo *corpus* foi composto a partir de 13 entrevistas provenientes do Banco de dados da PUCSP, perfazendo um total de 470 dados; o terceiro *corpus* é constituído por 87 dados provenientes de 24 entrevistas do português europeu; e o quarto *corpus* é composto de 68

dados provenientes do conjunto de reportagens da revista *Veja*, do período de maio de 1988 a maio de 1989.

NUNES (1995: 204) registra que, “em geral, a literatura distingue **sete classes de clíticos anafóricos**: *se* reflexivo (recíproco ou não), *se* ergativo, *se* inerente, *se* índice de espontaneidade, *se* apassivador, *se* indeterminador e *se* médio” [grifo nosso]. Para fins desse trabalho, estabelece, à luz de critérios gerativistas, tais como o papel temático do argumento interno e a grade temática do verbo, por exemplo, seis classes de clíticos anafóricos para o estudo dos 2675 dados: *se reflexivo*, *se ergativo*, *se ex-ergativo*, *se inerente*, *se quase-inerente* e *se enfático*. Na verdade, um desses clíticos, o *se inerente*, não é classificado sob uma abordagem gerativista, tanto que Nunes admite ser esta a única classe “idiossincriticamente definida”. É assim que Nunes (1995:205) qualifica o *se inerente*: “refere-se ao clítico que a gramática tradicional considera ‘fossilizado’ junto a um verbo essencialmente pronominal”. Em nota, Nunes (1995: 238) remete o leitor a Nunes (1990, 1991), onde tratou da evolução de construções com os clíticos *se* apassivador, *se* indeterminador e *se* médio no português brasileiro e, assim, justifica o fato de não ter tratado desses clíticos em Nunes (1995): “Ainda o famigerado *se*”.

Nunes conclui, sobre exemplos do tipo *Ele (se) chama João e Ontem eu (me) levantei bem tarde*, que:

- (i) no século XVII, tem-se o pico de supressão de *se* enfático, reflexivo e ergativo³⁹;
- (ii) é tendência geral um crescente favorecimento à supressão do clítico anafórico;

³⁹ Não parecem contraditórias as afirmações sobre a supressão do *se ergativo*, em (i) e (iii)?

- (iii) “apesar de a tendência geral a partir do século XIX ser de aumento da supressão de *se* ergativo, as grades temáticas devem estar sofrendo influência de itens lexicais isolados”;
- (iv) os verbos de estado são os mais conservadores em relação à supressão de clítico anafórico;
- (v) quanto à supressão de clíticos anafóricos no português brasileiro, “os dados demonstram que essa mudança em curso é sensível ao tipo de clítico anafórico, ao tipo de verbo a que o clítico está associado e à grade temática de tal verbo”.

2.7. ILARI *et alii* (1996) e os pronomes pessoais do português falado

Para tratar do que chamam de *zonas de maior ou menor indeterminação do sujeito*, ILARI *et alii* (1996:107) discutem o caráter passivo de enunciados com verbo transitivo direto e o *se*. Com o exemplo em (58) - numeração nossa -, os autores mostram que, embora a gramática escolar determine como regra o uso do verbo no plural, o falante ignora a função *sujeito* do termo com que o verbo “deveria” concordar em número, toma-o como *objeto* e, por isso, não realiza a concordância obrigada pela Gramática Tradicional. Para Ilari *et alii*, isso explica o fato de que os enunciados com algum grau de indeterminação ficam abrangidos no “conjunto indeterminado a que esse emprego do *se* remete”, ou seja, o uso do *se* sem referente e sem formação evidente de voz passiva configura um enunciado com alto grau de indeterminação.

- (58) *como é que se chama aquelas florzinha(s) branquinha(s) bem cheirosa* (exemplo DID-POA-45:19, NURC/POA)

ILARI *et alii* (1996:106) propõem também que a indeterminação possa ser expressa por meio da 3ª pessoa do singular seguida ou não de *se*. Com o exemplo em (59),

- (59) Doc._ E queijo, não se fazia queijo? Inf. _ *Ah queijo **pode fazer** mas na fazenda não se fazia muito porque o ganho é pouco e tem que manter um certo status.*(DID-POA-45:628, exemplo NURC/POA)

afirmam que os casos em que os enunciados, tal como *queijo pode fazer*, apresentam categoria vazia na posição de sujeito, podem ser realizados com a terceira pessoa do plural sem sujeito expreso ou com o uso da terceira pessoa do singular. Resumem a questão afirmando que “o que parece claro é que esse uso da terceira pessoa do singular sem sujeito expreso está pelo uso da forma *se* + terceira pessoa do singular” (que é o que MILANEZ já defendia em 1982). E, finalmente, concluem, sobre essa terceira pessoa sem *se*, que “a referência generalizada com a terceira pessoa do singular sem sujeito expreso chega a sugerir uma interpretação de referência unipessoal (sujeito oracional)”, tal como o exemplo em (60), onde a forma “*precisa* pode chegar a entender-se como equivalente à expressão neutra *é preciso*”.

- (60) *Então pra receber as chaves do apartamento e aí começa, porque **precisa** pagar mais isso, porque tem mais aquilo, **tem que** botar uma grade.*(D2-RJ-355:15)

Sob o tema “Colisão do *se* de indeterminação com o *se* de medialização”, ILARI *et alii* (1996:163) apresentam um *se* que chamam *se medializador*, porque exerce um papel que, ao nível lexical, indica que “um predicado de **n** argumentos sofreu redução para **n-1** argumentos, devendo o argumento que falta ser procurado entre os sintagmas nominais presentes”. Entendi que é como se esse *se medializador*, na impossibilidade de acumular funções, estivesse perdendo a noção de reflexividade de que era revestido desde sua

origem, no latim clássico. Segundo Ilari *et alii* (1996), é possível que, como decorrência desse “tipo” de *se*, tenha surgido “em português *uma conjugação intrinsecamente pronominal*, onde o pronome *se* já não exprime qualquer papel profundo”, conforme os exemplos em (61).

(61) *Pedro se diverte muito com coisas sérias.* (medialização) *Pedro diverte ele mesmo com... Pedro diverte com...*

Os exemplos em (61), citados por Ilari *et alii* (1996), me remetem aos exemplos de Lemle (1985) que apontam um *ele* de interpretação reflexiva (seguido ou não de *mesmo*) e mostram verbos sem marca de reflexividade (*comportar, queixar, conformar* etc). Para Ilari *et alii*, esses verbos são exemplo de uma conjugação *intrinsecamente pronominal*; para Lemle, são verbos *intrinsecamente reflexivos*. O que há de comum em ambos os casos? A minha resposta: considerar que a reflexividade é dada pelo verbo e não pelo pronome *se*.

2.8. MADUREIRA (2002) e as construções ergativas pronominais do português do Brasil

MADUREIRA (2002), estudando um total de 2306 frases extraídas de textos dos séculos XIV ao XX, procurou demonstrar que as diferentes construções ergativas pronominais do português do Brasil não são necessariamente reflexo de um processo de mudança (da forma pronominal para a forma não pronominal); são, na verdade, uma decorrência de diferentes percursos históricos. A análise que faz das construções

pronominais propicia a identificação de dois grupos de verbos psicológicos⁴⁰, na perspectiva do percurso histórico dos mesmos:

- (i) verbos que só admitem o experienciador na posição de sujeito sintático da oração (ex: *temer, amar, desejar*, etc): *João teme Pedro por seu gênio violento*;
- (ii) verbos que admitem o experienciador na posição de objeto sintático da oração (ex: *preocupar, encantar, humilhar, apavorar*): *Pedro assusta João com seu gênio violento*.

Para Madureira (2002: 111), no segundo grupo estão os verbos que realizam a *propriedade de ergativização*, conforme explica a seguir. Para a autora, esse é o grupo mais produtivo porque nele estão os verbos que vão entrando para a língua (ex: *grilar, decepcionar*). Sobre esta classe de verbos psicológicos, MADUREIRA (2002:111) afirma:

A segunda classe constitui-se dos verbos psicológicos do tipo *preocupar, encantar, humilhar, apavorar*, que realizam seu experienciador na posição de objeto sintático da oração, conforme ilustrado em [(62) *enumeração nossa*]. Mas, como se pode observar, a partir do exemplo citado em [(62)], os verbos que admitem o experienciador na posição de objeto sintático, também o admitem na posição de sujeito. Isto é, realizam a propriedade de ergativização podendo-se estruturar com ou sem pronome, conforme [(63)]:

- (62) *Pedro assusta João com seu gênio violento.*
- (63) *João (se) assusta com o gênio violento de Pedro.*

MADUREIRA (2002:111), concluindo essa discussão, chama a atenção para o fato de que, mesmo entre aqueles verbos que admitem ergatividade, a propriedade se realiza de formas variadas: “alguns admitem tanto a forma pronominalizada quanto a não pronominalizada, outros, apenas uma delas”; tal como nos exemplos em (64).

- (64) (a) *João aborrece o amigo com suas lamúrias.*
- (b) *O amigo se aborrece com as lamúrias de João.*

⁴⁰ Os verbos psicológicos são os que expressam sentimentos, emoções e têm, pelo menos, um papel temático experienciador, figurando como argumento interno ou externo.

(c) (?) *O amigo aborrece com as lamúrias de João.*

Madureira se questiona sobre (c), talvez em relação à produtividade histórica da construção que ali está e também em relação à sua gramaticalidade. Mas, em (c), se constrói a noção de transitividade causativa (aborrecer outro) e, sobre (c), se pode propor uma construção correspondente incoativa (fica aborrecido). Me causa estranhamento um exemplo como o seguinte: *Então eu acho que se a pessoa for [é]- preocupar em segurança, medo disso, medo daquilo, a pessoa não vive* (CTB11L0864); tal como o estranhamento de Madureira diante de (c); no entanto, a realização do verbo *preocupar*, nesse exemplo, atende, assim como o verbo *aborrecer*, à propriedade da ergativização, como a descreveu Madureira (2002).

2.9. CASTRO (2002) e os clíticos pronominais de Porto Alegre

CASTRO (2002: 43-74) estuda o sistema de distribuição dos clíticos pronominais da fala dos “moradores” de Porto Alegre/RS, para verificar “a suposição de que o sistema de clíticos pronominais do dialeto gaúcho atual reflete um estágio anterior ao processo de mudança que se apresenta mais avançado no resto do país”. Para tanto, Castro utiliza dados coletados do banco de dados VARSUL. O *corpus* é composto de 510 ocorrências de clíticos pronominais, extraídas de oito entrevistas realizadas em janeiro de 1993. Para estudar o apagamento dos clíticos *me*, *te*, *se* e *nos*, Castro (2002: 60) os organiza em três grupos:

- 1) de “uso pronominal propriamente dito” (sem função reflexiva): *Eu não te eduquei* (Inf 20, ocorrência 367);
- 2) “reflexivo (cf. define Nunes, 1995)”: não é dado exemplo;
- 3) “com verbo pronominal” (cf. Nunes, 1995): *eu demoli a casa velha, me mudei pra uma quadra abaixo e construí essa casa.* (Inf 21, ocorrência 014).

Em relação ao clítico *me*, Castro (2002: 66) afirma que “não há diminuição de uso de *me* com verbos pronominais nos informantes mais jovens”. Registra 34 ocorrências de *nos* e diz que o declínio de *nos* não chega a surpreender porque “a literatura já vem registrando o fenômeno de substituição da forma *nós* pela expressão *a gente*”. Particularmente em relação ao clítico *se*, Castro (2002: 70) propõe que “há queda acentuada na frequência proporcional de *se* indeterminado entre os falantes mais jovens”. Conclui que o sistema de clíticos do dialeto gaúcho representa basicamente o mesmo estágio de mudança já atestado no resto do país e afirma: “se há algum processo de queda de clíticos, ele afeta o contexto dos verbos pronominais”.

2.10. TORRES *et alii* (2002) e o clítico *se* do espanhol

TORRES *et alii* (2002) questionam a existência de uma construção média em espanhol com o clítico *se*. Afirmam, inicialmente, que é difícil encontrar uniformidade nas interpretações e na terminologia dadas a estruturas com o *se*, porque o termo *médio* ora é associado às construções ergativas de Keyser & Roeper⁴¹ quando caracterizam um tipo de

⁴¹ Para Keyser & Roeper (1984), *apud* Torres *et alii* (2002: 374-385), a construção média e a ergativa têm a mesma estrutura e suas diferenças se devem a valores semânticos: nas construções médias há um agente implicado, enquanto nas ergativas, não; as médias têm uma interpretação genérica e não descrevem eventos, enquanto as ergativas são eventivas. Os verbos ergativos são sintaticamente intransitivos e os médios, transitivos.

construção da língua inglesa, ora é relacionado à denominação *voz média* proposta por Vendryes (1948), que a define como a voz da participação do sujeito na ação e a vincula diretamente a certas construções pronominais do latim. Citam, entre outros:

- (i) HALE & KEYSER (1988), para quem a construção média do inglês e a do espanhol têm traços em comum (como a aparição do argumento interno do verbo na posição de sujeito), mas não são comparáveis;
- (ii) DEMONTE (1991) que diz existirem, em espanhol, as *orações médias* que seriam construções equivalentes às ergativas e médias inglesas;
- (iii) LÁZARO MORA (1983) que propõe que, sob o conceito de *diátese média*, estão todos aqueles verbos dotados de um morfema *se* com sentido gramatical de *ação cuja sede é o sujeito* e que têm características distintas dos reflexivos: o *se* tem a peculiaridade de converter um verbo transitivo em intransitivo, o sujeito destas construções pode ter o traço [+/- animado] e os verbos destas construções não admitem o mesmo tipo de advérbios e complementos preposicionados que admitem os verbos reflexivos;
- (iv) NISHIDA (1994) que organiza as construções pronominais em dois grupos: (i) o do *se* que aparece com verbos reflexivos e que absorve um argumento interno: o *se* reflexivo/recíproco e o *se* inerente e (ii) o do *se* impessoal, do *se* médio, do *se* passivo e o do *se* ergativo ou incoativo que absorvem um argumento externo.

Em nota, Torres *et alii* (2002:374-5) afirmam que são de Nishida (1994) os exemplos e a terminologia dos dados que a seguir reproduzimos: *se reflexivo/recíproco* (Los niños se miraron/ Los niños se rompieron los brazos); *se inerente* (Juan se arrepintió de haberlo hecho); *se medio* (Los carros japoneses se venden); *se pasivo* (Estos puentes se construyeron em 1800); *se incoativo* (Se han roto todos los vasos).

TORRES *et alii* (2002: 374) propõem que o *se incoativo* corresponde ao *se médio* dos gramáticos tradicionais, ao *se neutro* de Wherli (1986) ou ao *se ergativo* de Burzio (1986). E concluem, sobre as diferenças entre ergativas e médias, que:

- (i) só podem ‘ergativizar-se’ os verbos que expressam uma ação que pode ocorrer espontaneamente, sem a intervenção da vontade;
- (ii) não podem ‘ergativizar-se’ os verbos causativos que possuem como argumento externo um agente ou um instrumento (mas se o argumento externo puder receber indistintamente os papéis temáticos de agente, instrumento ou causa, a construção pode ser entendida tanto como ergativa quanto como média);
- (iii) só quando o argumento interno é inanimado pode se dar a ergativização;
- (iv) na construção ergativa, há um Agente não-volitivo, enquanto que na construção média, há sempre um Agente volitivo;
- (v) na formação ergativa, não há limitações temporais; na média, há, “ya que no admitiría otro tiempo que el presente porque ese el tiempo de las proposiciones sin tiempo”. (*sic*)

2.11. NEGRÃO *et alii* (2002) e a competência lingüística

NEGRÃO *et alii* (2002:101-106) afirmam que sabemos, por força do conhecimento lingüístico desenvolvido independentemente dos ensinamentos escolares, que existem verbos, como em (65), que “ora se apresentam como verbos que tomam dois argumentos, ora se apresentam como verbos monoargumentais⁴²”.

⁴² Para Negrão *et alii* (2002:106), verbos, como *quebrar* ou *cozinhar*, que podem ter tanto dois quanto um argumento, são verbos que (i) implicam uma mudança de estado para seu objeto direto; (ii) expressam um processo que afeta seu objeto; (iii) por operações de natureza lexical, podem sofrer uma alteração em sua estrutura argumental; (iv) e o seu argumento desencadeador do processo (geralmente chamado de agente) pode deixar de ser realizado na sintaxe.

(65) *O Pedro quebrou a jarra de água. A jarra de água quebrou. Quebrou a jarra de água.*

Afirmam também que percebemos as alternâncias de realização semântica dos verbos quando ‘fazemos experiências’ com os seus objetos, tal como em (66). E que “certos verbos transitivos diretos, em determinados ambientes lingüísticos, podem ter uma realização sintática de verbo monoargumental, em que o sujeito desaparece e o objeto direto se realiza em posição pré-verbal”, conforme os exemplos em (67).

(66) *O Pedro quebrou a promessa. *A promessa quebrou. *Quebrou a promessa.*

(67) *O Pedro vai vender o apartamento. O apartamento vende fácil. O apartamento vende bem. O apartamento já vendeu. O apartamento não vende nunca. *O apartamento vende. // A Lúcia plantou o feijão. *O feijão planta fácil. *O feijão já plantou. *O feijão não planta nunca. *O feijão planta.*

Compreendi que, segundo Negrão *et alii*, existem verbos que podem ter realização monoargumental, em que o objeto direto passa a ocupar a posição pré-verbal, ou seja, a do sujeito gramatical (aceitando-se SVO como a ordem canônica do português do Brasil). Nas palavras de TORRES *et alii* (2002: 376), a que fizemos referência em 2.10, “el tema ocupa la posición de sujeto y aparece em posición pre-verbal”. O que me causa estranhamento é o fato de os autores não considerarem gramaticais algumas das frases em (67). Para mim, *o feijão planta fácil*, por exemplo, é gramatical e seria um caso de voz média por expressar uma propriedade do feijão.

Me vem agora o conjunto de dados de Veado (1982: 49), como o exemplo em (51), *É. Compra é banha, óio, farinha, essas coisas assim*, que diz respeito ao uso do *se* indeterminado com verbos transitivos diretos. Na verdade, ao *apagamento*. Quando comparo o dado (51) com a frase **O apartamento vende*, em (67), citada por Negrão *et alii*

(2002: 105), considero o tempo e o significado dos verbos *comprar* e *vender*, a ordem dos termos das duas orações, e me pergunto sobre os motivos da agramaticalidade de uma das frases e também sobre a apresentação monoargumental de algumas formas verbais. É suficiente, por exemplo, que a posição pré-verbal, melhor, que a posição de sujeito gramatical possa ser ocupada pelo objeto direto para que não se fale mais em contexto de indeterminação, mas de ergativização? E por que o uso *intransitivo* de um verbo transitivo direto como *quebrar* é aceitável em (65) e não o é em (66)?

NEGRÃO *et alii* (2002: 105-6) refletem sobre essa última questão, formulando a hipótese de que:

é alguma coisa relativa ao significado dos verbos que está envolvida em todos esses fenômenos. De fato, essa hipótese tem sua razão de ser. Mas a questão não é tão simples assim. Afinal de contas, como já foi visto, muitas vezes, ao trocar alguns verbos por outros de significado semelhante, obtemos resultados opostos. O que acontece é que o tipo de fenômeno analisado neste item refere-se não ao significado do verbo isoladamente, mas ao tipo de relação semântica que o verbo estabelece com seus argumentos.

Assim como Negrão *et alii*, entendemos que o significado de um verbo se constrói na relação com os seus argumentos e é por isso que, na análise dos dados do banco Varsul, consideramos distintas as realizações em (68) e (69), embora, em ambas, a “forma” do verbo seja a mesma: *matar-se*. O que atribui, portanto, uma diferença de significado entre as realizações são as “informações” contidas nos argumentos do verbo em questão e que passam a compor com ele um novo sentido.

(68) *Aí ou você se mata de tanto trabalhar pra botar as coisas em dia, ou você senta e tudo fica (est) virado, sabe?* (CTB19L0943)

(69) *O Getúlio não /matou-se/, mataram ele, né?* (CTB13L1550)

2.12. PERINI (2005) e as ergativas e médias em português

Segundo PERINI (2005), “a construção ergativa se caracteriza por atribuir ao sujeito o papel semântico de ‘tema’”, tal como em (70).

(70) *Os alunos assustaram*⁴³; *o tanque encheu rapidamente*; *o leite ferveu*.

Quando considera a frase em (71), PERINI (2005) critica a denominação *média*, em lugar de *ergativa*, assumida por CAMACHO (2003), quando este adota como verdadeiro para o português o que diz LEVIN (1993:26):

A alternância média não deve ser confundida com a alternância causativa/[ergativa] [...] Primeiro, a construção média difere da [ergativa] [...] porque não denota um evento: ou seja, não precisa ter uma referência temporal específica. Depois, a construção média sempre pressupõe um agente (*Crystal vases shatter easily*), ao passo que a [ergativa] não precisa (*The crystal vase shattered*).

(71) *Esse artigo só vende no verão*.

PERINI (2005), então, propõe:

que os dois fatores invocados na literatura para distinguir médias de ergativas (ou seja, o agente necessariamente subentendido e a ausência de referência temporal) não são decorrentes de propriedades da construção, mas de outros fatores independentes, em particular a semântica do verbo e a do aspecto verbal. O resultado é que a diferença entre ergativas e médias não pode ser utilizada para subclassificar os verbos. Por isso, não distinguirei aqui a construção ergativa da construção média proposta por alguns autores.

Muito intuitivamente (e não de outro modo, porque isto implicaria um outro trabalho, bem distinto deste), penso que as construções médias sejam distintas das ergativas. Acredito, como Cançado, citada por PERINI (2005), que uma e outra sejam

⁴³ Acerca da realização do *se*, em contextos como o de *os alunos se assustaram*, Perini (2005) afirma: “eu prefiro considerar apenas um caso especial da construção ergativa”.

perspectivas diferentes. Em relação à comunicação pessoal de Cançado a Perini, afirma Perini (2005) que:

Márcia Cançado (comunicação pessoal) sustenta que é necessário distinguir a construção ergativa da média porque cada uma define uma perspectiva distinta, uma maneira própria de se falar do mesmo evento. Embora eu negue neste artigo a utilidade da distinção para efeitos da subclassificação dos verbos, não estou necessariamente em oposição à oposição de Cançado, já que ela estabelece um objetivo descritivo diferente. Para demonstrar a adequação da minha tese, basta mostrar que não existem verbos que selecionem a construção média em oposição à ergativa.

Quando PERINI (2005) conclui pela não relevância da distinção entre construções ergativas e médias, porque, segundo ele, essa distinção não implicaria a subclassificação dos verbos, toma, como ergativas, as duas construções em (72). Diferentemente de Perini (2005), eu classificaria o primeiro dado em (72) como perspectiva *ergativa* e o segundo, como *média*, por entender que *encheu* e *vende*, ali citados, indicam *ação* e *propriedade*, respectivamente. Mas, como quem sai de fininho, porque tem tão somente as primeiras reflexões em torno desta questão, eu me volto às resenhas que estou fazendo e deixo “tudo isto” para um próximo trabalho.

(72) *O tanque encheu rapidamente. Esse artigo só vende no verão.*

2.13. COELHO *et alii* (2006) e as construções monoargumentais do português do Brasil

COELHO *et alii* (2006:207), discutindo a questão do estatuto das construções monoargumentais do português do Brasil, propõem, relativamente às diferenças que traçam entre verbos *inacusativos*, como os exemplos em (73), e *intransitivos*, como em (74), que:

(i) os intransitivos selecionam apenas argumentos com traço [+humano] e são contextos inibidores da ordem VS; (ii) que os inacusativos podem selecionar argumentos com traço

mais ou menos humano [+/-humano] e tendem à ordem VS: o primeiro, fator relevante e o segundo, contexto favorecedor, ambos, da não concordância.

(73) *Um telegrama chegou pra ti, urgente. Chegou um telegrama pra ti, urgente* (FLP03L856)⁴⁴

(74) *O outro, o segundo, trabalha numa biblioteca* (FLP06L228). ??*Trabalha o outro, o segundo, numa biblioteca.*

À luz de BURZIO (1986), afirmam que as construções inacusativas diferem das intransitivas em duas propriedades: (i) “só exibem uma posição temática, a de objeto direto; (ii) o objeto direto não recebe Caso do verbo inacusativo”. Segundo a generalização de Burzio, tanto os verbos transitivos quanto os intransitivos (Cf. Chomsky (1995), os intransitivos são transitivos “mascarados”) têm a capacidade de atribuir Caso acusativo, contrariamente aos verbos inacusativos. COELHO *et alii* (2006:217) apresentam como conclusão desse trabalho que: “a não marcação da concordância (atrelada aos traços negativos de animacidade do SN e à posposição do sujeito) pode ser considerada um dos critérios para a identificação de uma construção inacusativa no PB”.

Coelho *et alii* procuram estabelecer diferenças entre as construções inacusativas e as intransitivas e definem, como traços distintivos entre essas construções, três questões que entendemos podem servir para dispor em classes os clíticos anafóricos que estamos estudando: a animacidade dos argumentos do verbo [+/- humano], o traço [+/- concordância] entre os argumentos interno e externo e, por fim, a ordem dos constituintes (SV/VS).

⁴⁴ Os dados de fala do banco Varsul que as autoras usam são os que estão identificados com a sigla FLP, que significa Florianópolis.

2.14. LIMA (2006) e as construções com o pronome *se*

Com vistas a analisar diacronicamente o pronome *se*, LIMA (2006) propõe que a trajetória desse pronome seja tratada como um processo de *gramaticalização*. Elege, como *corpora* desse trabalho, textos de períodos que chama de arcaico, moderno e contemporâneo, além de entrevistas transcritas das gravações realizadas em Campanha, Minas Novas e Paracatu, em MG. Para discutir a hipótese de gramaticalização do pronome *se*, LIMA (p. 47) assim organiza o pronome em estudo: “os tipos de *se* foram subdivididos em dois grupos: a) o grupo reflexivo, composto pelas ocorrências dos tipos reflexivo, estilístico e pronominal; b) o grupo não-reflexivo, composto pelas ocorrências dos tipos passivo, indeterminado e ambíguo. Essa classificação levou em consideração o conceito de voz medial reflexiva, que compreenderia o primeiro grupo, e a voz medial passiva, que compreenderia o segundo”.

Lima (2006:48-54) dá como exemplos de cada um dos grupos os que estão a seguir:

(a) do grupo reflexivo, os seguintes tipos:

- (i) o reflexivo simples (*e o time SE recuperou e a situação é boa*);
- (ii) o reflexivo recíproco (*a troco disto SE vendião huns aos outros*);
- (iii) o reflexivo duplicado (*o negro SE sentiu-se marginalizado*);
- (iv) o *se* estilístico (*Riu-SE a ninfa e disse*);
- (v) o *se* pronominal (*o gerente SE preocuparia com a utilização das mil horas a*);

(b) do grupo não-reflexivo, os seguintes:

- (i) o *se* passivo (*que não SE esperam efeitos indesejados sobre o lactente*);
- (ii) o *se* indeterminador (*Nesta capitania SE vivia seguramente nos peccados*);

(iii) o *se* ambíguo (*donde SE colnsegue mais proveito são assusces*).

Dentre as conclusões que, segundo o autor, confirmam a hipótese formulada, destacamos a que está a seguir: “o processo de gramaticalização de *se* foi mais intenso do período arcaico para o moderno, sendo esse último o ápice do processo. Já no período contemporâneo observa-se uma grande queda de frequência em todos os tipos analisados, o que indica uma tendência geral de desaparecimento de diversos tipos” (p.96).

Quando trata do período que chama de contemporâneo, Lima (2006: 107) faz referência ao *estágio zero* da gramaticalização, isto é, à ausência do pronome *se* e cita os valores de ausência desse pronome em relação aos verbos *casar* (82%), *formar* (86%), *lembrar* (88%), *ordenar* (67%) e *aposentar* (100%). Leva em conta esses cinco verbos para dizer que o índice médio de frequência do apagamento do pronome *se* é de 85% e o de presença, apenas 15%.

Após considerar a metodologia e os resultados de cada uma das pesquisas acima citadas, pude constatar que a noção de *reflexivização* e a denominação do pronome *se* como *reflexivo* não são, por vezes, dadas claramente, mas têm um ponto em comum: a função *anafórica* atribuída ao pronome em questão e a outros (como *me*, *te*, *nos*) que podem exercer essa mesma função. Percebi também que, adotando-se este ou aquele critério para classificar o *se*, sejam eles semânticos (como a noção de *generalização* contida na indeterminação ou a noção de *grade temática dos verbos*), sejam eles sintático-semânticos (como os conceitos de *voz medial reflexiva e medial passiva*), não é uma tarefa simples

classificar os pronomes que são objeto de nosso estudo, nos mais diversos contextos de sua realização. Este é um dos objetivos do capítulo 3, a seguir: demonstrar de que modo descrevemos cada uma das classes de clítico anafórico que assumimos⁴⁵, para estudar a tendência a que faz referência NUNES (1995:219): é “tendência geral um crescente favorecimento à supressão do clítico anafórico”. Um segundo objetivo é apresentar o referencial teórico que subsidia as nossas hipóteses para o apagamento de *se*.

⁴⁵ São sete as classes de clíticos anafóricos que assumimos para fins deste trabalho: *reflexivo, recíproco, inerente, passivador, indeterminador, ergativo e enfático*.

CAPÍTULO 3: Fundamentação Teórica

Conforme registramos nas considerações finais do capítulo 2, não é tarefa simples classificar o pronome *se* e outros (como *me*, *te*, *nos*) em função anafórica, considerando-se os diversos contextos sintáticos em que podem ocorrer. No entanto, quando lemos o critério adotado⁴⁶ por NISHIDA (1994), *apud* TORRES *et alii* (2002:374-5), constatamos que a tarefa pode não ser simples, mas é possível. A delimitação proposta para qualificar cada uma das construções que chama de pronominais propicia que se reúna o *se*, quando em função anafórica, em dois grupos: 1) o grupo em que o *se* absorve argumento interno (o *se* reflexivo, o *se* recíproco e o *se* inerente); 2) o grupo em que o *se* absorve argumento externo (o *se* impessoal, o *se* passivo, o *se* médio e o *se* ergativo).

Como Nishida não faz referência a uma classe de *se* que adotamos, a do *se enfático*, assim denominada também por Torres *et alii* (2002) e por Nunes (1995), logo nos perguntamos: por quê? Para responder a essa questão, verificamos, inicialmente, se de fato o critério *se absorve um argumento* pode ser aplicado aos usos do português do Brasil. E, conforme constatamos, *se* absorve argumento interno nos contextos do *se reflexivo* e do *se recíproco*. Isto é, *se*, nesses contextos, ocupa o “lugar acusativo” e, assumindo-se que

⁴⁶ Para Nishida (1994), os diferentes usos do *se* podem ser estudados sob uma única regra: “*se* absorve um argumento”. Os dois grupos propostos por Nishida (1994) são assim descritos por Torres *et alii* (2002:374): “En el primer grupo incluimos las construcciones en las que aparecen los llamados *verbos pronominales* o *propriamente reflexivos* en términos académicos y los verbos *reflexivos* y *recíprocos*; y, en el segundo, las construcciones en las que aparece un *se impersonal*, un *se pasivo*, un *se medio* y un *se ergativo*, asumiendo con Wehrli (1986) que los diferentes usos de *se* en español como en francés pueden atribuirse a una simple regla: “SE absorbe un argumento”. Así el *se reflexivo/recíproco* y el *se inherente* – el *se* que aparece con los verbos reflexivos puros – absorben un argumento interno, mientras que el *se medio*, el *se pasivo* y el *se ergativo* – o incoativo- absorben un argumento externo”. (*sic*)

absorve argumento interno, exerce papel temático, possivelmente de *paciente*. Não encontramos, portanto, dentre os trabalhos pesquisados, idéias contrárias à de Nishida (1994), no que diz respeito à absorção de argumento interno pelo *se* nos casos de *se reflexivo* e de *se recíproco*. No caso do *se inerente*, entretanto, duas são as formas de tratar o *se* nesse contexto, em relação ao fato de ser ou não argumento do verbo e de, por conseguinte, receber ou não papel temático. Nishida (1994), *apud* Torres *et alii* (2002), diz que *se inerente* absorve argumento interno, mas não informa qual papel temático assumiria nesse contexto. Já CYRINO (2000) afirma que o *se*, num exemplo como o que analisamos em (94), *João casou*, não é argumento interno do verbo *casar*, o *se* seria, portanto, [-temático]. Uma abordagem gerativista sobre o *se inerente* não é, pois, consensual quanto à possibilidade de o *se* ser ou não argumento interno de verbos como *casar(-se)*, *separar(-se)*, *mudar(-se)*, *formar(-se)*, *queixar(-se)*, *arrepender(-se)*. Para d'ALBUQUERQUE (1988:119), esse *se*, “apreendido por pura memorização”⁴⁷, refere-se ao *se* dos verbos *reflexivos inerentes* (*casar-se*, *sentir-se*, *mudar-se*, por exemplo), aos quais a autora dá o mesmo tratamento sintático que assume em relação aos que chama de *reflexivos acidentais* (*maquiar*, *ferir*, *pentear*, por exemplo): “o informante se serve da regra de omissão do objeto direto” (p. 116).

NISHIDA (1994) e d'ALBUQUERQUE (1988) compartilham, portanto, da idéia de que *se inerente* ocupa o lugar *acusativo* ou de *objeto sintático* e que, ao ocupar esse espaço, pronominalizando verbos como os acima citados, dita um novo comportamento sintático

⁴⁷ D'Albuquerque não explica o que entende por um “*se* apreendido por pura memorização”. Entretanto, o relaciona aos verbos que chama de “essencialmente pronominais”, talvez sugerindo que o emprego pronominal desses verbos se deva mais à atividade de memorização que costuma ser desenvolvida pela escola, e menos às atividades não relacionadas à repetição de formas. A partir do que poderíamos pensar que para a criança mineira, nesses verbos, no seu vernáculo, não existe o se; é preciso memorizá-lo para usar em situações formais porque ele existe na variedade padrão escrita.

em relação a essas formas verbais e as torna distintas de uma possível forma não-pronominalizada. Talvez por isso Nishida (1994) os nomeie como *verbos propriamente reflexivos* e LEMLE (1985), como *intrinsecamente reflexivos*.

No outro grupo, segundo NISHIDA (1994), estão o *se indeterminador* (ou *generalizador*), o *se médio*, o *se ergativo* e o *se passivo* que absorvem papel temático reservado ao argumento externo e, de algum modo, recuperam o agente do fazer verbal. Sob tal perspectiva, é compreensível que o *se enfático* não tenha sido incluído em nenhum dos grupos: opaco, não (mais) absorve argumento.

O trabalho de NISHIDA (1994), *apud* TORRES *et alii* (2002: 374-5), organiza as construções com o *se*, que chama de *pronominais*, em dois grupos, e o de NUNES (1995), que é uma descrição sincrônica e diacrônica da perda dos clíticos anafóricos no português brasileiro, atende a dois aspectos: dispõe em classes o *se* e outros clíticos em função anafórica e lida com dados do português brasileiro. Deste modo, os nomes de que lançamos mão para nomear cada uma das classes, nós os tomamos de NUNES (1995:204-7), à exceção das subclasses que ele estabelece (*se ex-ergativo* e *se quase-inerente*) e que nós não adotamos. Diferentemente de Nunes, consideramos *se reflexivo* distinto de *se recíproco* e, assim como ele, não adotamos a classe de *se médio*⁴⁸.

Parece-nos claro que muito se pode pesquisar sobre uma possível voz média no português do Brasil, relacionando-a ou não à construção ergativa, aos verbos psicológicos e

⁴⁸ Por razões que desconhecemos, também Nunes (1995) não considera *se médio* na metodologia que orienta esse trabalho a que fazemos referência.

aos causativos, ou a verbos de um argumento. Num primeiro momento, eu diria que nem sempre fica claro o que se pode entender por voz *média*: se o que propõe Vendryes (1948) que a define como a voz da participação do sujeito na ação e a vincula diretamente a certas construções pronominais do latim (o que, possivelmente, orientou a classificação dada por Pereira, 1954; Mattoso Câmara, 1964; Kury, 1997; dentre outros), ou se o que propõem Keyser & Roeper (1984), *apud* TORRES *et alii* (2002: 374-385), como explicitamos na nota nº 41. De qualquer modo, a noção de voz média é realmente confusa no grego antigo, onde servia para “acolher” as construções de que a oposição ativa/passiva não dava conta. Seja como for, assumo que não distinguir médias e ergativas no português do Brasil implica considerar que as frases *O copo (se) quebrou* vs *O copo (se) quebra fácil* são modos de dizer ‘idênticos’ (cf. PERINI, 2005). E não são, também pelo que ‘podem indicar’ os tempos do verbo (*passado* vs *presente*) e pelas perspectivas que constroem: a meu ver, a 1ª é *agentiva* (porque parece privilegiar a ação de quebrar); a 2ª, *predicativa* (porque parece focar a atribuição de predicativo). Só não considere *se médio* como classe a ser estudada aqui, porque constatei que, nos dados analisados, não houve realizações de fala que poderiam corresponder à perspectiva predicativa⁴⁹ ou média.

Vamos, então, às classes de clíticos anafóricos, à luz de NUNES (1995:204-7) !

⁴⁹ Eu assim denominei a perspectiva que, a meu ver, ‘qualifica’ o sujeito gramatical de construções intransitivas.

3.1. Descrição das classes de *SE*

A seguir, apresentamos, a partir de Nunes (1995), as classes que adotamos neste trabalho para dizer quem é o *se* em contextos do banco de dados Varsul. Uma a uma descrevemos, confrontando Nunes (1995) com autores como d’Albuquerque (1988), Menon (1994), Galves (1996), Cyrino (2000), Perini (2003), Bechara (2004) e outros.

3.1.1. Descrição de *se* reflexivo

Para NUNES (1995:204), *se* reflexivo “refere-se ao clítico que realiza o papel temático de argumento interno”. Neste sentido, o *se* é argumento e não adjunto⁵⁰ do verbo que o “exige” e, no exercício desse papel temático, favorece a interpretação do sentido reflexivo, como o assumimos em 1.1. É o que PERINI (2003:279) afirma sobre *Guilherme* e o reflexivo *se*, em (75), que devem ser marcados como correferentes: “*Guilherme* é o SN1 mencionado na regra, e o reflexivo é o SN2”.

(75) *Guilherme se penteou.*

⁵⁰ À luz da teoria gerativa, *argumento* e *adjunto* são constituintes distintos. De acordo com Miotto *et alii* (2004: 84-85), essa diferença é devida à estrutura argumental do verbo: os argumentos são necessários e suficientes para a composição de uma cena que tem por núcleo um verbo; e os adjuntos, os constituintes que não podem ser argumentos do verbo. São palavras de Miotto *et alii* (2004: 85): “se existe algum constituinte além do(s) argumento(s) do verbo, este constituinte vai ser adjunto”. Sobre as diferenças entre *adjunto* e *argumento*, a partir do exemplo *John gave a book to Mary*, consultar CHOMSKY (1995:46-88).

Assumimos, então, que o contexto do *se* reflexivo é construído com verbos cuja pronominalização implica a agentividade e também a passividade do sujeito gramatical⁵¹, como em (76) e (77).

(76) *O Getúlio não matou#se, mataram ele, né?* (CTB13L1550)⁵²

(77) *A criançada que faz todo aquele alvoroço, aquela gritaria. Na hora de arrumar⁵³ é uma tristeza.* (CTB20L0024).

Consideramos também, como contexto sintático de *se* reflexivo, o que é construído com a realização transitiva direta de verbos, cuja predicação transitiva indireta⁵⁴ sofre a perda da preposição, conforme (78) e (79). A este tema voltaremos, quando, no capítulo 5, formos estudar o fato de que o fenômeno de variação que estamos apreciando pode estar relacionado a outro: à perda de preposições - conforme p. 76 - (é o que MENON, em comunicação oral no VII ENCONTRO DO CELSUL, em Pelotas/RS, chamou de “mudanças encaixadas” e o que ZILLES, nesse mesmo encontro, descreve como “feixe de mudanças inter-relacionadas”).

(78) *você está se judiando, você não consegue fazer dinheiro* (CTB05L0794)

(79) *Por mais que você se cuide, sempre-* (CTB19L0263)

⁵¹ Como mais uma reflexão em torno do que se registrou na nota 19, pensemos: Cegalla (1977) e Spina (1977) tratam do sujeito da voz reflexa como um sujeito *agente-paciente*. Ora, se isso é assim mesmo, ou seja, se o sujeito de uma frase reflexiva pudesse ser agentivo e passivo, nem seria necessário manifestar o reflexivo para garantir a interpretação reflexiva de *Ele machucou*, por exemplo.

⁵² Conforme registramos em 2.1, à luz de Veado (1982), uma frase como (76) corresponderia, no dialeto de Sanfranciscana de Januária, a *O Getúlio não matou ele, mataram ele*. A ambigüidade que ali está nos remete a Lemle (1985), que propõe que o pronome *ele*, considerando-se o dialeto em questão, passa a *anáfora*, mas que, como anáfora, perde o poder de referenciar (daí a ambigüidade: *ele* pode significar *ele mesmo* ou *um outro diferente do sujeito-agente da ação expressa pelo verbo*).

⁵³ Entendi *arrumar* como reflexivo porque o contexto é de *as crianças se arrumarem*. Por isso não assumi a interpretação ativa com objeto zero. Do mesmo modo agi, em relação a *Daí nós tínhamos que trabalhar pra poder sustentar, né?* (PBR13L0050). A leitura que fiz foi: pra poder nos sustentar (ou, sustentar a nós mesmos); daí, apagamento de clítico reflexivo.

⁵⁴ Em Aurélio (2006:498 e 279), lemos: “*Judiar: vti: usar de judiação, maltratar*” e “*Cuidar: vti: aplicar a atenção, o pensamento, a imaginação*”.

3. 1. 2. Descrição de *se* recíproco

NUNES (1995:204), em quem nos apoiamos para descrever cada uma das classes em estudo, não faz diferença entre *se* reflexivo e *se* recíproco, porque a abordagem gerativista que subsidia a sua proposta de classificação, melhor, o critério *papel temático de argumento interno* permite que se dê ao *se* recíproco o mesmo tratamento dado ao *se* reflexivo; daí o fato de Nunes assim o apresentar: “*se* reflexivo (recíproco ou não)”.

Refletindo sobre o mesmo tema, BECHARA (2004:176) faz referência à “reflexividade recíproca” quando cita o exemplo em (80). Sobre esse exemplo, diz que “a oração quer expressar que ‘João ama Maria’ e que ‘Maria ama João’”.

(80) *João e Maria se amam.*

Ora, basta que reconsideremos a noção de reflexivização que assumimos aqui (em 1.1.) para afirmarmos que a reciprocidade não está contida na reflexividade: sobre (80) podemos afirmar que João pode amar Maria sem que ame a si próprio e que Maria pode amar João, também sem que essa ação implique amar a si mesma.

HAUY (1986:153), como nós, procura dissociar reflexividade de reciprocidade, ao afirmar que “o estudo da reciprocidade merece, pois, mais atenção, uma vez que a voz reflexiva, tal como é definida pelos gramáticos, não a pode conter em seu âmbito”. Essa distinção é traçada por MIOTO *et alii* (2004:217), quando, sobre o exemplo em (81),

(81) *Os meninos se machucaram.*

afirmam que:

*Se é ambíguo quanto às interpretações reflexiva e recíproca: Tanto é possível a interpretação em que cada menino machucou a si mesmo, quanto aquela em que um menino machucou o outro. No primeiro caso estamos frente ao *se reflexivo* e, no segundo, frente ao *se recíproco*.*

Esse tema, o da ambigüidade⁵⁵ das formas com *se*, pode ser objeto de um trabalho que aqui não podemos assumir. No entanto, impossível não perceber que as distintas interpretações, de que tratam Miotto *et alii*, podem resultar das “unidades léxicas comprometidas na construção” com *se* e corresponder a ‘interpretações contextuais’ e não somente a ‘valores de língua’ (cf. BECHARA, 2004:177).

De fato, um breve olhar sobre uma frase como a que está em (82) pode indicar, considerando-se (i) que “cada um feriu a si mesmo” e (ii) que “se feriram reciprocamente”, que as distintas acepções das construções de que *se* é parte se constroem com a combinação de unidades léxicas. Assim, o *se* que chamaremos de *recíproco* corresponde ao complemento direto ou indireto de verbos dados em coordenação e com interpretação que pode ser *um do outro*, *um ao outro*, por exemplo.

(82) *João e Pedro se feriram.*

Assumindo esses recursos como identificadores da noção de reciprocidade, para nós agentiva e não reflexiva, citamos, como exemplos do contexto de reciprocidade, os que estão a seguir: (i) ora com a presença do *se*, como em (83); (ii) ora com o seu apagamento, como em (84).

⁵⁵ Para o estudo da ambigüidade lexical, sugiro Vilela & Koch (2001: 41-52).

- (83) *todo mundo se abraçou nessa hora e realmente <pro->procurou seguir em frente* (CTB05L1030).
- (84) *Mas a gente sempre encontra na rua, cumprimenta, conversa tal, né? lembra daqueles tempos.* (IRT02L0082).

Como me é difícil interpretar o vazio na função objeto, principalmente quanto aos sentidos reflexivo e recíproco! Quanto a (84), espero que aí não só seja aceitável o sentido recíproco, mas também impossível uma interpretação diferente dessa. É certo que, nesse exemplo, não só os verbos *encontrar*, *cumprimentar* e *conversar*, mas também o fato de o sujeito gramatical ser *a gente* (que juntos nos *lembramos* de) contribuem para a construção da reciprocidade (da troca: *um P outro* – um com outro, um ao outro etc)⁵⁶.

Classificamos também, como contexto de reciprocidade, de acordo com o que propusemos sobre *se* reflexivo, aquele que pode ser construído com o apagamento de preposições. Esse contexto é citado por BECHARA (2004:178), quando trata do *se* que exerce a função sintática de complemento relativo, em sentenças como a citada em (85).

- (85) *É. Então eles brigam muito, né? Mas se gostam* (CTB03L1220).

⁵⁶ Isso porque, os casos, como o que está a seguir, são excluídos, conforme 4.5.: *Ah, estão muito apressadinhos pro meu gosto. (riso F) Pô, conheceu ontem já quer casar que é- Ah, não é assim, né? Acho que a gente tem que conhecer porque- apesar que você pode conviver com uma pessoa quinze anos, vinte anos e você não vai conhecer.*(CTB11L0507). Neste dado, temos três realizações do verbo *conhecer*: duas nos parecem recíprocas e uma, não (a forma que não sublinhamos). Entendi que *conheceu ontem* poderia corresponder a *conheceram-se ontem já querem se casar*, por força do “estão apressadinhos”. Depois, interpretei “*a gente tem que conhecer porque*” como “a gente tem que conhecer um ao outro”. No entanto, refletindo um pouco mais sobre essa realização de fala, pergunto se não poderíamos pensar em “uma pessoa” que vem em seguida, no mesmo turno de fala, como complemento de *conhecer*. Sendo assim, o que podemos pensar sobre essas realizações? Poderiam ser todas elas casos de formas ativas com objeto nulo? Na dúvida, excluí o dado.

3. 1. 3. Descrição de *se* inerente

O terceiro e último *se* que está entre os que absorvem argumento interno, segundo NISHIDA (1994), *apud* TORRES *et alii* (2002:374-382), é o *se* inerente. NUNES (1995:205), no entanto, não o analisa sob critérios gerativistas; muito pelo contrário, ao dizer que “refere-se ao clítico que a gramática tradicional considera “fossilizado” junto a um verbo “essencialmente pronominal”, deixa escapar, a meu ver, a fragilidade de um critério (a adoção dos dicionários de Fernandes, 1979 e de Ferreira, 1986) que não dá conta de qualificar o *se* em questão. Que critérios, então, poderíamos nós adotar em relação ao *se* inerente? Percebemos, aos poucos, que o termo *inerente* podia estar relacionado ao fato de que, quando o pronome era empregado junto ao verbo, impunha, em relação à forma não-pronominalizada, a construção de um sentido que só é dado, a princípio, com a pronominalização. O pronome *se* passa, então, a marcar a instauração de um sentido, já que não estamos levando em conta a “crença” de que verbos tenham que obrigatoriamente ser pronominalizados. Para nós, não são convincentes os comentários que levam à obrigatoriedade no uso de formas verbais pronominalizadas, isto é, a noção que recobre o emprego de *verbos essencialmente pronominais* se constrói sob valores estilísticos (cf. Pereira, 1954) ou de purismo gramatical (cf. Silvio Elia, 1976). Não haveria, assim, segundo compreendemos, por que obrigar que certos verbos tenham seu emprego nunca dissociado de um pronome da mesma pessoa do sujeito gramatical. E isto é o que propõe OLIVEIRA E SOUSA (1953:254), sobre o exemplo em (86),

(86) *Êle arrependeu(-se).*

quando afirma que:

os verbos desses modelos são transitivos directos, empregados absolutamente, isto é, atendendo-se somente à actividade em si. Não há, porém, tal emprêgo, quando o objecto, elíptico, facilmente se depreende do contexto, ou de ser êle habitual na construção onde jaza oculto.

Movida por tal orientação, passamos a assumir que o contexto de *se* inerente é aquele em que o pronome *se* instaura um sentido diferente da forma verbal não-pronominalizada. Deste modo, atribui-se ao contexto situacional a função de esclarecer qual é o sentido do processo verbal, quando o uso do pronome, associado a um determinado sentido, deixa de ser observado. Considerando-se os dados do banco Varsul, em (87) e (88), temos que *se* é traço distintivo de significado entre *tornar* e *tornar-se*⁵⁷.

(87) *Em sessenta e quatro que eu tornei profissional, (est) e eu joguei em cinqüenta e oito em Santa Felicidade.* (CTB17L0718)

(88) *E daquele dia em diante o tenente que todo mundo [tinha]- tinha medo, (est) tornou#se meu amigo.* (CTB17L1180)

Os dados em (87) e (88) são realizações de um mesmo informante e mostram que um mesmo sentido, *vir a ser, transformar-se, fazer-se*, é construído ora com o pronome *se*, ora sem ele. Sobre esses exemplos, eu penso que são os argumentos (ou, os complementos) internos do verbo *tornar-se* que recuperam o sentido *transformar-se* e “impossibilitam” a construção do sentido *retornar*, por exemplo. Parece-me possível, então, afirmar que o pronome *se* está deixando de marcar uma diferença de sentido entre formas verbais e “transferindo” essa função para outros elementos da sintaxe ou para o contexto situacional.

Assim como “aconteceu” em relação aos contextos acima descritos, o pronome *se*, não

⁵⁷ Em Aurélio (2006:781): “tornar: 1. voltar, retornar. 2. restituir. 3. converter em; fazer, transformar. 4. retomar, voltar a fazer. 5. voltar ao lugar donde saíra. 6. ressurgir, reaparecer. P.7. [P, leia-se pronominal] vir a ser; transformar-se, fazer-se.”

diferentemente neste contexto de *se* inerente, parece não mais “significar”: está em processo de *dessemantização* (cf. HOPPER & TRAUGOTT, 1993: 87), ou seja, por ter tido seu uso “estendido” a outros contextos além do da reflexivização, foi deixando de ser [+distintivo]. O que chama a nossa atenção é o fato de o *vazio* que resulta do apagamento do anafórico poder ser interpretado como expressão da correfencialidade entre o que está na função sujeito e o atingido pela ação (este último, um *objecto elíptico*, nos termos de Oliveira e Sousa, 1953: 254).

Até chegarmos, no entanto, a compreender que o *se inerente* podia ser estudado como um traço distintivo de significado, ocupamo-nos em “quantificar” os verbos que, segundo Fernandes (1954) e Aurélio (2006), não admitiam outras construções que não aquela que chamamos de clítico anafórico. Nesses dicionários, constatamos que, dentre os verbos realizados nas cidades do banco Varsul examinadas para fins deste trabalho, poderiam ser estudados como verbos *essencialmente* pronominais⁵⁸ os que citamos a seguir: *queixar-se*, *candidatar-se*, *locomover-se*, *arrepender-se*, *atrever-se* e *apoderar-se*. Examinando cada um desses verbos, percebemos que eles expressam ou um estado do atingido pelo processo verbal ou uma ação que não pode ser transferida “para fora” do agente do processo verbal, e assim os associamos às formas verbais *intrinsecamente reflexivas*, estudadas por LEMLE (1985).

⁵⁸ Vale registrar a compreensão que SILVA & KOCH (1996:33) têm do tema em questão: “a diferenciação entre *verbos pronominais essenciais e acidentais* torna-se mais evidente, na medida em que, no caso dos primeiros, [como em (1)], a partícula *se* faz parte do constituinte V, ao passo que, no segundo caso, [como em (2)], vem a constituir um SN dentro do SV, com função de objeto”.

(1) Mônica *queixou-se* ao professor.

(2) Carlos *penteou-se* diante do espelho.

Tínhamos, então, duas questões a considerar: a primeira, um *se* que pode ser traço significativo entre *mudar* e *mudar-se*; a segunda, um *se* que é parte de um verbo que “carrega” reflexividade, como *arrepender-se*⁵⁹ (ou seja, que é parte de um verbo *inerentemente reflexivo*⁶⁰). E é, talvez, por esta última razão, que a despronominalização ocorra: por que marcar, com o *se*, a reflexividade que já está “contida” no verbo?

Consideramos, então, como *se inerente* as realizações com esses seis verbos, como em (89) e (90), e aquelas com verbos cuja pronominalização implicar uma mudança de sentido relativamente ao uso não-pronominal, como em (91) e (92).

- (89) *Pessoas analfabetas que não sabem nem falar candidata#se* (CTB19L1432)
 (90) *quantas vezes ele candidatar eu voto nele* (LDN01L0473)
 (91) *Tem poucos, né? Que muitos se mudaram do bairro, mas tem [um]- [um]- um pouco do pessoal ainda vive por aí* (CTB01L0032)
 (92) *Daí a gente mudou pro Cristo Rei, né?* (CTB12L0437)

Citamos, por fim, CYRINO (2000) que afirma que poderia estar acontecendo uma mudança na estrutura argumental dos verbos associados com o clítico *se*. Toma os exemplos que estão a seguir e propõe que, em (93), o verbo *casar* pode ter dois argumentos; que, em (94), dá-se a ‘agentivização do sujeito’ que é marcada com o clítico *se*; e que, em (95), o pronome pode ser suprimido porque não tem função de argumento interno do verbo, sendo caracterizado como [-temático].

⁵⁹ É possível que essas duas questões estejam relacionadas ao caso *inerente* estudado por Chomsky (1986) quando trata, por exemplo, do genitivo das construções do tipo *John's house*. Eu gostaria de poder considerar esse caso em um outro trabalho, dado que, neste, essa discussão não modificaria a compreensão que assumimos da classe que caracterizamos como de *se inerente*.

⁶⁰ Considero “arrepender-se” como verbo *inerentemente reflexivo*, por entender que a reflexividade que ele expressa resulta não necessariamente da sua pronominalização, mas sim do fato de não poder implicar uma ação cujos efeitos sejam exteriores ao seu agente (daí Lemle, 1985 considerá-lo como *intrinsecamente reflexivo*).

(93) *João casou sua filha.*

(94) *João casou-se.*

(95) *João casou.*

Cyrino (2000) justifica a supressão do *se*, no contexto de (95), com o que chama de *não-exercício pelo clítico da função de argumento interno do verbo*. E esta é uma questão que podemos apreciar, procurando relacionar as classes de clíticos e o exercício das funções de argumento interno e externo à variável dependente que adotamos neste trabalho (ausência/presença do clítico). Porém, os resultados de Curitiba não estão confirmando essa hipótese de Cyrino, já que o *se reflexivo* (.21 de ausência), estudado como argumento interno do verbo, também “mostra sinais” de apagamento.

Referindo-se a esse mesmo verbo, o verbo *casar*, como a responder à questão que formulamos acima: por que marcar, com o *se*, a reflexividade que já está “contida” no verbo, d’ALBUQUERQUE (1988:117-119) propõe que, quando há “grande previsibilidade semântica do objeto” de um verbo, isto é, quando seus usos mais comuns implicam que o agente é também o paciente/objeto da ação, “a superposição de papéis é sentida como tão óbvia que a marca da reflexividade se torna desnecessária ao ponto de esvair-se”. No caso do verbo *casar*, de acordo com d’Albuquerque, o fato de colocarmos, na posição de sujeito e como agente da ação, aquele que adquire o estado civil de casado (*casei*, por exemplo), fazendo coincidir o *status de agente* com o *de atingido pela ação*, expressa uma informação tão “óbvia semanticamente que a reflexividade morfologicamente marcada perde a funcionalidade”. É como se nos perguntássemos o seguinte: por que dizer *me casei se casei*, não diferentemente, pode expressar tão só mudança de estado do sujeito? Ora, já que o papel de agente da ação de *casar* está dado pelo uso transitivo não reflexivo (um padre, um

pastor, um juiz celebram o casamento), como pensar, tomando-se *eu (me)* casei, em um *eu* que estaria celebrando o casamento. D'Albuquerque (1988) não usa o termo *argumento interno* quando estuda o verbo *casar*; no entanto, ao chamar de *paciente/objeto da ação* o clítico que coincide com o agente dessa mesma ação, dá ao *se inerente* o mesmo tratamento que confere ao *se reflexivo*: o de *objeto*.

Lembremos: desse mesmo modo age Oliveria e Sousa (1953:254), quando chama de *objecto* o *se* do exemplo (86): *Ele arrependeu(-se)*. Sinto contrariar D'Albuquerque (1988) e Oliveira e Sousa (1953)! Para mim, o *se inerente* “continua” sendo [-argumental].

3. 1. 4. Descrição de *se* apassivador

NUNES (1995) não considera a classe de *se* apassivador, porque os estudos de NUNES (1990, 1991)⁶¹ mostraram que o *se* apassivador “perdeu espaço” para o *se* indeterminador. GALVES (1996: 392), ao tratar de ‘modificações’ do sistema pronominal do português brasileiro, faz referência a esses resultados e diz que “um terceiro aspecto da mudança ocorrida no século XIX é a diminuição da freqüência da concordância em estruturas com *se* estudada por Nunes (1990, 1991), que analisa essa evolução como um sinal de que o *se* tende a ser interpretado como indeterminador e não mais como apassivador”. Ora, mas “quem” é o *se apassivador*?

⁶¹ Considerar, sobre Nunes (1990), o trabalho de MARTINS (2003:12-14; 33-34) que estuda, particularmente, a proposta de classificação de Nunes (1990) para *se apassivador* e *se indeterminador*: no caso do primeiro, como em *alugam-se casas*, o clítico *se* absorveria o papel temático de argumento externo; e no caso do segundo, como em *aluga-se casas*, existiria um pronome nulo referencial *pro*, na posição de sujeito, que receberia “papel temático de argumento externo e caso nominativo, indeterminado pelo clítico *se*”. Divergindo da hipótese de Nunes (1990), Martins (2003:34) assume que as sentenças *Ferra-se cavalos* e *Ferram-se cavalos*, por exemplo, são estruturas inacusativas.

MIRA MATEUS *et alii* (1989: 225) ilustram, com as frases em (96), o que chamam de um tipo de construção passiva disponível em Português – a passiva de *se*, onde há, segundo propõem, suspensão da atribuição da função semântica de AG⁶² à posição de sujeito e externalização do argumento interno do predicador. Para Mira Mateus *et alii*, a passiva de *se* decorre da presença do *se* que é “pronomine clítico” e absorve caso acusativo. Não entendo que papel temático o *se* exerceria nas frases em (96). E como penso que a ordem dos constituintes de uma oração pode implicar diferenças que vão além da sintaxe, tenho dificuldades de interpretar a ambas como exemplos do contexto de passividade. Preciso cotejar também uma frase como *os livros compraram-se ontem* com as realizações de fala do banco de dados VARSUL, para verificar como é o comportamento dos verbos transitivos diretos que sofrem adjunção do *se*.

(96) *Os livros compraram-se ontem/ Compraram-se alguns livros ontem.*

Quando tratam da *passiva pronominal*⁶³, SILVA & KOCH (1996: 66-69) afirmam que é exigido o preenchimento de uma condição para a aplicação da T⁶⁴. pronominal: “que o SN sujeito da estrutura profunda seja representado por um pronomine indefinido”; de acordo com os exemplos a seguir: (i) Alguém alugar apartamentos mobiliados; (ii) Apartamentos mobiliados alugam-se; (iii) Alugam-se apartamentos mobiliados. Na estrutura profunda, então, segundo Silva & Koch, o *se* representa o agente da ação expressa pelo verbo e é, por isso, que registram que devemos aceitar, “à luz de uma gramática descritiva, a forma *Vende-se ovos frescos*, em que o locutor simplesmente indetermina o

⁶² A função semântica de AG está descrita em Mira Mateus *et alii* (1989:45) como a seguir: “AG(ente): função semântica de argumento que designa a entidade controladora de um estado de coisas [+DINÂMICO]”.

⁶³ Relativamente à passiva analítica, considerar Miotto *et alii* (2004: 164).

⁶⁴ Para Silva & Koch (1996:13), “aos diversos ‘modos de dizer’ é que se denomina *tipos* de frases (T)”.

sujeito”; ainda que a gramática normativa nos imponha, “no caso dos verbos transitivos diretos, o uso da passiva, só aceitando, portanto, como ‘correta’, a forma *Vendem-se ovos frescos*”. É o que ratificam COELHO *et alii* (2006: 220-1), quando analisam a morfologia passiva estudada por Nunes (1990) e afirmam que “há alguma relação entre as construções passivas e as construções de indeterminação com *se*, ou, dito de outro modo, entre o composto *verbo +se* e as estruturas monoargumentais”.

O que está claro para mim é que não se sabe bem como tratar o *se apassivador*. Quando nele penso, eu o relaciono naturalmente a uma das construções passivas preconizadas pela gramática tradicional: a passiva sintética. E durante boa parte de minha formação escolar, associei a possibilidade de classificar o *se* como *apassivador* quando podia propor uma construção ativa equivalente. Dizer *ferram-se botões* equivalia a dizer *botões são ferrados*. Na Universidade, porém, diante da imagem que a seguir apresento, tomando-a de Said Ali, me dou conta de que o critério de que me utilizava para classificar o *se apassivador* pouco me explicava sobre essa classe de *se*.

Em SAID ALI (1957:101), lemos que a passiva *sintética* (portanto, a passiva com *se*) e a passiva *analítica* são diferentes na forma e no sentido. Para mostrar a diferença entre o que chama de “dois pensamentos”, Said Ali propõe:

coloque-se na frente de um prédio, um escrito com a primeira das frases [aluga-se esta casa], na frente de outro ponha-se o escrito contendo os dizeres ‘esta casa é alugada’. Os pretendentes, sem dúvida, encaminham-se unicamente para uma das casas, convencidos de que a outra já está tomada⁶⁵.

⁶⁵ Sobre a frase “esta casa é alugada”, José L. V. Mercer (comunicação pessoal) faz notar nova ambigüidade: numa construção, *alugada* é participípio; noutra é adjetivo, comutável com *própria*.

De acordo com Said Ali (1957), o modo como interpretamos as frases que cita mostra que não “sentimos” as construções com *se* e verbos transitivos diretos como construções de sentido passivo. Pelo contrário, nós as compreendemos como ativas com indeterminação expressa por *se*. O trabalho de GODOY (1999:127) traz um exemplo dessa questão: sobre a indeterminação do sujeito no interior paranaense, registra uma única ocorrência de voz passiva com *se* contra 11 de [*se* + verbo no plural + “sujeito”] e, assim, confirma o que NUNES (1990, 1991) e MENON (1993, 1994) tinham proposto como tendência: que o *se* tende a ser interpretado como indeterminador e não mais como apassivador.

MILANEZ (1982) também considera que o pronome *se*, em exemplos do tipo em (97), seja indeterminador, ao afirmar que “a maioria dos falantes intui a construção *se* sempre como ocorrência de sujeito indeterminado [...] daí o fato de não concordarem o verbo com o grupo nominal, o qual é intuído como mero objeto direto”. Para Milanez, não se pode atribuir ao *se* a função apassivadora porque não haveria equivalência entre as construções com *se* e o sentido passivo. A interpretação que Milanez faz desse tipo de construção pode indicar que *fumam-se charutos* não é uma oração produtiva no português do Brasil.

(97) *Fuma-se charutos.*

Relativamente a Curitiba/PR, um único dado, o que está em (98), “denuncia” que o “certo”, que é fazer concordância entre sujeito e verbo, tal como em *alugam-se casas*, *fazem-se chaves*, é uma prescrição que não “vai à praça” (cf. BECHARA, 1960 que é citado por MENON, 1994:72).

- (98) *Conforme lá iam surgindo as vilas, iam#se abrindo os loteamentos, cada um teria um nome [e daí]- (CTB07L0010)*

Em resumo: a passiva com o *se* (índice de apassivação) designa uma ação que é assumida pelo falante, a partir do paciente; sendo o agente estruturalmente facultativo (cf. Vilela & Koch, 2001:181), e consiste nas estruturas em que um verbo transitivo direto tem a sua concordância determinada por um termo que é o sujeito passivo da construção (*jogam-se búzios*, cf. Scherre: 2005:82).

Quando eu estudava, porém, ocorrências como as dadas em (99) e (100), senti dificuldades de classificá-las.

- (99) *aqui do nosso lado, morava um rapaz que praticamente a gente se criou junto, né?(CTB11L0110)⁶⁶*
- (100) *Hoje, por exemplo, eu saí do trabalho, levei o menino pra consultar, cheguei em casa quase que cinco horas, né?(CTB19L0930)*

Parece que o “espaço” que elas podem ocupar é o do contexto de *se* apassivador (talvez, um lugar de resistência da voz passiva, na forma de verbos pronominalizados). Apóio-me, possivelmente, nas palavras de NEGRÃO *et alii* (2002:100-106) que, ao tratarem dos conhecimentos lingüísticos adquiridos pela criança e dos aprendidos nas aulas de Português, afirmam que sabemos, por exemplo, quando a voz passiva funciona bem e quando não, em razão do conhecimento que temos das normas do *uso lingüístico* e não das regras normalmente ensinadas na escola. NEGRÃO *et alii* (2002) propõem, por exemplo,

⁶⁶ Por ocasião do exame de qualificação desta tese, José Luiz Mercer (comunicação pessoal) registra, com o exemplo *nós nos criamos*, que “há verbos que guardam resquício de uma passiva sintética *generalizada*, isto é, estendida a todas as pessoas gramaticais”.

(i) que os falantes nativos de português sabem, sobre a frase *O Pedro quebrou a perna*, que a sentença **A perna foi quebrada pelo Pedro* “não é uma sentença do português, se quisermos manter a interpretação de que a perna quebrada era do Pedro”; (ii) que distinguimos *Ana queimou as cartas* de *Ana queimou o dedo*; e (iii) que sabemos não ser possível generalizar a aplicação da passiva a toda a classe de verbos transitivos diretos, tais como os que denotam um estado emocional (os chamados verbos psicológicos): *João preocupa o pai*. **O pai é preocupado pelo João*.

Se há dúvidas sobre o sentido passivo de (99), o que dizer da realização de fala em (101) que parece ser o correspondente analítico do verbo *criar-se*? Se isso é aceitável, (99) é um dado que implica uma ação e que tem correspondente analítico de sentido passivo (me criei/fui criado: criar-se/ser criado).

(101) *Fui [criado]- criado na Vila Gazone*. (LDN22L0058)

Diferentemente de Mira Mateus *et alii* (1989: 225), entendemos que a passiva (com *se*) pode não ser decorrente somente da presença do clítico. “Tive duas hérnias e operei” (PBR05L0399), por exemplo, serve ao contexto de passividade, mesmo sem o *me*.

3. 1. 5. Descrição de *se* indeterminador

Quando MENON (1994, 2006:128) afirma que a indeterminação do sujeito (referente) “concerne os casos em que não se pode ou não se quer nomear o sujeito”, inclui, dentre os recursos de que dispomos para indeterminar, o pronome *se*. Compreendendo também o *se* como uma estratégia de expressão do sujeito indeterminado, MIRA MATEUS

et alii (1989:212) assim ilustram o comportamento de *se indeterminador*: “o uso de um pronome clítico que absorve o caso nominativo e impede que à categoria vazia na posição de sujeito seja atribuída a função semântica que o verbo reserva para o seu argumento externo”. Neste sentido, para Mira Mateus *et alii*, o clítico *se* faz-se *SE* nominativo ao absorver o caso com o mesmo nome. *Se indeterminador* refere-se, então, segundo NUNES (1991), ao clítico que “detém o papel temático reservado ao argumento externo de uma construção”. Assim, são exemplos do contexto de *se* indeterminador, porque ali permanece “o conteúdo semântico da indeterminação” que é atrelado ao da genericidade - impossibilidade de recuperar o referente - (cf. MENON, 2006:134), os que estão em (102) e (103).

(102) *E Hoje em dia se passa pela vida e-*
F Passa e não vive.
E E não se vive. (CTB17L0840)

(103) *Faz-se a cova, planta ali, tá? aduba-* (LDN01L0065)

E também o que está em (104), já que ali o traço [-concordância] indica, segundo BECHARA (2004:178), um percurso: “da passiva à indeterminação”. Deste modo, podemos ler (104) não como *coisas que hoje não são mais vistas*, mas como *a gente não vê mais coisas*.

(104) *E então a criatividade ficava por conta da gente [...] [é]- coisas assim [que não]-
que hoje nem se vê mais praticamente, né?* (CTB05L0252)

Chamou também a nossa atenção o número de realizações em que uma expressão adverbial é seguida de verbo sem *se*. Considerei esse contexto como sendo de indeterminação, conforme (105) e (106).

(105) *E até a festa de formatura, porque ontem no Fantástico mostrou a entrega do diploma ainda. Na hora.* (CTB20L0687)

(106) *Aqui no Brasil precisa de gente que queira trabalhar.*(CTB17L0428)

O exemplo em (105) nos remete à forma ØV3PS, estudada por MENON (1989, 1994), ou à “terceira pessoa do singular sem sujeito expresso”, estudada por GALVES (1987,1988), *apud* ILARI *et alii* (1996:106). Para GALVES (2001:127), a indeterminação do sujeito que pode ser expressa simplesmente pelo sujeito nulo seguido do verbo na terceira pessoa do singular é um “aspecto especialmente revelador da gramática brasileira”. Com a frase *Aqui conserta sapatos*, Galves (op. cit., p. 81) propõe que a categoria vazia sujeito de um verbo finito pode ser interpretada como *indeterminada*. Já o exemplo em (106) nos conduz a ILARI *et alii* (1996: 107) que dizem que “a referência generalizada com a terceira pessoa do singular sem sujeito expresso chega a sugerir uma interpretação de referência unipessoal (sujeito oracional). Assim [...] *precisa* pode chegar a entender-se como equivalente à expressão neutra *é preciso*”. Para explicar a forma *precisa*, Ilari *et alii* partem da noção de referência generalizada com a terceira pessoa do singular sem sujeito expresso, enquanto que MIOTO *et alii* (2004: 153) sugerem o princípio EPP. Para estes autores, verbos claramente inacusativos (“porque claramente eles não têm sujeito”), como *convir*, *parecer*, *constar*, *obstar*, têm EPP (Princípio de Projeção Estendido) satisfeito mediante a inserção de um expletivo nulo: o verbo *precisar*, por exemplo, em lugar da expressão *é preciso* (tal como *convir/é conveniente*) tem realizações que promovem a satisfação do EPP⁶⁷.

⁶⁷ Sob tal Princípio, temos: “Toda sentença tem sujeito” (Cf. CHOMSKY, 1995)

Quando consideramos o banco de dados Varsul, podemos citar facilmente exemplos representativos da forma ØV3PS, que estamos classificando como contexto de *se indeterminador*. São os exemplos (107) e (108).

(107) *se bem que não precisa levantar cedo, né?* (CTB12L0862)

(108) *Tem que tentar mais uma vez e se <vim> gêmeos outra vez, daí complica, né?*
(CTB03L1276)

Um outro conjunto de dados nos pareceu expressão do conteúdo semântico da indeterminação: os casos com o *infinitivo flexionado* que serão analisados separadamente, porque não temos como afirmar se ali há apagamento do sujeito. Como tratar desse infinitivo como um caso de apagamento sem estudos que tenham atestado o preenchimento? O que temos como informação sobre casos desse tipo é o trabalho de MENON (1994) que dá exemplos de preenchimento da casa do sujeito, como (109), (cf. MENON, 1994:181; 2006: 142).

(109) *é de se supor* (EF/388/408/73/M1)

Sobre o mesmo tema, ROCHA LIMA (1976:381) afirma que o sentido de *coisas fáceis de perceber* é passivo. Os dados do banco Varsul, no entanto, nos mostram que a leitura que o falante faz deste tipo de construção não corresponde ao sentido passivo, como propõe Rocha Lima, mas ao sentido ativo, como constatamos em (110).

(110) *(est) pra se adquirir alguma coisa é muito difícil hoje.* (CTB05L0879)

Sobre esse emprego, constatamos que o uso da preposição (*del para pra*) e a ordenação dos elementos da frase podem promover ora o apagamento, ora a realização do *se*,

conforme (111) e (112). Sobre a tendência de um “dequeísmo por ultracorreção”, considerar MENON (1994:184; 2006: 144), a respeito de ocorrências como (111) e (112).

(111) *mas, olha era tão gostoso de morar aqui* (CTB14L0165)

(112) *A gente queria sair, porque, um mato, né? Praticamente, não tinha nada. Mas, ele não, que aqui era tranqüilo, era gostoso de se morar, tal* (CTB12L0052)

3.1.6. Descrição de *se* ergativo

O *se ergativo*, de acordo com NUNES (1995:204), “constitui um operador lexical que detematiza a posição do sujeito de verbos transitivos”. A ergativização seria, então, uma propriedade em que o sujeito sintático de uma oração é interpretado como *tema*. *Tema* (ou *paciente*) é o papel temático atribuído a um argumento que representa a “entidade que sofre o efeito de alguma ação” (cf. MIOTO *et alii*, 2004: 126). Como exemplo dessa propriedade, PERINI (2005) cita o exemplo que está em (113) e sobre esse exemplo diz que a interpretação que ali temos é a de que “os alunos são a entidade que sofre o susto”, e que por isso a construção se chama ergativa: por atribuir ao sujeito o papel semântico de *tema*.

(113) *Os alunos assustaram.*

Para CANÇADO (2003: 108), um exemplo como (114) chama-se *perspectiva ergativa*. *O vaso* corresponderia, portanto, em se considerando esse exemplo, ao *tema*.

(114) *O vaso quebrou.*

Ora, *os alunos* e *o vaso* exercem papel temático de *tema*⁶⁸, nos enunciados em (113) e (114), respectivamente, mas entre eles há, pelo menos, um traço que os distingue: o de [+/-animacidade] do sujeito gramatical. Assim, no tratamento que vamos dar ao *se* ergativo, consideramos que a propriedade de ergativização pode contemplar os *temas* de traço [+animado], como em (115) e (116), e os de traço [-animado], como em (117) e (118).

(115) *Conseguimos construir a escola, quando a escola estava pronta, a gente se decepcionou que o Requião nomeou a Marta.* (LDN01L0285)

(116) *É- Não adianta. Ela já acostumou, dezesseis anos com essa vida, não tem como-* (CTB070721)

(117) *[É]- em termos [de]- de desenvolvimento a Vila Hauer cresceu muito de mil novecentos e setenta pra cá. (est) De setenta, então Vila Hauer, Boqueirão (hes) desenvolveram de uma maneira impressionante* (CTB05L0023).

(118) *E o motivo do comércio se <dese-> desenvolver mais aqui, talvez porque o princípio, o comecinho dele foi nessa região.* (CTB05L0133)

Quando TORRES *et alii* (2002: 374) tratam da *ergativização*, empregam, em lugar de *se ergativo*, a forma *se incoativo*, que é a denominação que usam para fazer referência a uma sentença do tipo *Se han roto todos los vasos*, e que corresponde, segundo registram à nota 13, “al se medio de los gramáticos tradicionales, al neuter *se* de Wherli (1986) o al ergative *se* de Burzio (1986)”. O termo *incoativo*, nós o encontramos também em CUNHA & CINTRA (1985:128-129): “incluem-se naturalmente entre os verbos que evocam um estado, ou melhor, uma mudança de estado, os incoativos como *adoecer*, *emagrecer*, *empalidecer*, equivalentes a *ficar doente*, *ficar magro*, *ficar pálido*”. Se tomamos por *incoativas* as construções em (113) e (114), por exemplo, temos que poder propor equivalências aos verbos *assustaram* e *quebrou*. A *assustaram* corresponderia *ficaram*

⁶⁸ Em MADUREIRA (2002:110), lemos, em lugar de *tema*, a forma *experienciador*. E em CANÇADO (2002), a forma *beneficiário*.

assustados e a *quebrou* corresponderia *ficou quebrado*; formas que me parecem gramaticalmente aceitáveis.

Referindo-se a *construções ergativas*, VILELA & KOCH (2001:78) afirmam que há um grupo de verbos, tradicionalmente designados como “causativos” ou factitivos”, “em que o verdadeiro Agente ou ‘executor’ está ausente”, que admitem dois tipos de construção: (i) uma construção transitiva (a causativa) ou construção bivalente, tal como em (119); (ii) uma construção intransitiva, “designada também como ‘ergativa’ pelo fato de o sujeito ser originariamente um complemento direto”, tal como em (120).

(119) *O João construiu uma casa (=mandou construir).*

(120) *O sol seca a roupa. A roupa seca (ao sol).*

Para Vilela & Koch, a construção ergativa é uma construção intransitiva que não indica o agente da ação expressa pelo verbo e que tem um objeto direto assumindo o “espaço” do sujeito. Considerando o exemplo (120), observo que o *sujeito*, para Vilela & Koch (2001), corresponde, em termos sintáticos, à noção de *sujeito gramatical* que é formulada por Pontes (1986): o sujeito é o que ocorre antes do verbo, uma referência à posição inicial da sentença, que é dada pela observância à ordem canônica do português do Brasil (SVO).

Com um exemplo semelhante ao (114), PONTES (1973:57) introduz as construções do tipo *estar + participio*, como as citadas em (121), para dizer que, embora a gramática tradicional lhes atribua um sentido passivo, essas construções nem sempre se comportam sintaticamente como passivas. Em razão da discussão de Pontes, penso que seja possível propor uma equivalência sintático-semântica entre os exemplos *o copo quebrou* e *o vestido*

rasgou, citados por Pontes (1973), e o exemplo *a roupa seca*, citado por Vilela & Koch (2001), já que todos eles têm sujeito gramatical de traço [-animado] – um objeto direto originariamente- que é interpretado como *tema*.

(121) *Ela quebrou o copo. O copo quebrou. O copo está quebrado*; (ii) *Ela rasgou o vestido. O vestido rasgou. O vestido está rasgado*⁶⁹.

Nesse mesmo trabalho, PONTES (1973:118), analisando a predicação dos verbos *começar* e *continuar*, afirma que o verbo *começar* é semelhante a verbos como *abrir* e *quebrar*, que podem ser transitivos e intransitivos, como em (122) e (123). Sobre esses exemplos, diz que “quando o verbo é intransitivo, o sujeito é inanimado e quando é transitivo, o sujeito é animado e o objeto inanimado”.

(122) *João começou o trabalho. O trabalho começou.*

(123) *João abriu/quebrou a porta. A porta abriu/quebrou.*

Para Pontes, parece haver relação entre a predicação do verbo e a animacidade do sujeito gramatical. De qualquer forma, a construção ergativa, sob a perspectiva da predicação do verbo nela envolvido, é uma construção intransitiva, só que nem sempre de sujeito gramatical inanimado, como propõe Pontes (1973). Um exemplo de trabalho que estuda as ergativas de sujeito animado é o de WENCESLAU (2003: 38) que, à luz de Cançado (2002)⁷⁰, aprecia, quando trata da ergativização, somente as “sentenças que contenham *argumento animado e humano* como beneficiário”. *Os ginastas aperfeiçoaram*

⁶⁹ Menon (comunicação pessoal) propõe que *O copo quebrou* e *O copo está quebrado* não são equivalentes. Veja-se: *está quebrado* pode-se entender como resultativo da quebra.

⁷⁰ Cançado (2002:114-5) reescreve a hipótese de Whitaker-Franchi (1989) sobre a ergativa e propõe duas condições para a sua realização: *a ergativização não é possível quando o verbo tem como propriedades acarretadas (necessariamente) para seu argumento externo ser desencadeador do processo com controle; ela só ocorre quando o argumento interno tem como propriedade acarretada ser afetada pelo processo*.

e *O bebê já amamentou* são algumas das frases que ilustram o trabalho de Wenceslau (2003: 65).

A mim parece que foi a construção ergativa com sujeito gramatical de traço [-animado], cujo exemplo pode ser (124), que desencadeou essa perspectiva de descrição de um evento, só que com um sujeito gramatical animado.

(124) *A farmácia, coitada, fechou porque não agüentou.* (LDN06L1554)

A frase em (124) ilustra o que Cyrino (2000) chamou de “agentivização do sujeito gramatical”: *a farmácia*, objeto originariamente, ocupa a posição pré-verbal e é revestida do traço [+agente], não só pelo verbo *fechou* que tem a concordância por ela determinada, mas também pelo adjetivo *coitada*, que a humaniza também.

Consideremos, ainda, duas questões em torno do tema *ergativização*: (i) a inserção de *se* em exemplos do tipo *o copo partiu-se*; e (ii) a ambigüidade em construções ergativas.

A primeira questão é estudada por MIRA MATEUS *et alii* (1989:215-217), sob o título: “construções inacusativas com verbos transitivos de dois lugares”. Dando como exemplo as sentenças em (125) e em (126)- (a numeração é nossa) -,

(125) *O João partiu o copo.*

(126) *O copo partiu-se.*

afirmam:

- (i) na frase (126), o argumento externo não está presente e é o argumento interno que tem a relação gramatical de Sujeito final e, por isso, é o desencadeador da concordância verbal;
- (ii) na frase (126), o argumento externo, se tiver a função semântica de agente, não pode ocorrer nem na posição de sujeito (**O João partiu-se o copo*), nem ser realizado estruturalmente em construções passivas (**O copo partiu-se pelo João*);

- (iii) enquanto a frase (125) admite ‘adverbiais de interpretação agentiva’ (*O João partiu intencionalmente/metodicamente o copo*), a construção de *se* ergativo, na frase (126), não os admite (**O copo partiu-se intencionalmente/metodicamente*);
- (iv) a construção de *se* ergativo, em (126), “admite a expressão de uma causa externa não intencional, ou de uma causa interna desde que o constituinte que a exprima não ocupe a posição de sujeito”; como lemos em (127).

(127) *O vidro partiu-se com o calor excessivo/ O copo partiu-se por si só.*

À luz do que afirmam MIRA MATEUS *et alii* (1989), em relação a (126), podemos propor que, ali, *o copo* é argumento interno que ocupa o “espaço” do sujeito gramatical (por isso ditando a concordância verbal). Não é dito que *o copo* seja *tema* da ação de *partir*, mas não há como negar que é, em se considerando, principalmente, o que diz Perini (2005) sobre a atribuição do papel semântico de *tema* ao sujeito, em construções ergativas. Acerca do argumento externo, *O João*, em (125), foi proposto que, se *agente*, não pode na (126) “ocorrer”. Entendemos, assim, por que, para Nishida (1994), *apud* Torres *et alii* (2002: 374), o *se ergativo* absorve argumento externo: porque, se não pode co-ocorrer com o *agente*, assume essa função semântica.

A segunda questão é apresentada por WENCESLAU (2003:64)⁷¹, ao registrar que o uso do pronome *se* pode tornar ambígua uma construção ergativa, quando constrói uma interpretação reflexiva. Segundo Wenceslau, em (128), temos a sentença em sua forma original: argumento externo _ sujeito _, *Ana, desencadeador, com controle*; e argumento interno _ objeto direto _, *os parentes, afetado-favorecido*; em (129), aplicada a propriedade de ergativização, sem o emprego do pronome *se*, temos o argumento interno _objeto

⁷¹ O *corpus* desse trabalho é constituído de 367 verbos, com os quais o autor formula frases para estudar as propriedades semânticas que restringem ou licenciam o que chama de propriedades sintáticas, tais como: a ergativização, a indeterminação do sujeito, a passivização, a reflexivização e a dupla causação.

direto_, *os parentes*, elevado à condição de sujeito, com as mesmas propriedades; em (130), no entanto, com o emprego da forma *se*, uma leitura, “no mínimo ambígua, em que o sujeito *os parentes* torna-se um *desencadeador-afetado-favorecido*, com controle, portanto, distinto de sua forma original”.

(128) *Ana acomodou os parentes.*

(129) *Os parentes acomodaram.*

(130) *Os parentes se acomodaram.*

A sentença em (129) é considerada por Wenceslau (2003: 64), como exemplo de construção *ergativa*, porque observa os preceitos sintáticos da propriedade aqui em estudo. O aspecto a que Wenceslau chama atenção, no entanto, é o fato de que, sem o *se*, como em (129), o sentido é um e, com o *se*, como em (130), o sentido pode ser o que está em (129) e também um outro distinto (que Wenceslau chamou de *interpretação reflexiva*). Assim sendo, o *se* pode produzir muitos sentidos e pode também promover a construção de contextos ambíguos. WHITAKER-FRANCHI (1989:26), *apud* Wenceslau (2003: 64), trata de algumas construções de que o *se* é parte e sobre essas construções afirma que “em Português e outras línguas românicas, a construção intransitiva aparece muitas vezes com um pseudo-reflexivo sujeito a restrições não muito claras – o pronome *se*”. Julgamos que (130) seja explicativo do que propõe Whitaker-Franchi (1989), acerca de um *se* pseudo-reflexivo: além do sentido reflexivo; outros, o ergativo e o inerente (não só em razão do *se*, mas também em razão das diferenças de significado entre os verbos *acomodar* e *acomodar-se*). Por entender que a construção ergativa deve manter as mesmas propriedades semânticas daquela que a originou (a transitiva), classifico o *se* de *acomodar-se* como *se* inerente (por ser traço distintivo de significado entre a forma pronominalizada e a não-pronominalizada) e não como *se* ergativo.

Está me parecendo que, cada vez mais, se atribui ao contexto situacional a função semântica da desambiguação, já que o pronome *se*, assim como no contexto de reflexivização (cf. LEMLE, 1985), também no contexto de ergativização (cf. WENCESLAU, 2003) está “se esvaziando” do conteúdo reflexivo que lhe é próprio desde a origem e que acrescia, às formas verbais com as quais compunha os chamados verbos pronominalizados, a função semântica de reflexivização. Essa perda de conteúdo semântico é analisada por MADUREIRA (2002: 123), ao afirmar que, pelo fato de congregar a função semântica de reflexivização e de envolvimento do sujeito na ação descrita pelo verbo e também a função estrutural de aproximar o experienciador da posição de sujeito, o pronome *se* foi escolhido “como marca das estruturas ExpS⁷² dos verbos causativos”, tornando-se *opaco e fonte de ambigüidade* e sendo interpretado como *reflexivo* ou *pseudo-reflexivo*. Desta forma, o *se*, de múltiplas funções e sentidos, passa a requerer do contexto situacional as informações que podem desfazer possíveis ambigüidades.

3. 1. 7. Descrição de *se* enfático

NUNES (1995:206) diz que o “*se* enfático refere-se ao que a gramática tradicional denomina de índice de espontaneidade. Enquanto enfático, o clítico *se* funciona como um operador lexical que geralmente reflete a fusão lexical de dois papéis temáticos”. Nunes não explica como se daria esta fusão, nem informa a que papéis está se referindo. No entanto, propõe que o termo *fusão* seja empregado no sentido de *correferencialidade* que, segundo NUNES (1995:209), “descreve a situação em que um papel temático se apresenta

⁷² Estruturas ExpS são aquelas em que o experienciador se realiza na posição de sujeito.

fundido a outro”. Sem mais detalhes, Nunes aproxima esse *se* de uma noção estabelecida pela gramática tradicional: a de *se* índice de espontaneidade (cf. Pereira, 1954: 329).

Sobre um *se* que, segundo me parece, produz os mesmos efeitos que o *se enfático* “de” Nunes (1995), SAID ALI (1957:91) diz que “em certos verbos, principalmente alguns intransitivos, o pronome reflexo não faz outra coisa senão mostrar que o sujeito participa intensamente da ação. *Êle riu-se* é mais do que *êle riu*; e no pensamento *foram-se para o céu* nota-se um matiz que já não aparece em *êles foram para o céu*”.

Parece-me que Said Ali (1957) afirma que o pronome *se*, no contexto de alguns intransitivos, como os descritos pelos exemplos com os verbos *rir* e *ir*, não favorece a instauração de um “novo” sentido, mas pode “marcar” a participação intensa do sujeito no processo verbal. Essa ênfase à participação do sujeito é destacada por NUNES (1995:206) quando chama de *se enfático* o clítico que tem essa função, conforme o exemplo em (131).

(131) *O dito Gómez hera isemto e que seffosse em paz.*

O termo *enfático* é, então, ora relacionado à participação intensa do sujeito no processo verbal, ora a um efeito expressivo da própria ação expressa pelo verbo. Esta última, dada como função do *se enfático*, é assim descrita por LUFT (2000:13), com o exemplo em (132):

rir é basicamente intransitivo, mas na frase, para efeito expressivo, dá-se-lhe um complemento do mesmo campo semântico (e podia ser da mesma família mórfica, um cognato; *rir um riso*) [...] É uma ‘transitivização’. [...] Transitivização é também a pronominalização de intransitivos analisada acima: *rir, sorrir* → *rir-se, sorrir-se*; *ir, partir* → *ir-se, partir-se*.

(132) *O moço riu uma gargalhada cínica.*

De acordo com Luft, a pronominalização de formas verbais intransitivas não implica a construção de um sentido, mas a geração de um efeito expressivo que poderia ser estabelecido ou por um pronome (que ele classifica como *reflexivo*) ou por um *argumento* do mesmo valor semântico ou família cognata da forma verbal que se deseja “realçar”. *Rir-se* resultaria, então, do que Luft chama de *transitivização por pronominalização*. E o *se* seria, à luz de Luft (2000: 12), um “objeto direto não lógico, natural, mas metafórico, figurado, para efeito expressivo”.

Quem é, então, o *se* enfático? Se não é obrigatório, mas decorativo, por que computar a sua ausência? Ou ainda, com que critério determinar a sua ausência? O critério que leva em conta o traço distintivo de significado, [- distintivo] no caso do *se* enfático, me pareceu suficiente para os propósitos deste trabalho. No entanto, para que se evitassem erros de classificação, com a construção de um perfil de verbos compatível com os verbos *ir-se*, *partir-se*, por exemplo, optei por relacionar, à luz dos trabalhos lidos, todas as formas verbais que são citadas como de interpretação expletiva, e verificar quais dessas formas LUFT (2000: 20) registra como casos de construção reflexiva enfática (estilística ou metafórica): o registro dos verbos pronominais que podem ocorrer acompanhados ou não de pronome oblíquo da mesma pessoa do sujeito é feito com o sinal de elemento opcional, (), cujo uso representa o resultado das pesquisas a que Luft (2000: 10-17) faz referência. Eis os verbos que consideraremos, neste trabalho, para estudar a presença e a ausência do anafórico nas construções reflexivas enfáticas: *ir (-se)*, *vir (-se)*, *demorar (-se) a/em*, *acabar (-se)*, *passar (-se)*, *sumir (-se)* e *descer (-se)*.

Para fins deste trabalho, assumimos, finalmente, que o *se*, nos exemplos em (133) a (136), não impõe, com a pronominalização dos verbos *sumir* e *ir*, uma construção que se traduza em diferença de sentido. Logo, podem ser estudados como casos de *se enfático*.

- (133) *eu podia escolher entre ir correr para o mato, me sumir ou então me apresentar (est)* (IRT23L0067)
- (134) *Quando eu vejo está feito lá em cima da mesa do jeito dela, e cadê ela, sumiu, né?* (est) (LDN04L1347)
- (135) *ele pegou o terreno baldio, pegou a rua do lado de lá e ó (ruído de batida com as mãos) foi se embora.* (CTB10L0682)
- (136) *eles se mudam, vão embora, não é tão fácil de conhecer.* (CTB18L0387)

Quando introduzíamos o capítulo 3, dissemos que os trabalhos a que fizemos referência no capítulo 2 podiam divergir quanto à classificação do *se*, mas não quanto à função anafórica que a esse pronome relacionavam. De fato, nos pareceu consensual, à luz desses trabalhos, que o *se* é um clítico anafórico. Tanto assim que ILARI *et alii* (1996:134) tratam da reflexivização (“com o pronome reflexivo/recíproco ‘se’”) como o principal fenômeno de coindexação obrigatória em português. No entanto, como nosso trabalho mostrou que os usos do *se* vão além da reflexivização, não seria apropriado pensarmos em como se dá a anaforização nos demais contextos de que o *se* participa? Como explicar, por exemplo, o “comportamento anafórico” do *se enfático*, tão dispensável (?) à significação básica do verbo? O que “faz” o *se* do verbo *descer-se* (cf. Said Ali, 1964:180) num contexto como em (137)?

- (137) *É, batiza como João Batista, né? que ele se desce nas águas, né?* (LDN03L0923)

Basta que MATTOS E SILVA (2006:155) diga que o *se expletivo* “é apenas um redobro do sujeito” e que “nesses casos, o pronome reflexo se apresenta com verbos intransitivos e sua ausência não altera a significação verbal” para aceitarmos que o *se*, também nesse contexto, é anafórico? Convido, então, para algumas reflexões sobre *referenciação*, a partir dos textos que abaixo analiso.

MONDADA & DUBOIS (1995) discutem duas concepções que procuram explicar como a língua refere o mundo: a primeira, expressa pela metáfora do espelho (Rorty, 1980), propõe que a língua reflete diretamente as coisas, ou ainda, que “o poder referencial da linguagem é fundado ou legitimado por uma ligação direta (e verdadeira) entre as palavras e as coisas”; a segunda, expressa pela imagem de um sujeito cognitivo que constrói objetos cognitivos e discursivos (cf. Mondada & Dubois, 1995: 273), propõe que tanto as categorias discursivas quanto as cognitivas podem se modificar de acordo com uma mudança de contexto ou de ponto de vista. Para mostrar que a mudança e a instabilidade presentes às atividades cognitivas e discursivas (conforme prevê esta última concepção) não se constituem em⁷³ problemas, mas em uma “dimensão intrínseca do discurso e da cognição”, as autoras citam, dentre outros, SACKS (1972, 1992)⁷⁴, BARSALOU (1983)⁷⁵ e LABOV (1978)⁷⁶ que demonstram, com os exemplos que descrevem, que podemos assumir

⁷³ A essa altura, pergunto e, em resposta a Menon, afirmo: “constituir” ou “constituir-se em”? E Luft (2000: 144-5) responde: “Constituir-se (em) algo é inovação sintática, já familiar à nossa imprensa. A origem pode estar em constituir-se (=transformar-se) em algo, onde a sintaxe é normal. Em linguagem culta formal: constituir algo, não-pronominal e sem preposição”. E o que faço eu? Opto por “constituir-se em” que me diz mais.

⁷⁴ Em Sacks (1972), temos que “diacronicamente, um ‘traidor’ pode tornar-se um ‘herói’; que uma pessoa categorizada como ‘negra’ pode não ser efetivamente um negro, por exemplo.

⁷⁵ Em Barsalou (1983:214), lemos sobre os contextos e as categorias *ad hoc*: um piano, exemplo do autor, “pode ser categorizado como um instrumento musical no contexto de um concerto, ou como um móvel pesado e incômodo no contexto de uma mudança”.

⁷⁶ Labov (1978) mostra, utilizando-se das fronteiras lexicais entre *cup*, *glass* ou *bowl*, que as palavras são sensíveis ao contexto da denominação e não somente ao próprio objeto.

uma atitude de “desconfiança sobre toda descrição única, universal e atemporal do mundo” (p. 28).

No que diz respeito às atividades cognitivas, apresentam um sujeito⁷⁷ que interage e negocia “uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo”; e, quanto às atividades discursivas, tratam particularmente da sintaxe do discurso oral e introduzem Blanche-Benveniste (1987), para falar de “titubeação”, de hesitações, de interrupções da linearidade sintagmática, e introduzem também Brown & Yule (1983), para falar da seleção lexical que fazemos quando queremos descrever situações, objetos. Para as autoras, este é o instante da referenciação: quando fazer referência a X implica descrever, negar a descrição, reformular a descrição, contrastar descrições. No dizer de Mondada (1994): “o discurso aponta explicitamente para a não-correspondência entre as palavras e as coisas, e a referenciação emerge da exibição desta distância, da demonstração da inadequação das categorias lexicais disponíveis”. Diante da dificuldade, mas não da impossibilidade, imposta pelas atividades de descrição, de nomeação, de referenciação, as autoras inserem a noção de dependência contextual e sublinham a importância de um sujeito “envolvido, social e culturalmente ancorado” (p. 49).

Por fim, Mondada & Dubois descrevem o que chamam de “processos de estabilização”, no sentido de que a atividade de descrição, por exemplo, não pretende ser completa, única, mas dinâmica, destituída de rótulos. Dentre os processos de estabilização, citam a *anáfora* que é vista como um procedimento discursivo que pode ilustrar uma denominação particular, focalizando-a, ou pode selecionar, dentre os elementos de

⁷⁷ É também do termo “sujeito” que Koch (2005:35) se utiliza para afirmar que o modo como nomeamos o mundo resulta das “escolhas do sujeito em função de um querer-dizer”.

descrição, aquele que passa a refletir possíveis relações entre uma situação e suas representações.

Pensando sobre a nossa tese, assumimos que o pronome *se* e outros em função anafórica são exemplos de recursos do ato de referir e, neste sentido, são como um espelho que, ao refletir imagens, descreve, nomeia, representa, refere o “mundo”. O modo como reflete, no entanto, pode não ser o que está previsto em rótulos (nomenclaturas, listas, gramáticas, cf. Brown & Yule, 1983), mas é também um modo de “referenciar”, como (138). Ou ainda uma procura que faz da eleição de um recurso de referenciação uma prática discursiva recheada de hesitações, de “titubeações” (cf. Blanche-Benveniste, 1987), como (139).

(138) *então se conhecemos por lá.* (PBR02L0078)

(139) *não consegue falar direito então [ela se]- ela fica muito nervosa e tudo, né?* (CTB22L0642)

Por último, parece-nos que Mondada & Dubois (1995) aproximam as informações dadas pelo contexto do que chamam de trabalho de interpretação, quando afirmam que “a indicialidade da linguagem e do discurso quebra a ilusão de dar uma descrição única e estável do mundo e sublinha sua necessária dependência contextual”. Do contexto, portanto, o interlocutor retira as “expressões indiciais” que lhe permitem preencher as “referências vagas a objetos desconhecidos ou não-identificados”. Como é o caso de (140), onde a multiplicidade de sentidos do processo verbal dá lugar ao sentido construído pelo instante da conversação; é o que Wilkes-Gibbs (1986) chama de “crença mútua”. Por exemplo, o entendimento de *foram*, em (140), como *morreram* é fruto de muitas colheitas.

(140) *vejo quantas pessoas da minha idade, quantas amigas minhas já foram, meu Deus do céu.* (IRT07L0916)

Nessa mesma perspectiva, a de conceber a anáfora, ou a referência de modo geral, como a “representação de uma entidade construída no discurso e pelo discurso, de acordo com os pressupostos compartilhados pelos participantes da comunicação e com outros fatores contextuais”, APOTHÉLOZ (1995) discute como se dá a interpretação do anafórico: se na inferência de uma interpretação sintática, se na dependência de fatores contextuais e pragmáticos. Propõe que podem existir expressões anafóricas não controladas sintaticamente por um antecedente, ao afirmar que “as expressões anafóricas têm, com efeito, propriedades diferentes, e não sofrem as mesmas restrições, conforme sejam ou não controladas sintaticamente por seu antecedente (para o caso, evidentemente, de haver um)”. Refletindo sobre os exemplos de Bosch (1983), no que diz respeito às anáforas pronominais, distingue três tipos de lugares em que um pronome pode aparecer:

- (1) *Jean a l’air pâle. Il est peut-être malade.*
- (1) *Jean* parece pálido. *Ele* pode estar doente.

- (2) *Jules aime se voir dans un miroir.*
- (2) *Jules* adora olhar-*se* no espelho.

- (3) *Jean reconnaît qu’il est malade.*
- (3) *Jean* reconhece que *ele* está doente.

Em (1), como *Jean* e *ele* estão em frases diferentes e podem designar ou não o mesmo referente, “a interpretação do pronome é exclusivamente dependente do contexto”. Em (2), o pronome *se* e *Jules* estão ligados sintaticamente, isto é, o pronome *se* está ligado sintaticamente à posição sintática do sujeito que ocupa esta expressão, *Jules*. A relação que une as duas expressões, *Jules* e *se*, é chamada por Apothéloz de *relação de recção*, que é da mesma ordem da relação que existe entre o sujeito de um verbo e a flexão verbal de pessoa,

“por exemplo; entre o pronome *nous* e a flexão *-ons* em *nous mangeons* - nós comemos”⁷⁸. A interpretação do pronome, neste caso, repousa exclusivamente sobre a relação sintática. Em (3), duas interpretações são possíveis: uma, na qual *ele* designa uma outra pessoa diferente de *Jean*, e onde, portanto, “não há nenhuma relação anafórica entre o pronome e o sujeito da oração principal”, porque as duas expressões, *Jean* e *ele*, têm referentes distintos; outra, na qual o pronome *ele* está ligado à posição sintática de seu antecedente *Jean* e é regido por esta expressão, como em (2).

Neste sentido, para Apothéloz, “a noção de ligação anafórica recobre, então, dois funcionamentos muito diferentes”: num primeiro, o pronome interpretável como anafórico “é uma forma puramente sintática”, como a expressa em (2); num segundo, o pronome, interpretável como anafórico, “é uma forma referencial”, como em (4).

(4) *Jean* a l’air pâle, et Fred pense qu’il est malade.

(4) *Jean* parece pálido e Fred acha que *ele* está doente.

Assim, nas palavras de Apothéloz, “os pronomes reflexivos são sempre sintaticamente ligados, portanto sem valor referencial em si mesmos, os pronomes pessoais, possessivos e relativos podem ter os dois funcionamentos” (p. 56). Essa distinção, relativa a tipos de anafóricos, é também traçada por Berrendonner & Reichler-Béguelin (1989), sob as denominações *forma ligada* e *forma de retomada*, e os termos *anáfora* e *anafórico* designariam somente as *formas de retomada*.

Essa distinção, segundo Apothéloz, tem duas conseqüências importantes para a noção de antecedente:

⁷⁸ Mas, e como ficaria no PB: *nós se + verbo*?

1. convém, evidentemente, rejeitar com vigor a formulação segundo a qual um anafórico se refere a seu antecedente; 2. o que se chama comumente de *antecedente* – a saber, um segmento de texto situado antes do anafórico no texto e tendo com ele uma relação de interpretação ou de correferência – não é, na realidade, um elemento de modo algum indispensável ao funcionamento das formas de retomada.

Para este autor, então, o antecedente não “precisa” estar circunscrito a um espaço ou segmento de texto, porque a expressão anafórica pode identificar o referente não necessariamente com uma denominação anterior a este, mas com “atributos que lhe foram dados no intervalo por via de uma predicação”. Em outras palavras, a própria situação discursiva possibilita a interpretação da correferencialidade (cf. Monteiro, 1994:65; Mattos e Silva, 2002:71).

Considerando-se, assim, o que foi proposto acima, podemos afirmar que pelo menos duas, dentre as questões apresentadas por Apothéloz (1995), aplicam-se à tendência de que estamos tratando (a de supressão de anafóricos): a primeira, que determina que os anafóricos reflexivos que estamos estudando correspondem a uma “forma puramente sintática” (Cf. Apothéloz, 1995). Neste sentido, se os reflexivos são formas puramente sintáticas que ocupam o espaço dos objetos gramaticais, seu apagamento pode estar relacionado ao processo de perda dos clíticos acusativos de terceira pessoa, já estudado por Galves (1989), Cyrino (1990), Kato (1991) e Nunes (1995,1996), e também, por conseqüência, aos contextos em que o objeto nulo ocorre, com mais freqüência, em português brasileiro; o que licencia, segundo entendemos, a constituição da hipótese do uso transitivo de formas verbais com objeto nulo (considerar 3.2.1.), que instaura, por sua vez, uma categoria vazia em português brasileiro: a dos clíticos anafóricos, *reflexivos* ou não (cf. Nunes, 1996:216-7 e d’Albuquerque, 1988:116-119).

E a segunda questão, que “argumenta em favor de uma ampliação da noção de antecedente” (cf. Cavalcante *et alii*, 2003:11): o que talvez explique como o *se* indeterminador possa ser anafórico, já que a interpretação de uma expressão referencial anafórica “consiste não simplesmente em localizar um segmento lingüístico no texto (um “antecedente”) ou um objeto específico no mundo, mas, sim, algum tipo de informação anteriormente alocada na memória discursiva” (cf. Koch, 2005:35). Mas aí não seria mais indeterminador, mas oculto (determinado, portanto). Difícil; difícil pra mim, mas meu olhar não vai além do anafórico que diz respeito ao vazio da alternância *se/* vazio de *se*; como em (141):

(141) *tira, coloca#se, tampa#se, cobre* (CTB18L0840)

Refletindo sobre a indeterminação, igual contexto de (141), Galves (2001: 38-40) trata da posição de sujeito e reflete sobre a noção de “liberdade” dos pronomes nessa posição. E aí, se é aceitável que “ser livre” quer dizer “não ter antecedente”, o *se* indeterminador não seria um clítico anafórico. Simples assim? Não. Principalmente quando Galves (2001) introduz PRO (leia-se *proção*), para tratar da categoria vazia sujeito de um verbo finito que pode ser interpretada, em português brasileiro, como indeterminada. Galves (2001: 82) explica que o sujeito nulo do PB tem um comportamento que o assimila a PRO, [+anafórico,+pronominal]. Galves afirma:

Este fenômeno pode ser facilmente explicado se afirmarmos que AGR é, nesse dialeto, um pronome anafórico: sua natureza pronominal permite que ele legitime um sujeito nulo, mas a ausência de autonomia referencial de AGR o torna dependente de um antecedente para sua interpretação.

Ora, então para Galves, anafórico é o vazio que alterna com o *se* indeterminador; o que não poderíamos concluir sobre o próprio *se*. Eu me vejo girando em círculos, pensando

na questão a seguir: *se* indeterminador é anafórico? Por agora, apresentamos a reflexão: *se* é aceitável que a indeterminação é do referente, então o *se indeterminador* não pode ser anafórico.

Pensemos um pouco mais. Reconsideremos (141)! Para MILNER (1982), citado por MARCUSCHI (2006: 56), não seria toda anáfora decorrente de uma relação associativa entre anaforizado e anaforizante, pois o processo anafórico não supõe como condição necessária à sua formulação a existência de uma expressão antecedente ou subsequente explícita para retomada; o que nos remete a APOTHÉLOZ (1995), que diz poderem existir as expressões anafóricas não controladas sintaticamente por um antecedente. Isso não se aplicaria aos SEs que nos remetem aos agentes do processo verbal: ao *se* indeterminador, ao *se* enfático, a alguns contextos do *se* apassivador⁷⁹ e também do *se* ergativo? Não seria aceitável, então, propor, sobre a frase *a jarra de água quebrou*, que existem verbos que admitem a não-realização sintática do “seu argumento desencadeador do processo (geralmente chamado de agente)”, conforme Negrão *et alii* (2002:101-6), porque toda ação pressupõe um agente? Não seria o caso de pensarmos na anaforização, nos moldes da discussão proposta por Marcuschi (2005), ao tratar das *anáforas indiretas*?

As *anáforas indiretas*, segundo MARCUSCHI (2005:60), são exemplo de que uma estreita relação conceitual ou associações de algum tipo (conhecimentos conceituais armazenados na memória e conhecimentos semânticos lexicalizados) podem não retomar nem referenciar “pontualizadamente algum item específico”, mas são todas “fruto de algum

⁷⁹ NUNES (1990:162) registra que, “como *se* apassivador detematiza a posição de sujeito, satisfaz seus traços anafóricos [grifo nosso] sendo ligado por um expletivo em cadeia com o argumento interno, ou pelo próprio argumento interno alçado para a posição de sujeito”.

tipo de inferência”: semântica (lexical), conceitual (cognitiva) ou processual (textual) (cf. Marcuschi, 2005:82).

Com (142), Marcuschi (2005: 67) ilustra esse tipo de anáfora.

(142) A: Maria pretende *casar* no final do ano.

B: e o que é que *ele* faz?

Segundo Marcuschi, esse exemplo se enquadra perfeitamente no grupo das *anáforas indiretas baseadas em papéis temáticos dos verbos*. A leitura que esse autor faz é a de que *casar* é verbo que pode remeter ao argumento *casar com alguém*, o que explicaria o uso de *ele* em (142)B.

Considerando-se agora (143), notamos que o verbo *casar* é outro, porque outros são os papéis temáticos que licencia. É em (144) e (145) que recuperamos a seleção semântica que o verbo *casar* faz em (142); ora sem o anafórico, ora com ele.

(143) Vou *casar* a minha filha no próximo mês. (exemplo nosso)

(144) *Eu casei com vinte e um anos incompletos [eu era <ju->]- eu era juvenil ainda*
(LDN19L0230).

(145) *me casei com dezenove anos e aí não continuei a estudar.* (IRT05L0024)

Sendo assim, a hipótese de que os clíticos que estudamos tendem ao apagamento porque correspondem a uma categoria vazia preenchida semanticamente pela grade temática do verbo (ver 3.2.1.), é uma hipótese que formulamos em atenção à máxima griceana “seja relevante” (*apud* MARCUSCHI, 2005:85-87), no sentido de que “não é qualquer coisa que se deixa de especificar, mas o que se supõe ser de fácil preenchimento pelo receptor do texto”. Claro que o modo como interpretamos e preenchemos “as lacunas

referenciais” está relacionado às experiências que vivenciamos numa dada cultura. O verbo *formar(-se)*, que apresentamos em (146), (147) e (148), nos parece um bom exemplo do que expusemos acima: os interlocutores podem ter maior ou menor dificuldade de compreensão no que diz respeito às lacunas referenciais, mas acabam por preenchê-las com “conhecimentos previamente introduzidos (vinculação co-referencial), com conhecimentos semânticos (papéis temáticos inscritos no léxico), com conhecimentos conceituais (modelos cognitivos estabilizados) e com módulos do mundo textual (inferenciações textuais/práticas/culturais)” (cf. MARCUSCHI, 2005:79). Desse modo, os múltiplos sentidos construídos a partir da grade temática de um verbo não implicam, em geral, ambigüidade, nem mesmo vagueza, “já que o contexto costuma fornecer as informações necessárias à recuperação dos referentes” (cf. ILARI *et alii*, 1996:96). O que não cabe ao *se indeterminador* (cf. Menon, 1994).

(146) [*<Tan->*] *tanto é que acabei de formar os filhos e tudo, né?* (CTB02L1037)

(147) *na minha área eu me formei mecânico (est)* (CTB17L0329)

(148) *Agronomia, eu formar em Agronomia. Porque eu então gosto de estar no campo, lidar assim, sabe?* (IRT18L0979)

Dito isso, poderíamos perguntar sobre o que assumimos até aqui e, então, diríamos que duas questões resumem o “olhar” que dirigiremos aos resultados estatísticos: a primeira, a noção de reflexividade tal como a entendemos neste trabalho; a segunda, a noção de ligação anafórica que é proposta por Apothéloz (1995) e por Marcuschi (2005).

Sobre a primeira questão, assumimos que a noção de reflexividade implica que o sujeito execute uma ação e ele mesmo sofra seus efeitos, isto é, que as estruturas reflexivas requerem um sujeito de traço [+agente] que é recuperado, como complemento do verbo,

por um clítico da mesma pessoa do sujeito/agente da ação expressa pelo verbo. Neste sentido, para nós, há reflexividade em *matar-se*, mas não em *queixar-se*.

Sobre a segunda questão, assumimos que os SEs dos contextos de que participam esses dois verbos (*matar-se* e *queixar-se*) sejam, em ambos os casos, *anafóricos*, embora tenham comportamentos sintáticos distintos. E para esse aspecto chamamos atenção, porque, no caso de *matar-se*, o *se* e/ou o seu correspondente forte **si próprio(a)** são chamados de *anáforas* porque atendem às Condições dadas pela Teoria da Ligação (cf. CHOMSKY, 1999:148-172); o que, segundo me parece, não é extensível a *queixar-se*, já que, neste, o *se* não pode estar em relação complementar a *si mesmo (a)*, a *si próprio (a)*. Nós, por isso, postulamos, como APOTHÉLOZ (1995), que a *noção de ligação anafórica* pode contemplar tanto as “formas puramente sintáticas” (como as *anáforas* da Teoria da Ligação⁸⁰), quanto as “formas referenciais”. As primeiras formas corresponderiam, no português do Brasil, aos clíticos de verbos como *matar-se*, *pentear-se*, *vestir-se*, por exemplo; e as últimas, aos clíticos de verbos como *queixar-se*, *arrepender-se*, *casar-se*, *mudar-se*, *admirar-se*, dentre outros (estes, uma particularidade da língua portuguesa, conforme propõe MONTEIRO, 1994:100, quando faz referência aos “clíticos que são agregados aos verbos e que não funcionam como complemento”).

Essa questão (a do domínio das relações anafóricas) MARCUSCHI (2005:54) retoma para dizer que a classe das *anáforas indiretas*, ignorada pelos gerativistas, amplia o campo da referenciação porque “reintroduz no contexto da gramática aspectos sociocognitivos relevantes que permitem repensar tópicos gramaticais na interface com a

⁸⁰ Sobre anáforas (“in local domain” ou “long-distance”), consultar CHOMSKY (1995: 101-104).

semântica e a pragmática”. Para Marcuschi (2005), portanto, o estudo das anáforas implica o “abandono da maioria das noções estreitas de anáfora, impedindo que se continue confinando-a ao campo dos pronomes e da referência em sentido estrito”. De acordo com esse autor, os casos de anáforas devem ser tratados, então, como casos de *progressão referencial*. Para atender a esse objetivo, a partir do fato de que nem sempre há “congruência morfossintática entre a anáfora e seu antecedente”, MASCUSCHI (2005:78) propõe a noção de *continuum anafórico*, cuja razão de ser assim justifica: “na sua essência, a anáfora é um fenômeno de semântica textual de natureza inferencial e não um simples processo de *clonagem referencial*”.

Sobre a noção de *continuum* anafórico, Marcuschi diz que ela se constrói não à luz de uma visão *linear* da anáfora, mas de uma visão de *progressão referencial multilinear e não direta*. Para ele, a relação referencial implica um movimento: **de** um pólo (ou extremo) de um contínuo **a** outro, isto é, as anáforas tanto podem “retomar referentes previamente introduzidos, estabelecendo uma relação de co-referência entre o elemento anafórico e seu antecedente” (uma relação mais direta entre a anáfora e referentes prévios: aqui, há “liames mais formais com elementos antecedentes”), quanto podem “introduzir referentes novos com base em âncoras cotextuais e modelos cognitivos de natureza diversa” (uma relação extremamente ampla, construída muitas vezes por *inferenciação*).

Em outras palavras, para MARCUSCHI (2005:56), uma noção restrita de anáfora como aquela em que a anáfora envolve a retomada pelo menos parcial de referentes (construindo uma relação entre *anaforizado* e *anaforizante*) é só ponto de partida do que chama de “universo referencial emergente”. A noção de relação anafórica, segundo esse

autor, faz-se, enfim, como um processo: de uma “espécie de ligação referencial estrita” até “à integração de conhecimentos por processos cognitivos diversos”. Uma noção cuja interpretação depende, segundo MARCUSCHI (2005:79), dos seguintes aspectos: de *referentes previamente introduzidos*, de *conhecimentos semânticos*, de *conhecimentos conceituais e modelos do mundo textual*.

Me parece um bom objeto de estudo refletir sobre se a noção de relação anafórica que procuramos estudar, à luz de Apothéloz (1995) e de Marcuschi (2005), contempla (e como) todas as classes de clíticos que descrevemos. O que pretendíamos com essa breve reflexão, que era ampliar a noção de *anáfora* para além dos contextos do *se reflexivo* e do *se recíproco*, penso que é tarefa cumprida para os limites deste trabalho, mas ainda inicial se consideramos as seguintes questões:

- (i) o que propõe GALVES (2001:261) sobre a “externalidade do sujeito” no português brasileiro;
- (ii) as reflexões de ILARI *et alii* (1996:134-150) em torno das condições de vinculação que regem os elementos anafóricos e a interpretação de sujeitos “vazios”;
- (iii) as discussões a respeito da situação discursiva e a função de sujeito ou de objeto que pode ser (fonologicamente) nula (cf. CYRINO, 1999:614; MONTEIRO, 1994:64-65);
- (iv) os estudos de NUNES (1995:204-207) e a referência a sete classes de clíticos anafóricos (*se reflexivo* (recíproco ou não), *se ergativo*, *se inerente*, *se índice de espontaneidade*, *se passivador*, *se indeterminador* e *se médio*);

- (v) a noção de *anáfora* postulada por APOTHÉLOZ (1995) e a noção de *anáforas indiretas baseadas em papéis temáticos dos verbos*, desenvolvida por MARCUSCHI (2005:61-91).

Esses são, portanto (não tão conclusivo assim: permanece “piscando” a pergunta em torno do *se* indeterminador e a anaforização), os *pressupostos teóricos* que nos permitem pensar em sete classes de clíticos anafóricos como uma *unidade temática*. São clíticos *anafóricos* (porque fundamentalmente a noção de antecedente pode ser ampliada) e *reflexivos* (porque estabelecem as noções de reflexivização e de identidade, impróprias aos *não-reflexivos o, a, os, as, lhe, lhes*). É nesse sentido que os vejo como uma classe: a classe do anafórico *se*. Já que uma *classe* se define pela relação paradigmática entre as diversas *formas* que podem desempenhar uma (ou várias) *funções* (cf. PERINI, 1989:39), julgo ser possível pensar os anafóricos como classe, como *conjunto* que desempenha várias funções (ou perspectivas, nos termos de CANÇADO, 2003:108): perspectiva ergativa, perspectiva recíproca etc. E não só: julgo ser possível também poder me referir ao *se* como se a referência fosse a *me, te, nos*; que é o que propõe NUNES (1995:238): “a forma *se* será empregada para representar todos os clíticos anafóricos, independentemente de número ou pessoa”.

Faço, então, uma observação antes do exame das hipóteses que formulamos: o fato de continuar chamando de anafóricos todos os clíticos aqui em estudo não implica o abandono da nossa percepção em torno de um “se” que, quando indeterminador, não pode ser anafórico.

Dadas essas questões, examinemos as nossas hipóteses e o referencial teórico que as subsidia!

3.2. Nossas hipóteses para o apagamento de *SE*

A revisão da Literatura mostrou que o tratamento que a Gramática Tradicional dá ao *se* e a *me, te, nos* em função anafórica não é consensual, nem quanto às funções sintáticas ou semânticas que seriam exercidas por esses pronomes, tampouco quanto à natureza dos verbos que “se pronominalizam”. Mostrou também que os trabalhos realizados com a língua escrita, em textos do português brasileiro do período entre os séculos XIV e XX, e com a língua falada, em algumas regiões de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre, apontam uma tendência: a de apagamento dos clíticos anafóricos no português brasileiro. Como a expectativa de que essa tendência também se observasse nas quatro cidades do Paraná do Projeto Varsul (Curitiba, Londrina, Irati e Pato Branco) se confirmou com a constituição do *corpus* deste trabalho, definimos as nossas hipóteses iniciais, que a seguir apresentamos com a sua justificativa teórica.

3.2.1. Hipóteses de natureza lingüística

São duas as hipóteses de natureza lingüística que formulamos em torno do apagamento de *SE*:

1. a de que verbos pronominalizados tendem a ser empregados intransitivamente⁸¹, favorecendo o apagamento de seus argumentos internos;
2. a de que *me*, *te*, *se* e *nos* tendem a sofrer apagamento nas funções *sujeito* (esta, exclusiva do *se*) e *objeto*, constituindo-se em categorias vazias de interpretação anafórica.

Em relação à tendência ao uso intransitivo das formas verbais, LUFT (2000:13-14) afirma, sobre a frase em (149) que aí “estava em jogo tão só a ação: por indeterminação dos complementos, o verbo transitivo surge como intransitivo. É uma ‘intransitivização’”.

(149) *Alguns alunos quase não lêem*⁸².

Propõe, em seguida, que é “fenômeno freqüente a intransitivização de transitivos pronominais, com a omissão do reflexivo: *ajoelhar(-se)*, *apagar(-se)*, *casar(-se)*, *esquecer(-se)* *de*, *deitar(-se)*, *levantar(-se)*, *recolher(-se)*, *sentar(-se)*, *sumir(-se)*, *etc.* É o que se pode chamar de intransitivização por despronominalização ou despronominação”.

O que Luft (2000) chama de *intransitivização*, encontramos em MONTEIRO (1994:168) sob a forma de *emprego intransitivo*. Para Monteiro (1994), a tendência ao uso intransitivo é um recurso da língua “licenciado” pelo conteúdo semântico do verbo. Diz ele:

⁸¹ A partir das reflexões do Prof. Lorenzo Vitral, por ocasião da defesa pública desta tese, assumi empregar uso transitivo com objeto nulo (já que o apagamento de que trato é fonético) em lugar de uso intransitivo. Ter um objeto nulo, isto é, não lexicalizado, não implica a intransitivização do verbo. Uma consulta breve a Chomsky (1995: 110) nos ajuda a entender que o “apagamento” não chega a promover “mudanças” na predicação do verbo: “In some languages (Sanskrit, Latin, Russian, ...), Case is morphologically manifested, while in others, it has little (English, French, ...) or no (Chinese, ...) overt realization. In line with our general approach, we assume that Case is always present abstractly”.

⁸² O uso do verbo *ler* na sentença (149) me lembra o uso de *beber* na seguinte: *Ele bebe*. Nesses dois casos, o que me vem à cabeça é a idéia de que, na ausência do objeto, uma interpretação possível seria a de conceber a transitivização com objeto nulo como expressão predicativa (não lêem, não gostam de ler, não são pessoas lidas// bebe, gosta de beber, é bêbado).

“é de notar que o próprio conteúdo semântico do verbo pode fazer calar o seu complemento e, com isso, instaurar uma tendência para o emprego intransitivo”.

Enquanto Luft aponta a intransitivização de transitivos pronominais como favorecedora da supressão de clíticos anafóricos, Monteiro afirma que o uso intransitivo é um recurso lingüístico que não “fere” a gramaticalidade das sentenças que produzimos, porque os termos omitidos podem ser recuperados pelo conteúdo semântico do verbo que “despronominalizamos”. Sob tais considerações, passamos a observar que, além do conteúdo semântico do verbo, pode o contexto sintático-semântico esclarecer possíveis ambigüidades, construídas a partir do uso “intransitivo”, como em (150), onde o sentido *tornar-se outra pessoa* cede lugar ao sentido recuperado pelas informações contextuais: *sair de*.

(150) *Ah, eu gosto, né? Pois, bem dizer, criada aqui, né? Desde- Não, acho que agora não adianta mais, né? a gente mudar, né?* (CTB16L1580)

Referindo-se ao que podemos traduzir por *usar um verbo intransitivamente*, BALME & MORWOOD (1996:138) introduzem o pronome reflexivo *se*, dizendo que:

although Latin says *me lavo* (I wash myself), in English we can say simply ‘I wash’. So also *Scintilla se parat* (Scintila prepares herself), but we usually say ‘prepares’, ‘gets ready’. And *pater se vertit* (‘father turns himself), where we usually say ‘turns’.[...] in Latin such transitive verbs (i.e. verbs requiring an object) usually have the reflexive pronoun as the object where English can use the verb intransitively (i.e. without any object).

Neste método de ensino de latim clássico, Balme & Morwood sugerem que, enquanto no latim haveria obrigatoriedade no uso do clítico anafórico reflexivo; em inglês, diferentemente, verbos transitivos com pronomes reflexivos em função de objeto podem ser

usados intransitivamente, sem que o sentido reflexivo se perca. O que é possível, também em português brasileiro, como vimos nos contextos de *se reflexivo* e de *se recíproco*, onde há apagamento do clítico anafórico em posição de argumento interno do verbo. Como o exemplo citado por VEADO (1982:45): *ele envenenou e morreu*, que mostra que a noção de reflexivização pode ser expressa com “o uso intransitivo de verbos transitivos”.

A mim me parece que a intransitivização em LUFT (2000:13-14) dispõe sobre a intransitivização pelo apagamento de *reflexivos* (considerando-se toda e qualquer classe de *se*, nos termos de Luft). Não importa se o clítico é argumento do verbo ou não, tanto que Luft dá, como exemplos, formas verbais pronominalizadas que classificamos como distintas, conforme 3.1. (*casar(-se)*, inerente; *sumir(-se)*, enfático), e onde o *se* não é argumento do verbo. Talvez, por isso, Luft a caracterize, genericamente, como uma *intransitivização por despronominalização*.

MONTEIRO (1994:168-9), por sua vez, trata do “desaparecimento gradativo” dos anafóricos como uma decorrência da aplicação de um princípio (ainda definido de forma imprecisa) que se relaciona à “economia da expressão”. Nesse sentido, amplia o alcance da intransitivização: não só dos “objetos” anafóricos, mas também dos “sujeitos” anafóricos e daqueles sem papel argumental. Isso porque, para Monteiro (1994:168), a omissão abrange “qualquer termo que possa ser recuperado pelas informações do contexto sintático-semântico e/ou ainda por elementos específicos da situação discursiva (paralinguagem dos gestos, conhecimento prévio dos interlocutores etc)”.

Nossa primeira hipótese, então, é a de que, se os objetos anafóricos não-reflexivos (tais como *o, a, os, as, lhe, lhes*) podem ser omitidos, os reflexivos (*se, me, te, nos*) também podem ser.

No que diz respeito à segunda hipótese, consideremos, por primeiro, que pode haver apagamento na função objeto. Nos termos da perspectiva gerativista, um *pro* corresponde ao “vazio” que CYRINO (1996: 165)⁸³ aponta, em relação à sentença em (151), quando afirma que “o objeto nulo no PB tem sido considerado de uma maneira geral uma categoria vazia do tipo *pro*”.

(151) *A empregada colocou os livros na estante?*

Sim, ela colocou 0.

Essa categoria vazia, a *pro* (leia-se prozinho), é assim denominada porque, em seu lugar, podemos “colocar” um pronome. Para MIOTO *et alii* (2004:238), *pro* é “a versão sem matriz fonética de um verdadeiro pronome, com propriedades de distribuição muito semelhantes”. *Pro* é também chamado de *o elemento pronominal vazio* (cf. GALVES, 2001:73).

Se podemos, então, à luz de VEADO (1982:45), em relação à frase *é ele matô mesmo ele*, assumir que o *ele acusativo* é co-referente do *ele nominativo*, por que não seria

⁸³ Os dados em CYRINO (1990), que mostram que na primeira metade do século XVIII havia 85% de ocorrência de clíticos contra 17% de falta de clíticos (objetos nulos, nos termos dessa autora) e que indicam também que na primeira metade do século XIX a ocorrência de clíticos já havia caído para 58% contra 42% de sentenças sem o clítico, são exemplos que parecem indicar que “a queda do clítico em Português Brasileiro realmente estaria relacionada com a ocorrência do objeto nulo característico desta língua” (cf. Cyrino, 1996:175).

aceitável que tivéssemos um *pro*, em caso de apagamento do *ele acusativo*? Ou seria? Em termos semânticos, *pro* não “admite”, teoricamente, uma *interpretação reflexiva*. Nas palavras de GALVES (2001:65), que analisa o comportamento de *ele* em (152), temos que “**ele** não é o reflexivo de João como seria **se**, mas, antes, **ele** e **João** remetem à mesma pessoa, o tópico do discurso”.

(152) *João_i viu ele_i no espelho.* (exemplo 1 da autora)

Para Galves, esse fato não deixa de ser paradoxal, mas é “uma consequência do português brasileiro ser uma língua ‘de tópico’ (cf. Pontes, 1981; Huang, 1984; Galves, 1984) e está relacionado com a possibilidade de poder usar o pronome pleno em posição objeto”. GALVES (2001:65) conclui essa questão, dizendo que:

o dialeto mineiro só representa uma expressão mais completa de tendências fortes existentes nos dialetos paulista e carioca, por oposição ao português europeu como um todo, em que (1) [enumeração de Galves que corresponde a *João viu ele no espelho*], com ou sem co-referência, é totalmente excluído.

Em outro texto, onde estuda o exemplo em (153), para tratar do mecanismo interpretativo da categoria vazia objeto em português brasileiro, GALVES (2001:83) assume o que propõe Williams (1987): a relação entre a categoria vazia e seu antecedente resulta da aplicação de uma teoria mais complexa da atribuição dos papéis temáticos.

(153) **A Maria_i viu ec_i no espelho* (exemplo 28 de Galves, op. cit.)

Segundo Williams (1987:438), *apud* GALVES (2001:83), uma categoria vazia pronominal objeto pode RECEBER um papel temático, mas não pode SATISFAZER um papel temático. O que, de acordo com GALVES (2001:85),

nos permite definir um novo tipo de categoria vazia, que é livre e dependente ao mesmo tempo. Ela é livre em relação à Teoria da Ligação, que a define como um pronome. É

dependente em relação à Teoria Temática, para a qual, nos termos de Williams, é um vestígio.

Em resumo (e evitando-se a simplificação de uma tipologia de categorias vazias, que é, para mim, extremamente complexa), eu diria que a interpretação reflexiva de *A Maria_i viu ec_i no espelho*, possível no dialeto mineiro (cf. LEMLE, 1985), acrescenta ao comportamento da categoria vazia objeto (previsto pela Teoria de Regência e Ligação) uma nova opção para a posição objeto em português brasileiro: a da categoria vazia de interpretação reflexiva. Em outras palavras, a opção de mais uma estratégia de anaforização do objeto disponível no português brasileiro: o objeto nulo de valor reflexivo; o que recupera a nossa primeira hipótese e, por conseguinte, a generalização proposta por d’Albuquerque (1988: 116), que repetimos: “se o objeto direto não reflexivo pode ser omitido, o reflexivo também passará a ser omitido”. Que tal (154)?

(154) **E:** *É, e eles se conheceram aqui?* **F:** Conheceram. (PBR02L0014)

Mas, e nos casos em que os anafóricos não correspondem a objetos sintáticos, como são os demais contextos em estudo, à exceção do *reflexivo* e do *recíproco*?

Antes, porém, de procurar tratar dos vínculos entre os [-argumentais], vale lembrar DILLINGER *et alii* (2002: 287-8) que afirmam que “é difícil lidar com o estatuto sintático do clítico em função reflexiva”. Para esses autores, “o estatuto do clítico + ou – argumental é discutível”, porque existem os casos em que o clítico é claramente um argumento e os casos em que “o clítico não espelha mais um argumento” [grifo nosso]. Para Dillinger *et alii*, a dificuldade a que fizeram referência estaria relacionada à classe dos “verbos

pronominais” que é constituída de “verbos que se conjugam com pronomes cujo estatuto não se pode dizer que seja, no estágio atual da língua, complemento”. Em resumo: para Dillinger *et alii*, os clíticos, em algum estágio da língua, comportaram-se, todos, como [+argumentais]. De fato, MATTOS E SILVA (2006:158), referindo-se a dados do português arcaico, diz que os verbos *nembar-se de*, *calar-se de* e *alonjar-se de* são do tipo “com OD reflexivo, isto é, correferente ao SUJ”. Ou seja, o *se* desses verbos, nos usos do português arcaico, era, segundo a autora, [+argumental] e, hoje, corresponde ao que GALVES & ABAURRE (1996:287-8) chamam de *uso lexicalizado*, isto é, ao *se* dos verbos *com uso pronominal*, tais como “*calar-se*, *referir-se*, *virar-se*, *lembrar-se* etc”, que não ilustram os casos em que o clítico pode ser considerado como argumento do verbo. Essa discussão me remete, enfim, a uma segunda generalização também proposta por d’ALBUQUERQUE (1988:116), que não considera o traço [+/-argumental] para tratar do *se*: “se o objeto direto reflexivo em verbos acidentalmente pronominais pode ser omitido, passa a ser omitido também nos essencialmente pronominais”; o que, segundo me parece, corresponde ao que MADUREIRA (2002:120) chama de *recurso de simetria do sistema sintático*. E ROCHA LIMA (1976: 309), de *analogia* (à p. 20 desta tese).

Reconsideremos a pergunta: mas, e nos casos em que os anafóricos não correspondem a objetos sintáticos, como são todos os demais contextos em estudo, à exceção do *reflexivo* e do *recíproco*? À luz dessa discussão em torno do estatuto sintático do *se*, entendemos que assumir uma ou outra posição não modifica o tratamento que podemos dar ao *vazio* dos contextos de *se inerente*, de *se ergativo*, de *se enfático* e de *se*

*apassivador*⁸⁴, considerando-se a variação existente entre a opção *nulo* vs. *lexicalizado*: o de objeto nulo. Nesses casos, nos parece que o vínculo anafórico se estabelece, possivelmente, pelo que MARCUSCHI (2005:67) chama de “domínios referenciais” (como explicitamos acima). Esses domínios exigiriam estratégias cognitivas fundadas em diversos conhecimentos, dentre os quais os “papéis temáticos dos verbos” (cf. Marcuschi, 2005:61-62). As anáforas *baseadas em papéis temáticos dos verbos*, segundo Marcuschi, são “ancoradas” no conhecimento de que todo item lexical que cumpre um papel temático “fica implícito com o uso do verbo”.

Consideremos, enfim, a função sujeito! Além da categoria vazia objeto, GALVES (2001: 47) estuda também a alternância *se* e “sujeito ausente, ou nulo” no português brasileiro. Com a sentença em (155), Galves afirma que a alternância *se/sujeito nulo* “corresponde a uma reorganização da expressão das relações referenciais pela língua”.

(155) *Nos nossos dias, não usa mais saia* (NURC) [exemplo 11 de Galves]

Ao sabor de (155), que ilustra o apagamento de *se indeterminador* (amplamente estudado por MILANEZ, 1982 e MENON, 1994), vemos que a indeterminação configura uma possibilidade de interpretação para o sujeito nulo no português brasileiro (cf. GALVES, 2001:51), o que nos permite propor, a exemplo da categoria vazia objeto, que a omissão de *se indeterminador* seja interpretada como uma expressão da categoria vazia *sujeito*, ou sujeito nulo; a exemplo de (156).

⁸⁴ Considerar os casos de *se* passivador que excluímos, conforme 4.5.3.

(156) *Nós fomos criados assim com, aprendemos um certo respeito pela sexta-feira santa. (est) Mais devagar, mais quieto, não se fala muito, não trabalha, não bate as coisas.* (IRT13L0418)

Explicamos, desse modo, as nossas hipóteses de natureza lingüística, sobre a tendência ao apagamento de *me*, *te*, *se* e *nos*: ou em razão do uso *transitivo* dos verbos *com objeto nulo*, ou em razão do uso de dois modelos formais de ausência de um termo em português brasileiro: o *sujeito* e o *objeto nulos*.

3.2.2. Hipóteses de natureza sociolingüística

Esta tese se apresenta como um trabalho de Sociolingüística, por abordar o tema do apagamento de *me*, *te*, *se* e *nos* como um fenômeno lingüístico que pode ser estudado no cotejo de fatores lingüísticos e sociais. Os lingüísticos nós contemplamos com as hipóteses de natureza lingüística de que há pouco tratamos e os sociais, com nossa hipótese de natureza sociolingüística que está a seguir: a alternância SE/Ø pode ser socialmente motivada. À luz dessas hipóteses, pretendemos verificar se a tendência a que faz referência NUNES (1995:219), sobre “um crescente favorecimento à supressão do clítico anafórico”, se aplica ao *corpus* de nosso trabalho. Adotamos, como *corpus* de nosso trabalho, o conjunto dos dados do banco Varsul relativos às quatro cidades do Paraná (Curitiba, Londrina, Irati e Pato Branco), que vão receber tratamento estatístico sob a perspectiva da Sociolingüística Variacionista, nos moldes desenvolvidos por LABOV (1972).

Para Labov (1972), a variação de uma língua natural pode ser estudada de modo sistemático, considerando-se não só os fatores internos ao sistema lingüístico, mas também os fatores sociais. Ou seja, à luz da abordagem variacionista, os fenômenos de variação podem ser sistematizados porque, de acordo com Labov, a heterogeneidade (o que brevemente apreciamos na introdução deste trabalho) é sistemática e não aleatória e pode ter motivações sociais. É nesse sentido que o que interessa à Sociolingüística é o estudo do funcionamento de uma língua em seu contexto social: quem é aquele que diz (seu sexo, sua idade, seu grau de escolaridade, sua “cidade”), quem diz o quê (a forma usada, por exemplo, carrega estigma sociolingüístico menos acentuado?), como diz (por que escolhe uma forma e não outra para dizer, ou por que emprega uma determinada forma em determinadas circunstâncias).

No dizer de LABOV (1972:3), “one cannot understand the development of a language change apart from the social life of the community in which it occurs”. Labov dá importância, portanto, às pressões sociais que continuamente operam sobre as línguas e não necessariamente as de algum momento do passado, mas as que decorrem de uma força social que atua no presente. E mostra que a dimensão social da mudança lingüística se torna compreensível no interior de uma comunidade de fala⁸⁵, a qual muda uma língua. E uma

⁸⁵ Uma noção bastante complexa e nada consensual é a de *comunidade de fala* em Labov (1968:120-1), principalmente porque é uma noção que não está circunscrita a limites geográficos nem a critérios de demarcação (cf. MONTEIRO, 2000:39). Eu entendo, considerando naturalmente o problema de saber o que realmente circunscreve uma comunidade de fala, que a noção de *speech community* aplica-se às regras de uso de um idioma, isto é, portugueses e brasileiros, por exemplo, fazem parte de uma mesma *comunidade lingüística*, porque têm em comum o idioma português, no entanto, por diferirem quanto às regras de uso do idioma português, não partilham da mesma *comunidade de fala*, aquela em que seus membros “dominam” uma mesma variedade lingüística. O problema que daí surge é saber como se delimitam as fronteiras de uma variedade lingüística.

língua viva, porque sensível à história dos homens que a falam. Homens que, segundo ILARI (1992:57), se organizam em classes sociais (variação vertical), ocupam diferentes espaços geográficos (variação horizontal) e se expressam (ou podem se expressar) de acordo com o grau de formalidade da situação de fala. O *falante culto*, para PRETI (1997), é este: aquele indivíduo capaz de se adaptar a situações e contextos de fala. No meu entender, um falante que domina propriedades lingüísticas (que vão lhe permitir variar em seus usos lingüísticos) e que detém um saber comunicativo eficaz que vai possibilitar a ele “entender e ser entendido nas mais diversas circunstâncias em que se encontrar fora de seu grupo” (cf. MARCUSCHI, 1998:147). Sim, porque no interior de seu grupo, de sua comunidade, o falante pode compreender e ser compreendido, já que é ali que os enunciados se tornam claros e os significados são construídos. Por isso, formas e significados, muitas vezes de difícil alcance aos que estão fora de uma dada comunidade lingüística, são compreensíveis no interior de uma comunidade de fala; conforme lemos em MONTEIRO (2000:123): “é impossível compreender o desenvolvimento da mudança lingüística fora da vida social da comunidade em que ocorre”, e em LABOV (1994:9), “language is conceived here as the instrument of communication used by a speech community, a commonly accepted system of associations between arbitrary forms and their meanings”.

Ampliam-se, assim, os domínios das teorias já existentes: aos fatores internos, os de natureza lingüística, somam-se os fatores extralingüísticos, de modo que também se possa pensar na relevância do componente social da linguagem sobre o desempenho lingüístico do indivíduo. Assim, para o estudo da frequência de uso de uma variante, são considerados importantes não só os fatores externos (classe socioeconômica, sexo, etnia, faixa etária etc),

como também os fatores lingüísticos. Como descreveremos, em 4.2.2.2., as variáveis sociais que consideramos para fins deste trabalho, remeto o leitor para essa seção, onde discuto as expectativas que tenho em relação às variáveis *faixa etária, grau de escolaridade, sexo e localidade*.

Mas, e o que são variantes? Utilizando-me da metáfora construída por TARALLO (2005:33-4), *variantes* são as adversárias em guerra no “caos” lingüístico. A descrição detalhada das variantes e do modo como se comportam durante a batalha (quais contextos são mais favoráveis à derrota de uma e à vitória de outra) é o que Tarallo chama de *envelope de variação*. Para dar conta do conceito de variável (estrutura *variante, contínua e quantitativa*; cf. LABOV, 1966⁸⁶), LABOV (1972) afirma: (i) que é necessário que se defina o número exato de variantes; (ii) que se identifiquem os contextos em que elas podem aparecer; (iii) que se defina um índice quantitativo para medir os valores das variáveis. Com tais afirmações, se constrói o entendimento de que o conceito de variável depende de que duas ou mais *variantes* sejam formas alternativas de se dizer uma mesma coisa, isto é, tenham um mesmo valor referencial e denotativo. Com todo o cuidado, claro, para as questões de sinonímia (cf. Labov, 1978).

Quanto ao método de investigação lingüística, a Sociolingüística opera, para a análise dos dados, com uma metodologia baseada em programas e estatísticas, cujos resultados são expressos tanto em termos percentuais, quanto em termos de pesos relativos

⁸⁶ *Variante*, no sentido de que pode realizar-se diferentemente em situações diversas; *contínua*, porque certas variantes têm seu valor social atrelado ao distanciamento ou à diferenciação com relação à variante padrão; *quantitativa*, porque a variável tem sua significação determinada não simplesmente pela presença ou ausência de suas variantes, mas por suas freqüências relativas (daí a denominação de Teoria Variacionista Quantitativa).

(PR). Deste modo, a metodologia variacionista propicia a avaliação, em termos quantitativos, da relevância de cada um dos grupos de fatores (lingüísticos e sociais) pensados pelo pesquisador: quais favorecem ou inibem os fenômenos de variação ou de mudança em estudo. Dentre os tratamentos estatísticos empregados no cálculo do comportamento dos grupos de fatores, destacamos o que foi proposto por SANKOFF (1988), *Variable Rule Analysis*, a partir do qual é desenvolvido o programa computacional VARBRUL, conforme PINTZUK (1988), cuja versão preparada por SCHERRE (1993), *Introdução ao pacote VARBRUL para microcomputadores*, é a versão de que nos utilizamos para a análise estatística dos dados lingüísticos aqui em estudo.

No Brasil, mais particularmente na região Sul, o VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul), que hoje conta com o envolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), é o Projeto que, segundo KNIES & COSTA (1995:1), armazena e coloca “à disposição dos pesquisadores interessados amostras de realizações de fala de habitantes enraizados em áreas urbanas sócio-representativas de cada um dos três estados da região Sul do Brasil”.

O banco de dados VARSUL se constitui de 24 entrevistas por cidade (do Paraná: Curitiba, Londrina, Pato Branco e Irati; de Santa Catarina: Florianópolis, Chapecó, Blumenau e Lages; do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Flores da Cunha, Panambi e São Borja), totalizando 96 entrevistas por Estado e 288 no acervo total. A seleção dos informantes obedeceu aos seguintes critérios: (i) ter nascido, preferencialmente na

localidade alvo da pesquisa; (ii) ter morado na localidade a maior parte de sua vida (pelo menos 2/3); (iii) não ter morado fora da região por mais de um ano no período da aquisição da língua (2 a 12 anos); (iv) ser pessoa representativa da localidade e/ou que não cause estranheza a outros moradores da região.

As variáveis sociais adotadas pelo Projeto são: *sexo* (M/F), *escolaridade* (PRI, GIN, SEG) e *idade* (A, B). Para a variável *sexo*, foram selecionados, de cada localidade, 12 falantes mulheres e 12 falantes homens. Sob a variável *idade*, foram consideradas duas faixas etárias: a A (onde estão os indivíduos com idade entre 25 e 49 anos) e a B (onde estão aqueles com 50 anos ou mais). Para cada faixa etária, por sua vez, foram selecionados 12 informantes: 6 homens e 6 mulheres. A variável *escolaridade* compreende três níveis: o *primário* (de 4 a 5 anos de escola), o *ginasial* (de 8 a 9 anos) e o *colegial* (de 10 a 11 anos); para cada um dos níveis foram selecionados 8 informantes: 4 do sexo feminino e 4 do sexo masculino.

Para a coleta dos dados, foram observados sempre dois contatos com cada informante: o primeiro, com a ajuda de pessoas da comunidade, geralmente líderes comunitários, para que se fizessem próximos o entrevistador e o informante. Nesse primeiro contato, o pesquisador registrava as características sociais do falante e, assim, reunia as informações que norteariam a elaboração de um roteiro de perguntas para o trabalho de entrevista. Nesse momento, o entrevistador também marcava o segundo contato, considerando dia e hora mais adequados para o informante e alegando que o estudo dizia respeito à história e colonização da cidade do entrevistado, os costumes e hábitos daquele lugar. No segundo contato, com um roteiro de perguntas previamente elaborado, o

entrevistador procurava encaminhar a entrevista (que era gravada em fita cassete, com duração de, no máximo, 60 minutos), de modo a deixar o falante (entrevistado) bem à vontade, enquanto falava de sua vida, de suas crenças, dos seus, da história do seu bairro e da sua cidade etc. As entrevistas eram realizadas, preferencialmente, na casa do próprio informante e contavam, algumas vezes, com a participação de *intervenientes*, acompanhantes do entrevistador ou um membro ou amigo da família do entrevistado. Realizadas as entrevistas, as fitas originais eram copiadas para que se fizesse a transcrição dos dados, em três linhas: na primeira, o registro da sintaxe real da fala dos informantes; na segunda, o registro das pausas e de aspectos fonéticos; na terceira, o registro da classificação morfossintática e da marcação de aspectos prosódicos. Transcrição concluída, inicia-se a etapa de digitação dos dados das entrevistas em editor de texto especialmente desenvolvido, pela empresa Engesis, para o Projeto VARSUL. Com a digitação dos dados, todo o conteúdo das entrevistas foi impresso, encadernado e colocado à disposição de pesquisadores, segundo as normas de acesso de cada uma das cidades que compõem o Projeto.

Eis o *corpus* de onde provêm os nossos dados. A seguir, comentamos o modo como constituímos a nossa amostra, à luz do tratamento previsto pela sociolinguística quantitativa de Labov (1972), que consiste “na relação entre língua e sociedade e na possibilidade, virtual e real, de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada” (cf. Tarallo, 2005: 7).

CAPÍTULO 4: Metodologia

Uma pesquisa sociolinguística de base laboviana tem, por rigor metodológico, o cuidado de observar os seguintes procedimentos: (i) coleta de dados reais com uma seleção prévia dos informantes, seguida da transcrição desses dados e do estabelecimento das variantes; (ii) codificação, digitação e quantificação dos dados. Como os procedimentos acima descritos constituem etapas já vencidas pelo Projeto VARSUL, não precisamos nos ocupar dessas tarefas. Nós nos limitamos (Imagine!) àquelas relacionadas à constituição da nossa amostra.

4.1. Constituição da amostra

Para constituir a nossa amostra, percorremos as seguintes etapas:

1. fizemos a leitura e o levantamento manual das entrevistas, para coletar as ocorrências de *me*, *te*, *se* e *nos*, em função anafórica;
2. simultaneamente à primeira etapa, coletamos as ocorrências em que *se* constitui categoria vazia *sujeito* e em que *me*, *te*, *se* e *nos* constituem categoria vazia *objeto*;
3. reanalisamos os dados com vistas à composição de “pares mínimos” (no sentido de MENON, 1994)⁸⁷, para verificar se, em contexto sintático idêntico e com o apagamento dos clíticos em estudo, se “preservaria” o mesmo significado referencial que é dado com a presença do clítico.

⁸⁷ Para Menon (1994), “par mínimo” se refere à ocorrência, em contexto idêntico, das formas variantes em estudo.

Em razão, principalmente, da terceira etapa, acima, nós optamos por não utilizar o programa interpretador⁸⁸. Uma seleção automática das ocorrências de *me*, *te*, *se* e de *nos* nos privaria dos contextos de apagamento desses mesmos clíticos. Como as duas primeiras etapas, acima, foram desenvolvidas, num primeiro momento, sobre os dados de Curitiba, julgamos, sem maior rigor, que seria possível cumprir as mesmas etapas, relativamente a Londrina, Irati e Pato Branco; o que permitira o estudo dos clíticos antes citados, nas quatro cidades do Paraná, do banco Varsul.

4.2. Codificação das ocorrências

Como decidimos dar aos dados um tratamento estatístico sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista, nos moldes desenvolvidos por LABOV (1972), duas questões se impuseram por assumirmos essa metodologia: (i) o nosso objeto de estudo expressa uma variação que não é aleatória, mas motivada ou controlada por fatores lingüísticos e extralingüísticos; o que torna possíveis a análise e a descrição de tal heterogeneidade; (ii) o fenômeno lingüístico observado pode ser estudado no cotejo de fatores lingüísticos e sociais.

Assim, após a constatação da ocorrência, ora de presença, ora de ausência de *me*, *te*, *se*, *nos*, estruturamos as variáveis em 1 dependente e 12 independentes (8 lingüísticas e 4 sociais), que se apresentam conforme abaixo:

⁸⁸ O programa interpretador faz parte do conjunto de programas elaborados pela Engesis Engenharia Ltda, exclusivamente para o projeto VARSUL. Esse programa faz a seleção automática das ocorrências que o pesquisador solicitar, através de comandos específicos.

4.2.1. Descrição da variável dependente

No que diz respeito ao nosso trabalho, consideramos como variável dependente, binária, a *presença/ausência* (P/A) dos clíticos anafóricos *me*, *te*, *se*, *nos*, nas sentenças em que se esperaria um clítico anafórico ou em função das especificações lexicais do verbo, como (157) e (158); ou em função do contexto sintático, como (159) e (160).

(157) com a presença do anafórico: *mas [não me]- [não me]- não me acostumei com os mosquitos* (CTB02L0508)

(158) com o apagamento do anafórico: *Ah, acostumei, né? Trinta e sete anos.* (CTB07L0880)

(159) com a presença do anafórico: *[Você]- só se aprende quando se apanha, né?* (CTB23L1019);

(160) com o apagamento do anafórico: *A única mola que usa <i-> usamos nesse comendador e é mola (inint), (est) mas não é aquela mola espiral, não.* (CTB03L0678).

4.2.2. Descrição das Variáveis Independentes

No elenco das variáveis independentes, oito são de cunho lingüístico e quatro de cunho social. Para cada uma delas, uma expectativa ou uma hipótese a respeito de seu condicionamento.

4.2.2.1. Variáveis Lingüísticas

Após algumas rodadas preliminares, elegemos, como variáveis lingüísticas, os grupos de fatores que apresentamos a seguir.

4.2.2.1.1. Classes de clíticos anafóricos:

Esta variável verifica se uma classe específica de clítico exerce maior ou menor influência na escolha da nossa regra variável (presença/ausência de *me*, *te*, *se*, *nos*). Os

fatores dessa variável correspondem aos contextos que definimos à luz de NUNES (1995): *reflexivo, recíproco, inerente, ergativo, indeterminador, apassivador e enfático*. Esta variável relaciona-se com a hipótese 2 (descrita em 3.2.1.), por examinar alguma relação entre o processo anafórico (definido pelo tipo de relação anafórica característico de cada classe, conforme APOTHÉLOZ, 1995) e o favorecimento à ausência do clítico. São exemplos de cada uma das classes de clíticos os que descrevemos na seqüência:

- a) reflexivo: *O preso se barbeou bem direitinho passou rouge.* (LDN15L0680)
- b) recíproco: *tem duas crianças se beijando.* (CTB07L1435)
- c) inerente: *não, ela não se queixava de dor, ela não tinha assim dores constantes.* (CTB04L0447)
- d) ergativo: *Nada de vício ele tem, mas a gente se preocupa por causa dos outros, né?* (CTB18L0705)
- e) indeterminador: *tira, coloca#se, tampa#se, cobre* (CTB18L0840)
- f) apassivador: *Daí o pai veio, se criou aqui e tudo, né?* (PBR01L0736)
- g) enfático: *Que menina, ele pegou o terreno baldio, pegou a rua do lado e ó (ruído de batida com as mãos) foi se embora.* (CTB10L0682)

Remeto o leitor ao Capítulo 3, onde descrevo os desdobramentos de cada uma das classes.

4.2.2.1.2. Predicação do verbo:

Com este grupo de fatores (Intransitivo e Transitivo), queremos verificar se a “intransitivização” licencia o apagamento de clíticos anafóricos, conforme a hipótese 1, descrita em 3.2.1. Para tal, assumimos, à luz de MATTOS E SILVA (2006:154-5), que os predicados *intransitivos*, como (161), “se caracterizam por requererem apenas um argumento, realizado por um SN que desempenha a função sintática de sujeito da frase” e que os predicados *transitivos*, como (162), “além do argumento expresso pelo SNSuj,

podem requer pelo menos mais um argumento, expresso por SN ou SPREP, que o complementa”.

(161) *Ela casou muito cedo, casou com dezoito anos.* (IRT12L0049)⁸⁹

(162) *e o filho do seu Felipe Barleta conheceu a minha irmã mais velha e acabou namorando e casando com ela.* (IRT12L0046)

4.2.2.1.3. Posição do pronome anafórico em relação ao verbo:

Elegemos esta variável para analisar se os resultados de GALVES (1996), relativos à “preferência” do uso proclítico no português brasileiro, se repetem nas quatro cidades do Paraná que estamos estudando. De acordo com GALVES (1996:393-4), um dos aspectos mais fascinantes da “emergência da gramática do português brasileiro” é o fenômeno da posição dos clíticos na oração. Citando o trabalho de CYRINO (1990) e o de PAGOTTO (1992) e analisando o que chama de aparente paradoxo em relação a alguns dos resultados ali propostos, afirma que “sabemos que o PB moderno é fundamentalmente proclítico”. GALVES (2001:137) cita novamente Pagotto (1992), que descreve a evolução da sintaxe dos clíticos a partir de um *corpus* de documentos escritos dos séculos XVI ao XX, para mostrar o que chama de “evolução oposta do pronome *o* em relação ao pronome *se*”: “enquanto a tendência do último, no século XX, vai no sentido da próclise em geral e ao verbo principal nas locuções, a mudança do clítico *o* vai no sentido da ênclise”. Como exemplo de forma proclítica ao verbo, citamos (163) e, como exemplo de enclítica, citamos (164).

⁸⁹ Notar que, por considerarmos que *casar* é verbo de dois argumentos, tomamos como predicação *intransitiva* a que dá somente o argumento externo, ou o SN que desempenha a função sintática de sujeito da frase (cf. Mattos e Silva, 2006): *ela casou*. Observar que, em seguida, no mesmo exemplo, temos *com dezoito anos* que, por ser adjunto e não argumento do verbo *casar*, não indica predicação transitiva. Contrariamente a *com ela*, que, por ser o outro argumento de *casar*, o interno, neste caso expresso por SPREP, indica que *casar* foi empregado *transitivamente*.

(163) *Daí o pai veio, se criou aqui e tudo, né? (PBR01L0736)*

(164) *ele assim, a gente sabe, né? (est) com sete anos de idade, (est) veio pra União da Vitória, aí casou#se. (PBR16L0011)*

4.2.2.1.4. Pessoa do clítico anafórico:

Esta variável examina qual clítico é mais sensível ao apagamento. Além de *me, te, se, nos*, codificamos, com &, as ocorrências em que não há concordância entre a pessoa do clítico e a forma verbal ou o agente do processo verbal, como (165).

(165) *então nós duas não se dava muito bem, ela apagava o quadro com a minha cabeça. (IRT03L0158)*

4.2.2.1.5. Pessoa do verbo:

Com esta variável, pretendemos saber se o apagamento dos clíticos é favorecido por alguma desinência número-pessoal, conforme (166). Nós adotamos, à luz de ILARI *et alii* (1996:92-3), o termo *peçoas do verbo* para distinguir “pessoa do verbo” de “pessoa do pronome”. Com exemplos como *tu vai, tu não lê, tu entras*, Ilari *et alii* propõem que com o *tu* ocorre não só a segunda pessoa do verbo, mas também a terceira. Se o apagamento do clítico é mais sensível a algum contexto de pessoa verbal é o que pretendemos apreciar com esta variável.

(166) *Depois eu me casei, né? O meu irmão casou, [meus]- meus dois irmãos casaram também. (CTB02L0741)*

4.2.2.1.6. Função sintática do clítico:

Com esta variável, queremos verificar, à luz de uma perspectiva funcionalista, se há relação entre o apagamento do clítico e o fato de ele não exercer função sintática. Nunes (1995:213) registra que, “sob uma perspectiva funcionalista, seria esperável que os dados

mostrassem maior ocorrência de supressão nos ambientes em que o clítico anafórico não funciona como argumento do verbo”. Queremos testar essa expectativa em relação aos nossos dados. No que diz respeito à noção sintática de função, que consideramos no estabelecimento deste grupo, levamos em conta o que diz MADUREIRA (2002:111) sobre a sentença *João se preocupa com os exames*: “nessa estrutura de leitura ergativa (e não reflexiva) o pronome não tem função sintática”.

4.2.2.1.7. Sentido genérico do verbo:

Esta variável controla a relação entre o sentido genérico do verbo (cf. VILELA & KOCH, 2001) e o apagamento de clíticos que se adjungem a formas verbais.

Em relação à variável *tipos de verbo*, adotamos a classificação que VILELA & KOCH (2001:66-67) propõem, à luz do que tomam como ‘significado genérico dos lexemas verbais’: (i) os verbos de ação “são aqueles em que a ‘processualidade’ tem como ponto de partida um ‘Agente’, implicam um ‘fazer’⁹⁰”; (ii) os verbos de processo: “são os verbos que designam mudança nas entidades às quais os verbos se aplicam e implicam um ‘acontecer’, ‘um passar-se com’: que aliás são os pró-verbos desta classe”⁹¹; (iii) os verbos de estado: “são os verbos com que se configura verbalmente a duração de um ser, a permanência de um estado, sem que, com isso, se implique a completa imutabilidade”⁹².

Tomando-se os dados do banco Varsul, consideramos como *verbo de ação* o que está em (167); *de processo*, em (168) e *de estado*, em (169).

⁹⁰ Para Vilela & Koch (2001:67), nesta classe, está grande parte dos verbos transitivos diretos e outros como: *manifestar-se a, queixar-se de, inteirar-se de, presidir a*, etc.

⁹¹ *Ibidem*, são exemplos desta classe: *florescer, constipar-se, florir, reverdecer, entardecer*, etc e os meteorológicos: *nevar, chover, trovejar*, etc.

⁹² *Ibidem*, nesta classe estão: *permanecer, continuar, estar, viver*, etc e os verbos copulativos e afins colocados entre os de estado: *ser (estado natural); estar e achar-se (estado adquirido); viver, continuar (estado permanente); ficar, virar –ele virou comunista-, tornar-se, converter-se (mudança de estado); parecer (dúvida de estado)*.

- (167) *e eles acabaram se encontrando (est) na França sem dinheiro pra (est) isso, sem dinheiro pra aquilo.* (CTB09L0675)
- (168) *Quer dizer, passou#se esse tempo, né? (hes)* (CTB23L0107)
- (169) *É, eles se tornam vândalos.* (CTB01L1429)

É nosso objetivo, com esse grupo de fatores, verificar se os nossos dados revelam-se como os de Nunes (1995), no que diz respeito ao sentido genérico dos verbos. Sobre os seus resultados, Nunes (1995:215) diz que “os verbos de ação favorecem a construção inovadora, ao contrário dos verbos de processo e estado”.

4.2.2.1.8. **Animacidade do sujeito gramatical:**

Com esta variável queremos testar se há relação entre as ocorrências de apagamento do anafórico e o traço semântico de seu “antecedente”. Segundo CYRINO (1999:602), os trabalhos de Omena (1978), Pereira (1981), Tarallo (1983) e de Corrêa (1992) indicam que há ocorrência de um elemento fonologicamente nulo na posição de objeto, principalmente quando seu antecedente é [-animado]. Em Omena (1978), o antecedente do objeto nulo em PB é, na maioria das ocorrências, não-específico (indefinidos, coletivos, abstratos). Em Duarte (1986:24), os dados revelam que há “alta incidência de preenchimento do objeto quando seu antecedente apresenta o traço [+animado] e a forte tendência ao uso da categoria vazia quando o objeto se refere a um antecedente [-animado]”. E Tarallo (2005:43) afirma que “SNs referentes de natureza animada favorecem sua posterior pronominalização na fala”. Nossa hipótese, em relação a essa variável, é a de que a anáfora zero pode ser favorecida pela língua falada quando o antecedente for inanimado. E a pergunta de sempre: o que fazer com o *se indeterminador*?

4.2.2.2. Variáveis Sociais

Por termos assumido que o nosso objeto de estudo expressa uma variação motivada ou controlada por fatores lingüísticos e extralingüísticos, assumimos, por conseqüência, que os fenômenos de variação podem estar relacionados também a fatores sociais. As variáveis sociais que consideramos para fins deste trabalho são aquelas já definidas pelo projeto VARSUL: *faixa etária, grau de escolaridade, sexo e localidade*.

4.2.2.2.1. Faixa Etária:

Levando em conta as duas faixas etárias consideradas pelo projeto Varsul (uma, de 25 a 49 anos; outra, de 50 anos ou mais), pretendemos verificar se a freqüência de apagamento dos clíticos anafóricos entre os mais jovens não poderia indicar *mudança em tempo aparente* (cf. LABOV, 1972) em direção a um maior apagamento dos clíticos em estudo. DUARTE (1989:27), por exemplo, faz referência à “ausência absoluta de clíticos na fala dos jovens” e CASTRO (2002: 70) afirma que “há queda acentuada na freqüência proporcional de *se indeterminado* entre os falantes mais jovens”.

4.2.2.2.2. Grau de escolaridade:

Consideramos essa variável para verificar se algum dos níveis de escolaridade do projeto VARSUL concorre para o apagamento dos anafóricos que estamos estudando. Considerar os resultados de CORRÊA (1991), *apud* CYRINO (1996:178), que apontam para o fato de que o clítico é “aprendido” na escola (“somente ocorre na fala das crianças a partir da 5ª série do 1º grau, isto é, em crianças com mais de 10 anos”; e, em textos escritos,

2,7% nas 3ª/4ªséries; 8% no final do 1º grau e 18% no 3º grau), pode ser interessante para cotejar os resultados de Corrêa sobre o clítico acusativo *o/a* com os nossos sobre os anafóricos reflexivos, no sentido de verificar se o uso dos clíticos em estudo estaria relacionado a um nível maior de escolaridade. GALVES (2001:141), por exemplo, propõe que o clítico acusativo *o/a* (*corpus* do Nurc) “também é mais freqüente nas elocuições formais do que nos diálogos” e que “não pertence mais à competência dos falantes desenvolvida na fase de aquisição natural da língua [...]. Trata-se de uma aquisição tardia, associada a um nível de língua elaborado e formal”. Sendo assim, vale testarmos essa relação, entre *escolaridade* e *emprego* dos anafóricos, nos termos de NUNES (1996:217), que analisa o trabalho de Corrêa (1991) e conclui que os resultados de Corrêa “evidenciam a relevância do nível de escolaridade dos falantes no uso de objetos diretos que se referem a algo já mencionado no discurso (‘objetos diretos anafóricos’)”. Nossa expectativa é, portanto, a de que o apagamento em estudo seja mais favorecido pelos falantes com nível primário.

4.2.2.2.3. **Sexo**

De acordo com MONTEIRO (1994:143-4), existem estudos sociolingüísticos que apontam “que as mulheres procuram expressar-se mais de acordo com o que se considera um modo ‘correto’ de falar” e outros que “revelam uma participação decisiva do sexo feminino em relação a fenômenos de mudança”. Saber como o sexo feminino se relaciona com o fenômeno lingüístico que estamos estudando e poder indicar qual estratégia de anaforização é mais “comum” entre as mulheres (se a padrão, se o “*se universal*”, se o apagamento) interessam no sentido de se verificar se o que afirma MENON (2006:158) se aplica ao nosso objeto de estudo: “a literatura tem mostrado que, quando as mulheres estão

à frente num processo de variação ou mudança, é sinal de que o item lingüístico, se não é o mais prestigiado, também não sofre restrições”.

Como estou considerando que o apagamento em estudo possa ser um fenômeno de *variação* inerente no português brasileiro, tenho a expectativa de que o comportamento dos homens e das mulheres não expresse preferência pelo uso de uma ou de outra forma. De qualquer modo, considerarei o que Labov (1991) propõe: quando em situação de variação estável, as mulheres é que têm demonstrado preferência pelo uso das formas de prestígio (a *presença* do pronome, no caso deste trabalho); e, nos casos de mudança lingüística, as mulheres é que seriam inovadoras e responsáveis pela propagação da variante não-padrão (quer seja a *ausência*, nesta tese).

4.2.2.2.4. **Localidade**

Como é fato inquestionável a diversidade regional do português do Brasil (cf. MONTEIRO, 1994:142), pretendemos, com esta variável, saber em que medida ocorre, nas localidades em estudo, a alternância *nulo* vs. *lexicalizado* de *me*, *te*, *se* e *nos*. Interessa-nos, com essa variável, poder “desenhar” aspectos da *variação* que, se não são particulares a uma dada cidade, a aproximam mais de uma do que de outra.

MADUREIRA (2002: 112) afirma que, no português brasileiro, o uso/não uso da forma pronominal parece submeter-se a fatores dialetais, caracterizando-se como caso de variação lingüística geográfica, a exemplo do que ela diz acontecer em Minas Gerais: “em Minas Gerais, a realização não pronominal (*João assusta*) é aceitável, apesar de ambígua, já na região sul do Brasil, apenas a pronominal (*João assusta-se*) parece ser aceitável”. Em nota, Madureira registra que, durante a apresentação de trabalho na VII Semana de Letras, em agosto de 2000, realizada no Instituto de Letras da UFRGS, pôde avaliar que a rejeição

à forma não pronominal foi categórica naquela ocasião. Como acreditamos que Minas Gerais é a região do Brasil em que a supressão parece estar só mais adiantada (cf. Veado, 1982; Lemle, 1985; d'Albuquerque, 1988; Galves, 2001), pretendemos, com esta variável, saber de quanto é a *ausência* pronominal no Paraná, a exemplo de Castro (2002) sobre o apagamento em Porto Alegre, para propor que pode até existir, no Paraná, alguma rejeição à forma não-pronominal, mas ela não pode (mais) ser categórica.

Remetemos o leitor aos anexos, para examinar a tabela com a codificação das ocorrências.

4.3. Procedimentos de contagem

No capítulo sobre os resultados, apresentaremos uma primeira análise que leva em conta os 3920 dados que compunham o nosso *corpus* por ocasião da rodada-teste e uma segunda, com 2930 dados (803 de CTB, 617 de LDN, 645 de IRT e 865 de PBR). Um número bem menor que o da rodada-teste, porque reduzido com os *knockouts*⁹³ resultantes do estudo de cada uma das cidades em separado.

A esse número de dados chegamos, por assumirmos os seguintes procedimentos de contagem:

- a) nos casos de *presença* dos clíticos em estudo, dispusemos em classes cada uma das ocorrências de *me*, *te*, *se*, *nos*, conforme 3.1.;
- b) nos casos de *ausência*, verificamos, à luz da revisão da gramática tradicional e da literatura (cf. capítulos 1 e 2), se o emprego do clítico poderia dar-se em função das especificações lexicais do verbo, ou em função do contexto sintático;

⁹³ Zero ou 100% das ocorrências equivalem a *Knockout*.

c) compusemos *pares mínimos* (no sentido de MENON, 1994), cotejando ocorrências de uma mesma cidade ou entre as quatro cidades do Paraná, consideradas para fins desta tese;

d) nos casos em que *se* apassivador e *se* indeterminador estão junto a verbos transitivos diretos, será distintivo o traço [+/-concordância], como a seguir:

1. *se* indeterminador: quando o verbo transitivo direto e o sintagma nominal pós-verbal estão no singular, como em *hoje não se carrega dinheiro* (IRT21L0318) e ϕ *cozinha a batata bem cozida com sal* (IRT06L1242);

2. *se* indeterminador: quando o verbo transitivo direto está no singular e o sintagma nominal (pós ou pré-verbal) está no plural, como em [*é*]- *coisas assim [que não]- que hoje não se vê mais praticamente, né?*(CTB05L0252) e *porque se atolava os pés na rua* (LDN07L0310);

3. *se* apassivador: quando o verbo transitivo direto e o sintagma nominal pós-verbal estão no plural, como *e depois faziam-se trabalhos manuais* (IRT08L0432);

Em busca de um “par mínimo” para este último contexto, encontramos duas únicas realizações com *ausência do se*: *É um tanque onde faziam tijolos* (CTB01L0733) e *É fita sim. Eram fitas, tudo, aquele tempo não sei como é que [tinham] - faziam tantas fitas.* (CTB23L1298). Não soubemos como tratar do *vazio* nesses exemplos. Se se tratava de um recurso de indeterminação com o verbo na terceira pessoa do plural (\emptyset V3PP), - conforme Menon (1994), Setti (1997) e Godoy (1999) -, ou se se tratava do apagamento de *se* apassivador, como definimos acima. Recuperamos todas as realizações do tipo em (170) e as excluímos.

(170) *Se construíram vinte mil, trinta mil casas populares, só que esqueceram da estrutura de emprego era pequena. (est)* (LDN16L0979)

Os casos de *se* apassivador, a que faremos referência ao longo da análise dos resultados, são como o exemplo em (171).

(171) *Tive duas hérnias e operei.* (PBR05L0399)⁹⁴

e) assumimos, como traços distintivos entre o *se* inerente e o *se* ergativo, os que apresentamos em 4.4., a seguir;

f) excluímos os casos que descreveremos em 4.5.

4.4. Dificuldades de classificar o *se*

Descritas as classes de clíticos e definidas as hipóteses norteadoras deste trabalho, ocupamo-nos do levantamento dos dados e, por conseguinte, da classificação de cada *se*, *me*, *te*, *nos*, considerando que uma forma como *encontrar-se*, em (172) e (173), poderia licenciar, na relação com seus argumentos, a produção de mais de um sentido. Durante esse exercício, o de caracterizar cada classe de clítico, sentimos algumas dificuldades, como as que explicitamos a seguir.

(172) *É, depende das condições que se encontra, néV [O]- se está muito danificado, daí precisa trocar espuma* (CTB03L0083)

(173) *então a gente se encontra pra praticar o esporte, né? no meu caso <ne-> nesse grupo que eu participo hoje [é]- [é]- a gente justamente só se encontra no dia de sábado, né?* (CTB05L0293)

⁹⁴ Quanto mais penso no *se* dos verbos pronominais, mais vejo aí um caminho longo que quero percorrer. Me pergunto, por exemplo, por que distinguir entre ergativo e apassivador. Por agora, fica como está. Só não poderia deixar de registrar que “sinto” que em ambas ocorre detematização do sujeito gramatical.

Em termos semânticos, “se encontra” pode corresponder a “está”, como em (172), e também a “ir ter com alguém”, como em (173). Em (172), trata-se de *se inerente*; em (173), de *se recíproco*. Mas, e o que dizer dos casos a seguir?

Consideremos o dado em (174):

(174) *E o motivo do comércio se <des-> desenvolver mais aqui, talvez porque o princípio, o comecinho dele foi nessa região.* (CTB05L0133)

Em busca do entendimento de (174), vejamos o que (se) segue. VILELA & KOCH (2001:182) dizem que a frase *a porta abriu-se diante deles* é uma “construção sinônima da passiva”, porque ali o *agente* não é nomeado. E dizem também (à p. 353), sobre as frases em (175), o que está a seguir:

temos o mesmo verbo construído transitiva e intransitivamente: na construção intransitiva, o sujeito é o objeto direto da construção transitiva: trata-se de uma transformação equivalente à da ‘passiva’. A construção transitiva é ainda designada por ‘causativa’, e a intransitiva como a construção ‘ergativa’. A construção com ‘se’ representa uma estrutura intermediária entre a transitiva e a intransitiva, servindo o ‘se’ para marcar a indeterminação: pressupõe-se um Agente que não se realiza discursivamente.

(175) *O Francisco partiu o copo vs O copo partiu-se vs O copo partiu.*

Para Vilela & Koch (2001), a realização do *se* em *O copo partiu-se* impõe uma distinção entre este contexto e o de *O copo partiu*, classificado de *ergativo*. Parece-nos que, para esses autores, *O copo partiu-se* e *O copo partiu* não são construções em relação complementar, mas, conforme dizem, *O copo partiu-se* representa *uma estrutura intermediária entre a transitiva e a intransitiva*. No entanto, quando propõem que o *se* em *O copo partiu-se* serve para marcar a *indeterminação* de um *agente* que não é dado discursivamente, aproximam este exemplo da perspectiva ergativa, conforme a descrevem MIRA MATEUS *et alii* (1989:215-7) sobre o exemplo (126) *O copo partiu-se* (cf. 3.1.6.).

Assim, quando pensamos que *O copo partiu-se* pode ser um exemplo de perspectiva ergativa, que é o que também pensamos sobre (174), não estamos lhe roubando a noção de indeterminação do agente, ali presente; muito pelo contrário, só estamos assumindo tal classificação como procedimento metodológico. Desta forma, tomar *O copo partiu (-se)* como exemplo da perspectiva ergativa, não significa desconsiderar que ali há indeterminação do agente (até porque a indeterminação do agente é comum ao contexto ergativo e ao contexto de indeterminação), mas significa associar esse aspecto da indeterminação do agente (cf. CANÇADO, 2002:120)⁹⁵ ao da agentivização do sujeito gramatical de traço [-animado]. Para mim, (176), a seguir, seria ergativo, porque *varicose* é *tema* em posição de sujeito gramatical e (177) seria indeterminador, porque a posição de sujeito gramatical corresponde a um *vazio* que poderia alternar com o *se* indeterminador (*Øabriu/se abriu*). As questões de ordem (já tratadas por MENON, 1989:30) são um bom tema para um próximo trabalho.

(176) [Uma]- [uma]- uma varicose que abriu na perna, né? Mas abriu na sola do pé
(CTB04L0985)

(177) Daí, então, de repente abriu [uma]- uma casa de verdura, abriu uma sapataria e
(CTB05L0146)

Uma segunda dificuldade: a de distinguir o *se* inerente do *se* ergativo, nos casos em que o pronome compõe com o verbo uma locução constituída de *verbo pronominalizado + preposição* e o sujeito é experienciador, tal como lemos em (178) e em (179).

(178) *enfim é isso e faz com que – É, e faz com que a pessoa vão se desanimando, né?*
(CTB03L0837)

⁹⁵ Para Cançado (2002:120), a propriedade semântica que restringe a indeterminação é a de *ser animado*, já que a interpretação de uma sentença com sujeito indeterminado pressupõe [+animacidade] ao argumento externo implícito. E em Menon (1994), já havia a discussão a respeito de a indeterminação ser [+animada], não se restringindo ao traço [+humano].

(179) *Porque [eu]- eu com dois anos, meu pai separou#se da minha mãe, entende?*(CTB07L0377)

Para traçar essa distinção, tomamos, inicialmente, o verbo *assustar* e o ‘submetemos’ à construção transitiva causativa (*assustar/causar susto: eu assustei as crianças*) e à locução formada por *ficar +particípio* (*as crianças (se) assustaram: ficaram assustadas*); assim procedemos com os verbos *aborrecer-se, magoar-se, entristecer-se, desesperar-se* e outros, que ‘responderam aos testes’ do mesmo modo; diferentemente dos verbos *casar-se, reunir-se, arrepender-se* e outros.

Sobre o primeiro grupo de verbos, portanto, parece ser possível propor, por exemplo: *João magoou Pedro. Pedro (se) magoou. Pedro ficou magoado. Pedro foi magoado*; testes que não podemos aplicar com os verbos do segundo grupo. Testei, finalmente, à luz de NUNES (1995:205), a possibilidade de atribuir aos verbos uma contraparte transitiva: “*Eu acho que ele se arrependeu do preço que cobrou*’ (entrevista) [vs. * *O preço o arrependeu*]”; o que parece ser possível com os verbos do primeiro grupo: *João se aborreceu com a notícia. A notícia o aborreceu*. Decidimos, então, assumir que os verbos do primeiro grupo têm *se* ergativo; e os do segundo, *se* inerente. (178) e (179) são ergativo e inerente, respectivamente.

Outros testes, de acordo com Mira Mateus *et alii* (1989), também podem ser aplicados:

- (i) considerar a animacidade do argumento interno da locução verbal: *eu me entusiasmei com Ana; eu me entusiasmei com o trabalho*, vs *eu me casei com*

Ana; eu me casei com o trabalho (este último, embora gramatical, não corresponde a *contrair matrimônio*);

- (ii) formar adjetivos em –dor: *assustador, aborrecedor, desesperador vs casador, acostumador, reunidor*;
- (iii) propor relações *in absentia*: *eu me assustei com o barulho, eu te assustei com o barulho vs eu me admirei do comportamento das crianças, *eu te admirei do comportamento das crianças*.

Assumimos, finalmente, que é o falante quem vai dar ‘as pistas’ para a classificação do *se* e, assim, permitir que possamos distinguir as classes dos pronomes em estudo; conforme propõe CANÇADO (2003:108), ao afirmar que “o falante pode escolher, por exemplo, uma perspectiva agentiva para relatar o evento: *João quebrou o vaso com um martelo*, ou, mesmo, uma perspectiva ergativa: *O vaso quebrou*”.

4.5. Dados excluídos

Com o levantamento manual das entrevistas, percebemos que alguns dados não poderiam ser inseridos em nenhuma das classes de clíticos descritas por NUNES (1995) e, neste trabalho, definidas como variável lingüística. Eis os dados que decidimos excluir:

4.5.1. Ocorrências, como (180), com as “frases feitas” do tipo *se eu não me engano, casar não é casaco não, salve#se quem puder, que se dane, mãe de se esconder* (uma brincadeira), *que eu me lembre, se não me recordo, diga#se de passagem, que se lixe!*

(180) *Se eu não me engano, parece que em Curitiba, é feito aqui, numa gráfica.*
(IRT16L0325)

4.5.2. Os casos que chamei de “quase *se*”, como (181), (182) e (183), onde observamos que a ação de pronominalizar verbos está sendo evitada. Em seu “lugar”, o informante emprega formas *incoativas* (com o verbo *ficar*), como (184), ou se utiliza de *verbos-suporte*, como (185). Dentre os textos que li sobre *hesitação*, aproveitei o de MARCUSCHI (2002) e o de FÁVERO *et alii* (2002) como ponto de partida para o estudo das estratégias de construção do texto falado e a hesitação. No anexo 4, há uma descrição mais detalhada dos casos de “quase *se*”, considerando-se todas as cidades pesquisadas.

(181) *Hoje ou amanhã você tem necessidade [de se <comu->]- de escrever alguma coisa, de dizer, de mandar um recado* (IRT11L0173)

(182) *(est) né? então [eu]- [eu]- eu me- eu cresço muito, é muito gratificante pra mim*
(PBR06L0771)

(183) *A gente também não se- é uma coisa assim inexplicável.* (CTB04L0430)

(184) *Não consegue falar direito então [ela se]- ela fica muito nervosa e tudo, né?*
(CTB22L0642)

(185) *Não vale a pena, (est) não vale a pena a pessoa comprar um negócio, um objeto, essas coisas que estraga, qualquer coisa, ele vai [se]- ter incômodo* (CTB17L0317)

4.5.3. Os casos de *se* apassivador, como (186), conforme explicitamos em 5.3.:
Procedimentos de Contagem.

(186) *na época, né? onde [se vivia]- se vendiam livros, materiais escolares, enfim.*
(IRT08L0132)

4.5.4. Os casos de *se* indeterminador, como (187), com verbo transitivo direto no plural (ØV3PP) e o sintagma nominal pós-verbal no singular. Não encontramos nenhum caso com essa estrutura e o *se*.

(187) *e então compram carne, né? no mercado, né?* (IRT14L1120)

4.5.5. Os contextos de *hipercorreção*.

Quando classificávamos os dados de Curitiba, nós nos deparamos com realizações de fala como (188) e (189). Essas realizações parecem indicar que ali o uso do pronome implica o envolvimento do sujeito em relação à ação expressa pelo verbo, possivelmente como um dativo de interesse: “aquele mediante o qual se indica de maneira secundária a quem aproveita ou prejudica a ação verbal” (cf. BECHARA, 2004:424).

(188) *Ah, lá ele tira#se /tudo a roupa/ e, sabe? e pronto* (CTB18L0581)

(189) *E está na guarda municipal, né? onde que ele tira seu vencimento pra poder /se sustentar a faculdade/, né?* (CTB15L0975)

Para o Italiano, SALVI & VANELLI (1992:16) afirmam, sobre o exemplo em (190), que o uso do reflexivo como *benefactivo* indica somente a participação intensa do sujeito na ação: “per benefattivo intendiamo un elemento non nucleare che indica a vantaggio o a scapito di chi si compie una certa azione”.

(190) *Mi sono mangiato una bella mela.*

MENON (2006b:163), estudando o dativo ético em português, cita BENINCÀ (1993:96) que afirma, relativamente ao italiano, que *há uma referência pessoal, por meio de um clítico, nessas construções*. De acordo com Menon, a tradução portuguesa, por exemplo, da sentença *Mi sono bevuto una birra* como *Me bebi uma cerveja* “pode parecer

bizarra, mas é a aplicação do mesmo princípio: o falante é, de alguma forma, *beneficiado* (ou, em alguns casos, prejudicado pela) na ‘ação’”.

Sobre o espanhol, temos, em LOSA & RODRIGUES (2001:16), um exemplo do uso reflexivo para indicar o envolvimento do sujeito na ação verbal: “*Cuando su madre le dijo que ya podía ir preparándose la ropa para irse a casa de Camila a dar a luz, Tereza encontró, guardado bajo um montón de camisones, el corazón de jabón*” (*El espejo roto*, Mercí Rodoreda). O pronome *se*, tanto aqui, quanto nos exemplos anteriormente citados, não parece *estar em disputa*, com os argumentos dos verbos, pela posição de objeto gramatical. Parece, na verdade, estar indicando que o sujeito gramatical, agente ou não, está plenamente envolvido na ação de que é parte, sendo por ela beneficiado ou não.

Se não for possível a leitura desses dados como casos de dativo de interesse, como podemos tratar os dados do tipo em (191) e (192), onde há a duplicação do *se*, como casos de hipercorreção? E os dados em (193), (194) e (195), como casos de duplo nominativo?

(191) *Então o médico, né? /se esforçou#se/ e tal* (CTB03L1190)

(192) *Era uma pessoa que /se dedicou#se/ muito, né? aos pobres.* (IRT16L0117)

(193) *Pra cuidar de um hospital tem que ter muita, Como é que a gente se diz, tem que ter aquele ah! tem que ter verba, essas coisas, né?* (IRT01L0934)

(194) *E a gente sempre se imaginava: “Meu Deus como será o dia que a minha mãe morrer, meu pai morrer”* (CTB03L0408)

(195) *Então eu acho que todo mundo tinha que se fazer a (hes) a faculdade mesmo pra-né?* (LDN04L0435)

Os dados de fala em (191) e (192) nos remetem à relação que NUNES (1996:217-8) estabelece entre a *manutenção* dos clíticos acusativos de terceira pessoa no português

brasileiro atual e a *ação normativa da escola*. Para Nunes, uma frase como *para o identificá-lo* ilustra “os dois sistemas conflitantes com que se depara a criança na tentativa de aprender o uso dos clíticos acusativos de terceira pessoa”: um, que se refere à “direção de cliticização da esquerda para a direita já internalizada (*o identificar*)”; outro, que se refere ao “licenciamento do *onset* da sílaba do clítico (*identificá-lo*), que está sendo aprendido na escola”.

Já os exemplos em (193), (194) e (195), onde *a gente* e o *se*, ou *todo mundo* e o *se*, “lutam” pelo espaço do sujeito gramatical, são exemplos que me remetem, num primeiro momento, a dados de fala do tipo em (196), e depois, à afirmação de DUARTE (1996:120) sobre a redução significativa de ocorrências de sujeito nulo: “existe hoje na língua coloquial um uso cada vez mais freqüente do sujeito duplamente preenchido”.

(196) *Tem qualquer coisa, diz ele, como se diz o outro, [de]- de errar* (CTB18L1283)

Como as construções de duplo sujeito caracterizam as *línguas de tópico* (cf. Li e Thompson, 1976), vale considerar os estudos de GALVES (2001:52-3) sobre a “reanálise do tópico como sujeito” e a conseqüente reorganização da sentença em torno do *tópico*. É o que constatamos no dado de fala em (197).

(197) *(est) roubam, fazem um monte de coisa. Aqui /a gente não se vê isso/. Pelo menos aqui pra baixo, né?* (CTB08L0502).

Se pensarmos numa solução fonológica (de que não conseguiríamos tratar aqui), poderíamos nos apoiar em BRISOLARA (2006:181) que entende a relação verbo-clítico⁹⁶ como sendo uma única palavra prosódica. Na verdade, não faltam exemplos no português do Brasil que apontam para a opacidade de formas em relação: (i) pronomes e preposições (*mecum*>*com migo*>*comigo*); (ii) pronomes e verbos (*suicidar-se*> *se suicidou-se*); (iii) advérbios e preposições (*concomitantemente com*); (iv) verbos e preposições (*corroborar com*). Não faltam também dados do banco Varsul, como (198) e (199), que indicam que a perda do conteúdo semântico de itens lexicais pode levar à perda da substância fonética desses mesmos itens.

(198) *e por coincidência na loja encontrei com a sobrinha dela, e conversamos e tudo*
(CTB22L0754)

(199) *É, coitada, quando ele chegava perto as galinhas já até abraçavam com ele (risos E).*(CTB20L1379)

Para NUNES (1995:230), em treze das construções que pesquisou, “ocorre inserção de clítico anafórico em contextos em que o clítico não era previsto”. Nunes chama essas ocorrências de hipercorreção e as organiza em três grupos:

⁹⁶ Até este momento do trabalho, parece que estivemos evitando discutir o estatuto prosódico do clítico e seu hospedeiro (cf. BISOL, 2005:163). Na verdade, não pretendemos tomar esse tema como um aspecto a ser discutido neste trabalho, mas somente apontar algumas questões que são objeto de discussão e estão intimamente relacionadas ao grupo clítico: a sua classificação como forma dependente (que não tem acento mas fica entre brancos, apoiando-se no centro da palavra seguinte ou precedente) e a possibilidade de assumir, sintaticamente, a função de sujeito, como é o caso do clítico *se*, em contexto de indeterminação; os clíticos (particularmente, os anafóricos) e o exercício de funções sintáticas, partindo-se da seguinte questão colocada por BISOL (2005:165): “prosodicamente, com respeito à função sintática, não importa ao clítico qual função venha a assumir junto de seu hospedeiro ou isoladamente no caso do pronome pessoal. O que conta é a relação dominante-dominado que entre os dois se estabelece”; e, finalmente, “os argumentos que sustentam a idéia de que o grupo clítico é um constituinte prosódico, cujo papel não pode ser ignorado na descrição do português brasileiro” (cf. BISOL, 2005:183).

- (i) inserção de *se* junto a verbos que não são especificados como eventualmente pronominais (cf. Fernandes (1979), Ferreira (1986), por exemplo): *As férias nem bem começaram-se*;
- (ii) inserção de *se* junto a verbos com um objeto não anafórico: *Ela [Regina Duarte] ta fazendo uma típica mulher do nordeste mesmo, né, ela se interpreta muito bem*;
- (iii) inserção de *se* junto a verbos pertencentes à mesma grade temática que o verbo *encontrar-se*, que, ao contrário desse verbo, não são considerados como eventualmente pronominais pela gramática normativa: *Só não sei o que será de mim amanhã, quando acordar e deparar-me com essa dura realidade*.

Entendo que tanto os contextos que cito (de 188 a 195) quanto os relacionados por Nunes (1995) expressam um fato: ali não esperamos que o clítico seja empregado, ou porque ele partilha um mesmo espaço sintático com um outro sintagma nominal, ou porque da pronominalização que compõe com um verbo não decorre um sentido diverso da forma não- pronominalizada. À luz desta última questão, eu consideraria os exemplos de Nunes em (i) e em (iii) como contextos de *se* enfático; Nunes, diferentemente, os tratou como casos de hipercorreção porque para esse autor (p. 206) “só foram codificados em relação à variável dependente casos de *se enfático* em que a presença do clítico acarreta um rearranjo sintático (com inserção de preposição) na estrutura do verbo”. Para mim, somente o exemplo em (ii) pode ser equivalente a um caso de *hipercorreção*.

Nos anexos de nº 8, há mais exemplos do tipo aqui em questão.

4.5.6. As ocorrências com o *infinitivo flexionado* (conforme 3.1.5. *se indeterminador*), como (200) e (201), uma vez que não podemos incluí-las entre os casos de apagamento, mas possivelmente entre os de preenchimento da casa do sujeito. Sobre esse contexto, que Menon relaciona não só às preposições mas também aos advérbios (4.1.6. *Les adverbes et les prépositions*), MENON (1994:175) afirma:

Nous avons considéré pour des effets de triage, que certaines prépositions ainsi que certains adverbes, baliseraient de façon nette les emplois des variantes à des fins d'indétermination du sujet.

(200) *Então eu acho que Curitiba é uma cidade ideal para se viver, pra ter conforto, tá?* (CTB01L1051).

(201) *Porque não tinha brinquedo, não tinha essas condições de se brincar que tem agora. (est)* (LDN05L0233)

Refletindo sobre o uso do pronome *se* nas orações infinitivas, MENON (1994: 142) se refere aos novos usos do *se* nesse contexto como uma mudança em curso no português do Brasil e, sobre esse tema, afirma:

Si l'occurrence du pronom sujet auprès du verbe dans ces deux cas s'avère être la plus fréquente, on aurait de forts indices à propos d'un changement en cours, à savoir, que les pronoms sujets ne sont plus seulement d'un usage emphatique, comme le soulignent nombre d'auteurs, pour justifier que la langue portugaise est une langue à sujet nul (cf. MENON, 1994). Ce fait pourrait expliquer, en partie, un certain renouveau dans l'usage de **SE** auprès des infinitifs ainsi que son rôle comme *sujet*.

Tratando também do *se* nas infinitivas, GALVES (2001:46) propõe:

No caso do pronome *se*, observa-se a seguinte e estranha diferença entre PE e PB: enquanto neste o *se* tem nítida tendência em desaparecer da língua em todos os seus usos nas frases com tempo, ele reaparece maciçamente [grifo nosso]– distanciando-se nisso do uso do PE-, nas infinitivas, para expressar a indeterminação.

Com o levantamento manual do número de dados da expressão [PREP+/-se+VERBO] nas orações infinitivas em contexto de indeterminação, chegamos aos seguintes resultados iniciais:

- (i) para Curitiba, de um total de 54 dados de infinitivo flexionado, 10 trazem o *se*;
- (ii) para Londrina, 12, de um total de 36;
- (iii) para Irati, 4 de um total 67;
- (iv) para Pato Branco, 2 de um total de 38.

Vale ressaltar que os dados em que não há preposição foram levantados, mas não estão entre os números acima. Para nós, o uso do *se* nas infinitivas pode estar relacionado ao emprego de preposições (cf. MENON, 1994: 183; 2006:144). Por isso, separamos, para posterior estudo, os casos como (202), onde não há preposição nem o *se indeterminador*.

(202) *Mas os bondes, era gostoso andar nos bondes.* (CTB21L0905)

Remeto novamente o leitor aos anexos.

4.5.7. Os casos de *diz que*, como (203) e (204) que, muito numerosos e sem “par mínimo” (*diz-se que* ou *se diz que*), poderiam maquiagem os resultados sobre o contexto de *se indeterminador*. Eis o número dos casos de *diz que*: 52 de CTB, 27 de LDN, 28 de IRT e 32 de PBR.

(203) *diz que tem tanta coisa que eles fazem, né? tanta falcatrua que eles- diz que os que vão passar já estão escolhidos, né?* (LDN04L0915)

(204) *diz que o pai dela tinha uma afilhada e gente amiga lá na lagoa, né? então, diz que ela levou bola* (IRT07L0669)

4.5.8. Os casos com os verbos *lembrar(-se) (de)* e *esquecer(-se) (de)*, por eu não saber distinguir quando a forma empregada era a pronominal (*lembrar-se, esquecer-se*) ou a não-pronominal (*lembrar, esquecer*), em razão da relação desse verbo com a preposição *de*. Ilustram essa questão os dados (205) a (210).

- (205) *Mas me lembrei sempre [da]- de um pequeno acidente que houve. (CTB06L0970)*
- (206) *É, e depois eu me lembrava sempre essa da bola e não ia. (CTB06L0990)*
- (207) *Mas eu lembro vagamente assim/dos tempos que tinham trens! (CTB07L0061)*
- (208) *Eu me lembro a primeira vez, que eu fui [na]- na Pracinha do Gaúcho andar de skate (CTB09L1214)*
- (209) *Acho que não vou esquecer nunca [desse]- desse episódio, sabe, porque foi uma coisa que me- (est) sabe? que me marcou. (CTB19L1319)*
- (210) *Presto atenção, mas depois eu já me esqueço tudo. (LDN06L0379)*

Observei, em relação aos contextos desses dois verbos, que, em lugar do uso de *lembrar* ou *esquecer*, outros verbos estão sendo empregados, tais como (211) e (212).

- (211) *[...] Só que a data não vem agora, não adianta. (CTB24L1170)*
- (212) *como é que é o nome? Ah, tem uma porção de indústria aí? No momento assim me fugiu!(est) (risos F) (LDN12L1141)*

4.5.9. Os casos em que um verbo, conforme (213), é pronominalizado por imitação de outro já existente na língua. Possivelmente o que Rocha Lima (1976: 309) chama de “analogia” com outros verbos (cf. 1.2.3.) e Luft (2000: 485), de “pronominalização por influência de sinônimos”.

- (213) *Às vezes tinha alguém que se sobressaía, né? (LDN09L0263)*

4.5.10. Os casos em que uma “expressão verbal” resulta da combinação de várias formas verbais. Em relação aos exemplos (214) e (215), me parece que se confundem *me dou para* com *dar para* e, depois, no exemplo seguinte, *me cresci* com *me criei*.

- (214) *Eu acho que eu não me dou pra empregada- (LDN06L1532)*
- (215) *Então <cre-> eu me cresci com aquele trauma. (LDN21L0061)*

4.5.11. Os casos em que o *vazio* em posição de objeto, decorrente do uso intransitivo dos verbos, implica ambigüidade, como no exemplo em (216): três realizações do verbo conhecer; duas me parecem recíprocas. Mas, como provar que não são todas elas (as três) casos de formas ativas com objeto nulo?

(216) *Ah estão muito apressadinhos pro meu gosto. (riso F) Pô, conheceu ontem já quer casar que é- Ah, não é assim, né? Acho que a gente tem que conhecer porque apesar que você pode conviver com uma pessoa quinze anos, vinte anos e você não vai conhecer.* (CTB11L0507)

4.5.12. Os casos em que o verbo empregado não é adequado ao sentido que se quer promover, ou porque a frase não tem nexos; como em (217) e (218).

(217) *apesar que todo mundo que está no interior gosta de vir aqui pra Curitiba, (est), /se dispõe/ de que tem lá no interior e vem aqui pra capital pra passar necessidades.* (CTB17L0008)

(218) *Então, não que a mulher seja proibida a trabalhar, se há necessidade, primeiro tem que [se]- se dialogar entre o casal* (LDN01L0567)

4.5.13. Os casos em que o falante (F) repete imediatamente a forma empregada pelo entrevistador (E) ou por um interveniente (I); como em (219). Não seria possível pensarmos nesses casos como “ganchos”?

(219) I: *Que nem aquele, coitado, que foi receber e desastrou#se, né?*
F: *É, desastrou#se.* (CTB13L1071)

CAPÍTULO 5: Análise dos Resultados

Neste capítulo, apresentaremos os resultados obtidos, após termos submetido os dados codificados às rodadas do Pacote VARBRUL para microcomputadores. Faremos referência à distribuição dos dados, ora em termos percentuais (cálculo realizado pelo programa MAKECELL), ora em termos de pesos relativos (cálculo realizado pelo programa IVARB). Num primeiro momento, trataremos dos resultados, conjuntos, envolvendo as quatro cidades do estado do Paraná e, depois, dos resultados considerando uma a uma das cidades pesquisadas.

5.1. Os resultados do estado do Paraná (uma rodada com as quatro cidades do Paraná⁹⁷):

Quando consideramos as quatro cidades em estudo, para submeter um total de 3.920 dados a uma rodada-teste, em função da variável dependente (*presença/ausência* do pronome), constatamos um *knockout* no grupo *Pessoa do clítico anafórico*, do que resultou um total de 3829 ocorrências: deste total, 1713 (45%, portanto) são dados de ausência contra 2116 (55%) de presença de *se*. Nesta mesma rodada, foram selecionados, como relevantes⁹⁸ para essa etapa dos trabalhos, três grupos de fatores, com nível de significância de .007 e *input* 1.00: Posição do clítico anafórico em relação ao verbo, Localidade e Classes de clíticos anafóricos.

⁹⁷ Para fins do projeto VARSUL, além da capital (Curitiba), três são as cidades consideradas representativas da realidade demográfica do interior do estado: Londrina (a mais importante da região norte, de colonização mineiro-paulista), Pato Branco (uma importante cidade da região sudoeste, de colonização gaúcho catarinense) e Irati (a área plurilíngüe mais representativa do estado do Paraná, de colonização eslava). Fonte: KNIES & COSTA (1995).

⁹⁸ O programa VARBRUL trabalha com uma margem de erro de 5%, ou seja, se o nível de significância for acima deste valor, os resultados não são considerados estatisticamente significativos.

1º grupo: Posição do clítico anafórico em relação ao verbo

De um total de 3829 dados, foram considerados 2108 para o exame da posição do clítico. Destes 2108 dados de *presença* de *SE* (dentre os quais, 13⁹⁹ que computei incorretamente), 1966 são casos de próclise e 142, de ênclise. Em termos de pesos relativos, estes resultados equivalem a .71 de ausência no caso de formas enclíticas e .48 de ausência no caso das proclíticas; o que, observada a ressalva que fiz (v. nota 99), indica que é a forma proclítica a que predomina nas quatro cidades em questão e que é a enclítica a mais sensível ao apagamento.

A título de ilustração, desejo registrar um conjunto de realizações de fala como as que estão em (220), (221) e (222), para chamar atenção para o comportamento do *se indeterminador* empregado com tempos verbais compostos.

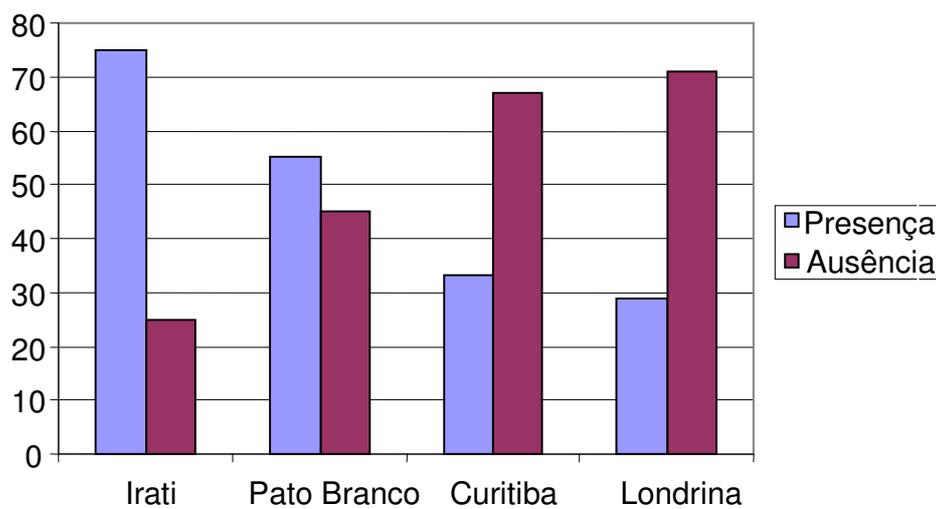
- (220) *Isso, não pode se pensar como antigamente que o jeito que era, né?* (LDN08L0605)
- (221) *Era. Bem rígido. Pessoal tinha horário certinho, tinha que se entrar em fila, cantar os hinos na entrada* (LDN09L0059)
- (222) *Se reúne o povo lá, e vamos reivindicar o prefeito, né? no que está se precisando.* (IRT16L1217)

⁹⁹ Quero fazer uma ressalva em relação ao fato de ter cometido um erro quando subentendi, em 13 casos, como o que está a seguir, a posição do clítico, mesmo nas ocorrências em que o pronome não é realizado: *tira, coloca#se, tampa#se, cobre* (CTB18L0840). Em relação a esse dado, por exemplo, classifiquei *tira* e *cobre* como enclíticas e, de fato, não é possível garantir que assim agiria o informante, no caso de usar o clítico. Ao leitor, minhas desculpas! Só agora, depois de tantas rodadas, me fiz esta pergunta: que posição se atribuirá ao pronome faltante?

2º grupo: *Localidade*

Sobre o segundo grupo de fator, *Localidade*, tomemos o gráfico que está a seguir:

Gráfico 1: A variável *Localidade* em função da variável dependente *Presença/Ausência*



Os 3829¹⁰⁰ dados assim estão representados em pesos relativos, em função da variável *localidade*: Londrina tem **.71** de ausência; Curitiba, **.67** de ausência; Pato Branco, **.45** de ausência; e Irati, **.25** de ausência. O gráfico mostra que a supressão de clíticos anafóricos é maior em Londrina, o que, segundo pensamos, pode estar relacionado à *ocupação mineiro-paulista* dessa cidade. Em Minas, de acordo com os trabalhos de VEADO (1982), LEMLE (1985), d'ALBUQUERQUE (1988) e de LIMA (2006), por exemplo, a supressão que estamos estudando expressa um fato não mais como *variação*, mas como *mudança* já operada ali.

¹⁰⁰ Não se incluem entre estes os 139 dados relativos à expressão *diz que*, que retirei ao rodar as 4 cidades juntamente (52 de CTB, 27 de LDN, 28 de IRT e 32 de PBR). Não se incluem também os 215 dados de infinitivo flexionado, tal como *Então eu acho que Curitiba é uma cidade ideal para se viver, pra ter conforto, ta?* (CTB01L1051): 62 de CTB, 33 de LDN, 77 de IRT e 43 de PBR.

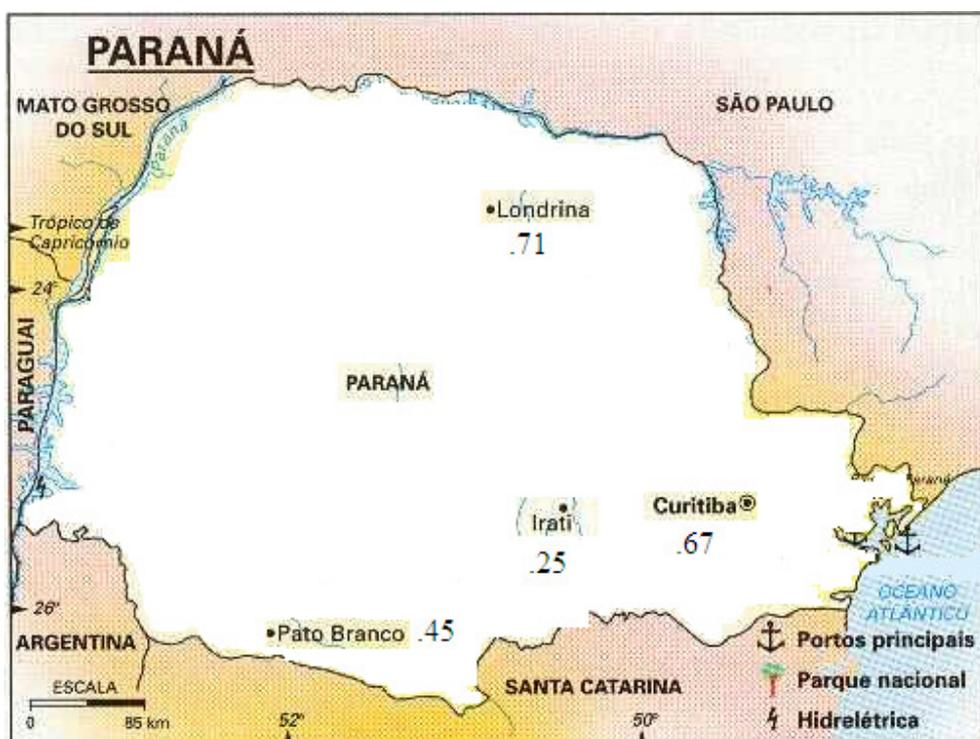
Em situação inversa, está Irati, que é, dentre as quatro cidades do Paraná que estudamos, a mais conservadora no que diz respeito ao emprego dos clíticos anafóricos. Fazemos notar que o “conservadorismo” de Irati também se revela quanto à tendência ao emprego do modo subjuntivo nos contextos em que as demais cidades do Paraná (Curitiba, Londrina e Pato Branco) já usam o indicativo como forma alternante. De acordo com FAGUNDES (2007:157), “se tratarmos da alternância entre os modos verbais como um fenômeno inovador, a cidade de Irati, na medida em que o MS (modo subjuntivo) é favorecido, é a que apresenta um perfil mais conservador”.

Em Curitiba, a tendência vai também em direção ao apagamento de anafóricos, acompanhando Londrina. Já em Pato Branco (ver Mapa), temos resultados que apontam .45 de ausência de clíticos anafóricos. Fazemos notar que a “concorrência”, em Pato Branco, é um aspecto que chega a chamar a nossa atenção; o fato de o informante “hesitar” quanto ao uso do clítico, promovendo, a cada não-emprego, uma “correção” seguida do uso do clítico é talvez o que deixe essa cidade, ao lado de Irati, como uma das localidades do Paraná onde o anafórico tenta se manter.

Quer dizer: o fato de o programa ter selecionado a variável social *localidade* como estatisticamente relevante para o estudo do apagamento do *se* pode indicar que questões relacionadas à natureza do lugar (sua colonização, por exemplo) estão contribuindo para o apagamento. Quando considerarmos os resultados de Londrina/PR, em relação à variável *faixa etária*, por exemplo, impossível será não relacionar o apagamento do *se* à sua colonização por mineiros e paulistas, levando-se em conta o comportamento de MG e estes

primeiros resultados que apontam Londrina como a menos conservadora das cidades do Paraná. Na outra ponta, a cidade mais conservadora, Irati; não só em atenção aos nossos resultados, mas também àqueles de Fagundes (2007).

Mapa 1: Pesos Relativos de Apagamento de clíticos anafóricos no estado do Paraná



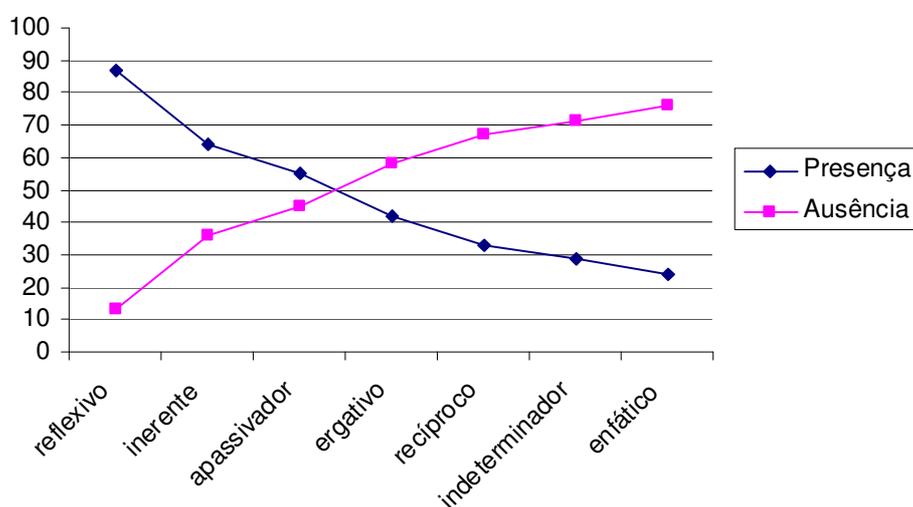
Em tempo, esclarecemos que a relação que estabelecemos entre a colonização de Londrina e o apagamento de *se* não é suficiente para explicar a supressão em estudo. Ao considerarmos a colonização de Londrina por mineiros e paulistas, quisemos dizer que uma das forças desencadeadoras do apagamento em Londrina pode ser a sua colonização

diferenciada. O apagamento de *SE*, claro, não é só uma questão de colonização! Se fosse assim, Curitiba, Irati e Pato Branco não “apagariam”.

3º grupo: *Classes de clíticos anafóricos*

Consideremos, agora, o terceiro e último fator: Classes de clíticos anafóricos.

Gráfico 2: A variável *Classes de clíticos* em função da variável dependente *presença/ausência*



Sobre o mesmo total de 3829 dados, temos os seguintes pesos relativos de ausência, em se considerando a variável classes de clíticos: para o *reflexivo*, **.13**; para o *inerente*, **.36**; para o *apassivador*, **.45**; para o *ergativo*, **.58**; para o *recíproco*, **.67**; para o *indeterminador*, **.71**; para o *enfático*, **.76**.

Se considerarmos a hipótese de CYRINO (2000) sobre o exemplo em (95), *João casou*, que relaciona a supressão do *se* ao traço [-temático] desse clítico quando associado

ao verbo *casar*, passaremos a esperar que os clíticos de traço [+temático] tendam à presença, e não é o que o gráfico acima nos mostra. Muito pelo contrário, os clíticos de traço [+temático], possivelmente o *reflexivo*, o *recíproco* e o *indeterminador*, comportam-se de dois modos: ou tendem à presença, ou à ausência. Se aceitarmos o que propõe APOTHÉLOZ (1995) a respeito da interpretação do anafórico, cuja noção se construiria sob dois aspectos – sob valores sintáticos ou sob fatores contextuais e pragmáticos, passaremos a esperar que o comportamento do *reflexivo* (e o do *recíproco*, possivelmente também) sejam distintos do comportamento dos demais clíticos, e não é o que indica o gráfico acima.

Se considerarmos a noção de domínio Argumental, que nomeia como *anáforas* o reflexivo *se* (e seu equivalente tônico *si*) e o recíproco *se* das expressões *um com o outro* ou *um no outro*, e pressupõe que as anáforas são referencialmente dependentes, ou seja, que “os elementos anafóricos não podem jamais aparecer sem que o elemento com o qual se identificam referencialmente também esteja presente”¹⁰¹, aceitaremos colocar os clíticos reflexivo e recíproco de um lado e os demais, de outro, o que impõe que a *noção de recção* seja um divisor entre os dois grupos no que diz respeito à noção de ligação anafórica. O gráfico mostra, no entanto, que as formas reflexivas e as recíprocas estão em “lados opostos”, o que talvez nos possibilite afirmar que a distinção entre *formas ligadas* e *formas de retomada*, nos termos de BERRENDONNER & REICHLER-BÉGUELIN (1989), *apud* APOTHÉLOZ (1995), não se aplica aos dados das cidades pesquisadas.

¹⁰¹ Em outras palavras, a anáfora exige a presença do antecedente e mais, que esse antecedente a c-comande. Nas palavras de MIOTO *et alii* (2004:218), “só um DP que c-comanda a anáfora pode ser seu antecedente”.

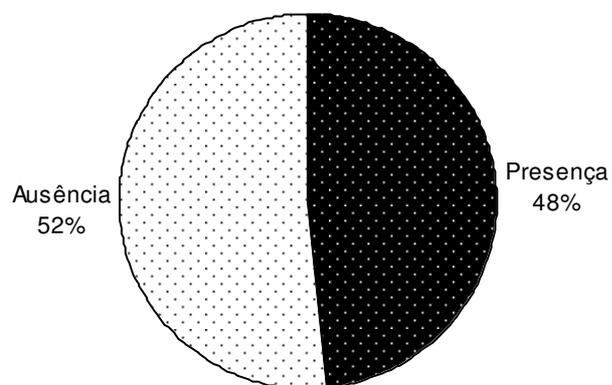
Na verdade, eu continuo acreditando que essa distinção também se aplica aqui. O fato é que esta rodada com todas as cidades “desarruma”, em termos de pesos relativos, o espaço da classe de *se recíproco*, mas continua, em termos percentuais, dizendo que essa classe permanece, juntamente com o *se reflexivo*, entre as classes que mais se mantêm; conforme os percentuais de ausência, abaixo: *reflexivo*, 9%; *recíproco*, 10%; *apassivador*, 22%; *inerente*, 35%; *ergativo*, 46%; *indeterminador*, 66%; *enfático*, 82%.

À luz desses percentuais de ausência, observamos que os mais circunscritos, o reflexivo e o recíproco, são os que mais tendem à presença; diferentemente dos menos circunscritos, o enfático e o indeterminador, que por serem mais “livres” no que diz respeito à “pontualização de um item específico”, são os que mais tendem à ausência. Em outras palavras, quanto menos “concreto” o antecedente, mais a supressão do clítico anafórico se dá. Contrariamente, então, quanto mais o referente (ou antecedente) está circunscrito a um espaço ou segmento do texto, mais o clítico se preserva.

Em termos de pesos relativos, os grupos estatisticamente relevantes são os que acima apreciamos. Há, entretanto, aqueles grupos que, embora não expressem valores estatisticamente significativos, dão indícios de como estão se comportando as adversárias (ou variantes) e de que armas (ou grupos de fatores) estão se utilizando para se manter vivinhas no campo de batalha. Apresentamos, então, a seguir, como está distribuída a nossa amostra em termos percentuais e o que pode indicar essa distribuição nos seguintes grupos de fatores, levando-se em conta o conjunto dos dados das quatro cidades em estudo: *predicação do verbo*, *animacidade do sujeito gramatical*, *sentido genérico do verbo*, *sexo*, *faixa etária e escolaridade*.

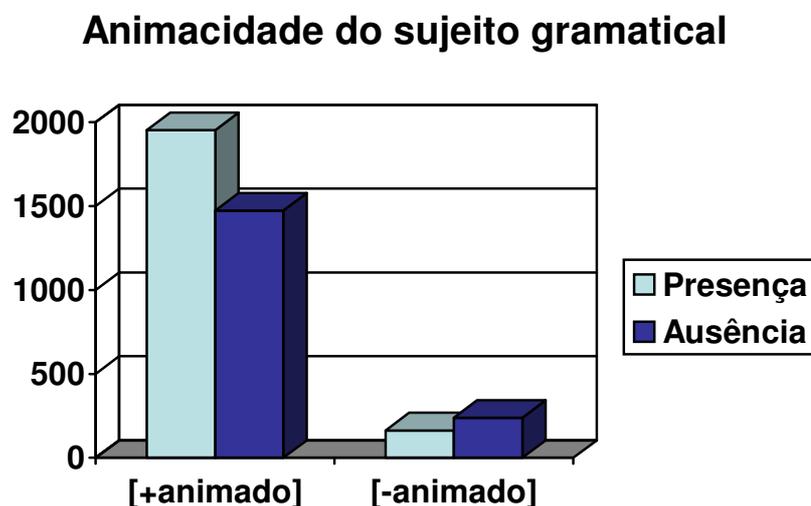
Gráfico 3: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE *PREDICAÇÃO DO VERBO* EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE no estado do Paraná

Uso Intransitivo no estado do Paraná



De posse somente dos percentuais e não dos pesos relativos, pouco podemos afirmar sobre o comportamento de *SE* e a predicação do verbo que com ele é empregado. Na apreciação de cada uma das cidades, os percentuais de ausência e de presença quanto ao uso intransitivo, por exemplo, expressam valores muito próximos.

Gráfico 4: A variável *Animacidade do sujeito gramatical* em função da variável dependente



Sobre um total de 3829 dados, 3426 têm sujeito gramatical de traço [+animado]. Destes 3426, 1952 são dados de presença de *SE* contra 1474 de ausência. Em 57% desses casos, portanto, o clítico não sofre apagamento. Por outro lado, de um total de 403 dados de sujeito gramatical [-animado], 164 são de presença de *SE* e 239, de ausência; o que significa 59% de apagamento, nos casos de sujeito gramatical [-animado]. Claro que é necessário guardar as diferenças de perspectivas entre o nosso trabalho (sobre a classe de anafóricos reflexivos) e aqueles sobre a classe de anafóricos não-reflexivos. O nosso trata não só do vazio na função objeto, mas também do vazio na função sujeito. O que, de certa forma, põe em cheque a todo momento o questionamento sobre a anaforização no contexto de indeterminação. De qualquer forma, esses índices percentuais podem ser cotejados com os resultados das pesquisas de CYRINO (1999), OMENA (1978), PEREIRA (1981), TARALLO (1983), CORRÊA (1992) e de DUARTE (1986), que relacionam o maior

preenchimento do objeto a antecedentes de traço [+animado] e a forte tendência ao uso da categoria vazia a antecedentes [- animados].

Gráfico 5: A variável *Sentido genérico do verbo* em função da variável dependente



À luz desse gráfico, notamos que, nos contextos dos verbos de estado e de processo, é favorecida a presença do clítico (67% e 63%, respectivamente) e, ao contrário, nos contextos dos verbos de ação, é favorecida a ausência (53%). Esses percentuais nos recordam a tendência a que Nunes (1995:215) faz referência: “os verbos de ação favorecem a construção inovadora, ao contrário dos verbos de processo e estado”, e me permitem pensar que talvez essa tendência seja devida a verbos como *deitar*, *levantar*, *sentar*, *acordar*, por exemplo, que, a depender dos seus complementos, permanecem indicando ação, mas sofrem a especialização de sentido. E a diferença entre estes sentidos não é

marcada com a realização do clítico em um só dos contextos, mas dada pelas informações que advêm da grade temática do verbo. Como nos casos em (223) e (224):

(223) *Vendemos tudo. (est) Está tentando levantar, mas ainda está duro.* (LDN06L0147)

(224) *e aquele foi o meu dia, eu levantei animada para limpar o escritório.*
(LDN06L0734)

Consideremos, a seguir, as tabelas 1, 2 e 3 que trazem, em termos percentuais, informações sobre as variáveis sociais *sexo*, *faixa etária* e *escolaridade*.

TABELA 1: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DA VARIÁVEL *SEXO DO INFORMANTE* EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, no estado do Paraná.

VARIÁV	SEXO DO INFORMANTE			
	Feminino		Masculino	
DEPEND	Nº	%	Nº	%
Presença	1076	54	1040	57
Ausência	926	46	787	43
TOTAL	2002		1827	

Em se considerando os valores percentuais registrados na tabela 1, observamos que, em termos gerais, a variável social *sexo* não parece concorrer para a variação aqui em estudo. Tanto um comportamento (o feminino) quanto o outro (o masculino) expressam uma direção ao emprego dos clíticos reflexivos: 54% e 57% de presença, respectivamente. Se consideramos, entretanto, o maior percentual de ausência dentre os dois comportamentos, podemos dizer (só em termos de frequência) que são as mulheres que estão omitindo mais os anafóricos reflexivos (46% de ausência).

TABELA 2: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DA VARIÁVEL *FAIXA ETÁRIA DO INFORMANTE* EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, no estado do Paraná.

Variável depend	FAIXA ETÁRIA DO INFORMANTE			
	a (entre 25 e 49 anos)		b (com 50 anos ou mais)	
	Nº	%	Nº	%
Presença	1083	56	1033	54
Ausência	839	44	874	46
TOTAL	1922		1907	

Os dados em distribuição não indicam que uma ou outra faixa etária possa favorecer o apagamento. Muito pelo contrário, quando tratamos de todas as cidades em conjunto e estudamos um total de 3829 dados, os índices apontam maior inclinação ao *emprego* dos clínicos anafóricos, sem, no entanto, relacionar essa “tendência” a uma das faixas etárias do projeto, em particular.

TABELA 3: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DA VARIÁVEL *GRAU DE ESCOLARIDADE DO INFORMANTE* EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, no estado do Paraná.

Variável depend	ESCOLARIDADE DO INFORMANTE					
	Primário (4-5 anos)		Ginasial (8-9anos)		Colegial (10-11 anos)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Presença	591	52	697	56	828	58
Ausência	553	48	558	44	602	42
TOTAL	1144		1255		1430	

A distribuição da amostra em função das faixas de escolaridade não nos permite apontar uma faixa que especialmente favoreça o apagamento de clíticos anafóricos. Quando levamos em conta, no entanto, a diferença entre os índices de presença e ausência em cada uma das faixas, notamos que esses índices crescem, à medida em que cresce também o nível de escolaridade do falante: 4 no primário, 12 no ginásial e 16 no colegial. Não seriam esses índices reveladores da participação da escola na divulgação da noção de correferenciação? Quer dizer: quanto maior o nível de escolaridade, mais elaborado e formal é o nível de língua (cf. GALVES, 2001:141), maior também a tendência ao emprego dos clíticos anafóricos (58% de presença, no colegial; 56% de presença, no ginásial e 52% de presença, no primário). Aguardemos os resultados por cidade, para verificar se podemos estabelecer alguma relação entre a *escolaridade* e o *apagamento* que estamos estudando.

Com vistas a uma maior compreensão da alternância *se/vazio*, pretendemos discutir os resultados cidade a cidade, sob a aplicação da regra variável *ausência do clítico*. Fazemos notar que, segundo Labov (1969), a aplicação da *regra variável* tem três implicações: (i) que seja grande o número de dados pesquisados; (ii) que os dados reflitam a fala de indivíduos inseridos em uma comunidade de fala (dados empíricos e não dados “fabricados”); (iii) que a análise da alternância entre duas ou mais formas considere a possível influência de vários fatores independentes.

Vamos aos resultados cidade a cidade!

5.2. Os resultados de Curitiba:

Na ocasião em que fizemos a rodada inicial com os 1065 dados de Curitiba, nós nos apercebemos de que não tínhamos deixado à parte os 62 dados relativos às estruturas com *infinitivo flexionado*, que creditamos, à luz de MENON (1994), serem casos de preenchimento do sujeito e que estávamos, inadequadamente, assumindo como contexto de variação. Como faltam trabalhos para examinar diacronicamente o comportamento do *se* neste contexto, decidimos examiná-los separadamente.

Com a adoção desse procedimento e mais os *Knockouts* nos grupos *Função Sintática do clítico* e *Sentido Genérico do verbo*, passamos a lidar com 861 dados. Decidimos também, naquele momento, em razão dos primeiros resultados sobre *se indeterminador*, que poderíamos subtrair os 52 dados relativos à forma *diz que*, que, muito numerosa e sem par mínimo *diz-se que* ou *se diz que*, poderia estar alterando os resultados relativos a essa classe de clítico.

Como decorrência do reexame dos critérios de descrição das classes de clíticos que tínhamos adotado, resolvemos as dificuldades que até então acumulávamos em relação a seis formas verbais e procedemos a uma nova rodada. Nesta rodada, são analisados 803 dados; dentre os quais 26 do *se* recíproco que, por expressarem 100% de presença, constituem novo *knockout*. 777 é o número que passa a representar o total de dados de Curitiba/PR a ser descrito a seguir. Para Curitiba, as variáveis consideradas relevantes estatisticamente foram: Classes de clíticos anafóricos e Posição do clítico anafórico.

1º grupo: Classes de Clíticos

TABELA 4: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DAS CLASSES DE CLÍTICOS ANAFÓRICOS EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, em Curitiba/PR.

CLASSES CLÍTICOS ANAFÓRICOS	PRESENÇA			AUSÊNCIA			TOTAL
	Nº	%	PR	Nº	%	PR	
Reflexivo	53	91	.79	5	9	.21	58
Inerente	205	73	.66	74	27	.34	279
Apassivador	8	62	.63	5	38	.37	13
Enfático	10	36	.53	18	64	.47	28
Ergativo	68	51	.38	66	49	.61	134
Indeterminador	100	38	.29	165	62	.70	265
TOTAL	444	57		333	43		777

Input: .99 Significance: .000

A tabela 4 indica que assim está distribuída a amostra em estudo: em 43% do total dos dados, há supressão de clíticos na fala de Curitiba/PR. Esses primeiros resultados permitem que citemos Nunes (1995:210) que afirma, a partir do seu trabalho sobre a supressão de clíticos anafóricos, que o aumento progressivo da supressão de clíticos anafóricos no percurso diacrônico se reflete sincronicamente na fala.

Essa tabela nos mostra que, dentre as classes de clíticos estudadas, *se enfático* e *se indeterminador* são os que percentualmente apresentam maior apagamento, 64% e 62%, respectivamente. Quando consideramos, entretanto, os pesos relativos de ausência, são as classes de *se indeterminador*¹⁰² e de *se ergativo* as de maior supressão: .70 e .61, respectivamente. Interessa-nos, particularmente, observar que as duas classes de maior supressão em Curitiba têm algo em comum, se consideramos NISHIDA (1994): ambas

¹⁰² Em tempo, registro o que está a seguir e que será ponto de partida para outros trabalhos sobre o *se* em contexto de indeterminação: interpretei os vazios do contexto de indeterminação como sendo vazios do *se indeterminador*, como se esse *se* fosse o único recurso de que dispomos para indeterminar o sujeito no português do Brasil.

“pertencem” ao grupo em que *se* absorve argumento externo, o que nos permite afirmar que a supressão do anafórico, em Curitiba, está sendo encabeçada por *SEs* que representariam o agente do fazer verbal, como nos exemplos em (225) e (226) para *indeterminador*, e (227) e (228) para *ergativo*.

- (225) *porque todas as igrejas que surgem, /religião nova/, todo mundo fica rico, né? que gozado que é, né? E surge uma ali já se compra [um]- um terreno lá em cima! já faz outra, então hoje já não existe mais religião, (CTB07L1319)*
- (226) *Mas não se faz mais casa pra pobre. (CTB13L0127)*
- (227) *Então é- [a]- a gente como mãe se preocupa. (CTB10L0533)*
- (228) *Então eu acho que, se a pessoa for [é]- preocupar em segurança, medo disso, medo daquilo, a pessoa não vive. (CTB11L0864)*

O *se enfático*, em Curitiba, está relacionado aos verbos *ir/vir (embora)*, *demorar*, *acabar*, *passar* e *sumir*, conforme o exemplo (229). Os percentuais de apagamento do *se enfático* apontam 64% de ausência para essa classe de clítico, mas essa distribuição, quando relativizada, indica que o *se enfático* tem .47 de ausência; o que entendemos como indícios de que já há variação nesta classe.

- (229) *Você vê, às vezes, o filho nasce [vai]- casa, vai embora (CTB01L0202)*

O *se apassivador*, como (230), tem peso relativo de .63 de presença, mas não “está imune” à supressão.

- (230) *Esse meu cunhado é que hoje está doente, que caiu de cima de um paiolzinho que ele estava fazendo e bateu a cabeça e operou e ficou meio lelé, né?(CTB14L0597)*

O que nos parece é que a tendência ao apagamento, “encabeçada” pelos *ses indeterminador* e *ergativo*, possivelmente relacionada à não-indicação do agente da ação expressa pelo

verbo, atinge também a classe de *se apassivador*. Se isso é aceitável, entenda-se como o que já foi proposto por BECHARA (2004:177): que, por vezes, usamos como sujeito gramatical um termo que não é o agente da ação expressa pelo verbo, porque “a nossa experiência sabe” dizer quem pratica essa ação. Ou como o que foi sugerido por d’ALBUQUERQUE (1988:117): que podemos omitir o agente da ação expressa pelo verbo porque temos “um modelo de omissão já existente na língua”: as orações de sujeito oculto e aquelas sem sujeito.

O *se inerente*, com peso relativo de .66 de presença, tem dois usos bem definidos em Curitiba: instaura a especialização de sentidos, como em (231), e marca uma diferença entre a forma pronominalizada e a não-pronominalizada, como em (232). Talvez por isso tenda à presença: ali o clítico é [+ distintivo].

(231) *Então a gente ia se virando. (CTB06L0119)// Vai falar, acha que a gente está se metendo de um lado, se metendo cá, não é da gente, não comprou (CTB08L0660)// Nós chamamos a polícia, o cara se mandou. (CTB10L0516)*

(232) *assim, eu não sei se o pessoal se acomoda, não reclama nada, tudo está bom, se assim como está está bom, sei lá, né? (CTB10L0077)//Eu já me dou mais com [a]-a minha outra irmã. (CTB12L0325)//Eu me admiro que [tem gente]-tem até religião que proíbe, né? (est) (CTB15L0319)*

As classes mais resistentes ao apagamento são a classe do *se recíproco* (100% de presença), como (233), e a do *se reflexivo* (.79 de presença), como (234). NUNES (1995:204) não os diferencia, já que se refere ao *se reflexivo* como “reflexivo (recíproco ou não)” e assume que, nesse contexto, o *se* é argumento interno e [+temático].

(233) *você assiste uma novela ali, tem duas crianças se beijando, [então]- então a criança vai dizer assim: se eles podem, eu também posso, né? (CTB07L1435)*

(234) *eu me arrumo e vou e eu tenho até certeza pra você que lá eu entro, eu sei conversar, eu falo e saio tranqüila.* (CTB08L1649)

MIOTO *et alii* (2004:217), diferentemente, distinguem um do outro quanto às interpretações reflexiva e recíproca; o que me parece não impedir que ambos sejam tomados como argumentos internos e exerçam o papel argumental de *paciente* do processo verbal. Guardadas as diferenças de interpretação desses *SEs*, temos, consensualmente, que o “*se* (e seu equivalente tônico *si*) ou expressões como *um P o outro*¹⁰³” são anáforas (cf. MIOTO *et alii* (2004:217 sobre a Teoria da Vinculação) e podem corresponder ao que APOTHÉLOZ (1995) chama de *relação de recção*, aquela em que a ligação entre o *se* e seu antecedente é dada pela sintaxe (entre os termos regente e regido). Em sendo assim, podemos afirmar que **são os anafóricos interpretáveis como formas sintáticas os que mais se preservam em Curitiba**, isto é, são os *reflexivos* e os *recíprocos* os que mais resistem ao apagamento (.21 de ausência do *se reflexivo*).

Esses dois contextos de que agora estamos tratando, se examinados à luz de d’ALBUQUERQUE (1988:117), corresponderiam ao que ela chama de *objeto recíproco* e de *objeto reflexivo*, e a não-realização do anafórico (em existindo), nesses contextos, se explicaria pela obediência ao que chama de modelo geral de omissão de objeto: “o do objeto morfologicamente nulo que recebe preenchimento semântico a partir do contexto discursivo”.

¹⁰³ Leia-se P por preposição; logo, a expressão *um P o outro* pode equivaler a *um com o outro* ou *um no outro*, por exemplo.

Considerando-se os dados de Curitiba, dos 26 casos de objetos recíprocos, nenhum foi omitido, e dos 58 casos de objetos reflexivos, 5 (cinco) sofreram supressão, como o que está em (235). Na verdade, nas primeiras análises que fizemos sobre o sentido do vazio na função objeto, assumimos que três eram de sentido recíproco. Depois, reconsiderando todo o contexto dessas três realizações, decidimos pela exclusão dos dados porque permanecia a ambigüidade de interpretação (seriam possíveis tanto a interpretação como forma recíproca, quanto aquela como forma ativa de objeto nulo).

(235) *Criancinha, né? quer dizer que qual é [o]- a finalidade dele é levantar dali e continuar andando, pedindo, talvez passando a mão numa bolsa aí, né? assaltando-* (CTB03L0386)

A realização de fala em (235) pode até nos causar estranhamento, entretanto, conforme explicam d'ALBUQUERQUE (1988:) e MONTEIRO (1994:168), seu sentido é recuperado pelo contexto situacional que tem a função de preencher a noção de reflexividade que não é dada sintaticamente quando o objeto é nulo. Ou, de acordo com MARCUSCHI (2005:82), esses casos são fruto de algum tipo de inferência: semântica (lexical), conceitual (cognitiva) ou processual (textual).

Ainda sobre o reflexivo e o recíproco, registramos que, a exemplo do verbo *gostar*, como (236), que perde a preposição de quando expressa reciprocidade, o mesmo ocorre com os verbos *cuidar*, como (237), e *judiar*, como (238), quando expressam reflexividade.

(236) *Irmãos se gostarem é normal, né?* (CTB03L1237)

(237) *mas deve ter acontecido porque sempre ocorre, né? Por mais que você se cuide, sempre-* (CTB19L0263)

(238) *you está se judiando, você não consegue fazer dinheiro-* (CTB05L0793)

2º grupo: *Posição do clítico anafórico*

O segundo GF selecionado pelo Programa Varbrul, considerado relevante, portanto, para o estudo da supressão dos clíticos anafóricos em Curitiba, foi o Grupo *Posição do clítico anafórico em relação ao verbo*. Com a ressalva de que eu não poderia ter subentendido, mesmo em orações coordenadas, o comportamento sintático que seria eleito pelo falante quanto à posição do clítico em casos de apagamento (7 dados), os resultados mostram que, de um total de 777 dados, 441 não sofreram supressão; destes, 386 foram realizados em posição proclítica e 55 em posição enclítica. O que, em pesos relativos, traduz-se por .53 de presença de formas proclíticas e .33 de presença de formas enclíticas; resultados que apontam a tendência à *próclise* nos dados de Curitiba/PR.

Como nenhuma das variáveis sociais foi selecionada como estatisticamente relevante, em relação aos dados de Curitiba, temos como tratar dessa amostra somente em termos percentuais. E, nesse aspecto, o total de 777 dados assim se distribui, conforme as tabelas 5, 6 e 7.

TABELA 5: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DA VARIÁVEL *SEXO DO INFORMANTE* EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, em Curitiba/PR

VARIÁV	SEXO DO INFORMANTE			
	Feminino		Masculino	
DEPEND	Nº	%	Nº	%
Presença	188	51	256	63
Ausência	182	49	151	37
TOTAL	370		407	

Conforme nos mostra a tabela 5, as ocorrências sobre o sexo do informante assim se distribuem: para o sexo feminino, houve 370 ocorrências: 188 (51%) são de *presença* do pronome contra 182 (49%), de *ausência*; para o sexo masculino, houve 407 ocorrências: 256 (63%) de presença e 151 (37%) de ausência. Os resultados sobre o comportamento das mulheres apresentam índices percentuais muito próximos; diferentemente daqueles relativos ao comportamento dELES. Não podemos tratar desses resultados percentuais como tendência de uso, no entanto podemos observar que a diferença entre a opção pela presença ou ausência do pronome é mais significativa entre os homens.

TABELA 6: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DA VARIÁVEL *FAIXA ETÁRIA DO INFORMANTE* EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, em Curitiba/PR

Variável depend	FAIXA ETÁRIA DO INFORMANTE			
	a (entre 25 e 49 anos)		b (com 50 anos ou mais)	
	Nº	%	Nº	%
Presença	267	61	177	52
Ausência	171	39	162	48
TOTAL	438		339	

Quando consideramos a distribuição das ocorrências dentro de cada um dos grupos (a: mais jovens; b: mais velhos), à luz da tabela 6, afirmamos, com reserva, que é pelo comportamento dos mais jovens que se desenha alguma diferença entre as escolhas à disposição: usar ou não o pronome; com inclinação (61% de presença) ao uso.

TABELA 7: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DA VARIÁVEL *GRAU DE ESCOLARIDADE* DO INFORMANTE EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE em Curitiba/PR

Variável depend	ESCOLARIDADE DO INFORMANTE					
	Primário (4-5 anos)		Ginásial (8-9anos)		Colegial (10-11 anos)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Presença	123	59	147	55	174	58
Ausência	85	41	120	45	128	42
TOTAL	208		267		302	

Em Curitiba, as ocorrências de *Grau de escolaridade* em função da variante *ausência* apresentam a seguinte distribuição: 41% de ausência para o primário, 45% para o ginásial e 42% para o colegial. A julgar por esses valores percentuais, entendemos por que o programa não selecionou como estatisticamente relevante a variável *escolaridade do informante*.

5.3. Os resultados de Londrina:

Nas primeiras rodadas relativas à cidade de Londrina/PR, eram 896 os dados totais dessa cidade. Com a decisão de retirar as ocorrências com a expressão *diz que*, 27 no caso dessa cidade, e com a resolução de três contextos ainda em estudo, fizemos nova rodada, agora com 872 dados. A distribuição desse total de dados apresentamos na tabela 7, sem os pesos relativos, porque depois dos *Knockouts* nos grupos *Função Sintática do clítico* e *Sentido Genérico do verbo*, o programa não seleciona a variável *classes de clíticos anafóricos* como relevante para a cidade de Londrina.

A tabela 8, a seguir, apresenta a distribuição da amostra de Londrina, em função da variável *classes de clíticos anafóricos*; sem os 206 casos de *se indeterminador*. Numa rodada inicial, a variável *se indeterminador* (grupo *classes de clíticos anafóricos*) se distribui assim: 206 ocorrências, sendo 144 casos de apagamento (70% de ausência) e 62 de não-apagamento (30% de presença). Com a rodada seguinte, a variável *S* (do grupo *Função Sintática do clítico*), passa a expressar um valor categórico de ausência (144 ocorrências, 100% de ausência; porque todo *se indeterminador* é sujeito), o que, em termos estatísticos, se traduz por *knockout*. Considerado este *knockout*, *se indeterminador* passa a ser representado por 144 ocorrências, significando 100% de ausência, e caracterizando novo *knockout*.

TABELA 8: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DAS *CLASSES DE CLÍTICOS ANAFÓRICOS* EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, em Londrina/PR

CLASSES CLÍTICOS ANAFÓRICOS	PRESEÇA		AUSÊNCIA		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	
Recíproco	27	96	1	4	28
Reflexivo	22	67	11	33	33
Inerente	190	52	173	48	363
Apassivador	8	50	8	50	16
Ergativo	61	39	94	61	155
Enfático	5	23	17	77	22
TOTAL	313	51	304	49	617

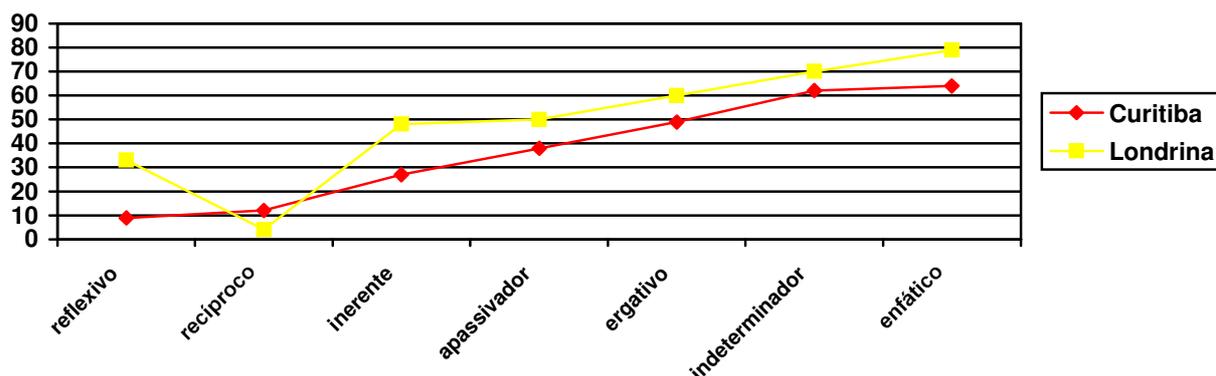
A tabela 8 indica que, em 49% do total dos dados, há supressão de clíticos na fala de Londrina/PR.

Essa tabela apresenta a distribuição da amostra de Londrina, sem os pesos relativos, já que esta variável não foi selecionada pelo programa. Sem os pesos relativos, não podemos formular comparações com os resultados de Curitiba, expressos na tabela 4. No entanto, se consideramos, sem maior rigor (porque não podemos estabelecer comparações entre percentuais e pesos), a noção de *continuum* anafórico, proposta por MARCUSCHI (2005:78), percebemos que, num extremo, estão os *clíticos recíproco e o reflexivo*; no

outro, o *ergativo* e o *enfático* (já que o *indeterminador* apresentou *knockout*). Sob tal noção, podemos afirmar que **Curitiba e Londrina tendem a “preservar” os clíticos de relação anafórica direta** e tendem, inversamente, (considerando-se um *continuum* que ainda não sei preencher) a “apagar” aqueles cuja relação anafórica não é direta (que é o caso de todos os demais clíticos, à exceção dos *reflexivos* e dos *recíprocos*).

Vejam como se distribui a amostra de Curitiba e a de Londrina, em termos percentuais, à luz da “abordagem integrada das anáforas na hipótese do *continuum* anafórico”¹⁰⁴ postulada por MARCUSCHI (2005:78):

Gráfico 6: Curitiba e Londrina (*classes de clíticos em função da variável ausência, em termos percentuais*)



Para contrastar Curitiba e Londrina, quanto aos valores percentuais de ausência dos clíticos anafóricos, nos servimos da noção de *continuum* anafórico postulada por Marcuschi (2005:78-92): de uma espécie de ligação referencial estrita a uma “âncora extremamente ampla situada no modelo de mundo textual”. Construiu-se, então, o *continuum* acima, que “coloca”, num extremo, o *reflexivo* e o *recíproco*¹⁰⁵ e, no outro, o *ergativo*, o

¹⁰⁴ Como pretendemos revisitar as classes de *se*, a partir do estudo de seu papel temático (o que pode atender às sugestões de pesquisa futura e às recomendações das professoras Izete Coelho e Maria José Foltran, por ocasião da defesa pública desta tese), optamos por deixar como está o gráfico 6 e tomar, como ponto de partida para os novos trabalhos, a pergunta que está a seguir: o que é anáfora? Alerto o leitor para o fato de que, assim como está, “quase tudo” pode ser anáfora.

¹⁰⁵ O recíproco de Curitiba está aqui representado pelas suas 26 ocorrências; dentre as quais, as três que são excluídas, posteriormente, com a decisão de que constituem contextos ambíguos.

indeterminador e o *enfático*. Naquele extremo, o grupo conservador; neste, o inovador (porque aqui estão os percentuais de *ausência* que “significam” tendência ao apagamento). Do grupo conservador, extraímos (239) que indica que mesmo as relações anafóricas “mais diretas” estão sendo “contaminadas” pela tendência ao apagamento (em CTB: 9% reflexivo, 12% recíproco¹⁰⁶; em LDN: 4% recíproco, 33% reflexivo).

(239) *muitos acabam conhecendo, namorando, até se <casan-> casando. Que às vezes pessoas que nem, (hes) [não]- não tinham contato com outro, mas eles acabam se conhecendo (est) ali na avenida, né?*(LDN07L0668)

E do grupo inovador, extraímos (240) que mostra uma relação associativa que resulta do que MARCUSCHI (2005:64) chama de “estratégias inferenciais maximizadas”. A perspectiva *ergativa* de (240), sob tais estratégias, constrói, assim, em termos semânticos, a idéia de que é o povo que se revolta, que fica revoltado; e não, que revolta outro.

(240) *teve uma época aí o povo revoltou, saiu na rua querendo [cortar os]-derrubar os postes.* (LDN23L0104)

Consideremos, então, os dois grupos de fatores considerados estatisticamente relevantes para Londrina/PR. Em relação aos dados de Londrina, duas variáveis são selecionadas: a *Posição do clítico anafórico* e a *Pessoa do verbo*.

1º grupo: Posição do clítico em relação ao verbo

Preservando-se a ressalva que fiz sobre os dados de Curitiba, agora eu a faço em relação a 2 dados de Londrina, de um total de 314. Em termos de pesos relativos, temos .54 de presença do uso proclítico e .03 do enclítico. Este resultado indica que Curitiba e

¹⁰⁶ Considerar nota 105, sobre o se recíproco de Curitiba.

Londrina reservam a posição proclítica para o clítico anafórico. Considerando-se que, em termos percentuais, sobre o total de dados de cada cidade, temos 43% de apagamento para Curitiba e 49% para Londrina, podemos propor, em termos gerais, que ou o falante emprega o clítico em posição proclítica ou não o emprega.

2º grupo: *Pessoa do verbo*

Esta variável assim se apresenta, conforme a tabela 8, abaixo.

TABELA 9: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DA VARIÁVEL *PESSOA DO VERBO* EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, em Londrina/PR

PESSOA DO VERBO	PRESENÇA			AUSÊNCIA			TOTAL
	Nº	%	PR	Nº	%	PR	
Terceira pessoa sing	212	54	.73	181	46	.27	393
Primeira pessoa sing	48	38	.28	80	62	.72	128
Primeira pessoa plural	10	32	.26	21	68	.74	31
Terceira pessoa plural	43	66	.02	22	34	.98	65
TOTAL	313	51		304	49		617

Input: 1.00 Significance: .000

A variável *Pessoa do verbo* controla a relação entre o apagamento do clítico e a realização de desinências número-pessoais, para saber se, no contexto de alguma desinência, o clítico tende a um ou outro comportamento (presença ou ausência). Os exemplos (241) e (242) ilustram o que vemos na tabela 8: o apagamento do clítico anafórico é maior nos casos em que a desinência número-pessoal designa “melhor” a pessoa do verbo, como nos casos de *casei* (.72 de ausência), *casaram* (.98 de ausência) e *casamos* (.74 de ausência); e inversamente, menor (.27 de ausência) quando a desinência não distingue a pessoa do verbo, como em *casou/se casou* (ele?, a gente? tu?). Pelo

mesmo motivo, uma realização como (243) pode “soar” como redundante (*nos +/-mos*) ou indicar um cuidado ou uma preocupação com a forma padrão.

(241) *eu tinha dois sobrinhos [...] como eu não casei, então eles ficaram comigo, (est) agora já casaram os dois. Um saiu daqui agora há pouco, (est) [e]- e o mais velho casou agora, faz pouco tempo. Foi em dezembro (est) que ele se casou.* (LDN11L0396)

(242) *Não, é que ela sempre trabalhou, né? desde quando nós casamos* (LDN14L0485)

(243) *E depois que a gente- nós nos casamos* (LDN02L0360)

No que diz respeito aos usos de *me* e *nos*, em Londrina, observamos que a alternância pode constituir-se, em alguns contextos de classe, de: *me/se/vazio*, ou de *nos/se/vazio*; como os exemplos (244) a (246), que trazem uma terceira variante (o *se universal*). Após a discussão dos resultados de cada cidade, faremos uma descrição dos casos que chamamos de *se universal*.

(244) *quando eu casei eu larguei do futebol, parei cedo por causa disso. Aí, eu se acomodei dentro de casa* (LDN19L1043)

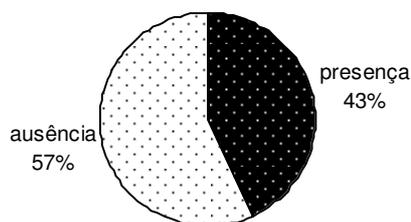
(245) *Se reunimos tudo lá. (est)* (LDN12L0395)

(246) *Daí voltei e se casamos. Daí três anos se casamos.* (LDN20L0119)

Consideremos, a seguir, algumas reflexões em torno de variáveis que não foram selecionadas pelo programa.

Gráfico 7: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE PREDICAÇÃO DO VERBO EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, em Londrina

Uso Intransitivo em Londrina



De um total de 617 dados, 389 refletem o uso intransitivo de formas verbais. Destes 389, 223 são contextos em que há ausência de clíticos reflexivos (57% de ausência). Esse percentual indica que pode haver relação, em Londrina, entre o uso “intransitivo” e o apagamento em estudo.

TABELA 10: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DA VARIÁVEL *SEXO DO INFORMANTE* EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, em Londrina/PR

VARIÁV DEPEND	SEXO DO INFORMANTE			
	Feminino		Masculino	
	Nº	%	Nº	%
Presença	198	53	115	48
Ausência	177	47	127	52
TOTAL	375		242	

Conforme nos mostra a tabela 10, as ocorrências sobre o sexo do informante assim se distribuem: para o sexo feminino, houve 375 ocorrências: 198 (53%) são de *presença* do pronome contra 177 (47%), de *ausência*; para o sexo masculino, houve 242 ocorrências: 115 (48%) de *presença* e 127 (52%) de *ausência*. Esses resultados, com índices percentuais muito próximos, nos permitem dizer, por ora, que não é o *sexo* do informante que determina a opção pela *presença* ou *ausência* do pronome. Não podemos afirmar que as mulheres são mais conservadoras quanto ao uso da variante inovadora (o apagamento), no entanto fazemos notar que o percentual de *presença* (53%) para o sexo feminino anuncia algum favorecimento à opção *presença*, enquanto um percentual semelhante (52%), anuncia, para o sexo masculino, algum favorecimento, mas à *ausência*.

TABELA 11: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DA VARIÁVEL *FAIXA ETÁRIA DO INFORMANTE* EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, em Londrina/PR

Variável depend	FAIXA ETÁRIA DO INFORMANTE			
	a (entre 25 e 49 anos)		b (com 50 anos ou mais)	
	Nº	%	Nº	%
Presença	182	57	131	44
Ausência	137	43	167	56
TOTAL	319		298	

Sabemos que, sozinhos, os índices percentuais não nos permitem afirmar que essa ou aquela variável seja responsável pelas tendências de uso. Entretanto, a distribuição das ocorrências dentre de cada um dos grupos (a: mais jovens; b: mais velhos) me possibilita algumas reflexões em torno do comportamento da variável *faixa etária* do informante. Notamos que os valores percentuais das opções presença/ausência estão invertidos: enquanto 57% representam *presença* na primeira faixa etária, 56% representam *ausência* na segunda. Do mesmo modo, enquanto 43% traduzem numericamente o percentual de *ausência* na faixa mais jovem, 44% traduzem *presença* na faixa dos mais velhos. Com reserva, me proponho a ousadia de afirmar que o comportamento dos mais jovens vai em direção ao *uso*; e o dos mais velhos, *ao não-uso*. Estes da segunda faixa etária, sendo os mais velhos de Londrina, possivelmente sejam “mais mineiros” que os da primeira faixa etária considerada pelo projeto. Em se considerando a ocupação mineiro-paulista de Londrina, difícil não relacionar a supressão de clíticos anafóricos à faixa etária “dos mais velhos”, conforme os resultados de VEADO (1982) para Minas Gerais. Levar em conta que, sobre Minas, é possível afirmar que há regularidade na mudança já operada ali.

TABELA 12: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DA VARIÁVEL *GRAU DE ESCOLARIDADE DO INFORMANTE* EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE em Londrina/PR

Variável depend	ESCOLARIDADE DO INFORMANTE					
	Primário (4-5 anos)		Ginásial (8-9anos)		Colegial (10-11 anos)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Presença	95	50	107	51	111	52
Ausência	96	50	104	49	104	48
TOTAL	191		211		215	

Em Londrina, as faixas de escolaridade têm índices percentuais muito próximos. As ocorrências de *Grau de escolaridade* em função da variante *ausência* apresentam a seguinte distribuição: 50% de ausência para o primário, 49% para o ginásial e 48% para o colegial. Ocorrências com essa distribuição não nos permitem afirmar que a escolaridade do informante pode concorrer para o *apagamento*.

5.4. Os resultados de Irati

A rodada inicial com 1174 dados de Irati (porque menos 28 casos da expressão *diz que* e menos 77 casos de *infinitivo flexionado*) apresenta *Knockouts* nos seguintes grupos de fatores: *Posição do clítico anafórico em relação ao verbo* e *Pessoa do clítico*. A rodada seguinte apresenta-se também com novos *knockouts*: nos grupos *Pessoa do verbo*, *Sentido genérico do verbo* e no grupo *Posição do clítico (singleton group)*. A penúltima rodada (dentre as rodadas-teste) indica um *knockout* no grupo *Classes de clíticos anafóricos*, deixando-nos sem os 78 dados da classe “*reflexivo*” (porque todas as ocorrências desta classe indicam *presença* do clítico).

Reescritas as novas condições para “estudar” Irati, fizemos uma nova rodada, que nos possibilitou a análise que a seguir apresentamos. Para essa cidade, as variáveis

consideradas relevantes estatisticamente foram: Classes de clíticos anafóricos, Pessoa do clítico anafórico e Faixa etária.

1º grupo: Classes de clíticos anafóricos

TABELA 13: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DAS CLASSES DE CLÍTICOS ANAFÓRICOS EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, em Irati/PR

CLASSES CLÍTICOS ANAFÓRICOS	PRESEÇA			AUSÊNCIA			TOTAL
	Nº	%	PR	Nº	%	PR	
Inerente	137	56	.76	108	44	.24	245
Apassivador	11	79	.70	3	21	.30	14
Recíproco	11	69	.64	5	31	.36	16
Indeterminador	3	1	.54	217	99	.46	220
Ergativo	29	34	.13	56	66	.87	85
Enfático	3	5	.06	62	95	.94	65
TOTAL	194	30		451	70		645

Essa tabela indica que, em 70% do total dos dados, há supressão de clíticos anafóricos na fala de Irati/PR. Quando em termos de pesos relativos, no entanto, esses valores “significam” .25 de ausência na relação com os resultados das cidades de Curitiba, Pato Branco e Londrina (pág.162 desta tese).

Os valores percentuais indicam que as classes onde a supressão é maior que a presença são a do clítico *indeterminador* (99% de ausência), a do *enfático* (95% de ausência) e a do *ergativo* (66% de ausência). Quando relativizada a distribuição da amostra, no entanto, duas dessas classes se mantêm como as de maior supressão, mas em uma diferente escala de *ausência* (.94 do *enfático* e .87 do *ergativo*), como (247) e (248), respectivamente.

(247) *Cada dia que passa eu vou me sentindo um mestre assim* (IRT18L0805)

(248) *e a minha irmã então achou que a mamãe não estava dando valor pra aquilo que ela fazia e aí ela aborreceu e entrou em depressão e não quis mais estudar piano.*
(IRT12L0013)

E uma classe, a do *indeterminador*, com .46 de ausência, como (249), mostra, com esse resultado, uma tendência à presença (o que me causa grande estranhamento quando considero que, das 220 ocorrências dessa classe, em 217 o clítico não foi realizado).

(249) *Geralmente pagava#se cada penalidade, né? então se pagava ou o valor da bola ou, conforme a combinação, pagava sete pontos de penalidade, né?* (IRT24L0988)

Assim como o *indeterminador*, tendem também à presença: o *inerente* (.76 de presença), o *apassivador* (.70 de presença) e o *recíproco* (.64 de presença).

O *inerente*, em Irati, está exemplificado em (250):

(250) *o marido se aposentou, não sei o que aconteceu lá, foi transferido, ela se mandou também, sabe? pra não deixar os filhos sozinhos.* (IRT02L1211)

E ocorre em dois contextos:

- 1) com verbos como *queixar-se*, *arrepender-se*, *casar-se*, *aposentar-se*, *candidatar-se*, *reunir-se*, *mudar-se*, *formar-se*, *dar-se (bem/mal)*, *tornar-se*, dentre outros;
- 2) com verbos como *se virar*, *se mandar*, *meter-se (em)*, *abrir-se*, *ligar-se (em)*, *contar-se (tomar-se por)*, *se quebrar* (falir=IRT13L1495), por exemplo.

No primeiro contexto, junto a verbos dados como *essencialmente pronominais* (cf. d'ALBUQUERQUE, 1988); no segundo, junto a verbos que expressam usos particulares ao português do Brasil (os brasileirismos, cf. FERREIRA, 2006¹⁰⁷) ou que estão empregados

¹⁰⁷ Os verbos dessa relação são antecidos ou da abreviatura **bras.**, que significa, no dicionário de FERREIRA (2006:11), “brasileiro (s), brasileira (s), brasileirismo(s)”, ou da **fig.**, “figurado, figuradamente”.

em sentido conotativo. São exemplos do apagamento da classe *inerente* os contextos a seguir:

- (251) *É, sente traído porque você- (IRT10L1069)// Depois que a gente viu que venceu, você sente tão feliz, né? (IRT07L0470)*
- (252) *Hoje, muitos que descasaram estão voltando. (IRT03L0054)*
- (253) *Então depois aí com uns treze, quatorze anos já mudamos pra cidade mesmo, né? (IRT21L0183)*

Em relação ao primeiro contexto, chama a nossa atenção o comportamento sintático do verbo *casar* (dos 73 casos, somente 10 com o clítico anafórico); o que ilustra a afirmação de d'ALBUQUERQUE (1988:118): “a coincidência entre o *status* de agente e o de atingido pela ação é tão óbvia semanticamente que a reflexividade morfologicamente marcada perde a funcionalidade”. Tanto que é possível a um mesmo informante (IRT12) usar um mesmo item lexical verbal, ora pronominalizado, como (254), ora despronominalizado, como (255).

- (254) *trabalhei bastante, [depois de]- depois eu me casei, né? (IRT12L0213)*
- (255) *Daí, depois eu casei e fui pra Curitiba (est) (IRT12L0222)*

Em Irati, exceptuando-se o *se reflexivo* que, como (256), expressa 100% de presença,

- (256) *teve um polícia que era até vizinho nosso, foi se esconder atrás de um carro. (IRT03L1354)*

o clítico que mais se mantém é o *inerente* (.76 de presença). O que menos, o *enfático* (.06 de presença). Aquele se mantém, possivelmente porque marca a especialização de “novos” sentidos de verbos¹⁰⁸. Este se torna *opaco*, possivelmente porque não serve para distinguir

¹⁰⁸ Considerar os resultados de d'ALBUQUERQUE (1988:115) que dizem respeito aos verbos que ela chama de essencialmente pronominais: “a taxa de presença de pronome mostrou-se maior nos primeiros [os essencialmente pronominais], em todas as pesquisas realizadas”.

sentidos (cf. MADUREIRA, 2002:123), como (257) a (259). Sem marcar uma diferença de sentido no contexto *enfático*, “sai” para servir ao contexto do *se inerente*, onde passa a ser [+ distintivo], por construir um novo sentido: *morrer*. De Curitiba trazemos a ocorrência (260) para ilustrar essa questão.

(257) [...] por mim eu nunca mais ia me embora dessa cidade (IRT10L0943)

(258) A menina casa, vai embora, outras vão embora por conta própria, né?
(IRT02L0082)

(259) e mesmo esses que se vem de fora, a gente faz amizade, sabe? (IRT22L0476)

(260) só tenho uma tia ainda viva, o resto já se foi tudo. (CTB22L0363)

O segundo contexto em que o clítico *mais* se mantém é o *apassivador* (.70 de presença), do que é exemplo o dado em (261). Este é o “espaço” que estou considerando de sentido passivo, sob a forma de verbos pronominalizados (*criar-se*¹⁰⁹, *ordenar-se*, *batizar-se*, *eleger-se*).

(261) aqui nasci, aqui me criei, né? (IRT09L1345)

Em se considerando os resultados de Irati, não me parece ser possível associar a não-supressão de clíticos às formas de retomada (cf. APOTHÉLOZ, 1995), já que este grupo de anafóricos tanto está entre os que têm maior peso relativo de presença (*inerente* e *apassivador*) quanto entre os de maior peso relativo de ausência (*ergativo*). O que se repete, comparando-se com os resultados das demais cidades em estudo, é o comportamento da classe de anafóricos *recíprocos* que sempre tende à presença: em Curitiba (100% de presença), em Londrina (96%), em Irati (.64 de presença) e em Pato Branco (.98 de

¹⁰⁹ Em caso de dúvida, considerar: *criar-se* indica *ação* (me criei, fui criado); diferentemente de *casar-se* que indica mudança de *estado* (me casei, passei a ser casado; e não, fui casado).

presença). Esses resultados, que dizem respeito ao *se recíproco*, nos permitem afirmar (e esta não é uma particularidade de Irati) que as *anáforas recíprocas*, sob uma perspectiva gerativista (cf. MIOTO *et alii*: 2004:217) revelam-se mais resistentes à supressão. Esses resultados corroboram os de d'ALBUQUERQUE (1988:119) que, por sua vez, apontam a “alta taxa de presença dos clíticos nos verbos recíprocos”.

São exemplos do contexto de *se recíproco*, em Irati, os que citamos em (262) e (263).

(262) *meu pai era assim de família até de sangue azul que veio da Polônia, sabe? E a minha mãe [é]- é filha de colono, sabe? Mas se acharam, né? acharam, se entenderam e se casaram, né?* (IRT12L0004)

(263) *Principalmente cidadezinha do interior que todo mundo se conhece, né? (est)* (IRT18L0519)

A interpretação da categoria vazia objeto me é muito difícil, principalmente quanto aos sentidos reflexivo e recíproco. Se interpretei corretamente os 5 vazios de sentido recíproco de Irati, essa cidade passa a ser a que tem maior peso relativo de ausência desse sentido (.36), como o exemplo (264).

(264) *Agora eles vão no Parque Aquático assim, eles encontram nos bailes assim, (est) né?* (IRT14L0719).

Com esses exemplos (e com dados do *se reflexivo* que nessa cidade não foram selecionados porque têm resultado categórico, 100% de presença), voltamo-nos à noção de *continuum anafórico* descrita por MASCUSCHI (2005:78), segundo a qual a relação referencial implica um movimento de um pólo (ou extremo) de um contínuo a outro, isto é, as anáforas tanto podem ser expressas por “liames mais formais com elementos antecedentes”, quanto podem “introduzir referentes novos com base em âncoras cotextuais e modelos cognitivos

de natureza diversa”. Tomando, então, essa noção de *continuidade da relação referencial*, julgamos ser possível afirmar que quanto mais direta a relação anafórica (como nos contextos de *se reflexivo* e de *se recíproco*) mais o clítico anafórico se mantém. E isso é o que constatamos nas quatro cidades em estudo.

2º grupo: Pessoa do clítico

Sobre a variável *Pessoa do clítico anafórico*, a segunda estatisticamente relevante para Irati, temos, num extremo, .38 de ausência para o clítico *me*, como (265), e, no outro, .65 de ausência para o *se* que chamei de plural, como (266). Nessa cidade, portanto, é o anafórico *me* o que mais se mantém; e o *se*, o que mais sofre apagamento.

(265) *eu me /arrebento tudo/, mas [não]- não arredo o pé do serviço, né?* (IRT20L0371)

(266) *Não, os índios puros eles (est) só casam só entre eles. (est)* (IRT14L0614)

Em relação a esse grupo de fator, citamos, a título de ilustração, uma ocorrência em que o *me* não é realizado, como (267), e uma em que o *se* (plural) o é, como (268).

(267) *eu já interessei em trabalhar na oficina.* (IRT16L0888)

(268) *então as coisas estão se tornando difíceis, né? (est)* (IRT21L0016)

Ainda nesse grupo de fator, chamam a atenção os 32 casos de “se universal” que, por expressarem um valor categórico, 100% de presença, representam *knockout*. Essas ocorrências, em Irati, ou são expressão da classe de *se recíproco*, como (269), ou da classe de *se inerente*, como (270).

(269) *Nós se conhecemos desde pequenininho. (est) Ele tinha oito anos quando eu conheci ele.* (IRT01L0286)

(270) *E toda vez que nós se reunimos nós ficamos conversando sobre as coisas interessantes tudo, as coisas, [os]-os mestres, né?(IRT18L0427)*

3º grupo: *Faixa Etária*

E finalmente a terceira variável relevante para Irati: Faixa etária. Conforme a tabela, a seguir, o comportamento inovador, aquele em que há apagamento do clítico anafórico, é, em Irati, um comportamento liderado pelos mais jovens (entre 25 e 49 anos): .73 de ausência. Vale considerar MONTEIRO (1994:178), cujos resultados, embora com intervalos de faixa etária distintos dos definidos pelo Varsul, indicam que “os clíticos aparecem um pouco mais na fala dos mais idosos”. Em relação a essa variável, lembremos que ela não foi considerada relevante nem para Curitiba, nem para Londrina. No entanto, o foi para Irati e também para Pato Branco, cidade sobre a qual trataremos a seguir.

TABELA 14: A VARIÁVEL FAIXA ETÁRIA EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE em Irati/PR

Variável depend	FAIXA ETÁRIA DO INFORMANTE					
	a (entre 25 e 49 anos)			b (com 50 anos ou mais)		
	Nº	%	PR	Nº	%	PR
Presença	78	27	.27	116	33	.70
Ausência	215	73	.73	236	67	.30
TOTAL	293			352		

Esses resultados de Irati reforçam, de certa forma, os resultados de DUARTE (1989) no que diz respeito à ausência absoluta de clíticos na fala dos jovens. E nos permitem refletir também sobre se a frequência de apagamento dos clíticos anafóricos entre

os mais jovens não poderia indicar *mudança em tempo aparente* (cf. LABOV, 1972), ou se tal frequência indicaria tão somente que o apagamento é um fenômeno de gradação etária, isto é, caracteriza tão somente (considerando-se os nossos resultados) a fala dos jovens.

Tomemos a nossa variante inovadora, o apagamento. Ela de fato se mostra mais freqüente entre os mais jovens (.73) e decresce em relação aos mais velhos (.30). Mas será suficiente essa diferença para denotar mudança em curso? Penso que não, principalmente quando procuro relacionar à variável faixa etária outras variáveis como *sexo* e *escolaridade* e não consigo, já que estas, no caso de Irati, não foram selecionadas estatisticamente. Tão somente as diferenças resultantes da comparação de duas faixas etárias, por exemplo, não são suficientes para indicar mudança em curso (cf. Labov, 1966).

Em se tratando das variáveis sociais *sexo* e *escolaridade*, que não foram selecionadas estatisticamente, apresentamos os seguintes valores em termos percentuais, como demonstram as tabelas 15 e 16, abaixo.

Tabela 15: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DA VARIÁVEL *SEXO DO INFORMANTE* EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, em Irati/PR

VARIÁV	SEXO DO INFORMANTE			
	Feminino		Masculino	
DEPEND	Nº	%	Nº	%
Presença	105	33	89	27
Ausência	213	67	238	73
TOTAL	318		327	

É tão próxima a distribuição dos dados registrada na tabela acima! Mulheres e homens se comportam semelhantemente: 67% e 73% de ausência, respectivamente. E de presença, 33% e 27%. Se pudesse pensar em tendências de uso, contando somente com termos percentuais, eu diria que o apagamento em Irati não estaria sendo encabeçado por um ou outro *sexo*.

TABELA 16: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DA VARIÁVEL *GRAU DE ESCOLARIDADE* DO INFORMANTE EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, em Irati/PR

Variável depend	ESCOLARIDADE DO INFORMANTE					
	Primário (4-5 anos)		Ginasial (8-9anos)		Colegial (10-11 anos)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Presença	43	21	77	38	74	31
Ausência	163	79	123	61	165	69
TOTAL	206		200		239	

Os valores percentuais da distribuição das ocorrências da variável *grau de escolaridade* são os seguintes para a variante *ausência*: 79% no primário, 61% no ginasial e 69% no colegial. O maior índice percentual de ausência está no primário, o que não quer dizer que exista, em Irati, um nível em particular mais ou menos sensível ao apagamento. De qualquer forma, citamos Galves (2001: 141) que relaciona o uso mais acentuado do clítico a um maior nível de escolaridade. E também Corrêa (1991), *apud* Cyrino (1996: 178) que considera relevante o nível de escolaridade dos falantes no uso de objetos diretos anafóricos. Somos tentados a relacionar o nível primário ao maior apagamento, mas, somente por esse conjunto de dados e ainda em termos percentuais, não vamos pensar na

maior frequência como determinante para a opção *ausência*. E depois, na outra ponta, no colegial, não temos a maior presença; muito pelo contrário, temos uma das menores (31% de presença). Os que mais frequentaram a escola não são os que mais usam o clítico. Não é possível afirmar que essa variável concorre para a supressão em estudo.

5.5. Os resultados de Pato Branco

A rodada inicial com os 869 dados de Pato Branco (já sem os 32 de “diz que” e os 43 de “infinitivo flexionado”) aponta *knockout* nos grupos *Posição do clítico anafórico* e *Pessoa do clítico anafórico*. Extraídos esses *knockouts*, nova rodada, com 865 dados, indica que são relevantes para o estudo dessa cidade os seguintes grupos de fatores: Classes de clíticos anafóricos, Sentido genérico do verbo, Predicação do verbo, Sexo e Faixa Etária.

1º grupo: *Classes de clíticos anafóricos*

Em relação às Classes de Clíticos Anafóricos, consideremos a tabela 17, a seguir:

TABELA 17: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DAS CLASSES DE CLÍTICOS ANAFÓRICOS EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, em Pato Branco/PR.

CLASSES CLÍTICOS ANAFÓRICOS	PRESENÇA			AUSÊNCIA			TOTAL
	Nº	%	PR	Nº	%	PR	
Recíproco	29	97	.98	1	3	.02	30
Apassivador	32	86	.98	5	14	.02	37
Reflexivo	59	97	.91	2	3	.08	61
Ergativo	96	62	.62	59	38	.38	155
Inerente	224	63	.45	129	37	.55	353
Indeterminador	49	31	.21	111	69	.79	160
Enfático	8	12	.05	61	88	.95	69
TOTAL	497	57		368	43		865

Essa tabela indica que, em 43% do total dos dados, há supressão de clíticos anafóricos na fala de Pato Branco. Mostra que o *se enfático* e o *se indeterminador* são os que sofrem maior apagamento: .95 e .79, respectivamente.

O *se enfático*, em Pato Branco, está relacionado aos verbos *passar*, *ir/vir (embora)*, *acabar* e *sumir*, conforme o exemplo em (271). Fazemos notar que, conforme já dissemos sobre o *se enfático*, não se pode “produzir” diferença no sentido básico do verbo quando o clítico dessa classe é empregado.

(271) *E a tribo do cacique Vitorino [...] entraram por Dionísio Serqueira e se sumiram pela Argentina.* (PBR21L0136)

E é preciso também que não se considere, por exemplo, toda realização do verbo *passar* (-*se*), conforme (272), como contexto de *se enfático*. Em (272), a leitura que fizemos é a de um *se* que, talvez por força da pronominalização de outras formas verbais ou mesmo da forma verbal *passar-se*, é “reproduzido” nesse contexto, onde não me parece gramatical. (272) é, por isso, um caso de dado que excluímos, conforme 5.5.9.

(272) *Ele tem uma enfermidade. Que ele passou-se por duas cirurgias [muito]- muito tristes, né?* (PBR16L1063)

Da segunda classe de maior apagamento, a de *se indeterminador*, com .79 de ausência, temos 160 ocorrências, porque excluímos aquelas com *diz que* (32 dados). Como exemplo dessa classe, citamos (273), onde o conteúdo semântico da indeterminação se constrói ora com o *se* ora sem ele.

(273) *Então gado dificilmente se matava, porque não existia freezer, não tinha energia elétrica, não tinha. Então se por exemplo carneava um porco, né? Matava um porco e cozinhava toda a carne junto com a banha, e depois conforme se ia*

precisando, você [ia]- ia tirando, né? Ia cozinhando pra você fazer o almoço e tal.
(PBR17L0126)

Essa tabela mostra também que os clíticos menos sensíveis ao apagamento são o *recíproco* (.02 de ausência), o *reflexivo* (.08 de ausência) e o *apassivador* (.02 de ausência). Os pesos relativos dos dois primeiros, como os exemplos em (274) e (275), indicam que, não diferentemente das três outras cidades em estudo, são essas as duas classes que mais “resistem” ao apagamento. Em sendo assim, conforme propusemos sobre Curitiba, cujos resultados (100% de presença do *se recíproco*; .21 de ausência do *se reflexivo*) estão ainda mais próximos desses de Pato Branco, podemos afirmar que são os anafóricos interpretáveis como formas sintáticas os que mais se preservam em Pato Branco.

(274) *Eles eram adversários. A gente nunca se disse nada.* (PBR05L0644)

(275) *[de]- dos dezoito anos em diante eu tive que [me]- me sustentar, né?*
(PBR18L0689)

Consideremos, agora, a classe do *se apassivador*, que, em Pato Branco, tem .02 de ausência. Nessa cidade, não há, como expressão de *se apassivador*, um exemplo como (276), onde [+se] e [+concordância] “cumprem” o que é prescrito pela Gramática Tradicional no que diz respeito a essa noção. Os poucos “casos de [-concordância] e [+se]” são interpretados como de *se indeterminador*, como (277).

(276) *pra não fazer tanta transação, vai dolarizar mais ainda a economia, e vão se evitar os bancos.* (IRT05L0920)

(277) *mas é porque hoje um vereador não gosta, outro vereador não quer, [e]- então, se acerta muitas coisas* (PBR16L0792)

O que interpretei como expressão do *se* *apassivador* são as ocorrências com os verbos *criar-se*, *crismar-se*, *batizar-se*¹¹⁰, *operar-se*, *consultar-se*, *vacinar-se* e *eleger-se*, como o exemplo em (278).

(278) *a minha prima levou pra se vacinar e ele tomou duas doses da vacina.*
(PBR15L0544)

Ainda sobre o sentido passivo de formas verbais pronominalizadas, citamos os dados a seguir, para suscitar reflexão em torno de uma perspectiva de fala que ora lança mão de uma forma analítica, como (279), ora de uma forma sintética ou pronominal, como (280), ora de uma forma *intransitiva*, como (281); todas para “construir” um mesmo contexto: o de passividade.

(279) *Eu, por exemplo, fui operado do apêndice* (PBR19L0449)

(280) *E pretendo me operar logo que eu não quero mais* (PBR05L0205)

(281) *tive duas hérnias e operei.* (PBR05L0399)

O *se* *ergativo*, que em Pato Branco corresponde a .38 de ausência, tem um comportamento “inverso” em relação a esse mesmo *se* das outras três cidades pesquisadas: em Curitiba, com .62 de ausência; em Londrina, com 60% de ausência (não temos os pesos relativos dessa cidade em relação à variável *classes de clíticos anafóricos*); em Irati, com .87 de ausência. E o que explicaria essa diferença de comportamento? Me parece que, em Pato Branco, a tendência ao emprego do *se* *ergativo* é devida a duas questões: a primeira, a “dúvida” (a hesitação) em torno da pronominalização do verbo, que é antecedida de uma “quase forma incoativa”, como em (282); a segunda, a concorrência, muito comum nessa cidade: num mesmo turno de fala, formas ora pronominalizadas, ora não, como (283).

¹¹⁰ Não seriam diferentes *casar-se* e *batizar-se*? As formas analíticas *fui casado* e *fui batizado* não implicam interpretações distintas? Consideremos, por exemplo, o dado de fala a seguir: *Pra você ter uma base eu nem [primeira]- primeira comunhão eu fiz. Não fiz. (est) Só fui batizado acho, fora isso, e-* (CTB09L0578). Nele, *fui batizado* não poderia corresponder a *me batizei*, ambos contextos de passividade?

- (282) *se você olhar pra trás, você dá risada, sabe? você fica [até]- até você se anima, sabe? (PBR15L1083)*
- (283) *E eu me assustei tanto, eu estava dormindo, né? assustei tanto que sei lá, eu comecei a gritar, né? (PBR07L0030)*

Talvez em decorrência desses dois aspectos (a hesitação e a concorrência), as realizações de fala, como (284), não tenham refletido um uso relevante estatisticamente.

- (284) *quando eu comecei me envolver com a política, com votar e tudo, eu fiquei entusiasmada, mas depois eu desanimei um pouco, né? (PBR06L0562)*

Nos casos em que o sujeito é [- animado], vemos formas como (285), sem a realização do clítico anafórico; e vemos também a mesma “hesitação” constatada em (283) e que se repete em (286) e (287).

- (285) *Pois é, o cinema diz que fechou. (risos E) Não sei, acho que nem tem. (PBR02L0545)*
- (286) *[uma]- uma região muito rica em agricultura, né? se desenvolveu. Desenvolveu bastante e- (PBR23L0013)*
- (287) *[a cidade]- é custou, mas depois foi se desenvolvendo, foi desenvolvendo. (PBR19L0277)*

No que diz respeito ao *se inerente*, constatamos também um comportamento diferenciado de Pato Branco em relação às demais cidades do Paraná. Enquanto Pato Branco favorece o apagamento de *se inerente* (.55 de ausência), as cidades de Irati (.24 de ausência) e Curitiba (.34 de ausência) tendem a “preservá-lo”. Lembrar que sobre Londrina só temos os percentuais que, neste caso, representam 48% de ausência.

É possível que dois aspectos expliquem o porquê desse comportamento de Pato Branco:

(i) a perda da “noção de verbos *essencialmente pronominais*”, tal como (288) e (289);

(288) *Hoje é quase todos os filhos de Pato Branco, vieram solteiros, foram-sabe? formam e saem, né? trabalhar aonde que dá.* (PBR10L0596)

(289) *Descasei, continuei na roça, (est) daí que decidimos vir pra cidade. É que durou pouco, logo separamos, né? mas tudo beleza.* (PBR09L0095)

Se pudermos associar a noção de verbos essencialmente pronominais à classe de *se* inerente, diremos que Pato Branco é a cidade de maior peso relativo de ausência (.55) de *se* inerente, dentre as quatro cidades do Paraná.

(ii) quando a noção que está em (i) é, de alguma forma, recuperada, é construída com o “*se* universal”, como (290):

(290) *Agora se reunimos quase sempre, nossa!* (PBR07L1006)

O peso relativo de presença (.45) da classe de *se* inerente se deve, em muitos casos, à criação de um lugar de preservação dessa classe de *se*, com a especialização de sentidos que é dada com a presença do anafórico: *se virar, se mandar, se render, se mexer, se acertar, se ligar, se juntar, se meter*, tais como (291) a (293).

(291) *então eu [tenho]- tenho que me virar, tenho que comprar roupa* (PBR15L1363)

(292) *mas eu me rendi carregando sacos de feijão junto com ele: tive duas hérnias e operei.* (PBR05L0399)

(293) *e eu [não]- não me acertei e pedi pra sair, né? e voltei pra agricultura, né? não me dei bem lá também, né?* (PBR18L0139)

2º grupo: *Sentido genérico do verbo*

Quanto ao *Sentido genérico do verbo*, temos .69 de ausência nos casos de clíticos anafóricos que se adjungem a verbos de ação, como em (294). Esse resultado corrobora os de Nunes (1995: 215), sobre os verbos de ação que seriam os mais favorecedores da construção inovadora (o apagamento). Não há ausência de anafóricos entre os verbos de processo, como (295); e é de .26 a ausência dos verbos de estado, exemplificados em (296).

(294) *É, e- no começo eles moravam em São Jorge. Agora, depois eles mudaram pra cá. (est)* (PBR17L0533)

(295) *E agora já se passaram um monte de anos, já fazem vinte anos que esse aí está mandando.* (PBR03L0035)

(296) *assustei tanto que sei lá, eu comecei a gritar, né?* (PBR06L0030)

3º grupo: *Predicação do verbo*

Em relação ao fator *Predicação do verbo*, temos o seguinte resultado: .38 de ausência para o uso Transitivo e .63 de ausência para o uso Intransitivo. Em Pato Branco, temos confirmada a hipótese que formulamos sobre a intransitivização por despronominalização: o apagamento dos clíticos em posição objeto (e também daqueles que como objetos são tratados) pode ser determinado pelo uso intransitivo dos verbos.

4º grupo: *Sexo*

Para conhecer os resultados dos dois últimos grupos, *Sexo* e *Faixa Etária*, consultemos as tabelas 18 e 19.

TABELA 18: TOTAL DE OCORRÊNCIAS DA VARIÁVEL *SEXO DO INFORMANTE* EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, em Pato Branco/PR.

Variável depend	SEXO DO INFORMANTE					
	FEMININO			MASCULINO		
	Nº	%	PR	Nº	%	PR
Presença	245	54	.41	252	61	.59
Ausência	207	46	.59	161	39	.41
TOTAL	452			413		

Há uma inversão nos resultados dessa variável em termos de pesos relativos: enquanto .41 representa a *presença* para as mulheres, representa a *ausência* para os homens; enquanto .59 traduz a *ausência* para o sexo feminino, traduz a *presença* para o masculino. Esses índices relativos indicam que a forma inovadora (o *apagamento*) é encabeçada, na cidade de Pato Branco, pelas mulheres. E que os homens, contrariamente, tendem ao *uso* do clítico.

O comportamento das mulheres de Pato Branco pode ser mais um exemplo da constatação de MENON (2006:158): “a literatura tem mostrado que, quando as mulheres estão à frente num processo de variação ou mudança, é sinal de que o item lingüístico, se não é o mais prestigiado, também não sofre restrições”.

A variável *sexo do informante* só foi selecionada para Pato Branco. Não posso com esse resultado, tratar dessa variável como determinante para o apagamento. Continuo pensando no apagamento em estudo como um fenômeno de *variação* inerente no português brasileiro.

5º grupo: Faixa Etária

TABELA 19: A VARIÁVEL FAIXA ETÁRIA EM FUNÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE, em Pato Branco.

Variável depend	FAIXA ETÁRIA DO INFORMANTE					
	a (entre 25 e 49 anos)			b (com 50 anos ou mais)		
	Nº	%	PR	Nº	%	PR
Presença	246	56	.44	251	59	.56
Ausência	195	44	.56	173	41	.44
TOTAL	441			424		

Os pesos da faixa etária estão invertidos como os da variável sexo, que analisamos acima: .56 e .44 representam a opção de cada uma das idades ou pela presença, ou pela ausência. Com .56 de ausência, podemos afirmar que o comportamento dos mais jovens de Pato Branco tende ao apagamento. Essa mesma tendência de comportamento da primeira faixa etária é representada, em Irati, por .73 de ausência. Logo, em Irati e Pato Branco, a variável faixa etária pode estar sendo determinante na escolha dos mais jovens pelo não-uso e na dos mais velhos pelo uso do clítico. Em Curitiba e Londrina, não podemos falar em tendências de uso no que diz respeito a essa variável.

Consideremos, a seguir, as ocorrências que chamei de “casos de hesitação” e de “casos de *se* universal”!

Enquanto tratávamos dos resultados de cada uma das cidades do estado do Paraná, dissemos que faríamos referência a dois conjuntos de dados que não são suficientemente numerosos para receberem tratamento estatístico. São os casos de *hesitação*, que resultam no emprego pelo mesmo informante (às vezes, num mesmo turno de fala) de um mesmo

item lexical, ora pronominalizado ora despronominalizado. E os casos de *se universal*, que implicam o uso de uma variante a mais na alternância *se,me,te,nos/vazio*. Procuraremos apreciar estes casos, em função das informações que temos sobre o *sexo*, a *faixa etária*, o *grau de escolaridade* e a *localidade* dos informantes.

5.6. Os casos de *hesitação*:

Tratei como “casos de hesitação” as ocorrências em que um informante, às vezes num mesmo turno de fala, emprega um mesmo item lexical, ora pronominalizado, ora despronominalizado. Não considerei como casos de autocorreção porque não me pareceu que os falantes enunciassem primeiro um verbo de uma ou de outra forma e, depois, se corrigissem pondo o verbo na forma pronominalizada. Ilustram essa questão os exemplos (297) a (302).

- (297) **Se interessar, eu interessei**. Mas oportunidade nunca tive e tempo também nunca tive pra fazer um curso. (CTB11L0918)
- (298) Depois quando **eu casei** que eu mudei pra cá. (hes) **Aí eu me casei**, né? com dezenove anos e mudei [aqui na]- (hes) (LDN02L0043)
- (299) **quando eu aposentei**, eu fui pegar o meu PASEP, deu menos que um salário, (est) Eu tinha quarenta e oito [na]- [na]- né? **quando eu me aposentei** na prefeitura. (est) Quer dizer, [isso]- [isso]- **aposentei** na prefeitura, né?(LDN24L0854)
- (300) moram aqui em Irati, **a gente volta e meia se encontra na rua**, cumprimenta, tal. (IRT02L0027) /Mas **a gente sempre encontra na rua**, cumprimenta, conversa tal, né?(IRT02L0082)
- (301) Ah, eu de vez em quando assisto, mas novela **eu não me apego** [...] e às vezes a gente vai fazer crochê e nem dá bola, **eu [não]- não apego** mais nas novelas. (PBR07L0820)
- (302) Faz mais de dez anos. Não, ela **se formou cedo**. (est) A Regina **formou**. (LDN12L0631)

Em Curitiba, são 14 os informantes que usam formas concorrentes de um mesmo item lexical; em Londrina, 15; em Irati, 12; em Pato Branco, 12. Consideremos a tabela 20, a seguir, que traz, em números absolutos, os dados sociais do falante que emprega um mesmo item lexical, ora pronominalizado ora despronominalizado (às vezes, num mesmo turno de fala).

TABELA 20: Números absolutos dos falantes que usam formas concorrentes.

Localidade	Sexo		Faixa etária		Escolaridade		
	M	F	A	B	P	G	C
Curitiba	8	6	5	9	4	4	6
Londrina	5	10	6	9	5	5	5
Irati	6	6	6	6	4	3	5
Pato Branco	5	7	6	6	5	5	2

Como não são muitos os dados em questão, não podemos apontar uma tendência (ou ao apagamento ou à realização) a partir de informações sobre o perfil social dos informantes constantes na tabela 20. Podemos, no entanto, pensar:

- (i) que são as mulheres que mais “oscilam” no uso de formas pronominalizadas (29 mulheres/24 homens);
- (ii) que esse aspecto está mais relacionado à segunda faixa etária (de 50 anos ou mais): 23 informantes da primeira faixa e 30 da segunda;
- (iii) que o fenômeno em estudo não é licenciado especialmente por um nível de escolaridade (18 com primário, 17 com ginásial, 18 com colegial).

Os verbos com os quais ocorre ora o apagamento ora a realização do pronome, por um mesmo informante, são os seguintes e estão assim distribuídos por Localidade.

Tabela 21: Distribuição por localidade dos verbos das ocorrências de “hesitação”.

VERBO	LOCALIDADE DO INFORMANTE			
	Curitiba	Londrina	Irati	Pato Branco
Acabar (-se)	X			
Acertar (-se)				X
Acordar (-se)			X	
Acostumar (-se)	X	X		
Apegar (-se)				X
Aposentar (-se)		X		
Apresentar (-se)			X	
Assustar (-se)				X
Casar (-se)	X	X	X	X
Chamar (-se)	X	X	X	
Confessar (-se)			X	
Conhecer (-se)		X		X
Desenvolver(se)	X	X		X
Desligar (-se)			X	
Divertir (-se)		X		
Encontrar (-se)			X	
Engasgar (-se)	X			
Expandir (-se)	X	X		
Formar (-se)	X	X	X	
Interessar (-se)	X	X		
Ir (-se)			X	
Mudar (-se)			X	X
Reunir (-se)		X		X
Separar (-se)				X
Tornar (-se)	X	X		

São bons exemplos dessa *concorrência* os casos com o *se indeterminador*, como (303) a (305):

- (303) *É. Sim, como arrumava uma mesa, como se servia uma mesa, [é]- [que]- [que]- que talher, que mão que ia, sabe? como é que se arrumava tudo direitinho, tudo isso [ela]- ela ensinava.* (CTB16L0384)
- (304) *A gente sempre fala em organizar no final do ano, fazer como diz- amigo secreto, né? (LDN06L0864) / Ah! eu não sei, em “crise” de Espírito Santo, né? como se diz.* (LDN06L1081)
- (305) *Tem como é que se diz, lago lá, né? uns lago (inint) (IRT17L0209) / Eu acho que ainda não- o povo não está ainda – como é que diz, na altura [pra]- [pra]- pra saber julgar (IRT17L0632)*

Observemos, a seguir, os casos com o *se universal*!

5.7. Os casos de *se universal*:

Quando não havia concordância entre o pronome sujeito (ou entre a forma verbal canônica) e o anafórico, tal como (306), indicávamos que a opção do falante tinha sido pelo emprego do que chamamos de *se universal*.

- (306) *Então as meninas quando [eu]- elas vêem que eu começo [a]- a se prolongar no assunto, elas já caem na gargalhada* (CTB19L1046)

Esses casos indicam que são três as variantes em disputa, em alguns contextos: a forma padrão, o *vazio*, uma forma não-padrão (o *se universal*). Vejamos com quais verbos e pessoas essa “nova variante” ocorre. Estão excluídos dessa análise os contextos de *se indeterminador* e os casos de *se ergativo* com sujeito gramatical [-animado], onde *me*, *te*, *nos* não (co)ocorrem.

A tabela 22, abaixo, traz o perfil social dos informantes que se utilizam da variante *se universal*.

Tabela 22: Números absolutos dos Dados Sociais do falante que usa o *se universal*.

Localidade	Sexo		Faixa etária		Escolaridade		
	M	F	A	B	P	G	C
Curitiba	3	4	3	4	2	5	0
Londrina	6	5	4	7	5	3	3
Irati	11	4	9	6	5	5	5
Pato Branco	7	5	7	5	5	4	3

Eis a distribuição por localidade:

- (i) em Curitiba, são 7 informantes que, em 12 realizações, usam o *se universal* com os pronomes-sujeito *eu* e *nós*, e com os verbos: dar, gostar, conhecer, encontrar etc;
- (ii) em Londrina, são 18 realizações por 11 informantes e o “combate” é também entre as formas *eu/nós* (ou formas verbais canônicas representativas dessas pessoas) e o *se*. Os verbos envolvidos nesta batalha são, dentre outros: separar, reunir, conversar, dar, encontrar, emocionar, acomodar, casar e manifestar;
- (iii) em Irati, 15 informantes empregam 32 vezes o *se universal* com os verbos conhecer, olhar, livrar, mandar, preparar, associar, afastar, arrumar, reunir, envolver, lembrar, entender, achar, ver, visitar etc;
- (iv) e em Pato Branco, são 12 informantes e 20 ocorrências do *se universal* com os verbos conhecer, criar, colocar, reunir, separar, desfazer, dar, encontrar, unir, aposentar etc.

São exemplos dessa questão os dados em (307) a (314).

(307) *Essa amiga minha ainda é amiga até hoje de mim. Nós se damos até hoje.*
(CTB16L1114)

(308) *É, foi triste, né? [eu]- eu no caso, eu se emociono fácil também* (LDN19L0397)

- (309) *Ah, assim que dá se visitamos aí pelo menos umas duas ou três vezes por ano, né?* (IRT21L0869)
- (310) *[Eu e meu]- eu e meu outro irmão se criamos na FUNABEM.* (PBR04L0039)
- (311) *Nunca se separamos assim ficar longe do outro, morar na cidade, nunca. Sempre em contato.* (PBR13L0255)
- (312) *É, é que nós moramos junto lá, né? nós até se conversa, tem vez assim* (LDN14L0744)
- (313) *Eu sempre vou. (inint) nós se damos bem, sabe? se gostamos bem, apesar de* (CTB03L1373)
- (314) *Fiquei conhecendo ela aqui, nós se achamos aqui e estamos vivendo há seis anos juntos.* (IRT19L0287)

E, por fim, registramos as duas únicas realizações em que a forma imperativa canônica correspondente a *tu* é posta em relação ao *se*. São elas: (315) e (316).

- (315) *Pára de se coçar.* (CTB20L1392)
- (316) *É, “se cuida que os bichos lá são feras”.* (LDN05L1082)

Sobre o que propusemos acima, acerca do uso do *se universal*, podemos considerar que, de um total de 96 informantes da nossa amostra, 45 empregaram, pelo menos uma vez, a forma do “*se universal*”, o que representa 46,8% do total dos nossos informantes (consideradas as quatro cidades do estado do Paraná). A tabela 10 sugere:

- (i) que o emprego dessa variante pode estar sendo liderado pelos homens (27m e 18f);
- (ii) que o fenômeno não parece estar relacionado à faixa etária dos informantes (23a e 22b);
- (iii) que esse uso não é também determinado pelo nível de escolaridade do falante (17p, 17 g e 11c), embora sobre Curitiba (e só sobre esta cidade) possamos afirmar que o mais alto nível de escolaridade previsto pelo projeto (o colegial: 10-11 anos de escolaridade) não concorre para o uso do *se universal*.

CONCLUSÃO

Quando pensei em estudar o pronome *se*, por ocasião da elaboração do projeto de doutoramento, eu contava somente com duas informações: uma, a afirmação de ILARI *et alii* (1992: 106), que repito a seguir, sobre um *se* que chamam de *reflexivo* e ao qual atribuem outras funções, diferentemente daquela que é dada pela sintaxe latina clássica: “as principais novidades na sintaxe dos pronomes afetam o reflexivo *se*, que assume algumas funções totalmente desconhecidas na sintaxe clássica”; outra, a noção de *reflexividade* que é depreendida por essa sintaxe e que pode ser expressa pela frase *Titus se interrogat* (cf. ALMENDRA & FIGUEIREDO, 1999:64; e, neste trabalho, à p. 6). À luz dessas primeiras informações, eu me coloquei diante das sentenças (317), (318) e (319), extraídas do banco de dados VARSUL:

(317) [tem]- [teve]- *tem pessoas que se vestem e vai, né?* (LDN06L0858)

(318) *Agora meu irmão se mudou ali e fez a casinha, né? No terreno vazio.*
(IRT06L0422)

(319) *O Lassale é um colégio que se preocupa muito em- na qualidade é-*(PBR06L0189)

A partir da observação desses dados de fala, eu vou me apercebendo do fato de que, no caso do português do Brasil, tanto o reflexivo *se* quanto os verbos a que esse reflexivo *se* adjunge constroem contextos sintático-semânticos distintos. É por isso que, já no começo desta tese, assumo que o *se reflexivo* é o *se* de (320), contexto em que exerce a função semântica da *reflexivização*, isto é, de “refletir sobre o sujeito a ação que ele mesmo praticou” (cf. BECHARA: 1966:313).

(320) *E conforme elas se arrumam e saem, vão pros seus afazeres (rui) noturnos.*
(CTB06L0283)

Essa função, cuja marca é o *se*, é, de acordo com Ilari *et alii* (1996:134), “o principal fenômeno de coindexação obrigatória, em português” e é, por extensão, o que dá ao *se* o *status* de *anafórico*. Nesse sentido, todo *se* é *reflexivo*, por congrega a “função semântica de reflexivização e de envolvimento do sujeito, na ação descrita pelo verbo” (cf. MADUREIRA, 2002: 123).

É preciso observar, no entanto, que nem sempre o verbo *pronominalizado* pelo *se* expressa uma ação em que o sujeito gramatical é *agente* do processo verbal e *se* faz, com o *se*, *paciente* desse mesmo processo. É o caso, por exemplo, de (321) e de (322), onde o *se* recupera um sujeito gramatical que não é *agente* e mesmo assim *se* faz *marca* morfológica do *atingido pela ação* (cf. d’ALBUQUERQUE, 1988:118).

(321) *ele assim, a gente sabe, né? (est) com sete anos de idade, (est) veio pra União da Vitória, aí casou#se. (PBR16L001)*

(322) *O marido se aposentou, não sei o que aconteceu lá, foi transferido (IRT02L1211)*

Esses primeiros exemplos (de que tratamos no capítulo 1) nos permitem propor, então, que a *reflexividade*, em português, recobre duas noções de *reflexivização*: uma, nos termos de BECHARA (1966:313), onde o *se* indica “ao mesmo tempo *agentividade* e *passividade*”, como (323); e outra, como (324), nos termos de SAID ALI (1957:91), onde o *se* expressa o *envolvimento* do sujeito no processo verbal; não se conceberia ali “a pessoa como agindo ou praticando tal ou tal ato sobre si, o que se anuncia é um *estado d’alma, um afeto, um sentimento*”.

(323) *por exemplo, na congregação a gente não pode se pintar, dançar, assistir televisão, usar calça comprida, né? (LDN03L1304)*

(324) *Se uma pessoa te passa pra trás você se ofende, (est) se ela te passou pra trás legal você se ofende mais ainda, sabe? (est) (CTB09L0852)*

Por isso, com fins didáticos, passamos a assumir que o *se* que chamaríamos de *reflexivo* corresponderia ao *se* do dado de fala em (325):

(325) *Que ela daí veio e se jogou assim no meu colo, sabe? (IRT06L0886)*

Passamos a assumir também que distinguiríamos outros SEs: o *recíproco*, o *inerente*, o *indeterminador*, o *apassivador*, o *enfático* e o *ergativo* (cf. NUNES, 1995:204-7). Claro que não é somente em Nunes (1995) que nos apoiamos para classificar os muitos SEs do banco de dados VARSUL; na verdade, tomamos esse trabalho como ponto de partida para essa tarefa de classificação e, à medida em que íamos descrevendo cada uma das classes, buscávamos outros trabalhos, ou para reforçar a idéia de Nunes (1995), ou para contrastá-la (como é o caso do *se* recíproco que “separo” do *se* reflexivo), ou ainda para “preencher uma lacuna” deixada por esse autor (como é o caso do *se* *inerente*). Esses são os temas dos capítulos 2 e 3, respectivamente: uma proposta de revisão da Literatura sobre o *se* e a nossa proposta de descrição das classes de *se*.

A propósito da revisão da Literatura, damos destaque às seguintes questões, à luz dos trabalhos que citamos no capítulo 2, ordenados por ano de publicação:

1) a noção de *reflexivização* pode ser expressa pelo pronome reflexivo *se*, pelo emprego de “ele(a) mesmo(a)” ou pelo *uso intransitivo* de verbos transitivos (cf. Veado, 1982:45);

2) a não-obrigatoriedade da marca de *reflexibilidade*, resultante da perda pelo *se* de “possuir um índice referencial próprio”, promove o uso de verbos *intrinsecamente*

reflexivos sem marca de elemento anafórico obrigatório - *comportar, queixar, descuidar* – (cf. Lemle, 1985:123);

3) os modelos formais para o “preenchimento interpretativo” do sujeito e do objeto nulos (o sujeito oculto, a oração sem sujeito e o “o modelo geral de omissão de objeto”) explicam a aceitabilidade gramatical de *eu machuquei*, de *os dois estão beijando* e de *coloca os ingredientes e mistura* (cf. d’ Albuquerque, 1988:114-118);

4) estruturas com *se* e sem concordância entre verbo e “sujeito” (como explicamos à p. 47 desta tese) são uma decorrência da perda do valor passivo das chamadas passivas sintéticas ou pronominais (cf. Menon, 1994);

5) um crescente favorecimento à “supressão do clítico anafórico” no português brasileiro é tendência geral e expressa uma *mudança em curso*, “sensível ao tipo de clítico anafórico, ao tipo de verbo a que o clítico está associado e à grade temática de tal verbo” (cf. Nunes, 1995);

6) um *se* *medializador*, cujo papel, ao nível lexical, é indicar que “um predicado de **n** argumentos sofreu redução para **n-1** argumentos, promove o surgimento, em português, de uma “*conjugação intrinsecamente pronominal*, onde o pronome *se* já não exprime qualquer papel profundo” (cf. Ilari *et alii*, 1996: 163);

7) as realizações pronominais podem ser interpretadas como *recurso de simetria do sistema sintático*: os verbos mono-argumentais copiam o comportamento dos bi-argumentais que marcam (com pronome) suas realizações *ExpS*, estruturas em que o experienciador está na posição de sujeito: aderem (v. *desesperar*), resistem (v. *enlouquecer*) ou oscilam entre uma forma e outra (v. *entristecer, espantar, apavorar*) (cf. Madureira, 2002: 120).

Consideradas essas e outras reflexões que citamos no capítulo 2, apresentamos (i) uma proposta de descrição dos clíticos que compõem o *corpus* deste trabalho e as hipóteses de nossa pesquisa (capítulo 3); (ii) os procedimentos metodológicos que adotamos (capítulo 4); e (iii) os resultados no estado do Paraná (Curitiba, Londrina, Irati e Pato Branco), no capítulo 5.

Respondendo às hipóteses de natureza lingüística, constatamos, com o *apagamento* em todas as classes estudadas, que *sujeitos* e *objetos nulos* são estratégias de anaforização, disponíveis no português brasileiro (em 4 cidades do sul do país) e licenciadas pela *grade temática dos verbos*, que dá conta, por exemplo, de “restaurar” o sentido reflexivo de *ele envenenou e morreu* (cf. Veado, 1982: 45); e que a “*intransitivização*” de formas verbais pronominalizadas é um recurso licenciador do apagamento de anafóricos, na cidade de Pato Branco (.63 de ausência).

Quanto ao apagamento em cada uma das classes, informado pelo peso relativo de ausência nas cidades em que a variável *classes de clíticos anafóricos* foi selecionada (à exceção de Londrina, portanto), sabemos que:

- (i) em Curitiba, o *se* indeterminador (.70) e o *se* ergativo (.61) são os mais sensíveis à supressão; e o *se* recíproco (100% de presença) e o *se* reflexivo (.21 de ausência), os mais resistentes à omissão;
- (ii) em Irati, tendem ao apagamento o enfático (.94) e o ergativo (.87) e à retenção, o reflexivo (100% de presença), o recíproco (.36), o apassivador (.30) e o inerente (.24);
- (iii) em Pato Branco, definham o enfático (.95) e o indeterminador (.79) e resistem o recíproco (.02), o apassivador (.02), o reflexivo (.08) e o ergativo (.38).

Exceptuando-se o ergativo cujo comportamento não está bem definido (.87 de ausência em Irati e .61 de ausência em Curitiba, mas .38 de ausência em Pato Branco), as classes com os maiores pesos relativos de ausência são o enfático e o indeterminador. O primeiro, opaco, não serve para distinguir (326) de (327); o segundo, motivo de toda a minha preocupação quanto a sua interpretação anafórica, está perdendo a batalha da alternância *selvazio* na posição sujeito: .79 de ausência em Pato Branco, como (328), e .70 de ausência em Curitiba, como (329).

(326) *de repente quando viu um juiz, todo mundo sumiu lá do fórum, sabe?* (IRT06L0262)

(327) *Quando fui convocado eu podia escolher entre ir correr para o mato, me sumir ou então* (IRT23L0067)

(328) *as nossas são essas regras é isso, só não pode andar escandaloso, chamando a atenção, né?* (PBR04L0346)

(329) *se trançava uns quatro fios de arame e fazia um trem de /dez vagão/. E era daquele jeito que se brincava.* (CTB07L0765)

Na outra face, constatamos que as classes mais resistentes ao apagamento, comuns às três cidades acima citadas, são o reflexivo e o recíproco. Ambos, anafóricos na função objeto. Nessa função, é o *vazio* que sai perdendo: quando *se* reflexivo e *se* recíproco não expressam 100% de presença, têm peso relativo de ausência menor do que .36 (este, relacionado aos 5 casos de apagamento do *se* recíproco em Irati). Nessa cidade, o *vazio* de interpretação recíproca ocorre como (330) e (331).

(330) *moram aqui em Irati, a gente volta e meia se encontra na rua, cumprimenta, tal* (IRT02L0027)

(331) *Mas a gente sempre encontra na rua, cumprimenta, conversa tal, né?* (IRT02L0082)

Para ilustrar, por fim, o vazio que interpretei como reflexivo, cito (332) e (333):

(332) *não foi fácil, mas graças a Deus, nenhum ficou sem vestir ou- nenhum, né?*

(PBR09L0444)

(333) *então nós estávamos brincando num cipó, balançando né? no mato*

(LDN23L0658)

Em relação às expectativas ou às hipóteses de natureza sociolingüística, a variável *localidade* se mostrou estatisticamente relevante no que diz respeito ao conjunto dos 3829 dados que envolvem as quatro cidades do estado do Paraná. Podem existir, portanto, condicionamentos singulares a cada uma dessas cidades que estão determinando as diferenças que constatamos nos seguintes pesos relativos de ausência: .71 em Londrina; .67 em Curitiba; .45 em Pato Branco; .25 em Irati.

Considerando-se a variável *sexo*, só selecionada para Pato Branco, vimos que os pesos relativos de ausência da variante *sexo feminino* (.59) indicam que lá são ELAS que encabeçam o uso da variante inovadora (o apagamento). Somando-se a esse dado as informações das tabelas 20 e 22, ousaríamos dizer que as patobranquenses preferem a variante *vazio*, hesitam sobre a pronominalização de formas verbais (7 informantes) e chegam a usar a forma não-padrão – o *se universal* (5 informantes). No que diz respeito ao fenômeno lingüístico que estamos estudando, as mulheres de Pato Branco “cuidam” do modo como se expressam: na dúvida, o *vazio*.

Quanto à variável *faixa etária*, selecionada estatisticamente para Irati e Pato Branco, afirmamos que o apagamento é favorecido pelos informantes da primeira faixa etária, isto

é, pelos mais jovens, tanto de um quanto de outro lugar (.73 de ausência em Irati; .56 de ausência em Pato Branco). O que, de certa forma, se soma à pesquisa de DUARTE (1989:27), que constatou a “ausência absoluta de clíticos na fala dos jovens”. A anaforização, portanto, quer de interpretação reflexiva, quer não, pode ser representada, na fala dos jovens, pelo *vazio*.

Em resumo, os resultados deste trabalho, que apontam o *vazio anafórico* como uma variante “boa de briga” (45% de ausência do total de 3829 dados), somam-se a muitos resultados, dentre os quais os de TARALLO (2005:43) sobre o fato de a língua falada favorecer o *vazio anafórico não-reflexivo* (o apagamento de *ola*), o que pode ser explicado, em relação a ambos os temas, pelo que propõe o próprio Tarallo: “a anáfora zero carrega estigma sociolingüístico menos acentuado”. O porquê de essa perda estar se insinuando na língua se explicaria, então, segundo d’ALBUQUERQUE (1988:119-120), pelo fato de a língua portuguesa do Brasil estar autorizando “dois modelos formais distintos de possibilidade de presença ou ausência de um termo” – o modelo de verbos sem sujeito ou com sujeito oculto e o modelo de verbos com objeto ausente. É nesse sentido que penso o apagamento de *me*, *te*, *se* e *nos* como um fenômeno de variação inerente no português brasileiro, isto é, no sentido de que temos uma gramática que permite o apagamento nas funções sujeito e objeto.

Quanto aos casos de *hesitação* (do que resulta a *concorrência* de formas verbais) e aos de *se universal*, constatamos que, além da “dúvida” acerca da pronominalização de formas verbais e da alternância *se*, *me*, *te*, *nos/vazio/se universal*, outras marcas de reflexividade estão sendo adotadas, com vistas, possivelmente, à *desambigüização* ou ao

reforço da noção que se deseja construir (ou recuperar), como demonstram os dados (334) a (338).

(334) *Isso é- eu acho que a pessoa está se iludindo. É iludir a si próprio, né?*
(CTB11L0597)

(335) *Ali quase todos se conhecem, [um]- uns aos outros ali. (est)* (IRT16L0737)

(336) *Depois, eles mesmos se ajudam entre si.* (PBR12L0712)

(337) *daí foi indo, daí começamos se olhar um pro outro* (IRT01L0327)

(338) *ele põe essas crianças pra trabalhar, pra fazer alguma coisa, pra se sustentar a si própria.* (LDN01L0873)

Nesse mesmo sentido, percebemos que alguns verbos pronominalizáveis dão lugar a outros que, a princípio, dispensam a pronominalização. É o caso dos verbos *virar*, *ficar*, *dar*, *ir* e *pegar* em lugar de *tornar-se*, *descuidar-se*, *sair-se* (*bem/mal*) e *chocar-se*, como nos exemplos (339) a (343), abaixo. Não estou dizendo que entre eles há correlação direta, mas tão somente que a opção do falante foi por uma forma não-pronominalizada.

(339) *Daí ele vira crente. (est) Daí ele diz que a vida dele melhorou.* (CTB07L1351)

(340) *então o que que ele fica? Ele vai se tornar um marginalzinho.* (CTB17L1319)

(341) *porque aqui carro passa a todo instante sabe como é que é criança, né? (est) Se a gente dá um descuido e acabou.* (CTB12L0229)

(342) *Foi por isso. Foi porque eu vi que eu não ia bem, eu não assimilava, ta? Eu tinha dificuldade pra <dissimilar> as matérias.* (CTB11L0182)

(343) *e o trem pegou essa jardineira, matou bastante gente, feriu muita gente.*
(LDN23L0846)

Enfim, se pudemos demonstrar que o apagamento de clíticos pode ter interpretação reflexiva e servir também como recurso de anaforização, julgamos ser possível afirmar que nossos objetivos foram alcançados: (i) mostramos a expansão de uso do pronome *se*, da

noção inicial de *reflexivo* a outras que assume, entre as quais a de *recíproco*, a de *indeterminador*, a de *ergativo* etc; (ii) procuramos organizar em classes o *se* e outros pronomes em função anafórica (*me, te, nos*); (iii) descrevemos, com dados do banco Varsul, os contextos sintáticos de apagamento dos pronomes em questão, em relação a quatro cidades do estado do Paraná: Curitiba, Londrina, Irati e Pato Branco.

A partir, portanto, da identificação das adversárias em (344), (345) e (346), concluímos que muitos são os recursos para *anaforizar*.

(344) *É, depois que a gente – nós nos casamos, assim, parece que a gente (est) separou um pouco.* (LDN02L0360)

(345) *e carta vinha e carta vai e deu certo, né? (est) daí casamos.* (IRT14L0154)

(346) *Daí voltei e se casamos. Daí três anos se casamos.* (LDN20L0119)

Em (344), a variante padrão; em (345), o *vazio*; em (346), a variante que chamei de “*se universal*”. Essas três variantes exercem a função objeto. Ou não? Eis uma das questões de que tratamos no capítulo 3: o estatuto sintático do *se nos* verbos pronominais. Refletindo sobre esse tema, DILLINGER *et alii* (2002: 287-8) afirmam (i) que “é difícil lidar com o estatuto sintático do clítico em função reflexiva”; (ii) que “o estatuto do clítico + ou – argumental é discutível”; (iii) que essa dificuldade é devida à classe dos verbos pronominais que é constituída de “verbos que se conjugam com pronomes cujo estatuto não se pode dizer que seja, no estágio atual da língua, complemento”. Se entendi bem, para Dillinger *et alii*, os clíticos, em algum estágio da língua, comportaram-se, todos, como [+argumentais]. Compartilhando dessa idéia, MATTOS E SILVA (2006:158), referindo-se a dados do português arcaico, diz que os verbos *nembar-se de*, *calar-se de* e *alonjar-se de* são do tipo “com OD reflexivo, isto é, correferente ao SUJ”. Minha decisão? Assumo uma

das generalizações discutidas por d'ALBUQUERQUE (1988:116): “se o objeto direto reflexivo em verbos acidentalmente pronominais pode ser omitido, passa a ser omitido também nos essencialmente pronominais”;² o que, segundo me parece, corresponde ao que MADUREIRA (2002:120) chama de *recurso de simetria do sistema sintático*.

Sob tal critério, aceitamos tratar desses anafóricos como se objetos fossem. Como se, insisto¹¹¹. Nessa decisão, não estamos sozinhos! Recordemo-nos do *objecto elíptico* de *Êle arrependeu(-se)*, conforme OLIVEIRA E SOUSA (1953:254) e do “objeto direto não lógico, natural, mas metafórico, figurado, para efeito expressivo” de *Ele se riu*, conforme LUFT (2000: 12). Assim, à exceção do indeterminador, estariam (estariam?) todos os demais anafóricos na função objeto (vejam-se os dados que excluímos). Se isso é aceitável, poderíamos refletir sobre mais uma questão. Para tal, reconsideremos CYRINO (1996:165) sobre (152), à página 118 desta tese: (152) *A empregada colocou os livros na estante?*

Sim, ela colocou 0.

Vejamos, agora, (331) a (333) que extraímos do *corpus* desta tese!

(331) *E: É, e eles se conheceram aqui?*

F: Conheceram. (PBR02L0014)

(332) *teve uma época aí o povo revoltou, saiu na rua querendo [cortar os]- derrubar os postes.* (LDN23L0104)

¹¹¹ Tratando de clíticos que não funcionam como “complementos”, MONTEIRO (1994:100) afirma que “o assunto, pelo que podemos pesquisar, não foi ainda explorado em suas múltiplas facetas, sobretudo em função das particularidades que nesse aspecto a língua portuguesa pode oferecer”. Vejamos! De acordo com o dicionário Oxford Escolar (2004:227 e 24), uma sentença como *Pare de se queixar* corresponde a *Stop complaining*; e uma sentença como *Eu me arrependo de ter dito isso* corresponde a *I regret saying it*.

(333) *E eu me assustei tanto, eu estava dormindo, né? assustei tanto que sei lá, eu comecei a gritar, né? (est)* (PBR07L0030)

Conheceram, revoltou e assustei nos lembram LUFT (2000: 13-14), que estuda a intransitivização de transitivos pronominais, e também nos lembram d'ALBUQUERQUE (1988: 118), que trata da despronominalização de formas verbais como um processo: de reflexivos a intransitivos. Considerada essa “direção” (que assumimos chamar de *transitivização com objeto nulo*), impossível não pensar sobre a atribuição de papéis temáticos com o apagamento do anafórico (nosso argumento objeto) e, ainda, sobre a interpretação desses verbos como reflexivos.

Por fim, fazemos uma última observação relacionada à função sujeito. Notamos que, em (334) e (335), há apagamento de *se* indeterminador e há também o emprego de expressões circunstanciais em posição pré-verbal. Não sei como relacionar uma e outra questão, mas me fica a impressão de que é como se esse espaço precisasse ser ocupado. A esse respeito, MENON (1989:16) afirma que o *se indeterminador* tem estatuto diferenciado. Prova disso é que não pode aparecer sozinho na resposta como os outros pronomes.

(334) *E até a festa de formatura, porque ontem no Fantástico mostrou a entrega do diploma ainda. Na hora.* (CTB20L0687)

(335) *Bonitinha, né? Acho que ali diz, né?* (IRT12L0314)

Quero finalmente (e agora é fim de verdade) dar destaque a um *se* que chamei de “universal” e que aparece, já no comecinho desta tese (à p. 11), com as palavras de OLIVEIRA E SOUSA (1953: 214), quando esse autor atribui aos “incultos de agora” as realizações de fala do tipo *eu se esqueci* e *nós se arrependemos*. Os nossos resultados

demonstram que esta não parece ser uma questão que se possa explicar pelo nível de escolaridade dos falantes. De um total de 96 informantes, 45 empregaram, pelo menos uma vez, a forma do “*se universal*”, tal como em (336), o que representa 46,8% do total dos nossos informantes (consideradas as 4 cidades do estado do Paraná). Dentre os 45 informantes que usam o “*se universal*”, 17 têm o primário; 17, o ginásial e 11, o colegial; o que significa que tanto a opção pelo apagamento de *se* quanto aquela pelo uso do “*se universal*” não são determinadas pelo nível de escolaridade do falante.

(336) *É, foi triste, né? [eu]- eu no caso, eu se emociono fácil também.* (LDN19L0397)

Como são muitas as questões em torno do apagamento de *se*! Se, de alguma forma, este trabalho contribui com os estudos do português do Brasil, eu me dou por feliz; ainda mais por tê-lo desenvolvido aqui, na UFPR, que *para mim é como fosse um pedaço da minha casa, (hes) sabe?* (LDN09L0612).

Os vazios de que procuramos tratar são, sem dúvida alguma, um bom objeto de estudo. Desejaríamos tão somente ter podido avançar um pouco mais sobre as questões de ordem (cf. Menon, em comunicação pessoal), de concordância e de animacidade do sujeito gramatical que tínhamos apresentado na primeira versão deste trabalho. Não poderíamos pensar, por exemplo, que *Já abriu umas duas, três farmácias* (CTB19L0094) e *a farmácia, coitada, fechou* (LDN06L1554) são perspectivas diferentes (indeterminadora e ergativa, respectivamente), também por questões de ordem?

Sinal de que há muito a ser feito em torno do tema que nos propusemos a estudar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, Maria B.M. & GALVES, Charlotte. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. . In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. & BASÍLIO, Margarida (orgs.). *Gramática do Português Falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, v. 4, 1996, p. 273-319.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Latina: curso único e completo*. 20. ed., São Paulo: Saraiva, 1985.

ALMENDRA, Maria Ana & FIGUEIREDO, José Nunes. *Compêndio de Gramática Latina*. Porto, Portugal: Bloco Gráfico LDA, 1999.

ANDRÉ, Hildebrando. *Gramática Ilustrada*. São Paulo: Moderna, 1983.

APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual (1995). In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi & CIULLA, Alena. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 53-84.

ARNAULD, Antoine & LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. Trad. Bruno Fregni Bassetto, Henrique Graciano Murachco. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ATLAS Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil: Cartas fonéticas e morfossintáticas. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

BALME, Maurice & MORWOOD, James. *Oxford Latin Course*. Part I. Oxford: Oxford University Press, 1996.

BALME, Maurice & MORWOOD, James. *Oxford Latin Course*. Part II. Oxford: Oxford University Press, 1996a.

BANDEIRA, Grace dos Anjos Freire. *Modalidade e Futuro*. Resumo da Comunicação apresentada ao XVI CELLIP. Londrina: Editora da UEL, 2003.

_____. *Sobre as vozes dos verbos*. Resumo VI CELSUL. Florianópolis: Editora UFSC, 2004.

_____. *Contextos de apagamento do pronome reflexivo se*. Resumo de Comunicação do VII Encontro do CELSUL. Pelotas/RS: Editora da UCPEL, 2006.

BARRETO, Mário. *Através do dicionário e da gramática*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1927.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. 3. ed. (1957), organizada por José Pedro Machado. 1540.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1966.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. Edição Revista e Ampliada. 37. ed., Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BENINCÀ, P. *et alii. Introduzione all'italiano contemporaneo. Le strutture*. Roma: Laterza, 1993.

BENVENUTTI, Ana Maria Zys. *O pronome objeto no PE e PB: um estudo sincrônico*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, 2002.

BESSELAAR, José Van Den. *Propylaeum Latinum*. São Paulo: Editôra Herder, 1960.

BRISOLARA, Luciene Bassols. Cliticização pronominal no sul do Brasil: uma abordagem à luz da fonologia prosódica. In: VANDRESEN, Paulino (org.). *Variação, Mudança e Contato Lingüístico no Português da Região Sul*. Pelotas: EDUCAT, p. 169-183, 2006.

BURZIO, L. *Italian Syntax. A Government-Binding Approach*. Dordrecht: Kluwer, 1986.

CANÇADO, Márcia. *Uma aplicação da teoria generalizada dos papéis temáticos: verbos psicológicos*. Revista do GEL: Grupo de estudos lingüísticos do Estado de São Paulo, nº 0, São Paulo: Contexto, 2002, p.93-125.

_____. Um estatuto teórico para os papéis temáticos. In: MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda Vailati & FOLTRAN, Maria José. (Orgs.) *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 95-124.

CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*. 2. ed., 1890.

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e Coordenação: confrontos e contrastes*. 4. ed., São Paulo: Ática, 1997.

CARRETER, Fernando Lazaro. *Manual de explicação de textos. Cursos médio e superior*. 3. ed. rev., Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1963.

CART, A.; GRIMAL, P.; LAMAISSON, J. & NOIVILLE, R. *Gramática Latina*. Tradução e adaptação de Maria Evangelina Villa Nova Soeiro. São Paulo: T.A. Queiroz: EDUSP, 1986.

CARVALHO, Dolores Garcia & NASCIMENTO, Manoel. *Gramática Histórica: para o 2º grau e vestibulares*. 14. ed., São Paulo: Ática, 1984.

CASTRO, Márcia Silva de. *A sintaxe dos clíticos pronominais do dialeto gaúcho atual*. Dissertação de Mestrado. PUCRS, 2002.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria & BENTES, Anna Christina (orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 125-149.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi & CIULLA, Alena. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 16. ed., São Paulo: Editora Nacional, 1977.

CHAVES DE MELO, Gladstone. *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. 2. ed. Dordrecht: Foris, 1982.

_____. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.

_____. *O Programa minimalista*. Tradução portuguesa de Raposo. Lisboa: Caminho, 1999.

COELHO, Izete Lehmkuhl; MONGUILHOT, Isabel; COSTA, Sueli; MARTINS, Marco Antonio & MAFRA SILVA, Gésyka. O estatuto das construções inacusativas no PB: por trás das frequências. In: VANDRESEN, Paulino (org.). *Variação, Mudança e Contato Lingüístico no Português da Região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006, p.205-225.

CORRÊA, V.R. *O Objeto Direto Nulo do Português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1991.

COSERIU, Eugenio. *Linguistica del texto. Introduzione a una ermeneutica del senso*. Torino: Carocci editore, 2002.

CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 163-184.

_____. *O objeto nulo no português do Brasil: uma investigação diacrônica*. Campinas, Ed. Unicamp, 1990.

_____. Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo. In: NEVES, Maria Helena de Moura (org.). *Gramática do português falado*. v. VII. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESP, 1999, p. 595-625.

_____. *Para a História do português brasileiro: observação sobre a presença de complementos verbais nulos e a ausência de clíticos de 3ª pessoa*. Hand-out de trabalho apresentado no XV Encontro da ANPOLL, 6 de junho, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ: 2000.

D'ACHILLE, Paolo. *L'italiano contemporaneo*. Bologna: il Mulino, 2003.

D'ALBUQUERQUE, A. *A perda dos clíticos em um dialeto mineiro*. Revista Tempo Brasileiro, 78/79 (Sociolingüística e ensino do vernáculo): 97-121, 1988.

DILLINGER, Mike; GALVES, Charlotte; PAGOTTO, Emílio; CERQUEIRA, Vicente. Padrões de comportamento no Português falado. In: KATO, Mary A. (org.). *Gramática do Português Falado*. v. V, 2. ed. rev., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 277-328.

DUARTE, Iara. A família das construções inacusativas. In: Mateus *et alii*. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003, p. 507-548.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996a, p. 107-128.

_____. *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996b, p. 87-105.

FAGUNDES, Edson Domingos. *As ocorrências do Modo Subjuntivo nas Entrevistas do Varsul no estado do Paraná e as possibilidades de variação com o modo indicativo*. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

FARACO, Carlos Alberto & TEZZA, Cristóvão. *Prática de texto para estudantes universitários*. 10. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

FERNANDES, Lucila Paccola M. *De volta ao famigerado SE*. Dissertação de Mestrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2000.

FERNANDES, F. *Dicionário de verbos e regimes*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1947 e 1954.

FERREIRA, António Gomes. *Dicionário de Latim-Português*. Porto: Porto Editora, 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O dicionário da Língua Portuguesa*. 6. ed. rev., Curitiba: Positivo, 2006.

FLOBERT, Pierre. *Les verbes déponents latins des origines à Charlemagne*. Paris: Societé D'édition "Les Belles Lettres", 1975.

FOLTRAN, Maria José. Relações de Predicação. In: MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda Vailati & FOLTRAN, Maria José. (Orgs.) *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003, p.47-59.

GALVES, Charlotte C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 387-408.

_____. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001a.

_____. Pronomes e categorias vazias em português do Brasil. Cadernos de Linguística, Campinas, 1984, vol 7. In: *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001b.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins publishing company, 1995.

GODOY, Maria Alice Maschio de. *A indeterminação do sujeito no interior paranaense: uma abordagem sociolinguística*. Dissertação de Mestrado, Curitiba, 1999.

GONDA, J. Reflections on the Indo-European Médium. In: *The character of the indo-european moods. With special regard to greek and sanskrit*. Wiesbaden, Otto Harrassowitz, 1956.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Português ginásial: gramática e exercícios*. 11. ed. rev., São Paulo: Saraiva, 1964.

HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. 2. ed., São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. *Vozes Verbais: sistematização e exemplário*. São Paulo: Ática, 1992.

HOPPER, Paul J. & TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HUANG, C.J.T. On the distribution and reference of empty categories. *Linguistic Inquiry*, 1984, p.531-574, vol 15. In: *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

ILARI, Rodolfo; FRANCHI, Carlos & NEVES, Maria H. M. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. & BASÍLIO,

Margarida (orgs.). *Gramática do Português Falado*. v. IV: Estudos Descritivos. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1996, p. 79-166.

JONES, Peter V. & SIDWELL, Keith. *Reading Latin (I): Texto, vocabulario y ejercicios*. Barcelona: Promociones Publicaciones Universitarias, 1986.

KATO, Mary. *The reanalysis of unaccusative constructions as existentials in Brazilian Portuguese*. Revista do GEL: Grupo de estudos lingüísticos do Estado de São Paulo. n° 0, São Paulo: Contexto, 2002, p. 157-184.

KNIES, Clarice Bohn; COSTA, Iara Bemquerer (org. e redação final). *Manual do Usuário – Banco de Dados Lingüísticos “VARSUL”*. UFPR, UFSC, UFRGS, PUC-RS, 1995.

KOCH, Ingedore G. V. *a inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria & BENTES, Anna Christina (orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e Coerência*. 6. ed., São Paulo: Cortez, 1999.

KURY, Adriano da Gama. *Novas Lições de Análise Sintática*. 7. ed., São Paulo: Ática, 1997.

LABOV, W. *The social stratification of English in New York City*. Washington, DC.: Center of Applied Linguistics, 1966.

_____. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. *The intersection of sex and social class in the course of linguistic change*. Language Variation and Change, Cambridge, 1991.

_____. *Principles of Linguistic Change*. Volume 1: *internal factors*. Massachussetts: Blackwell Oxford UK & Cambridge USA, 1994.

_____. *Principles of Linguistic Change*. Volume 2: *social factors*. Massachussetts: Blackwell Oxford UK & Cambridge USA, 2001.

_____. *The social motivation of sound change*. Word, 19:273-307, 1963.

_____. *Where does the sociolinguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera*. In: Working papers in sociolinguistics. Austin: Southwest Educational Development laboratories, 1978.

LAUSBERG, Heinrich. *Lingüística Românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963 e 1974.

LEE, Charmaine & GALANO, Sabrina. *Introduzione alla linguistica romanza*. Roma: Carocci editore, 2005.

LEMLE, Miriam. *Análise Sintática: teoria geral e descrição do Português*. São Paulo: Ática, 1984.

_____. *Pronomes. Anáforas, Zero: observações sobre uma mudança lingüística*. D.E.L.T.A. Vol 1, nº 1 e 2, 1985, p. 121-124.

LEVIN, Beth. *Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge: London: MIT, 1995.

LI, C. e S. THOMPSON. Subject and topic, a new typology for language (1976) In: GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

LIMA, Bruno Fernandes Zenóbio de. *O percurso diacrônico das construções com o pronome se na Língua Portuguesa como um processo de gramaticalização*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

LOSA, Maria Del Carmen & RODRÍGUES, Maria Rosario. *Punto final: curso superior*. Espana: Edelsa, 2001.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.

_____. *Dicionário Prático de Regência Verbal*. São Paulo: Ática, 2000.

MACAMBIRA, José Rebouças. *Português Estrutural*. 4. ed., São Paulo: Pioneira, 1998.

MACEDO, Walmírio. *Método Moderno e Simples de Análise Sintática*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, 1979.

MADUREIRA, Evelyne Dogliani. Variação nas construções pronominais dos verbos psicológicos: uma decorrência de diferentes percursos históricos. In: COHEN, M. A. e RAMOS, J. *Dialeto mineiro e outras falas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002, p. 109-130.

MANDRYK, David & FARACO, Carlos Alberto. *Português atual: leitura e redação*. Petrópolis: Vozes, 1980.

MARCUSCHI, Luís Antônio. *Nove teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino de língua*. Revista da Anpoll, número 4, p.137-156, jan/jun., 1998.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria & BENTES, Anna Christina (orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-101.

MÁRQUES, Pablo Devis. *Se generalizador y la teoria de los esquemas sintáctico-semánticos..* Actes du XX Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes. Zurich: Université de Zurich, 1992, p. 177-190.

_____. *Esquemas sintáctico-semánticos: medialidad y passividad em español.* Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Românicas. A Coruña: 1997.

MARTINS, Marco Antonio. “*Questiona-se verdades*”: *a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural.* Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Tradição gramatical e gramática tradicional.* São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *O português arcaico: fonologia.* São Paulo/Bahia: Contexto/Editora Universidade Federal da Bahia, 1991.

_____. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina.* São Paulo: Contexto/Edufba, 1995.

_____. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe.* São Paulo: Contexto, 2006.

MATTOSO CÂMARA JR., J. *Uma forma verbal portuguesa. Estudo Estilístico-gramatical.* Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1956.

_____. *Dicionário de Filologia e Gramática.* 2. ed. refundida. Rio de Janeiro: Ozon editor, 1964.

MELLET, S; JOFFRE, M.D & SERBAT, Guy. *Grammaire fondamentale du Latin. Le Signifié du verbe.* Paris: Éditions Peeters, 1994.

MENON, Odete Pereira da Silva. *L'indetermination du sujet dans le portugais du Brésil.* Université de Paris VII, 1989.

_____. *Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, a partir des données du NURC/SP.* Tese de doutorado, Université de Paris VII, Paris, 1994.

_____. *Considerações em torno do SE: 1. SE passivo? Revista Letras.* Curitiba, Editora da UFPR. N° 41-42, p. 171-193, 1993.

_____. *A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL.* In: VANDRESEN, Paulino (org.). *Variação, Mudança e Contato Lingüístico no Português da Região Sul.* Pelotas: EDUCAT, 2006a, p.125-167.

_____. E não me fique grávida! Ou o caso do dativo ético. In: GORSKI, Edair Maria, COELHO, Izete Lehmkuhl (org.). *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006b.

MILANEZ, Wânia. *Recurso de Indeterminação do sujeito*. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas, 1982.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo & VASCONCELOS, Ruth Elisabeth. *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.

MIRA MATEUS, Maria Helena, BRITO, Ana Maria, DUARTE, Inês & FARIA, Isabel Hub. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MONDADA, Lorenza & DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi & CIULLA, Alena (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

_____. *Para compreender Labov*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

NARO, Anthony Julius. *The genesis of the reflexive impersonal in Portuguese*. *Language*, Baltimore, 52, 4: 779-810, 1976.

NASCENTES, Antenor. *O Idioma Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Machado e Livraria Alves, 1933.

NEGRÃO et alii. A competência lingüística. In: FIORIN, J.L. (org). *Introdução à lingüística*. v.1. São Paulo: Contexto, 2002, p. 95-119.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: HICITEC; [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1987.

_____. *A Gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

NICOLA, José de e INFANTE, Ulisses. *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*. 2. ed., São Paulo: Scipione, 1989.

NISHIDA, Chiyo. The spanish reflexive clitic 'se' as an aspectual class marker. *Linguistics*, 32, p. 425-458, 1994. In: TORRES, Natalia Catalá; PERELLÓ, Sara Martí & BODAS, Sergio Vallhonrat. *Algunas observaciones sobre las construcciones medias em español*. VERBA, vol. 29: 365-387, 2002.

NUNES, Jairo. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1990.

_____. *Se apassivador e se indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro*. Cad. Est. Ling., Campinas, (20):33-58, 1991.

_____. *Ainda o famigerado SE*. D.E.L.T.A.(11): 2, 1995, 201-240.

_____. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 207-222.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa: fonética e morfologia*. 7. ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1969.

OLIVEIRA E SOUSA, Eurípedes Olímpio de. *Noções de Gramática e de Língua Portuguesa*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1953.

OMENA, Nelize Pires. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1978.

PAGOTTO, Emílio G. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 185-206.

PASSOS, Claiz & PASSOS, Maria E. *Princípios de uma gramática modular*. São Paulo: Contexto, 1990.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva: curso superior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

PERFEITO, Abílio Alves. *Gramática de grego*. 4. ed., Porto: Porto Editora, 1974.

PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. 4. ed., São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Sintaxe Portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Gramática descritiva do português*. 4. ed., São Paulo: Ática, 2003.

_____. *Ergativas e médias em português*. PUC-Minas, 2005 (no prelo).

PONTES, Eunice. *Verbos Auxiliares em Português*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1973.

_____. [1981] Da importância do tópico em português. Anais do 5º encontro de Lingüística. PUC-RJ. In: *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

PRETI, Dino. *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas Publicações, 1997.

RIBEIRO, João. *A língua Nacional e outros estudos lingüísticos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. 19. ed., Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

RIENZO, Giorgio de. *Scioglilingua: guida alla grammatica italiana*. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 2006.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 9. e 18. ed., Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1963 e 1976.

RODRIGUES, Cilene Aparecida Nunes. *Aspectos Sintáticos e Semânticos das Estruturas Médias no Português do Brasil: um estudo comparativo*. Dissertação de Mestrado em Lingüística. UnB.Brasília, 1998.

ROUSSEAU, André. *La transitivité*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

SAID ALI, M. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 5. ed., Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

SALVI, Giampaolo & VANELLI, Laura. *Grammatica Essenziale di riferimento della língua italiana*. Firenze: Le Monnier, 1992.

SANTOS, Márcia Angélica dos. *Aprenda análise sintática*. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 1996.

SANTOS, Sebastião Lourenço dos. *Revisitando o clítico <se> em espanhol: uma proposta de análise das construções passivas, impessoais e reflexivas*. Dissertação de Mestrado. UFPR. Curitiba, 2004.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Introdução ao Pacote Varbrul para Microcomputadores*. Rio de Janeiro: 1992.

_____. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SERBAT, Guy. *Grammaire Fondamentale du Latin. Tome VI: L'emploi des cas en latin*. Louvain, Paris:Éditions Peeters, 1996.

SERIANNI, Luca. *Grammatica Italiana: italiano comune e lingua letteraria*. Torino: UTET Libreria, 2006.

SETTI, Adriane Cristina Ribas. *A Indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil*. Dissertação de mestrado. UFPR. Curitiba, 1997.

SILVA, M. Cecília P. de Souza e & KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística Aplicada ao Português: Sintaxe*. 7. ed., São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA DIAS, Augusto Epiphânio da. *Syntaxe Historica Portuguesa*. 5. ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1970.

SILVA JUNIOR, Pacheco da & ANDRADE, Lameira. *Grammatica da Língua Portuguesa*. 3. ed. argumentada. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1907.

SILVA NETO, Serafim da. *História da Língua Portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

_____. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev. São Paulo: Edição Saraiva, 1967.

SILVIO ELIA, Edmundo. *Ensaio de Filologia e Linguística*. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

SPINA, Segismundo. *Dicionário prático de verbos conjugados*. 3. ed., São Paulo: Livraria Editora Fernando Pessoa, 1977.

TARALLO, Fernando Luiz. *A pesquisa sócio-linguística*. 7. ed., São Paulo: Ática, 2005.

TORRES, Natalia Catalá; PERELLÓ, Sara Martí & BODAS, Sergio Vallhonrat. *Algunas observaciones sobre las construcciones medias em español*. Verba (29): 365-387, 2002.

TORRINHA, Francisco. *Gramática Portuguesa*. 3. ed., Porto: Edições Maranus, 1934.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

_____. *Gramática ensino plural*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2004.

VÁZQUEZ, Rafael Martínez; YAMUZA, Emilia Ruiz & GARRIDO, Maria Regla Fernández. *Gramática Funcional-Cognitiva Del griego antiguo I*. España: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1999.

VEADO, Rosa Maria Assis. *Comportamento linguístico do dialeto rural*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

VILELA, Mário & KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da Língua Portuguesa*. Porto/Portugal: Almedina, 2001.

WEINRICH, Harald. *Tempus: le funzioni dei tempi nel testo*. Bologna: Società editrice il Mulino, 2004.

WEHR, Barbara. *A proposito di una nuova categoria grammaticale: diatesi con SE in italiano*. Actas do XIX Congresso Internacional de lingüística e Filoxía Románicas. A Corunã: 1997.

WENCESLAU, Fábio de Lima. *Verbos Beneficiários: um estudo na interface entre semântica e sintaxe*. Dissertação de Mestrado. UFMG. Belo Horizonte, 2003.

WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. 4. ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

WILLIAMS, E. NP-trace in Th-Theory. *Linguistics and Philosophy*. 1987. In: GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

WHITAKER-FRANCHI, R. C. *As construções ergativas: um estudo semântico e sintático*. Dissertação de Mestrado em Lingüística, IEL/UNICAMP, Campinas, 1989.

ZILLES, Ana Maria S. *Gramaticalização de “a gente”: um processo de múltiplas regras variáveis*. In: Programação e Resumos do 7º Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul. UCPEL e UFPEL editoras, p. 83, outubro de 2006.

ZRIBI-HERTZ, Anne. *Relations Anaphoriques en Français: esquisse d'une grammaire generative raisonnée de la reflexivité et de l'ellipse structurale*. Paris: Université de Paris-VIII, 1986.

ANEXOS

ANEXO I: CODIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE FATORES

1. *Classes de clíticos anafóricos: nciefar*

r reflexivo
c recíproco
n inerente
e ergativo
i indeterminador
a apassivador
f enfático

2. *Predicação do verbo: IT*

I uso intransitivo
 T uso transitivo

3. *Posição do clítico anafórico em relação ao verbo: pel*

p proclítico
e enclítico
 / não se aplica (quando não usa clítico)

4. *Pessoa do clítico anafórico: mtsnz&/*

m me
t te
s se/ singular
n nos
z se/ plural
& se universal
 / não se aplica (porque não usou no item anterior)

5. *Pessoa do verbo: 123456*

1, 2,3,4,5 e 6 (conforme a desinência número-pessoal, particular a cada pessoa do verbo)

6. *Função sintática do clítico: SJ!*

S sujeito
 J objeto
 ! não exerce função sintática

7. *Sentido genérico do verbo*: aep

a ação
e estado
p processo

8. *Animacidade do sujeito gramatical*: AB

A [+animado]
B [-animado]

9. *Sexo*:mf

m masculino
f feminino

10. *Faixa etária*: ab

a (25-49 anos)
b (50 ou + anos)

11. *Grau de escolaridade*: pgc

p primário (4-5 anos de escolaridade)
g ginásio (8-9 anos de escolaridade)
c colegial (10-11 anos de escolaridade)

12. *Localidade*: tnib

t Curitiba
n Londrina
i Irati
b Pato Branco

ANEXO II: PROSPECTOS E FOTOS RELACIONADOS AO TEMA



TRITURADOR DE RESÍDUOS ALIMENTARES

Fácil e seguro de se usar.
Para uma cozinha muito mais limpa e agradável.



Tudo bem pensado

- Localização privilegiada**
- Rua tranquila para morar
- 6 minutos do centro
- Comodidade**
- Vaga de garagem extra (opcional)
- Portaria 24 horas
- Central de gás
- Alegria de viver**
- Sacada com churrasqueira
- Playground
- Salão de festas
- Salão de jogos

PROMOÇÃO

MATRICULOU GANHOU!

Faça sua matrícula na **WIZARD*** e **GANHE** um celular da **Brasil Telecom**

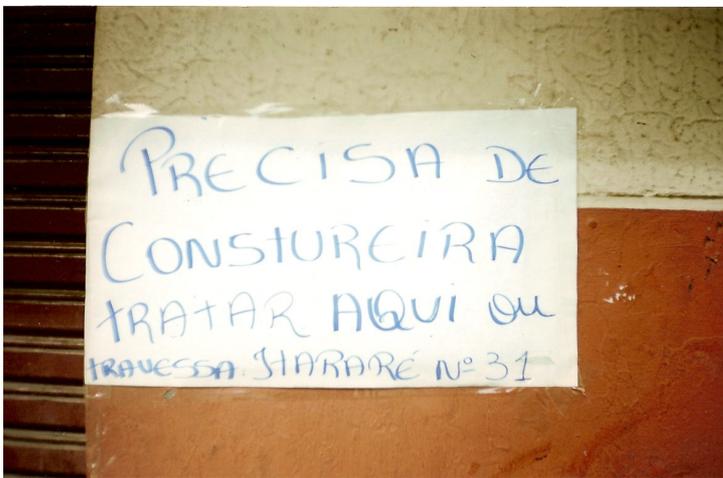
SIEMENS A57

Início da Promoção 05/10/05 / Válida até 30/10/05. Somente nas unidades.

MANAGERS | STA. EULOGIA | BOUQUET | LEROUCA | BATI

construção arquitetura incorporação imobiliária

rdeLis **GABRIEL SHLKE** **DELPHOS** **MMARRUDA** **LS CASTRI**



ANEXO III: AMOSTRAGEM DE OCORRÊNCIAS DE *PRESENÇA/AUSÊNCIA* DAS CLASSES em estudo¹¹²

3.1. *se* inerente:

- (01) **E:** porque o povo se acomodou um pouco, também, né? **F:** O povo acomodou. (LDN20L1288)
- (02) Hoje não, hoje o pessoal parece#me que se acomodou, quer dizer, não é que se acomodou. É que a facilidade chegou, né? (CTB05L0508)
- (03) Porque a gente na velhice também não é se acomodar não. A gente tem que trabalhar, né? (LDN02L1548)
- (04) Pessoas analfabetas que não sabem nem falar,/candidata#se/ (CTB19L1432)
- (05) quantas vezes ele candidatar eu voto nele (LDN01L0471)
- (06) Então você não pode se queixar. (CTB01L0237)
- (07) Não, ela não se queixava de dor, ela não tinha assim dores constantes. (CTB04L0447)
- (08) em termos de governo eu acho que está bom. O pessoal não pode se queixar muito não, né? (CTB05L1045)
- (09) Ali não tem o que se queixar do bairro, sabe? Tem tudo de bom ali. (CTB07L0917)
- (10) Não, o policiamento (hes) não pode queixar, eu não posso falar nada, né? a gente não sabe como é que é, né? (LDN22L0422)
- (11) Não, o policiamento (hes) não pode queixar, eu não posso falar nada, né? (LDN22L0422)
- (12) Não posso me queixar da vida, a vida, que ninguém é completamente feliz, não é? (IRT07L0463)
- (13) Os meus colegas se queixam que não vendem, não vendem (PBR16L0413)
- (14) Não, eu não me arrependi. (CTB07L0388)
- (15) Eu vinha pra casa de madrugada e aquela dificuldade pra se locomover, né?(CTB21L0038)
- (16) Tem poucos, né? Que muitos se mudaram do bairro, mas tem [um]- [uma]- um pouco do pessoal ainda vive por aí (CTB01L0032)
- (17) Quando você começa a querer fazer amizade, né?então daí já a pessoa se muda, vão morar pra outros bairros mais distantes. (CTB10L0459)
- (18) Ela se mudou pra Paranaguá, a família toda mudou#se pra Paranaguá (IRT12L0053)
- (19) É só na empresa. Lá a gente pega e vai, reúne lá e [é]- chama das outras empresas, né? (CTB11L0430)
- (20) E no Natal também, a gente se reuniu, mas não toda a família. (CTB22L0406)
- (21) Aí o povo todo, todo mundo se reunia, a <rapaz-> todos os jovens, né? [...] aí o povo reunia assim, até era engraçado (LDN07L0682)

¹¹² Nessa amostragem estão alguns dos exemplos de que nos utilizamos ao longo deste trabalho, e também outros que consideramos ilustrativos de cada uma das classes em estudo; adotamos, entretanto, outra numeração para este momento do trabalho (ANEXOS).

- (22) Não é que nem hoje que a molecada reúne e vai pra rua brincar (LDN09L0044)
- (23) Família é enorme. Quando reúne. (risos F) (est) Nossa mãe! (LDN12L0249)
- (24) Eles se reúnem algumas vezes por ano, fazem barraquinhas (IRT05L0582)
- (25) Às vezes reúne meus irmãos, minha mãe, tudo. Então- (IRT10L1639)
- (26) Então acho que isso aí [é]- é importante, né? que lá reúne certa quantidade de gente, né? (IRT17L0217)
- (27) Não adianta eu me empenhar numa coisa e daqui a pouco eu vejo que eu não gosto. (CTB11L0758)
- (28) Mas eu – ali eu só me dediquei mais ao estudo ali, né? (CTB11L0779)
- (29) Se o colono se quebrar, se quebra todo mundo aqui, quem move Irati é a agricultura- (IRT13L1495)
- (30) Daí a gente mudou pro Cristo Rei, né? (CTB12L0437)
- (31) Não, acho que agora não adianta mais, né? a gente mudar, né? (CTB16L1586)
- (32) E quando eu mudei aqui, a rua aqui também ainda não era nem asfaltada (LDN01L1117)
- (33) É, porque quando então a gente [<mu>]- mudou aqui, em quarenta e dois, né?(est) nós mudamos aqui na Vila Cazon. (LDN07L1040)
- (34) Aí mudei, de fato mudei mesmo, fui lá pro São Cristóvão, morei quinze dias no São Cristóvão. (PBR15L0454)
- (35) Depois dos sessenta anos, me aposentei, quer dizer, ainda trabalhei mais [uns]- (CTB02L0389)
- (36) E a minha sogra trabalhava de zeladora no colégio. Ela trabalhou- agora que ela aposentou, né? trabalhou- acho que mais é- (LDN02L1288)
- (37) Então agora eu aposentei, desliguei de relógio (LDN11L0208)// me aposentei como tesoureira (LDN11L0013)
- (38) Eu tinha quarenta e oito [na]- [na]- né? quando eu me aposentei na prefeitura. (est) Quer dizer, [isso]- [isso]- aposentei na prefeitura, né? (LDN24L0896)
- (39) Meu pai é sapateiro [e]- trabalhou, aposentou#se como sapateiro, sabe? (IRT10L0188)
- (40) Até ele se aposentou ali na firma mesmo, né? (est) (PBR03L0053)
- (41) Em sessenta e quatro que eu tornei profissional, (est) e eu joguei em cinquenta e oito em Santa Felicidade. (CTB17L0718)
- (42) E daquele dia em diante o Tenente que todo mundo [tina]- tinha medo, (est) tornou#se meu amigo. (CTB17L1180)
- (43) Isso era [algum]- alguns pais que não sei se também se tornou [um]- um tipo assim de moda também, né? (LDN10L0329)
- (44) Pra mim isso aí já tornou uma coisa assim de rotina, né? (LDN10L0637)
- (45) Daí, na adolescência tem uma que até hoje é minha amiga. Casou, se separou, mora no Centro e nós temos amizade até hoje. (CTB04L0122)
- (46) E ele logo que separou da mãe ele casou novamente, né? (PBR04L0834)
- (47) Olha, não sei se ele é nascido aqui, eu [não]- não- porque eles separaram há muito tempo, né? (PBR14L0016)
- (48) Depois quando eu casei que eu mudei pra cá. (hes) Aí eu me casei, né? com dezenove anos e mudei [aqui na]- (hes) aqui em Londrina (LDN02L0043)
- (49) Porque [eu]- eu com dois anos, meu pai separou#se da minha mãe, entende? (CTB07L0377)

- (50) Eu não sei, eu me sinto aliviada. Assim, me parece que não tenho mais aquele peso assim. (CTB04L1397)
- (51) **E:** Se sente traído porque você- [(inint) confiar. **F:** É, sente traído porque você- (IRT10L1067)
- (52) E lá encontravam#se dois carros que eram do meu pai. (CTB06L0220)
- (53) Eu tenho uma tia que já mudou [de]- [de]- de religião acho que umas três, quatro vezes. (est) E não se acertou. Não se acertou [é]- como você disse. (CTB09L0551)
- (54) Posso conhecer assim, já não vou me abrindo de cara, assim, (est) sabe?(CTB09L0795)
- (55) Então a gente se desliga, né?(CTB11L0135)
- (56) Sim, ele não dança agora porque está sempre doente, né? daí a gente já desligou um pouquinho, né? (PBR01L0797)
- (57) Então, daí eu fui me desligando um pouco da matemática, (IRT12L0492)
- (58) E hoje infelizmente não sobrou ninguém, só tenho uma tia ainda viva, o resto já se foi tudo. (CTB22L0363)
- (59) Então [a nossa]- a nossa Curitiba está se perdendo nesse ponto. (CTB06L0503)
- (60) Nós chamamos a polícia, o cara se mandou, correu embora, (CTB10L0516)
- (61) É, mais ou menos, isso aí eu não me ligo muito, (est) não me ligo muito aí (CTB03L0790)
- (62) que a gente se dava muito bem com o pessoal lá, né? (CTB12L0443)
- (63) **E:** E onde você trabalha você se dá bem com teu chefe? **F:** Ah, pego pra ver aí. Eu acho que dou, né?
- (64) eu trabalho na minha, não me misturo porque encrenca sempre aparece, sempre sobra pra pra você, né? (CTB12L1187)
- (65) quando tem capoeira, chova, caia pedra, seja o que for ele se arranca. (CTB12L0898)
- (66) É porque a gente aprendeu diversas coisas ali, né? Aprendeu até como a gente se comportava (inint) Era dureza, ali não podia- Se comportasse mal já viu, né? (CTB16L0468)
- (67) [...] e depois do expediente, ele se arranca pra lá. (CTB18L0577)
- (68) Tem indústrias tudo. E muitas fazendas e muitas coisas que tem pra lá, bastante. (est) Eles se tocam pra cá. (CTB16L1313)
- (69) Lá eu tirei a parte [do]- do ginásio, (est) e me formei [[em]- em Mecânica. (est) (CTB17L0115)
- (70) Dois irmãos, (est) eram cariocas, [vieram]- se formaram e vieram pra cá, pra Londrina. (LDN23L0835)
- (71) [E o]- e o mais velho, semana que vem, se forma em Medicina. (LDN24L0350)
- (72) Agronomia, eu formar em Agronomia. Porque eu então gosto de estar no campo, lidar assim, sabe? (IRT18L0979)
- (73) Londrina, Maringá, interior de São Paulo onde os filhos estudaram, formaram, é Presidente Prudente. (PBR22)
- (74) Aí ou você se mata de tanto trabalhar pra botar as coisas em dia, ou você (CTB19L0943)
- (75) Estive umas oito dez vezes em São Paulo, especializando na fábrica. (CTB17L0138)
- (76) De adulto até não tenho dó, porque sabe trabalhar, sabe se virar, mas criança não, (est) criança depende de ajuda. (CTB19L1346)

- (77) Sei lá como é que foi acontecer, mas aconteceu e ele (“se danou”). (CTB07L1258)
- (78) Vai falar, acha que a gente está se metendo de um lado, se metendo cá, não é da gente, não comprou, você não tem nada aqui. (est) (CTB08L0660)
- (79) A mãe dela se metia muito na minha vida. (IRT01L0296)
- (80) Daí [ela]- ela é esquentadinha, né? Às vezes, eu me esquento, às vezes deixo pra lá. (CTB09L0436)
- (81) porque [eu]- eu trabalho na minha, não me misturo porque encrenca sempre aparece, sempre sobra pra você, né?(CTB12L1191)
- (82) Então é isso aí. Trabalhei pra um candidato, aí me ferrei, né? (CTB13L1477)
- (83) Que deve ter um nome, né? aquelas máquinas, (est) mas eu [nunca]- nunca [me]- me liguei. (CTB19L0344)
- (84) Eu sei que o pessoal está se quebrando aí. (est) lavoura aí está, tem gente aí vendendo o que tem pra pagar conta, pra pagar o banco. (IRT13L0217)
- (85) Eu admiro como é que uma professora [com quarenta e um anos]- com quarenta e um alunos, dificilmente era reprovado alguém. (CTB23L0346)
- (86) E o dia em que o povo se voltar mais, que crer um pouquinho mais em Deus, melhora. (CTB23L1016)
- (87) Não vem bater de acordo comigo então - Não me afino muito então, né? Gosto, acho bonito, adoro, por exemplo eu tenho [uma]- (CTB24L0803)
- (88) Então essas pessoas que fazem e se importam (hes) e trabalham pro menor dizem que trabalham (LDN15L0367)
- (89) **E:** Eles se misturam também em celas? **F:** Misturam, misturam. Misturam porque não tem (hes) [a]- (hes) delegacia (LDN15L0500)
- (90) Feliz daquele que se sai bem na vida, né? (IRT09L0331)
- (91) Eu pelo menos me conto uma pessoa feliz. (IRT09L1379)

3.2. se reflexivo

- (01) mas mato propriamente não tinha, mas [os]- os moleques se escondiam atrás [do]- [do]- dos trilhos (CTB02L0030)
- (02) a finalidade dele é levantar dali e continuar andando (CTB03L0386)
- (03) Assim- você não pode ficar levantando toda hora, saindo da sala (CTB19L0394)
- (04) E conforme elas se arrumam e saem, vão pros seus afazeres (rui) noturnos. (CTB06L0277)
- (05) Os primeiros padres que vieram [pra]- pra cá e se instalaram ali [pra]- [é dizer]- as práticas, né? de igreja (CTB06L0579)
- (06) Os professores precisam se alimentar bem pra poder <com-> conversar perante vinte, trinta a quarenta alunos numa sala de aula. (est) (CTB06L0867)
- (07) Isso é- eu acho que a pessoa está se iludindo. É iludir a si próprio, né? (CTB11L0597)
- (08) Não tem como você orientar. E a direção do colégio não ajuda. (CTB01L1478)
- (09) Você está se judiando, você não consegue fazer dinheiro. (CTB05L0793)
- (10) Claro que ela precisa se ajudar também, né? (CTB05L0389)
- (11) É, igreja nada! Que ele que se ajudou sozinho, mas não precisava ele ir lá. Entendeu? (CTB07L1368)
- (12) Isso aí é perigoso. Ladrão vir se esconder aí, né? (CTB08L0597)

- (13) Eu me arrumo e vou e eu tenho até certeza pra você que lá eu entro (CTB08L1649)
- (14) Você tem que saber é se ajeitar do jeito que você sabe, mas que tem que se ajeitar, né? (CTB08L1659)
- (15) E o Collor se escondeu e não deu nada, (est) está? (CTB09L1050)
- (16) Quero que ela se cuide bastante pra ter uma criança sadia. (CTB11L0493)
- (17) Tenho atitudes que eu me desconheço. (CTB11L0520)
- (18) A pessoa vegeta, fica com medo, se tranca dentro de casa. (CTB11L0864)
- (19) Pra ir no parquinho você também não vai largar sozinha, tem que atender. Uma que se machuca ou tem criança sempre maior ou- (CTB12L0229)
- (20) O Getúlio não /matou-se/, mataram ele, né? (CTB13L1550)
- (21) E deu um tiro no ouvido. E acabou se matando. (LDN15L0100)
- (22) Muito melhor do que você estar se intoxicando aí, [com]- com com comprimido, não é? (CTB14L0549)
- (23) Se é uma mulher se enforcando na árvore. O que que é? (CTB14L1598)
- (24) O pessoal não se cuida, né? (CTB20L0874)
- (25) e agora, ontem, não, ele apareceu, daí entregou#se. (CTB20L0659)
- (26) por exemplo, na congregação, a gente não pode se pintar, dançar (LDN03L1304)
- (27) Alguém parou pra se perguntar porque que tem tantas favelas aí [na]- no país? (PBR18L0963)
- (28) O preso se barbeou bem bonitinho passou rouge (LDN15L0680)
- (29) Nem às vezes por causa da distância, mas por causa de você não ter que se expor, (est) né?(LDN10L0288)
- (30) Então nós estávamos brincando num cipó, balançando, né? no mato, apareceu um [é]- é veado. (LDN23L0658)
- (31) Daí, ela faz assim, ela já nem se veste. Fica só com soutien, sabe? (IRT12L0652)
- (32) Eu me cuidei assim, no modo que era pra cuidar (IRT12L0952)
- (33) Mas graças a Deus, nenhum ficou sem vestir ou- nenhum, né? (PBR09L0444)
- (34) Daí nós tínhamos que trabalhar pra poder sustentar, né? (PBR13L0050)

3.3. se apassivador

- (01) Eu nasci aqui, me criei aqui. (CTB01L1046)
aqui do nosso lado, morava um rapaz que praticamente a gente se criou junto, né? (CTB11L0110)
- (02) daí eu me matriculei na Escola Técnica de Curitiba. (CTB16L0190)
- (03) levei o menino pra consultar, cheguei em casa quase que cinco horas, né?(CTB19L0930)
- (04) Então quer dizer, os vinte primeiros consultam, os outros vinte esperam para o mês seguinte, entendeu? (LDN09L1146)
- (05) Esse meu cunhado é que hoje está doente, que caiu de cima de um paiolzinho que ele estava fazendo e bateu a cabeça e operou e ficou meio lelé, né? (CTB14L0597)
- (06) E a mamãe não gostou dele, não quis operar. (IRT12L0163)
- (07) E pretendo me operar logo que eu não quero mais (PBR05L0205)
- (08) Tive duas hérnias e operei. (PBR05L0399)
- (09) Aí eu sei que ele batizou, sabe? (LDN03L0872)
- (10) Em três meses eu me batizei na igreja deles (PBR08L)

3.4. se indeterminador

- (01) **E:** E o que que é? O que que se planta? **F:** Planta soja, trigo, milho. (LDN20L1107)
- (02) **E:** <Vea-> a carne do veado também se come, né? **F:** Come. Come, a carne do veado come sim. (LDN23L0768)
- (03) (est) Quando se fervia a água, mas água [pra <be->]- pra beber, a gente ia buscar lá na Sanepar. (CTB02L0182)
- (04) Você vê, hoje [não]- não se faz mais nada disso, né?(CTB02L0984)
- (05) Chega o pedido, então, daí é feito na marcenaria, é feito, pega a madeira bruta, corta, monta, aí vem pro estofamento (CTB03L0904)
- (06) Inclusive tínhamos riachos aqui, né? pequenos riachos, mas tínhamos rios que <incl-> inclusive se podia pescar, né? (est) (CTB05L0007)
- (07) A gente está vendo que não está tão ruim como se pensava no começo. (CTB05L1040)
- (08) Quer dizer, com a liberação dos preços [como]- como foram feitos agora, [é]- ainda está se conseguindo preços bons pra trabalhar. (est) (CTB05L1045)
- (09) Um carrinho lá, de areia lá, cheio de areia, umas latas de leite Ninho, se trançava uns quatro fios de arame e fazia um trem de /dez vagão/. E era daquele jeito que se brincava. (CTB07L0765)
- (10) Então, de manhã não tem ninguém em casa. Depois do almoço já acha algumas pessoas. (CTB12L0939)
- (11) Ganhava#se pouco, sobrava dinheiro no bolso ainda, agora-(CTB13L1597)
- (12) então trabalhava#se até as duas e meia, três horas da tarde, depois o pai dava a tarefa pra cada um (CTB17L0170)
- (13) porque todas as igrejas que surgem,/religião nova/, todo mundo fica rico, né? que gozado que é né? E surge uma ali já se compra [um]- um terreno lá em cima! já faz outra, então hoje já não existe mais religião, (CTB07L1319)
- (14) então quer dizer, isso aí cada vez mais se faz (inint) (CTB07L1335)
- (15) Você vê, hoje [não]- não se faz mais nada disso, né? Só mesmo no Rio de Janeiro, São Paulo. E aqui fazem também. (CTB02L0984)
- (16) Hoje não se fala mais disso, né? (CTB06L0920)
- (17) Na bíblia, ali fala, né? que vai acabar o mundo (inint), né? (CTB06L0956)
- (18) Quanto mais lenha põe- Então por isso que está cheio de problema em Curitiba, né? (toss)(CTB21L1138)
- (19) Não. A única mola que usa <i-> usamos nesse Comendador e é mola (inint) mas não é aquela espiral, não. (CTB03L0678)// Usa madeira de pinus. (CTB03L0937)
- (20) Meu pai dizia: “palavra de homem (est) tem que ser respeitada”. Se respeitava muito a palavra. (CTB17L0294)
- (21) como é que se diz (CTB03L1645)
- (22) Não, [ai vai ser]- aí vai ser como é que se diz? Alimentador. (CTB20L1286)
- (23) Ah, tem umas que, como diz, a situação [de]- da mulher no quê? [No]- [no]- [no]- (CTB04L0823)
- (24) [Diz que]- dizem que querem voltar, né? (CTB21L0905)

- (25) Hoje diz que a religião está melhor. A religião está melhor. (CTB21L1215)
- (26) a gente dava pra contar os carros que passavam na rua, de vez em quando, né? se via um carro. (est) [Hoje]- hoje você vê, é uma coisa impressionante. (CTB05L0836)
- (27) coisas assim [que não]- que hoje nem se vê mais praticamente, né? (CTB05L0252)
- (28) Ali se chega oito horas no inverno, não se via mais um cristão na rua. (CTB23L0051)
- (29) O Brasil não teve uma guerra nuclear, não teve nada. (est) Como dizem, tudo o que planta dá. (CTB03L1538)
- (30) Tem tudo aqui. (est) O que se planta dá. (CTB09L0305)
- (31) É a casa pra pobre, né? Mas, não se faz mais casa pra pobre. (CTB13L0127)
- (32) Ah! Dançava bolero, tango, valsa, samba. (CTB13L0495)
- (33) tira, coloca#se, tampa#se, cobre (CTB18L0840)
- (34) No interior se anda mais, né? (CTB18L0939)
- (35) Ontem no fantástico mostrou a entrega do diploma ainda. Na hora. (CTB20L0687)
- (36) Ah, era interessante, [ele]- tudo o que se ensinava naquela escola era escrito. (CTB24L0240)
- (37) Aqui era bairro e antigamente chamava#se Vila José Pinto. (CTB02L0006)
- (38) E, tinha, eu acho que tinha uma época em que se vendia muito mais tecido do que hoje, né? (LDN01L0015)
- (39) Como aqui tinha a fama de “ser” a terra do café, né? [Terra]- terra vermelha tudo que se plantava dava, né? (LDN01L0033)
- (40) É muda (hes). É muda. Planta, né? Faz-se a cova, planta ali, ta? aduba- (LDN01L0065)
- (41) Era uma japonesa que por sinal chamava Rosa também. (LDN01L0143)
- (42) Aquele tempo chamava de bodega, não tinha armazém, né? (PBR17L0178)
- (43) E você não sabe que se comemora segunda#feira? (LDN01L0207)
- (44) porque no sítio trabalha muito, né? Então a gente tem que ajudar bastante, né? (LDN02L0005)
- (45) Naquela época era tudo natural, espremia laranja, espremia o limão, descascava o abacaxi, (est) né? (LDN07L0424)
- (46) Carros antigamente não era pé#de#bode, né? hoje em dia nem se vê mais. (LDN07L1216)
- (47) Só se compra mesmo o que se precisa, ninguém mais é- hoje em dia vai comprar porque está barato (IRT05L0886)
- (48) E só falava#se alemão em casa. (IRT08L0233)
- (49) No meu tempo se fez bastante pela educação, pelos alunos (IRT11L0049)
- (50) Antigamente se exigia mais do cérebro [da]- da mente (IRT11L0108)
- (51) Hoje está se vendo mais noticiários (IRT11L0310)
- (52) Nós fomos criados assim com, aprendemos um certo respeito pela sexta#feira santa. (est) Mais devagar, mais quieto, não se fala muito, não trabalha, não bate as coisas. (IRT13L0418)
- (53) Por isso que nós ficamos admirados, né? pegar [um]- um peixe daquela cor, porque [é]- [é]- raro, né? não encontra, né? (est) não encontra. (IRT19L0564)
- (54) Perder as esperanças hoje não pode, né? (PBR13L0824)
- (55) Cacheta era o jogo que jogava, mais jogado, e entre os velhos era canastra (PBR24)

- (56) (hes) você tinha que puxar água do poço quando faltava água e agora não. Agora tem instalação direta, não precisa mais puxar água. (hes) (CTB02L0440)
- (57) então ele [todo]- todo dia ele vai pescar e te traz peixe, quer dizer, quase não se precisa comprar peixe lá em casa (est) (CTB02L0490)
- (58) Estudo não precisa (CTB14L0246)
- (59) precisava meio por perto, era um posto de saúde. (CTB01L0323)
- (60) Primeiro lugar mais segurança que precisa. (CTB03L1739)
- (61) aqui no Brasil precisa de gente que queira trabalhar. (CTB17L0428)
- (62) precisaria mais ônibus (LDN01L1047)
- (63) É, não precisa disso. A gente precisa de mais recurso, né? (est) Mais empresa (LDN06L0484)
- (64) Depois lá diz que é um clima frio, né? (PBR04L0082)
- (65) Eu acho que tudo que se fizer nesse sentido (PBR06L0490)
- (66) Perder as esperanças hoje não pode, né? (PBR13L0824)
- (67) Então precisaria se construir mais casas populares, né? (PBR14L0705)
- (68) Então gado dificilmente se matava, porque não existia freezer [...] Matava um porco e cozinhas toda a carne junto com a banha e, depois, conforme se ia precisando. (PBR17L0126)
- (69) Porque lá obrigava o aluno a estudar mesmo, né? (PBR18L0107)

3.5. se recíproco:

- (01) Eles se gostam muito, se gostam. Só que brigam bastante também, (est) entende? (CTB03L1215)
- (02) Mas a gente não /se visita/ não. (est) (CTB03L1373)
- (03) Os pais dele eram vizinhos, a gente se conheceu lá. (PBR02L0076)
- (04) a gente justamente só se encontra no dia de sábado, né?(CTB05L0293)
- (05) moram aqui em Irati, a gente volta e meia se encontra na rua, cumprimenta, tal. (IRT02L0027)
- (06) Mas a gente sempre encontra na rua, cumprimenta, conversa tal, né? (IRT02L0082)
- (07) Agora eles vão no Parque Aquático assim eles encontram nos bailes assim, (est) né? (IRT14L0719)
- (08) então [que]- todo mundo se abraçou nessa hora e realmente <pro-> procurou seguir em frente. (CTB05L1030)
- (09) Você assiste uma novela ali, tem duas crianças se beijando (CTB07L1435)
- (10) Ah, a gente se vê pouco. (CTB09L0433)
- (11) E eles acabaram (est) se encontrando na França sem dinheiro pra (est) isso, sem dinheiro pra aquilo. (CTB09L0675)
- (12) Um domingo ela vai, no outro eu vou, um dia ela vai, no outro- sabe? (est) A gente sempre se troca. (CTB12L0582)
- (13) Não, a gente sempre se vê.(CTB12L1239)
- (14) Sabe que eu não sei como que foi que, como que a gente se conheceu. (CTB12L1298)

- (15) Que /nós se conhecemos/ ali, né? Então ali morava bastante gente, né? (CTB16L0712)
- (16) Era – [era]- era muito saudável, porque as pessoas ainda se respeitavam muito, né? (LDN01L0116)
- (17) Que o meu marido, nossa, quando nós nos conhecemos, ele nem estava empregado. (LDN02L1224)
- (18) Eles eram adversários. A gente nunca se disse nada. (PBR05L0644)
- (19) Sempre por aqui. (est) Nunca se desgrudaram. (LDN12L1014)
- (20) Você saiu do centro, foi [até]- até lá em cima não se encontramos (est), certo? (LDN24L0561)
- (21) Aí o povo, né? ficava subindo de lá, de cá, onde os rapazes se conheciam, muitos acabam conhecendo, namorando, até se <casan-> casando. Que às vezes pessoas que nem (hes) não tinham contato com outro, mas eles acabam se conhecendo (est) ali na avenida, né? (LDN07L0668)
- (22) E a gente se conheceu numa brincadeira dançante. (LDN16L0592)
- (23) ela estava lá e a gente – (risos geral) (falando rindo) se topou, saímos juntos e acabamos namorando. (LDN24L0921)
- (24) Meu pai era assim de família até de sangue azul que veio da Polônia, sabe? E a minha mãe [é]- é filha de colone, sabe? Mas se acharam, né? acharam, se entenderam e se casaram, né? (IRT12L0004)
- (25) Cidade pequena, né? (est) a gente [se<cru->]- se cruzava muito, a gente se- (IRT24L0459)
- (26) **E:** É, e eles se conheceram aqui? **F:** Conheceram. (PBR02L0014)

3.6. se enfático

- (01) Acabou#se, acabou a alegria. (CTB02L0354)
- (02) *É, batiza como João Batista, né? que ele se desce nas águas, né?* (LDN03L0923)
- (03) A prefeitura indenizou aí, (est) e a olaria acabou#se. (CTB23L1272)
- (04) entraram por Dionísio Serqueira e se sumiram pela Argentina (PBR21L0136)
- (05) A maior parte trabalha com pinho, porque pinheiro acabou#se, né? (IRT14L0538)
- (06) Que menina, ele pegou o terreno baldio, pegou a rua do lado e ó (ruído de batida com as mãos) foi se embora. (CTB10L0682)
- (07) Eles se mudam, vão embora, não é tão fácil de conhecer. (CTB18L0387)
- (08) Oi, por mim eu nunca mais ia me embora dessa cidade. (IRT10L0943)
- (09) E mesmo esses que se vem de fora, a gente faz amizade, sabe? (IRT22L0476)
- (10) Campo, campo. Mas era um campo ali. E era aqueles campos ia que se sumia. (est). (CTB16L0653)
- (11) Quando eu vejo está feito lá em cima da mesa do jeito dela, e cadê ela, sumiu, né? (est) (LDN04L1347)
- (12) Quando fui convocado eu podia escolher entre ir correr para o mato, me sumir ou então (IRT23L0067)
- (13) É claro que eu ia tomar uma providência. Mas o tempo se passou, né? (LDN21L0466)

- (14) Mas tem muitos que já foram embora pra São Paulo, assim, né? (est) Passa dez anos, depois a gente se encontra. (LDN22L0633)
- (15) Cada dia que passa eu vou me sentindo um mestre assim, (IRT18L0805)
- (16) E agora já se passaram um monte de anos, já fazem vinte anos que esse aí está mandando. (PBR03L0035)

3.7. se ergativo:

- (01) [Eu]- depois eu me afastei completamente (hes) do assunto, né? (CTB02L0330)
- (02) Participava do cursilho, agora não! A gente vai, mas a gente foi afastando, afastando! (risos F) (LDN12L0098)
- (03) [...] (est) mas [não me]- não me não me acostumei com os mosquitos, (est)]- (CTB02L0508)
- (04) Não adianta. Ela já acostumou, dezesseis anos com essa vida, não tem como- (CTB07L0721)
- (05) Ah, acostumei, né? Trinta e sete anos. (CTB07L0880)
- (06) [ele]- ela já acostumou#se com outro tipo de vida. (CTB18L0670)
- (07) Ah, a gente se acostuma, sabe? a gente acostuma com o povo lá (LDN17L0204)
- (08) Eles acostumam com a gente, né? (est) você sabe que o bicho, ele acostuma, né? ele é arisco, mas você vai indo, vai indo, [ele]- [ele]- ele se acostuma com a gente. (LDN21L0668)
- (09) Não é que goste, assim, eu acostumei, [<por->]- porque eu enfrento qualquer serviço. (IRT14L0046)
- (10) Que muitos não se conformam com a morte às vezes de um filho num acidente, num afogamento. (CTB04L0421)
- (11) A gente acompanhou tudo, mas não consegue, né? entender e se conformar com o fato, né? (IRT04L0480)
- (12) “Olhe mãe, estou aqui na Faculdade ainda. Não se preocupe daqui a pouco estou em casa”. (CTB10L0979)
- (13) Nada de vício ele tem, mas a gente se preocupa por causa dos outros, né? (CTB18L0705)
- (14) Então eu acho que se a pessoa for [é]- preocupar em segurança, medo disso, medo daquilo, a pessoa não vive. (CTB11L0864)
- (15) É, [eu]- eu acho que é, né? que você não preocupa impedimento, sai bastante gol (LDN19L0292)
- (16) Eles só [<pre->]- preocuparam de perguntar quem que estava (hes) no telefone (LDN20L0318)
- (17) Eu não preocupo com o que as pessoas acham ou deixam de achar. (IRT18L0543)
- (18) /Se interessar, eu interessei/. Mas oportunidade nunca tive e tempo também nunca tive pra fazer um curso. (inint) (CTB11L0918)
- (19) [...] [Eu]- de noite fico bem desesperada, né? Eu, a gente se incomoda muito. (CTB18L0731)
- (20) porque ninguém está incomodando com- incomoda só com eles mesmos, né? (LDN20L1237)

- (21) Eu comecei [me]- [<de->]- me desesperar, né? (CTB18L1443)
- (22) [eles não <s->] se não eles não se contentam, as crianças, hoje em [1dia1](CTB22L0144)
- (23) E daí a gente foi ficando, ficando que a gente acostumou, (est) e estamos até hoje. (CTB12L0052)
- (24) Então, a gente acostuma com esse ônibus, né? (CTB12L0091)
- (25) Então não vai ser tão fácil, mas eu acho que a gente acostuma, né? (IRT04L0105)
- (26) [...] [Eu]- depois eu me afastei completamente (hes) do assunto, né? queria estudar (CTB02L0330)
- (27) Quase todos eles se afastam, não é? Não sei o que que é? (CTB21L1251)
- (28) Tiveram uma encrenca grande com a rapazeada daqui de Irati, (est) aí fez com que todo mundo se afastasse (IRT03L1140)
- (29) Ah, a gente [fica]- vai se entusiasmando e você vai indo- você está vendo, né? (CTB02L0728)
- (30) (est) acabei entrando no partido e- Mas também me decepcionei muito. (CTB09L0206)
- (31) Mas eu nunca me interessei muito, né? Gostava mesmo era da Matemática e da Física. (CTB11L0792)
- (32) Nunca me interessei por política não- (CTB22L1251)
- (33) Não tem governo que interessa, não tem um governo que se interesse, alguém- É só papo furado. (LDN21L0148)
- (34) Eu conhecia a oficina mecânica deles, eu já interessei em trabalhar na oficina. (IRT16L0888)
- (35) Daí ele vai se perder e se embanana todo. (est) (CTB01L0500)
- (36) A hora que você entra o que vem atrás se desespera, vem em alta velocidade (CTB01L0528)
- (37) Se ela te passou pra trás legal você se ofende mais ainda, sabe? (est) (CTB09L0852)
- (38) E foi aí onde um colega meu se revoltou, né? (CTB09L0942)
- (39) E daí o marido já se revolta (LDN01L0613)
- (40) Então [não]- não existia, <te-> teve uma época aí o povo revoltou, saiu na rua querendo [cortar os]- derrubar os postes. (LDN23L0104)
- (41) Então eu acho que se a pessoa for preocupar em segurança, medo disso, medo daquilo, a pessoa não vive. (CTB11L0864)
- (42) Ela engasgou- é, ela engasgou#se, não saiu uma coisa como ela queria ter dito. (CTB20L0694)
- (43) Conseguimos construir a escola, quando a escola estava pronta, a gente se decepcionou que o Requião nomeou a Marta (LDN01L0285)
- (44) A gente se chateia na hora mas depois, passa, né? (LDN01L0380)
- (45) Ele disse que chegou, nossa, a se arrepiar todo, ele disse que existe sim. (LDN02L0144)
- (46) Que a gente, sei lá, a gente [se]- se arrepia, sabe? de ver aquelas graças maravilhosas (LDN03L0317)
- (47) Porque eles cansam muito, coitados, o ônibus é demorado.(LDN02L1525)
- (48) A gente já vai chegando [numa]- numa idade, né? [que]- que a gente já vai se cansando, (est) e cansa mais ainda (LDN20L0481)
- (49) Aí ele desanimou, né? (LDN07L0042)

- (50) É onde o pessoal desanima e vai embora novamente. (LDN13L1105)
- (51) Eu fiquei entusiasmada, mas depois eu desanimei um pouco, né? (PBR06L0562)
- (52) Que eu não conheço, que eu não sei onde é o botão da luz [pra]- pra ligeiro acender, eu me apavoro, sabe? (IRT12L1225)
- (53) E eu me assustei tanto, eu estava dormindo, né? assustei tanto que sei lá, eu comecei a gritar. (PBR07L0030)
- (54) Minha mãe, uma professorinha do interior, se apaixonou por ele e casou. (PBR12L0065)
- (55) eu fiquei entusiasmada, ms depois eu desanimei um pouco, né? (PBR06L0562)
- (56) o pai se aborreceu, vendeu tudo (PBR07L0118)
- (57) se você olhar pra trás, você dá risada, sabe? você fica [até]- até você se anima, sabe? (PBR15L1083)
- (58) De setenta, então Vila Hauer, Boqueirão (hes) desenvolveram de uma maneira impressionante. (CTB05L0023)
- (59) E o motivo do comércio se <dese-> desenvolver mais aqui, talvez porque o princípio, o comecinho dele foi nessa região (CTB05L0133)
- (60) Na realidade eu não sei porque, mas aqui não desenvolveu, o bairro não desenvolveu pra esse lado não. (CTB05L0897)
- (61) A rua aqui também ainda não era nem asfaltada (est), né? Asfaltou depois que a gente mudou. (LDN01L1117)
- (62) Era normal, uma cidade pequena, né? [...] mas ela expandiu muito depois, né? (LDN11L0887)
- (63) Ela é muito rica, ela [é]- a cidade que expandiu muito de repente, né? (LDN17L1225)
- (64) Hã, a não ser que o país desenvolvesse, né? oferecesse emprego a todos, né? (CTB21L1288)
- (65) Quer dizer, é pequeno aqui. Eu acho pequeno, [mas]- mas eu acho que desenvolveu bastante também. Por ser perto de Londrina acho que se desenvolve mais, né? se estivesse mais longe desenvolveria mais. (LDN12L0272)
- (66) Eu não sei, porque Londrina foi desenvolvendo e entre onde eu morava e o colégio- (LDN10L0242)
- (67) E a cidade desenvolveu muito [na]- no crescimento [de]- de prédio (LDN23L0046)
- (68) Viram que o lugar estava desenvolvendo, e (hes) então vieram, entende? (PBR19L0438)
- (69) Você ver [a]- a skoll fechou (LDN13L0095)
- (70) Inclusive a firma era lá de Curitiba. Mas não sei porque, por motivo de má administração ela fechou, né? (LDN20L0455)
- (71) A skoll fechou. (LDN22L0500)
- (72) Depois veio Cine Augustos, que também já fechou há tempo. (LDN22L0550)
- (73) Daí essa oficina fechou, daí ele ficou sem fazer nada, sabe? (IRT02L1302)
- (74) Pois é, o cinema diz que fechou (risos E) não sei, acho que nem tem. (PBR02L0545)
- (75) O Bradesco abriu lá, ficou acho que uns seis, sete meses e acabou fechando. (IRT21L1064)
- (76) O trânsito lá pra cima, modificou, aí já ficou ruim. (CTB23L0535)
- (77) Bom, tinha a pracinha na frente do cemitério, né? [...] Eu fui lá [quando]- uma semana depois que inaugurou. (CTB09LL1219)

- (78) depois que a Rede abriu ali, não deu mais enchente. (CTB02L0258)
 (79) [Uma]-[uma]- varicose que abriu na perna, né? Mas abriu na sola do pé. (CTB04L0985)

ANEXO IV: AMOSTRAGEM DE OCORRÊNCIAS DE “HESITAÇÃO”

- (01) Não [eu]- [a minha]- a minha realização- [Eu me <real->] – Eu sou um cara realizado (CTB02L1031)
 (02) Sempre põe mais esforço, e às vezes você <s-> faz melhor, né? (est) (CTB03L0783)
 (03) [Você]- você sabe que não é que a gente [<ac->]- se conformou e coisa. A gente também não se- é uma coisa inexplicável. (CTB04L0429)
 (04) o resultado disso é justamente isso aí, quer dizer, a periferia vai [se]- [se]- vai aumentando [é]- em termos [de]- [de]- de local e em termos [de]- de povo também. (CTB05L0850)
 (05) Qualquer um fala, né? mas na realidade trabalhar assim em favor do próximo é pouca gente que se (inint). (est) (CTB09L0224)
 (06) Diferente, a gente vive [<se>]- tranqüilo, sossegada, né? (CTB14L0269)
 (07) Aquela época [é]- Não [<se->]- não me lembro. (CTB16L0264)
 (08) Ele vai [se]- ter incômodo, gastar pra ir lá reclamar, tal e coisa, no fim nem bem atendido não vai ser, (est) CTB17L0317)
 (09) E isso é através do nosso dinheiro que se está [<sem->]- sendo paga aquela propaganda. (CTB17L0662)
 (10) É, foram [<mo->]- só os- [<s->]- se retiraram porque [a]- a partir do momento que eu acho (CTB18L0445)
 (11) As pessoas assim se, não sei (CTB18L0466)
 (12) E depois eu não pude fazer nada, né? que (falando rindo) eles já tinham [se<desa>]- desaparecido, né? (CTB21L0065)
 (13) Bacacheri não sei por que o né? Não me [<re->]- não sei porque o [<no->] (CTB21L0865)
 (14) (inint) não consegue falar direito então [ela se]- ela fica muito nervosa e tudo, né? (CTB22L0642)
 (15) Daí nós entramos e papai veio pela frente e mamãe (falando rindo) veio [<me->]- meio se [<Agar->]- [agarrando]- (est) comigo. (CTB22L0950)
 (16) Hoje [se]- se diz que é falta de estudo. Se for falta de estudo, o nosso país tinha melhorado (CTB23L0989)
 (17) E daí eles [se]- se despediam e iam lá pra estação, só Deus sabia se voltavam. (CTB23L1227)
 (18) E de vinte e dois [a]- a classe de vinte e dois [foi]- estava [<se->]- por ser suspensa. (CTB23L1246)
 (19) É um espaço que tem lá onde o povo [se]- se distrai (risos), né? (LDN01L1011)
 (20) E às vezes muitas crianças “se” – tem que se deslocar daqui pra um outro conjunto (LDN 01L1067)

- (21) Sei lá, a gente [se]- se arrepia, sabe? de ver aquelas graças maravilhosas (LDN03L0317)
- (22) Que não tem um encosto pra pessoa- né? [se]- se acomodar. (LDN09L1344)
- (23) Olha, [vários]- vários brinquedos, brincava até tarde da noite, não tinha, assim, esse negócio [de]- de se como que diz agora, né? (LDN11L0099)
- (24) Tem um- a iniciativa de pessoal, né? que antes trabalhava [com a]- com a CEASA, né? produtores eles se- saíram da- abandonaram a- (LDN18L0981)
- (25) E o outro fez marcenaria se deu bem, está <se-> começou trabalhar (LDN18L1290)
- (26) Eles pegam até da locadora os filmes (est) pra se- você assistir um telão grande, lá. (IRT01L0607)
- (27) E é verdade, você vê todo mundo quer fazer um bom negócio, tudo está- está [se]- se é se sente bem quando conseguiu tapear alguém. (IRT05L0385)
- (28) Hoje ou amanhã você tem necessidade [de se <comu->]- de escrever alguma coisa, de dizer, de mandar um recado (IRT11L0173)
- (29) [...] a educação que deve se (hes) fazer mais empenho nesse sentido (IRT11L0248) (ruído) Então já tinha se- meio se abandonado, né? (IRT12L0839)
- (30) Disse: “Eu não vou ficar, não vou votar, vou me <jus-> vou justificar. (IRT15L0419)
- (31) Eu acho que eles tinham que se- por obrigação, sabe? (IRT15L0676)
- (32) A cidade vai crescendo, vai <cal-> se calçando ela vai- (IRT17L0941)
- (33) [...] podia conseguir [que]- como outros conseguiram que os filhos não se <aposen-> não precisaram, não- já foram liberados, né? (IRT23L0137)
- (34) Cidade pequena, né? (est) a gente [se<cru->]- se cruzava muito, a gente se- (IRT24L0459)
- (35) Sim, que vive na rua, né? e daí [se]- se dedicam mais, né? eles trabalhando, [eles]- eles- (PBR01L1130)
- (36) (est) né? então [eu]- [eu]- eu me- eu cresço muito, é muito gratificante pra mim (PBR06L0771)
- (37) [...] se você olhar pra trás, você dá risada, sabe? você fica [até]- até você se anima, sabe? (PBR15L1083)
- (38) Então eu não <ve-> não me sinto uma pessoa, hoje (PBR16L0383)

ANEXO V: AMOSTRAGEM DE OCORRÊNCIAS DE INFINITIVO FLEXIONADO

- (01) Eu acho que tem [muito]- muito lugar gostoso pra morar em Curitiba. (est) (CTB05L0763)
- (02) é um bairro bom pra se morar (CTB19L0010)
- (03) [...] mas, olha era tão gostoso de morar aqui! (CTB14L0165)
- (04) Seria uma Antonina, Morretes. Cidadezinha pra viver só na sobra e água fresca. (riso f) (CTB16L1614)
- (05) É tão bonitinho (risos i) de ver esse papagaio! (CTB20L1336)

- (06) (est) pra se adquirir alguma coisa é muito difícil hoje. (CTB05L0879)
- (07) Era uma beleza de se viver! Que vida mais linda que nós tínhamos aqui! (CTB14L0171)
- (08) Então eu acho que Curitiba é uma cidade ideal pra se viver, pra ter conforto, tá? Com toda a marginalidade e tal, mas você ainda tem segurança. (est) Então, eu acho que é uma cidade calma ainda pra viver. (CTB01L1051)
- (09) Porque não tinha brinquedo, não tinha essas condições de se brincar que tem agora. (LDN05L0233)
- (10) É uma cidade muito gostosa pra viver, mas a gente [não]- é poucos lugares que tem pra passear (LDN06L0415)
- (11) Eu gostava, é um lugarzinho bem gostoso de trabalhar. (LDN06L1188)
- (12) É, Londrina, a cidade não é assim- (hes) é boa de se morar, tranqüila (LDN17L0750)
- (13) Eu não sei, eu acho que é uma cidade que foi planejada- uma cidade que deve ser boa de morar, né? deve ser boa de se trabalhar, né? tudo! (IRT17L0741)
- (14) mas é bom de morar aqui em Irati, eu gosto de morar em Irati. (IRT02L0318)
- (15) porque daí quando eles começaram a ver que o nome de remédio você sabe que é meio difícil de ler, né? (IRT09L0651)
- (16) a “Contigo” [ela- essa é ótima de ler, né? (PBR02L0419)
- (17) encher a cara uma maneira de se aproveitar a vida (PBR05L0465)

ANEXO VI: AMOSTRAGEM DE OCORRÊNCIAS DE “COMO SE”¹¹³

- (01) Não, é que você se sente, vamos supor assim, se tivesse uma fazenda, né? num sítio. Que todo mundo conhece todo mundo. (CTB01L0184)
- (02) Você está a mesma coisa que estivesse numa fazenda, dentro de casa, né? (CTB01L0189)
- (03) Com um tipo como fosse um templo, né/ (est) e cercado de árvores, né? Ali eles preservam muito a natureza, né? (CTB11L0080)
- (04) Acho que [eu parto]- eu parto mais pro como fosse a mesa branca, né? de Espiritismo (CTB11L0579)
- (05) Pelo menos um dinheirinho a mais, né? como fosse um décimo terceiro salário, né? pra eles. Pra eles é excelente. (CTB11L0692)
- (06) Isso aqui é como se fosse uma colônia. (CTB17L0016)
- (07) E quantas vezes ele me chamava e eu saía [como se fosse]- pensando que fosse a Marilene me chamando (CTB20L1353)
- (08) Mas continua a amizade como se fosse desde o começo. (CTB22L0702)
- (09) Para mim é como fosse um pedaço da minha casa, (hes) sabe? (LDN09L0612)
- (10) E o trem pegou essa jardineira, matou bastante gente, feriu muita gente. Me lembro como fosse hoje. (LDN23L0846)

¹¹³ Essas ocorrências recuperam a constatação que, na conclusão desta tese, apresento: o apagamento ocorre também com o SE conjunção.

ANEXO VII: AMOSTRAGEM DE OCORRÊNCIAS COM O “SE UNIVERSAL”

- (01) Eu sempre vou (inint) nós/se damos/ bem, sabe? se gostamos/ bem, apesar de [que]- que com os parentes lá [da minha]- do meu pai (est) se damos/ muito bem mesmo com as minhas primas lá (CTB03L1373)
- (02) Que /nós se conhecemos/ ali, né? Então ali morava bastante gente, né? (CTB16L0712)
- (03) Essa amiga minha ainda é amiga até hoje de mim. /Nós se damos/ até hoje. (CTB16L1114)
- (04) Então as meninas quando [eu]- elas vêm que eu começo [a]- a /se/ prolongar no assunto, elas já caem na gargalhada (CTB19L1046)
- (05) Nós conversamos mais aí na rua aí, quando /se encontramos/ aí na rua, né? (CTB21L1194)
- (06) Mas /nós se dávamos/ tão bem, tão bem. (CTB22L0685)
- (07) Se separamos mesmo, sabe? (LDN02L0674)
- (08) Se reunimos tudo lá. (est) LDN12L0395)
- (09) É, é que nós moramos junto lá, mais, né? nós até se conversa, tem vez assim, mas já não é- né? (LDN14L0744)
- (10) Ah, se damos bem, né? Assim, quando nós se encontra, daí se damos bem, né? mas não sou muito chegado neles. (LDN14L0958)
- (11) É, foi triste, né? [eu]- eu no caso, eu se emociono fácil também, eu de acompanhar eu fico muito emocionado, eu- (LDN19L0397)
- (12) Aí, eu se acomodei dentro de casa, quer dizer, eu não era de sair pra rua muito não. (LDN19L1043)
- (13) Daí voltei e se casamos. Daí três anos se casamos. (LDN20L0119)
- (14) Era pra nós se manifestar que tinha uma herança nossa, mas como? (LDN21L0458)
- (15) Nós se conhecemos desde pequenininho. (IRT01L0286)
- (16) [Daí]- daí foi indo, daí começamos se olhar um pro outro, ele começou a olhar pra mim (IRT01L0327)
- (17) e nós saímos daqui de Irati pra se livrar dela. (IRT01L0497)
- (18) Daí nós fomos tudo pro Operário, se mandamos. (IRT01L0559)
- (19) Adoro uma folia, mas como eu gosto, meu Deus! Estamos se preparando de novo esse ano. (IRT03L0463)
- (20) Agora se associamos, graças a Deus. (risos F) (IRT03L0730)
- (21) Daí sexta#feira de noite, pra amanhecer sábado, /nós duas se arrumamos/, sabe? (IRT06L0400)
- (22) Se conhecemos ali [no]- no Operário. (IRT14L0146)
- (23) E toda vez que nós se reunimos nós ficamos conversando sobre as coisas interessantes tudo, as coisas, [os]- os mestres, né? (IRT18L0427)

- (24) Agora eu e meus irmãos a gente [já]- [é]- já aprendemos com facilidade o samba, sabe? (est) E se envolvemos com pessoas de fora também [que]-pessoas que- (IRT18L1135)
- (25) Fiquei conhecendo ela aqui, nós se achamos aqui e estamos vivendo há seis anos juntos. (IRT19L0287)
- (26) Não sei o que aconteceu, que no momento não se lembramos, mas chegamos a pegar a tilápia (IRT19L0539)
- (27) Porque nós /se entendemos/ bem, eu como católico da igreja romana e eles como da igreja crente, Assembléia de Deus, por exemplo, nós /se entendemos/ bem porque a bíblia é a palavra de Deus, é a mesma, (est) (IRT20L0537)
- (28) Somos amigos, que nem irmão assim, (est) (inint) que nós/se achar/ (est) nós conversamos e et#cetera, et#cetera. (IRT20L0742)
- (29) Então, /se vemos/ praticamente todos os dias, né? quase. (IRT20L0794)
- (30) [...] nós estamos sempre /se vendo/, né? (IRT20L0800)
- (31) Eles têm a fala fina, arrastada assim, que Deus o livre, (est) se vimo louco com o <hominho> (inint) (IRT20L0846)
- (32) Assim que dá se visitamos, aí pelo menos umas duas ou três vezes por ano, né? (est) (IRT21L0869)
- (33) [...] A minha mãe na frente, né? na casa de lá, então se conhecemos por lá. (PBR02L0078)
- (34) [Eu e meu]- eu e meu outro irmão se criamos na FUNABEM. (PBR04L0039)
- (35) [...] Nunca se separamos assim ficar longe do outro, morar na cidade, nunca. Sempre em contato. (PBR13L0255)
- (36) [...] e nós ficamos devendo muito imposto, né? e tivemos que se desfazer de meio terreno pra- (PBR13L0261)
- (37) [...] e daí nós se conhecemos ali no Soro do Chupin. (PBR15L0129)
- (38) [...] nós se damos muito bem com a esposa, filhos. (est) (PBR16L0553)
- (39) Aí uns seis meses depois nós se encontramos [e]- e aquilo parece que foi [uma]- uma coisa que- (PBR16L0580)
- (40) Ele chamava a gente, nós se reunia. Então a gente conversava (PBR17L0434)
- (41) [...] nós fizemos uma casa nessa mesma rua aqui do Guarani [pra]- pra nós se colocar então daí, né? (PBR19L0034)
- (42) [...] ainda mais a gente se damos muito bem com a patroa, (est), não é? (PBR19L0797)
- (43) [...] (est) Se unimos aqui ou então a gente vai fazer uma <re-> (PBR19L0870)

ANEXO VIII: AMOSTRAGEM DE OCORRÊNCIAS DE “HIPERCORREÇÃO”
(aqui também os casos de duplo nominativo)

- (01) Então o médico, né? /se esforçou#se/ e tal, então quando eu fui lá (CTB03L1190)
- (02) Mas foi que a gente vai quando se sente aquela necessidade de- (CTB04L0385)
- (03) E a gente sempre se imaginava: “Meu Deus como será o dia que a minha mãe morrer, meu pai morrer”. (CTB04L0408)
- (04) (est) roubam, fazem um monte de coisa. Aqui/a gente não se vê isso/. Pelo menos aqui pra baixo, né? (CTB08L0502)
- (05) Então eu acho que todo mundo tinha que se fazer a (hes) a faculdade mesmo pra- né? (LDN04L0435)
- (06) [...] a gente não se ouvia falar em perigo nada, hoje em dia, né? é tão diferente, né? (LDN07L0247)
- (07) É vila Gazone, vila Nova e vila Brasil. (est) São [as]- as vilas mais antigas, né? de- (est) que a gente se conhece (est) (LDN22L0061)
- (08) Ele é sobre parto, essas coisas, sabe? (est) É, como é que a gente se diz? [É]- (IRT01L0826)
- (09) Pra cuidar de um hospital tem que ter muita, Como é que a gente se diz, tem que ter aquele ah! tem que ter verba, essas coisas, né? (IRT01L0934)
- (10) Era uma pessoa que /se dedicou#se/ muito, né? aos pobres. (IRT16L0117)
- (11) Não, acho que crescendo não sei, industrialmente, mas talvez assim, como uma cidade pra gente se viver está crescendo, acho que cidade boa, né? (IRT17L0158)
- (12) E aí depois no fim esse Inácio se ajeitou#se aí, nós tivemos a felicidade do casamento e estamos vivendo bem. (PBR19L0233)
- (13) Tanto que [me]- (hes) candidatei#me a vereador aí também, né? (est) (PBR19L0547)
- (14) [...] E a tribo do cacique Vitorino, que também veio a morrer neste conflito, se dispersou#se por “Campo Erê” (PBR21L0136)